AULAS COM CARTAS PEDAGÓGICAS

Educação Popular e Educadores Sociais

Fernanda dos Santos Paulo

LIVROLOGIA

AULAS COM CARTAS PEDAGÓGICAS:
EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCADORES SOCIAIS

FERNANDA DOS SANTOS PAULO

AULAS COM CARTAS PEDAGÓGICAS: EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCADORES SOCIAIS

Chapecó-SC
Livrologia
2023

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL E NACIONAL

Ivo Dickmann - Unochapecó
Ivanio Dickmann - UCS
Viviane Bagiotto Botton – UERJ
Fernanda dos Santos Paulo – UNOESC
Cesar Ferreira da Silva – Unicamp
Tiago Ingrassia Pereira – UFFS
Carmem Regina Giongo – Feevale
Sebastião Monteiro Oliveira – UFRR
Adan Renê Pereira da Silva – UFAM
Inara Cavalcanti – UNIFAP
Ionara Cristina Albani – IFRS
Altair Alberto Fávero - UPF
Carina Tonieto - IFRS

Jorge Alejandro Santos - Argentina
Francisco Javier de León Ramírez – México
Carelia Hidalgo López – Venezuela
Marta Teixeira – Canadá
Maria de Nazare Moura Björk – Suécia
Macarena Esteban Ibáñez – Espanha
Quecoi Sani – Guiné-Bissau

Esse livro passou pelo processo de revisão por pares dentro das regras do Qualis livros da CAPES

P331a

Paulo, Fernanda dos Santos.
Aulas com cartas pedagógicas: educação popular e educadores sociais / Fernanda dos Santos Paulo. – Porto Alegre: Livrologia, 2023.

ISBN: 978-65-80329-51-9
DOI: 10.52139/livrologia9786580329519

1. Educação popular. 2. Educadores sociais. I. Título.

2023_0286 CDD 371.11 (Edição 23)

Ficha catalográfica Karina Ramos – CRB 14/1056

© 2023

Permitida a reprodução deste livro, sem fins comerciais,
desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

CARTA PRÓLOGO.....11

CARTA DE APRESENTAÇÃO.....13

POEMA PEDAGÓGICO.....16

Carta Pedagógica 1.....17
EDUCAÇÃO POPULAR LATINO-AMERICANA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS

Carta Pedagógica 2.....22
AFINAL, O QUE É UMA CARTA PEDAGÓGICA? PERGUNTA DE UM EDUCADOR SOCIAL

Carta Pedagógica 3.....28
EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO SOCIAL

Carta Pedagógica 4.....34
REGISTRO E PARTILHA DE LEITURAS DE PAULO FREIRE

Carta Pedagógica 5.....40
REFLEXÕES PEDAGÓGICAS: PAULO FREIRE E A POTÊNCIA DA PEDAGOGIA DAS CARTAS

Carta Pedagógica 6.....46
AULA COM CARTA PEDAGÓGICA: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

Carta Pedagógica 7.....49
CARTA PEDAGÓGICA NA COMUNIDADE: LÍDERES COMUNITÁRIOS E O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC)

Carta Pedagógica 8.....55
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA

Carta Pedagógica 9.....60
EDUCADORES SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR INSTITUCIONALIZADA E A EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 10.....64
PLANEJAMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO DO EDUCADOR SOCIAL

Carta Pedagógica 11.....67
METODOLOGIAS E FERRAMENTAS DO EDUCADOR SOCIAL NA PEDAGOGIA DOS DIREITOS SOCIAIS

Carta Pedagógica 12.....70
A AEPPA E A LUTA POR FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 13.....73
CARTA PEDAGÓGICA: O QUE, PARA QUE E POR QUÊ?

Carta Pedagógica 14.....75
PAULO FREIRE E AS CARTAS PEDAGÓGICAS

Carta Pedagógica 15.....78
CARTAS E REFLEXÕES: A REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA ATRAVÉS DA ESCRITA

Carta Pedagógica 16.....80
CARTA PEDAGÓGICA: DIA DO (A) EDUCADOR (A) SOCIAL

Carta Pedagógica 17.....82
A REDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E AS POLÍTICAS SOCIAIS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 18.....92
UMA AULA COM CARTA PEDAGÓGICA: SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Carta Pedagógica 19.....99
PARADIGMAS E EPISTEMOLOGIA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO SOCIAL

Carta Pedagógica 20.....102
UMA AULA COM CARTA PEDAGÓGICA PARA MESTRANDAS E DOUTORANDAS DO PPGED DA UNOESC: PESQUISA PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 21.....113
CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM EDUCAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 22.....115
CARTA PEDAGÓGICA AOS EDUCADORES SOCIAIS: A TRAJETÓRIA DA AEPPA E A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 23.....117
O CAMINHO DA FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS: UMA JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO MEDIADA PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 24.....119
PEDAGOGIA SOCIAL DA ALTERNÂNCIA E EDUCADORES SOCIAIS

Carta Pedagógica 25.....121
DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS: BUSCANDO APRENDER SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR E A ASCENSÃO DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Carta Pedagógica 26.....123
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) E MOVIMENTOS SOCIAIS: RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO SOCIAL

Carta Pedagógica 27.....127
CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Carta Pedagógica 28.....130
CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA SOCIAL DA INDIGNAÇÃO À EMANCIPAÇÃO

Carta Pedagógica 29.....133
A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E O PAPEL DOS EDUCADORES SOCIAIS

Carta Pedagógica 30.....137
ESCUTA ATIVA, QUALIFICADA E COMPROMETIDA: A ESSÊNCIA DA COMUNICAÇÃO COMPROMETIDA COM BASE NA EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 31.....143
CONVITE À LEITURA: "CAMINHOS DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL"

Carta Pedagógica 32.....145
CONVITE À LEITURA: "EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA: BASES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS"

Carta Pedagógica 33.....152
CONVITE À LEITURA: "DIÁLOGOS SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO"

Carta Pedagógica 34.....158
CONVITE À LEITURA: A IMPORTÂNCIA DOS EDUCADORES SOCIAIS CONHECEREM AS LEGISLAÇÕES SOBRE DIREITOS

Carta Pedagógica 35.....161
CONVITE À LEITURA: "EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL: NORMATIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO"

Carta Pedagógica 36.....167
CONVITE À LEITURA: "EDUCADOR SOCIAL E EDUCADOR POPULAR: PAUTAS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA-PROFISSIONAL"

Carta Pedagógica 37.....171
CONVITE À LEITURA: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO POPULAR NOS

LIVROS DE PAULO FREIRE

Carta Pedagógica 38.....174
CONVITE À LEITURA: "PAULO FREIRE ESCREVE SOBRE EDUCADORES DE RUA"

Carta Pedagógica 39.....177.
CONVITE À LEITURA: "A EDUCAÇÃO POPULAR NO DICIONÁRIO PAULO FREIRE"

Carta Pedagógica 40.....180
CONVITE À LEITURA: " O QUE É EDUCAÇÃO POPULAR" DE CARLOS RODRIGUES BRANDÃO"

Carta Pedagógica 41.....182
CONVITE À LEITURA: "A PRESENÇA DO EDUCADOR SOCIAL EM MINHA DISSERTAÇÃO"

Carta Pedagógica 42.....186
CARTA PEDAGÓGICA: A EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA

Carta Pedagógica 43.....194
BALDUÍNO ANTONIO ANDREOLA: EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE

Carta Pedagógica 44.....197
CARTA DE NOTIFICAÇÃO E HOMENAGEM AO EDUCADOR CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

Carta Pedagógica 45.....199
CARTA PEDAGÓGICA PARA EDUCADORES SOCIAIS: REGULAMENTAÇÃO DE UMA PROFISSÃO

Carta Pedagógica 46.....202
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Carta Pedagógica 47.....207
O EDUCADOR SOCIAL DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES – 14 a 17 anos

Carta Pedagógica 48.....214
A EDUCAÇÃO POPULAR DOS ANOS DE 1960

Carta Pedagógica 49.....221
CARTAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA PARTICIPATIVA

Carta Pedagógica 50.....223
CARTA PEDAGÓGICA DIÁLOGOS FECUNDOS: CHAT PEDAGÓGICO E O SCFV

Carta Pedagógica 51.....227
CHAT PEDAGÓGICO: COMPARTILHAMOS ALGUMAS REFLEXÕES

Carta Pedagógica 52.....230
AS 10 CARACTERISTICAS DO CHAT PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO METODOLÓGICO E DIDÁTICO DA E NA EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 53.....233
CARTAS COMO AÇÃO TRANSGRESSORA

Carta Pedagógica 54.....237
FAZENDO AULA COM CARTA PEDAGÓGICA: PAULO FREIRE, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Carta Pedagógica 55.....240
CARTA PEDAGÓGICA REFLEXIVA

Carta Pedagógica 56.....248
CARTA CONVITE À REFLEXÃO: COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA, PRÁTICAS RESTAURATIVAS E EDUCAÇÃO POPULAR

Carta Pedagógica 57.....253
CARTA RESPOSTA AO AMIGO AGOSTINHO ROSAS: "CARTA PEDAGÓGICA EM QUESTÃO: METODOLOGIA, QUÊ??"

Carta Pedagógica 58.....255
UM CONVITE À LEITURA: PRIMEIRA PALAVRAS DE PAULO FREIRE NA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Carta Pedagógica 59.....258
A EDUCAÇÃO POPULAR CLANDESTINA E DA RESTISTÊNCIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DOS ANOS DE 1970

Carta Pedagógica 60.....269
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO BRASIL

Carta Pedagógica 61.....274
CARTA PEDAGÓGICA SOBRE O MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carta Pedagógica 62.....286
UM PRESENTE REVELADOR DE ALFONSO TORRES: CARTAS PEDAGÓGICAS NA DÉCADA DE 1920

Carta Pedagógica 63.....292
CONVITE À LEITURA: LIVRO CARTA PEDAGÓGICA DE 1928

POEMA PEDAGÓGICO SÍNTESE.....294

CARTA PRÓLOGO

Sevilla, 28 de septiembre de 2023.

Apreciados lectores,

En primer lugar, me presento: soy un educador popular e investigador colombiano a quien la autora le ha solicitado esta presentación del texto que tiene en sus manos. Como es evidente, acepté; pero debo remarcar que acepté con gusto este desafío intelectual dado el conocimiento de la obra y la persona de Fernanda dos Santos Paulo, a quien admiro por su compromiso como educadora popular, como profesora universitaria, como investigadora y por su pasión por la escritura.

Así que, enfrentado a este reto, debo comenzar por el género que anuncia el título de la obra: "cartas pedagógicas". Las cartas han sido un formato de escritura que se ha conocido desde tiempos remotos y a través de la cual una persona se dirige a otra, a un grupo específico o a una población en general para comunicar sus experiencias, percepciones, ideas o valoraciones sobre uno o varios asuntos[1]. Y desde un comienzo, asumió tanto la forma más íntima de cartas interpersonales, como la más pública de comunicación dirigida explícitamente a un conjunto de lectores, como es el caso de las cartas de Paulo de Tarso en los inicios del cristianismo.

En este caso, estamos frente a un tipo específico de cartas, adjetivadas como "pedagógicas" y que, como Fernanda explica en este libro, en el contexto brasileño fueron iniciadas por Paulo Freire – quien empleó el formato epistolar en varios de sus libros – y luego retomado por investigadores como Isabela Camini (2012), Ana Lucía de Souza Freitas (2020 y 2021), Ivanio Dickman y la propia Fernanda Paulo (2020). Acá estamos frente a la emergencia de una estrategia o dispositivo investigativo y pedagógico con un gran potencial para la producción de conocimientos y la formación de educadores populares, educadores sociales y sujetos educativos en general.

En palabras de Fernanda, en este libro, "a Carta Pedagógica é um instrumento que utilizo para escrever a síntese de conhecimentos construídos na

[1] En efecto, la primera carta de la literatura occidental aparece en el pasaje V de La Iliada de Homero. Ver: DE LOS RIOS, Iván, "Cartas filosóficas: ¿un género perverso? Filosofía & Co, 6 (2022).

minha formação acadêmica-profissional, para refletir, para narrar e para comunicar minhas experiências, vivências e percepções no contexto educacional" (Carta 18). De este modo, la autora ha hecho de las cartas pedagógicas, una herramienta pedagógica, una técnica de investigación participativa de avaliação participativa, desde la cual interactúa con otras personas, ya sea para comunicarse mutuamente sus experiencias y pensamientos, enriqueciendo el acervo de posibilidades investigativas y educativas disponibles en medios académicos y en el campo de la educación popular.

Em este libro, además de mostrarnos y demostrar las posibilidades formativas de las cartas pedagógicas, Fernanda nos presenta un conjunto de conocimientos y reflexiones sobre autores y temáticas relevantes como Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Jose Clovis de Azevedo, Balduíno Antonio Andreola, la práctica educativa, la educación popular (asumida como perspectiva política pedagógica), la educación social (asumida como campo de actuación), la escuela Ciudadana, las y los educadores sociales (como agentes de dicho campo), los líderes comunitarios (provenientes de las bases sociales), la planeación y la evaluación y las metodologías de trabajo educativo.

En fin, este libro también representa un aporte a la pedagogía de la educación popular y a la investigación participativa como tradiciones y perspectivas pedagógicas y epistemológicas críticas y emancipadoras, en sus diferentes campos de actuación y en sus diferentes contextos, sujetos y metodologías. Fernanda, desde su experiencia como educadora popular en diferentes escenarios y como investigadora rigurosa y comprometida, es ya un referente obligado para reconocer las nuevas voces y miradas del pensamiento emancipador en Brasil, y estoy seguro de que, con este nuevo libro, continuará proyectándose al conjunto del continente.

Por ello, concluyo ratificando mi invitación a cada una de las personas que tiene en sus manos este libro, a leer con atención y apertura de espíritu, estas cartas movimiento, que provienen de una vida en movimiento.

ALFONSO TORRES CARRILLO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

"Aulas com Cartas Pedagógicas: Educação Popular e Educadores Sociais"[2], de minha autoria, é um livro que se propõe a explorar as profundezas da pedagogia da Educação Popular, ensinando e aprendendo com Cartas Pedagógicas e com as cartas que alunos me encaminham. Nele, compartilho e sistematizo minhas experiências como professora, militante da Educação Popular e educadora popular.

Inspirada pelas ideias revolucionárias de Paulo Freire e da Educação Popular, utilizo as Cartas Pedagógicas para minhas aulas em cursos de extensão, graduação e pós-graduação, que englobam tanto a didática quanto a metodologia. A didática é a orientação para a atividade educativa, e a metodologia se refere aos métodos de ensino. Assim, ao ministrar uma aula, um professor utiliza uma combinação de didática e metodologia para garantir um processo de ensino-aprendizagem significativo.

No livro, emprego o formato de Cartas Pedagógicas para estabelecer um diálogo direto com o leitor e a leitora. As cartas que elaborei para os estudantes, especialmente para os educadores sociais, oferecem um espaço para reflexão sobre temas cruciais da Educação Popular.

São **63 correspondências** que abordam tópicos que vão desde a essência e o propósito das Cartas Pedagógicas, passando pelas contribuições da Educação Popular Latino-Americana, até reflexões mais profundas sobre a interação entre a Educação Popular e a Educação Social. Destaco também as contribuições e ensinamentos de Paulo Freire, explorando sua influência na pedagogia e a relevância de suas ideias na formação política e pedagógica de educadores sociais. Discuto a importância do planejamento, avaliação e as metodologias necessárias para uma prática educativa baseada na Educação Popular. A trajetória da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) é apresentada, fornecendo uma visão geral de suas lutas no âmbito da Educação Popular.

Os temas apresentados neste livro podem ser organizados em torno de seis eixos principais:

[2] Observo que quando utilizo o gênero masculino neste livro é por convenção e não tem a intenção de marginalizar ou ignorar outros gêneros. A escolha do gênero masculino, em alguns casos, é para facilitar a leitura e evitar a repetição. No entanto, saliento que todos os gêneros são igualmente valorizados e respeitados.

1. **Educação Popular**: Este eixo aborda a teoria e prática da Educação Popular e da Educação Social, explorando suas interseções, diferenças e contibuições para a formação de educadores sociais.

2. **Cartas Pedagógicas**: Este eixo explora o conceito, propósito e prática das Cartas Pedagógicas na educação.

3. **Paulo Freire e a Pedagogia das Cartas**: Este eixo explora as contribuições de Paulo Freire para a pedagogia, com foco especial na pedagogia das cartas.

4. **Formação e trabalho de Educadores Sociais**: Este eixo aborda a formação, prática, identidade e desafios dos educadores sociais.

5. **Algumas experiências de Educação Popular**: "Este eixo se aprofunda em diversas manifestações e práticas da Educação Popular ao longo do tempo e em diferentes contextos. Ele oferece uma análise histórica e contextual de como a Educação Popular se manifestou, suas influências e impactos em diferentes períodos e áreas.

6. **Convites à Leitura e Reflexão**: Este eixo é dedicado a incentivar e orientar os leitores a explorar literaturas adicionais e materiais que se aprofundam em temas centrais abordados no livro.

Há uma ênfase no contexto do educador social e educadores sociais, com foco no papel e na formação dos educadores em contextos das políticas sociais. Além disso, temas ou conceitos como "conscientização", "direitos humanos", "emancipação", "metodologia", "pesquisa participativa", "movimentos populares', "movimentos sociais", "políticas sociais" "justiça social', 'metodologias de ensino participativas como carta pedagógica, importância de estudo e leituras e luta político e pedagógica são recorrentes. Assim, esta obra tem como objetivo oferecer reflexões profundas sobre a formação político-pedagógica e prática dos educadores sociais no Brasil. Alguns dos conceitos-chave do livro são:

1. **Educação Popular**: conceito central do livro. Esta acepção é frequentemente associada a Paulo Freire em diálogo com outros autores e na Pedagogia Crítica.

2. **Formação**: Outro conceito chave é a formação e categorias decorrentes dela (formação política, formação pedagógica, formação profissional e formação político-pedagógica, formação acadêmica).

3. **Trabalho**: Indicando discussões sobre a natureza do trabalho do educador social e o papel do trabalho na educação popular.

As Cartas Pedagógicas, que já foram enviadas para os alunos em anos diversos (a partir de 2018), agora estão compiladas e compartilhadas neste livro. "Aulas com Cartas Pedagógicas: Educação Popular e Educadores Sociais" é mais do que um livro, é um convite à reflexão, ao diálogo e à reinvenção pedagógica. Tenho outras dezenas de Cartas Pedagógicas que constam em um HD que queimou, pretendo recuperá-lo e logo trabalhar com o material para publicar, quem sabe em 2024.

Em resumo, as Cartas Pedagógicas são uma ferramenta potente para aprofundar nosso entendimento da Educação Popular e explorar novas formas de ensino e aprendizagem. Este livro oferece espaço para reflexão sobre temas cruciais da Educação Popular e permite compartilhar experiências, ideias e aspirações. Portanto, convido todos a se juntarem a nós nesta jornada de descoberta e transformação. Leia o livro, escreva suas próprias Cartas Pedagógicas e participe desta revolução pedagógica. Juntos, podemos fazer a diferença.

Fernanda dos Santos Paulo

Setembro de 2023.

POEMA PEDAGÓGICO

No compromisso da Educação Popular

Nas linhas destas cartas, a esperança se mostra viva,
Latino-americana, com raízes e identidade,
Paulo Freire se ergue em cada palavra, motiva e encanta,
Sendo farol, guia na busca por emancipação.

Cartas pedagógicas, sementes de transformação,
Que brotam do solo fértil do educador,
Ecos de vozes que clamam por mais inclusão,
Narrativas que desafiam a luta político-pedagógica.

Educação Popular, resistência e luta,
Na América Latina, a chama não se apaga,
Freire, Brandão e tantos outros, em sua conduta,
Nos ensinam a lutar, mesmo em periodos de repressão.

Cada carta é um convite, uma chamada,
Para refletir, questionar e aprender,
Na escola, na rua, na praça, na calçada,
A Educação Popular vem para nos fortalecer.

Neste livro, muitas cartas, saberes e sabores se tecem,
Histórias, desafios, vitórias e também muita dor,
Mas acima de tudo, uma certeza prevalece,
A de que a educação é, acima de tudo, um ato de resistência.

Então, caro leitor, mergulhe nesta jornada,
Deixe-se levar pelas palavras, pelo coração,
E que cada carta aqui apresentada,
Seja um estímulo para sua própria transformação.

Fernanda Paulo, educadora popular

Carta Pedagógica 1
EDUCAÇÃO POPULAR LATINO-AMERICANA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS

Caro estudante,

Hoje marca nosso primeiro dia de aula do *Curso de Extensão para Educadores Sociais na Perspectiva da Educação Popular*, edição de 2022. Escrevo para informar que o tema central de nossa primeira aula é "Educação Popular Latino-Americana". Como aquecimento para a aula, desejo compartilhar reflexões sobre a Educação Popular Latino-Americana, um movimento enraizado em pensadores como Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda. Esses pensadores, com suas ideias revolucionárias, propuseram uma pedagogia não eurocêntrica e não colonial, focada nas realidades e desafios da América Latina. Ao longo de nossas aulas, conheceremos a história da Educação Popular, das pesquisas participativas e desses educadores.

Paulo Freire (FREIRE; BETTO, 1985; FREIRE, 1997; FREIRE; NOGUEIRA, 2005) em particular, enfatizou a importância da construção, criação e reinvenção nas experiências de luta e organização das classes populares, visando a emancipação humana. Seus escritos, que abrangem uma vasta gama de livros, destacam a Educação Popular como uma ferramenta para a transformação social e a ruptura com o modelo capitalista dominante.

Ao longo dos anos, a Educação Popular tem sido usada em diversos contextos, desde movimentos sociais populares até gestão democrática e universidades. No entanto, é crucial que continuemos a refletir sobre o verdadeiro significado da Educação Popular e como ela pode ser usada para promover a transformação social. (PAULO, 2018).

Carlos Rodrigues Brandão, por meio de suas Cartas Pedagógicas (PAULO; GAIO, 2021; PAULO, 2018), proporciona uma visão das discussões e práticas da Educação Popular de 1960 a 1980. As cartas dele desvendam diálogos profundos sobre experiências educativas de Educação Popular e a relação entre teoria e prática.

Destaco a necessidade de reconhecer as influências políticas, históricas e culturais de educadores latino-americanos. Para tanto, vou apresentar o livro

de Alfonso Torres Carrillo (TORRES, 2008) que apresenta a trajetória da *Educação Popular e de educadores populares*. Também, livros de Carlos Rodrigues Brandão (1980, 1994, 2000). Envio, em anexo, o livro Educação Popular e pesquisas participativas, organizado por mim e duas alunas do doutorado da UNOESC, instituição que trabalhei como docente da pós-graduação stricto sensu. (SILVA; PAULO; TESSARO, 2020).

Em um texto que escrevi, recomento lê-lo, que consta no livro encaminhado em anexo, cujo título é: *Pedagogia Latino-Americana e as contribuições de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão* (PAULO, 2020), eu apresento a relação entre pedagogias, Educação Popular, socialismo e a visão de Freire sobre o socialismo democrático. Abordo as contribuições de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Orlando Fals Borda para a Educação Popular. Alguns pontos merecem destaque, a saber:

1. A Educação Popular Latino-Americana busca uma pedagogia não eurocêntrica e não colonial.
2. A Educação Popular, baseada em Freire, foca na construção, criação e reinvenção de experiências de luta e organizações das classes populares para a emancipação humana.
3. Freire menciona a Educação Popular em vários de seus livros, abordando diferentes significados e contextos.
4. O pensamento político-pedagógico de Freire inspira diversas experiências em Educação Popular no Brasil, tanto em contextos escolares quanto não escolares.
5. Através de cartas pedagógicas de Carlos Rodrigues Brandão, são identificadas contribuições de Brandão e Freire para a Pedagogia Latino-Americana. As cartas revelam discussões sobre a Educação Popular e suas ligações internacionais, bem como a relação com pesquisas participativas.

A pesquisa que conduzi ressalta a importância de uma multiplicidade de fontes para resistir à educação colonizadora. Vocês perceberão que Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão são reconhecidos por suas contribuições à Educação Popular e sua relevância internacional. Ambos os educadores defendem uma ciência transformadora, alinhada a um projeto de sociedade socialista e democrático.

Reitero, no capítulo do livro, que a Pedagogia Latino-Americana, fun-

damentada na Educação Popular, é percebida como uma reinvenção de pedagogias revolucionárias. Espero que este artigo contribua para sua formação político-pedagógica. Discutiremos sobre ele na próxima aula. Sugiro a leitura e uma síntese das aprendizagens no formato de Carta Pedagógica. Durante a aula, solicitarei que duas pessoas compartilhem suas Cartas com a turma.

Os educadores sociais, atuantes nas mais diversas frentes de trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo práticas educativas de formação cidadã com base nos Direitos Humanos e na Pedagogia dos Direitos Sociais, encontram na Educação Popular Latino-Americana um alicerce teórico e prático para suas intervenções. A pedagogia proposta por pensadores como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão ressalta a importância do diálogo, da construção coletiva do conhecimento e da valorização das experiências e saberes locais. Nesse contexto, o educador social não é apenas um transmissor de informações e de técnicas de intervenção pedagógica, mas um mediador que aprende e ensina simultaneamente a partir de um currículo não escolar, reconhecendo as potencialidades e desafios das pessoas com as quais trabalha. A ênfase na construção, criação e reinvenção de experiências de luta e organização das classes populares, como destacado por Freire, é fundamental para que os educadores sociais promovam a emancipação e empoderamento dos grupos com os quais atuam. Assim, a Educação Popular não é apenas uma teoria, mas uma prática viva e dinâmica que se renova e se reinventa nas mãos dos educadores sociais, tornando-se uma ferramenta poderosa para a transformação social na América Latina.

Em conclusão, a Educação Popular, com suas raízes em pensadores como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, oferece uma perspectiva única e valiosa para a educação na América Latina. Ela nos desafia a pensar criticamente sobre o papel da educação na transformação social e a buscar uma pedagogia que seja verdadeiramente relevante e emancipatória para os povos da América Latina.

Espero que esta Carta Pedagógica inspire você a refletir sobre a relevância da Educação Popular e a buscar formas de aplicar seus princípios em sua prática educativa.

Com estima,
Fernanda dos Santos Paulo
Agosto de 2022.

Referências

BRANDÃO, Carlos R. (Org.) **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, Carlos R. **A Educação Popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos R. Os caminhos cruzados: formas de pensar e realizar a educação na América Latina. In.: **Educação Popular: utopia Latino Americana**. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Última entrevista de Paulo Freire. Entrevista a Luciana Burlamaqui. **TVPUC-SP**, São Paulo, 17 abr. 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ul90heSRYfE>. Acesso em: 07 abr. 2020.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer** – Teoria e Prática em Educação Popular. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes,2005.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. Pedagogia Latino-Americana e as contribuições de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. In: SILVA, Andrerika Vieira Lima; PAULO, Fernanda dos Santos; TESSARO, Mônica (org.). **Educação Popular e pesquisas participativas**. 1. ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.

SILVA, Andrerika Vieira Lima; PAULO, Fernanda dos Santos; TESSARO, Mônica (org.). **Educação Popular e pesquisas participativas**. 1. ed. Veranópolis:

Diálogo Freiriano, 2020.

TORRES, Alfonso. **La educación popular**. Trayectoria y actualidad. Bogotá: El Búho, 2008.

Carta Pedagógica 2
AFINAL, O QUE É UMA CARTA PEDAGÓGICA? PERGUNTA DE UM EDUCADOR SOCIAL

Caros Estudantes,

Esta Carta Pedagógica é escrita com o objetivo de compartilhar reflexões sobre a pesquisa participativa baseada na perspectiva da Educação Popular e responder à pergunta da aula anterior: "O que é Carta Pedagógica? Professora, eu nunca ouvi falar disso". Em nossa jornada educacional, é essencial valorizar as experiências, memórias e conhecimentos das pessoas com as quais trabalhamos. Tentarei responder às questões relacionadas às aulas por meio de Cartas Pedagógicas. Se houver dúvidas, escrevam uma Carta Pedagógica que eu responderei.

As Cartas Pedagógicas surgem como uma relevante ferramenta de ensino-aprendizagem, pode ser utilizada como instrumento metodológico de pesquisa participativa, como memória pedagógica, como instrumento de avaliação emancipatória, como síntese de conhecimentos e como sistematização de práticas educativas individuais e coletivas. Elas não são apenas um instrumento didático, mas também uma forma de comunicação e diálogo pedagógico. Elas servem como registros valiosos das memórias dos educadores e, ao relembrar experiências vividas, trazem à tona as ações coletivas e os impactos de nossas formações e das aprendizagens advindas da experiência do e no trabalho.

Nosso referencial teórico e metodológico se baseia em autores renomados que discutem a relevância das Cartas Pedagógicas na pesquisa participativa. Além disso, em uma aula específica apresentarei as metodologias participativas, dentre elas a Sistematização de Experiências proposta por Oscar Jara (2012). Estas orientam nosso percurso formativo, cuja perspectiva é a Educação Popular freiriana.

Em minha pesquisa de doutorado (PAULO, 2018), utilizo as Cartas Pedagógicas como Sistematização das Experiências. O uso das Cartas Pedagógicas permitiu aos sujeitos da minha pesquisa recuperarem, estudarem e refletirem sobre suas próprias experiências de forma crítica e processual.

Tenho incentivado colegas, amigos e educadores populares a escreverem Cartas Pedagógicas, pois esta metodologia é fundamental para reconstruir a

história de um movimento popular, por exemplo, ou de práticas educativas de educadores sociais, organizando, registrando as informações sobre a experiência, refletindo sobre elas e comunicando-as de forma crítica, reflexiva e dialógica.

Eu mencionei pesquisa participativa e sua relação com Carta Pedagógica. Uma das suas características intrínsecas é que uma carta é escrita para alguém ou para coletivos e requer uma resposta. Este movimento dá a característica de participação, realizada por meio da escrita e troca de cartas, mas também pela partilha delas com outros grupos, isto é, a sua publicização (circulação) em espaços educativos. Vou apresentar rapidamente a pesquisa participante e sua relação com a Educação Popular.

Em um livro que escrevi sobre Educação de Jovens e Adultos, iniciado em 2021 e publicado em 2022, discuto "instrumentos metodológicos alinhados com a Educação Popular: Círculos de Cultura, Cartas Pedagógicas, Roda de Conversas, Sistematização de Experiências, Complexo Temático, Temas Geradores, etc." (PAULO, 2022, p.132). A pesquisa participante pode empregar esses instrumentos metodológicos.

De acordo com Brandão (1988), a pesquisa participante, uma das modalidades de pesquisas participativas, é "uma modalidade nova de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares." (1988, p.09).

Tradicionalmente, a pesquisa era vista como um domínio de intelectuais, distante da realidade cotidiana. No entanto, com as mudanças políticas e sociais, especialmente após os anos 1960 com a Educação Popular, a pesquisa participante ganhou destaque como uma abordagem política, pedagógica e participativa. Alguns dos principais autores que tenho utilizado e suas ideias, são:

1. **Fals Borda (1988) e Paulo Freire (1988)**: Pioneiros na pesquisa participante, defendiam que a ciência não é neutra e objetiva. Eles enfatizavam a importância da interação e do envolvimento dos sujeitos na pesquisa.

2. **Brandão (1988; 2006)**: Apresenta a pesquisa participante como uma modalidade de conhecimento coletivo, focada nas condições de vida das classes populares. Ele destaca a importância da participação ativa do pesquisado e a contribuição da pesquisa para a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.

3. **Streck e Adams (2011)**: Enfatizam que a pesquisa participante busca

reduzir o risco de direcionamento exclusivo pelo pesquisador, valorizando a participação ativa dos sujeitos envolvidos.

4- **Thiollent (1986)**: Precursor da pesquisa-ação, descreve-a como uma pesquisa social empírica realizada em associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo.

Em resumo, a pesquisa participante é percebida como uma ferramenta político-pedagógica da Educação Popular para a construção coletiva do conhecimento, valorizando a experiência e o envolvimento ativo e crítico dos indivíduos. Ela tem o potencial de transformar práticas educacionais e sociais, especialmente no campo da educação, seja ela escolar ou não escolar.

Em uma das minhas experiências com o uso de Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisa participativa, pude perceber a importância dos conhecimentos da formação profissional, curriculares e experienciais de educadoras que nunca haviam escrito sobre sua própria experiência, nem refletido e dialogado sobre elas com colegas. Ficou claro que o uso de Cartas Pedagógicas teve um impacto significativo na prática pedagógica dos educadores, valorizando suas experiências de vida e profissionais. Portanto, o uso de Cartas Pedagógicas, aliado à Sistematização de Experiências, é uma abordagem promissora na pesquisa em Educação Popular. Essas ferramentas possibilitam a valorização das memórias, experiências e conhecimentos dos educadores.

Anexo, a esta Carta Pedagógica, um livro que organizei junto com Ivo Dickmann, publicado em 2020. Sugiro a leitura da Carta Pedagógica de Ivanio Dickmann, intitulada "As dez características de uma carta pedagógica". Vou apresentar rapidamente um resumo para concluir a resposta à pergunta que me foi feita na aula de ontem, mas que era uma dúvida de muitos. Então vou apontar as dez características de uma carta pedagógica:

1. **Ponto de partida**: Toda carta pedagógica começa com a história de vida e realidade de quem escreve, expressando a vida e experiências do autor.

2. **Objetivo da escrita**: A carta pedagógica tem a intenção de iniciar um diálogo sobre um tema específico, buscando ensinar, aprender e conectar pessoas.

3. **Por que é pedagógica**? Difere de outras cartas por desejar produzir

conhecimento e ter uma postura política clara.

4. **O efeito da carta pedagógica**: Ela convida à aproximação, ao diálogo, chama à resposta e estabelece uma relação pessoal.

5. **O conteúdo da carta pedagógica**: Pode conter notícias, informações, mensagens e reflexões, sendo uma ferramenta inclusiva de expressão.

6. **Escrever exige compromisso**: O autor deve estar comprometido com o que escreve, refletindo sua postura e visão de mundo.

7. **As potências da carta pedagógica**: Tem a capacidade de atingir aspectos lógicos/racionais e emocionais das pessoas, humanizando as relações.

8. **Para quem escrevemos?** A carta é direcionada a um "outro", buscando interação e compreensão mútua.

9. **A resposta da carta pedagógica**: Uma carta pedagógica espera uma resposta, incentivando a produção de conhecimento e diálogo.

10. **O método de escrita da carta pedagógica**: Pode ser escrita de várias formas, seja individualmente ou coletivamente, e pode seguir diferentes metodologias ou ser livre em sua estrutura.

Finalmente, o autor enfatiza a importância das Cartas Pedagógicas como ferramentas de diálogo, aprendizado e conexão entre as pessoas. Minhas pesquisas demonstram o poder pedagógico transgressor do trabalho com Cartas Pedagógicas. Acredito que a continuidade do trabalho com Cartas Pedagógicas é fundamental para a construção de uma educação socialmente justa.

Espero ter conseguido estabelecer um diálogo com vocês por meio desta Carta Pedagógica e que ela sirva como um convite para que vocês também escrevam Cartas Pedagógicas. Desejo que ela sirva como inspiração e reflexão para todos vocês, educadores sociais, e que possamos juntos construir uma educação mais humanizada, crítica e emancipatória.

Com estima e esperança,

Fernanda dos Santos Paulo
Agosto de 2022.

Referências

BORDA, Orlando Fals. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo. (org.). Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

DICKMANN, Ivanio. **As dez características de uma carta pedagógica**. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (org.). Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular. 1. ed. Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

FREIRE, Paulo. **Criando de pesquisa alternativa**: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

JARA H. Oscar. **A sistematização de experiências**: prática e teoria para outros mundos possíveis. Tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pinevro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. 1. ed. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (org.). **Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular**. 1. ed. Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a Educação Popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

STRECK, Danilo; ADAMS, Telmo. Uma prática de pesquisa participante: análise da dimensão social, política e pedagógica. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v.20, n.44, p.481-497, set./dez., 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

Carta Pedagógica 3
EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO SOCIAL

Prezados Educadores e Educadoras sociais,

Em resposta às dúvidas levantadas na última aula, através do chat pedagógico, sobre o tema da **Educação Popular e educação social**, escrevo esta Carta Pedagógica. Agradeço as perguntas que servirão de base para este texto.

A história da Educação Popular no Brasil é rica e diversificada, e abordo este tema com grande respeito e admiração, buscando traçar um panorama histórico e refletir sobre seus impactos e desafios atuais. Na minha tese, trago os sentidos e significados da Educação Popular, tema que abordarei na próxima aula.

Desde o final dos anos 1950, acompanhamos o surgimento e consolidação da **Educação Popular**, marcada pelos ideais democráticos que permearam a sociedade brasileira. Este movimento ganhou força e reconhecimento nos anos de 1960, especialmente com as contribuições de Paulo Freire, cujas **ideias revolucionaram a pedagogia** e se tornaram referência mundial. Freire propôs um debate profundo sobre a **conscientização**, a compreensão da realidade e nosso papel transformador no mundo. Seu legado é referência em várias áreas e campos de atuação de diferentes profissionais.

Com relação à **intencionalidade** da educação, Freire anunciou uma "educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação" (1987, p. 67). Portanto, essa educação "Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo." (FREIRE, 1987, p. 67). Lembro que o conteúdo não existe apenas na escola e vocês, educadores (as) sociais, trabalham com o **conteúdo da vida, das políticas sociais e da cidadania**. É o que eu chamo de **pedagogia dos direitos sociais**.

Freire e Betto (1985) colocaram que a **Educação Popular** enfrentava desafios na integração com a escola formal, dadas as restrições do currículo oficial e a necessidade de cumprir programas de ensino em um período limitado. A **metodologia dialética** teria muito a contribuir com a escola, segundo os autores, pois ela parte da **prática social** dos educandos, ligando **teoria e prática** a partir da realidade refletida. Esta abordagem parte do pessoal ao coletivo e do específi-

co ao geral, com a teoria servindo como guia para a transformação da realidade.

Em meus estudos, observei que, ao longo das últimas quatro décadas, a Educação Popular enfrentou grandes desafios, mas também celebrou conquistas significativas. Entre as conquistas, destaco a valorização da educação democrática, as lutas pelos direitos sociais e os movimentos de alfabetização e conscientização. A trajetória da Educação Popular é marcada pela resistência ao Estado antidemocrático, ao capitalismo opressor e às práticas educativas bancárias.

A Educação Popular é definida por sua **intencionalidade político-pedagógica emancipatória**, buscando fortalecer a classe popular como protagonistas de sua libertação. Ela visa influenciar a subjetividade popular, promovendo uma leitura crítica da sociedade e da educação (TORRES, 2008). Além disso, a Educação Popular desenvolve metodologias e didáticas próprias, como é o caso das **Cartas Pedagógicas** que apresentei na aula anterior.

A **Educação Popular** é uma concepção teórico-prática amplamente reconhecida na América Latina, associada ao trabalho comunitário, educação de adultos, movimentos sociais e nas últimas décadas presentes em outras áreas e contextos, como é o caso da área da saúde.

A Portaria Nº 2.761, de 2013, institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Essa política visa promover a participação popular, gestão participativa, cuidado, formação e práticas educativas em saúde. Ela é orientada por princípios como diálogo, amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento, emancipação e compromisso com a construção de um projeto democrático e popular. Esse é um exemplo da presença da Educação Popular nas políticas sociais e em contextos não escolares. Paulo Freire é destacado como uma das principais referências da Educação Popular em saúde.

A obra de Paulo Freire é considerada a maior contribuição da América Latina para o contexto da educação (escolar e não escolar). Em muitos países, a pedagogia crítica, influenciada pelo trabalho de Freire, foi introduzida como uma "novidade teórica" (TORRES, 2008).

Embora as ideias de Paulo Freire não fossem tão presentes no contexto universitário, atualmente observa-se uma retomada do estudo de Paulo Freire e da Educação Popular nas instituições acadêmicas (PAULO, 2018).

Temos que lembrar do cenário marcado pela pandemia do COVID-19, onde enfrentamos novos desafios. Vimos a necessidade de isolamento social e a necessidade de transformar nossas práticas pedagógicas nos levou a refletir sobre

a essência da Educação Popular. Neste contexto, a Educação Popular se reinventou; apresentou-se como uma ferramenta valiosa de luta e esperança capaz de promover a conscientização e a transformação social. Educadores aprenderam a utilizar as tecnologias e buscaram ferramentas para promoção de atividades participativas síncronas com base na Educação Popular.

Nós, da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), não deixamos de oferecer o nosso curso que acontece desde 2010. Inicialmente presencial, após a experiência de cursos on-line fizemos a opção por continuar nesta modalidade, pois assim contemplamos várias pessoas em diferentes cidades, estados e até outros países.

Lembro do meu amigo Oscar Jara Holliday que em uma palestra sobre Educação Popular em tempos de Pandemia nos convidou para ver este momento histórico como uma oportunidade de aprendizado e transformação. Foi isso que a AEPPA fez.

É essencial que nós como educadores e educadoras busquemos alternativas pedagógicas que valorizem a participação popular, a construção coletiva do conhecimento e a promoção da cidadania.

Além da Educação Popular, emergiram outras modalidades de educação, sendo uma delas a Educação Social. Esta é a razão pela qual estou escrevendo esta Carta Pedagógica, já que vocês solicitaram que eu contextualizasse o tema.

Muitos textos que vocês podem ter lido apresentam a concepção de Educação Social como quase idêntica à da Educação Popular. Notei algumas diferenças, mas que não caracterizariam a compreensão da educação social como uma corrente pedagógica, como é o caso da Educação Popular.

Minha tese é de que a Educação Social é um campo de atuação em contextos educativos não escolares institucionalizados e está se constituindo como uma área de conhecimento. Para argumentar em torno da minha tese, vou diferenciar brevemente o que entendo por campo, área e corrente pedagógica[3]. Entendo o campo de atuação como o contexto de trabalho em que uma pessoa ou organização exerce suas atividades. O campo de atuação pode ser determinado pela formação acadêmica e profissional do trabalhador. A área de conheci-

[3] Sugiro o livro "História das ideias pedagógicas no Brasil", de autoria de Dermeval Saviani. A obra é uma referência no campo da história da educação brasileira e aborda as principais correntes pedagógicas que influenciaram a educação ao longo da história. Em relação a Paulo Freire, o autor examina suas contribuições e seu papel histórico como uma "referência de uma pedagogia progressista e de esquerda". Menciona as experiências de Educação Popular associada ao Freire.

mento se refere a uma categoria específica de conhecimento que é estudada e pesquisada. A Educação Social tem sido um tema de pesquisa de muitos estudiosos no Brasil, por exemplo. Portanto, pode ser considerada uma área emergente.

Assim, tenho entendido a **Educação Social** como um campo de atuação que se refere ao contexto, por exemplo, de atuação do educador social. Até o presente momento, é um campo que está se constituindo. Uma novidade que compartilhei com vocês na primeira aula foi que temos incluído no catálogo de cursos tecnólogos, o curso superior em educação social - também mencionei que a AEPPA encaminhou ofícios para solicitar agenda com Institutos Federais levando a demanda desse curso com base na Educação Popular freiriana. Lembram-se?

Nós da AEPPA defendemos uma **formação superior específica para educadores (as) sociais**. Tenho dito nos espaços em que atuo, que eu aprendi e tenho a concepção de que toda educação é social. Com o tempo, observei mudanças ocorridas e que surge, no Brasil, um novo sentido para a Educação Social.

Na minha visão, a **Educação Social** não é uma corrente pedagógica, mas tem se consolidado como uma área específica de pesquisa e um campo multidisciplinar no contexto de Educação Não Escolar Institucionalizado. Ela se destaca pelo seu foco na promoção dos Direitos Humanos, na prevenção de problemas sociais e na formação para a inclusão social.

A Educação Social, conforme tenho lido, é definida como *uma abordagem educacional que vai além da simples transmissão de conteúdo em espaços oficiais. Ela é baseada em uma visão ético-política e se diferencia da educação tradicional que certifica, atribui titulações e regimenta currículos*.

No entanto, discordo parcialmente desta definição, pois ao conceituá-la, frequentemente encontro a mesma acepção da Educação Popular sendo transferida para a Educação Social. No entanto, concordo que ela não trabalha com o currículo escolar. Ela tem um currículo próprio, diferente do escolar.

A **Educação Social** é direcionada para os fenômenos sociais resultantes da exclusão social, especialmente buscando construir respostas educativas por meio da **Pedagogia dos Direitos Sociais e trabalho intersetorial e multidisciplinar**. Tenho defendido que a **Educação Popular** é uma das possibilidades teórico-práticas de atuação nesse campo.

Na minha compreensão, a **Educação Social** é caracterizada por práticas

pedagógicas que ocorrem fora do contexto escolar (ensino escolar), contribuindo com trabalho educativo destinado a resolver problemas sociais por meio da mediação pedagógica, mediante um trabalho intersetorial e multidisciplinar.

A maioria dos educadores (as) sociais realizam a chamada Educação Social a partir da política da assistência social, com públicos diversos: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em espaços públicos institucionais. Geralmente direcionada a grupos em situação de vulnerabilidade social. Chamo a prática educativa de educadores (as) sociais como uma **Pedagogia dos Direitos Sociais**, focada nos Direitos Humanos e na inclusão social.

Antes de concluir, é importante mencionar o professor Streck (2005) nesta Carta Pedagógica. Ele discute a influência da Educação Popular em relação ao Estado. A chegada ao poder de partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) gerou novas esperanças e experiências, como a de Paulo Freire na Secretaria de Educação de São Paulo.

Streck (2005) também destaca que a ascensão de governos progressistas trouxe a Educação Popular para o âmbito do Estado. Segundo ele, o objetivo final da Educação Popular é estabelecer uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos possam ter voz e participar ativamente na construção do bem comum. Note que as definições de Educação Social são muito semelhantes às apresentadas em muitos textos sobre Educação Popular.

Daí a necessidade de esclarecer os conceitos. Marlene Ribeiro (2006) já havia alertado sobre isso. Em seu artigo, ela procura apresentar elementos históricos que permitam um debate sobre o conceito de educação social. Ela associa a educação social como resposta às demandas de políticas sociais públicas, especialmente aquelas voltadas para populações de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Me identifico com essa concepção histórica, e situo a Educação Social como campo de atuação, até o momento, de educadores (as) sociais; embora esse campo não tenha sido institucionalizado, ele é reconhecido pelos trabalhadores (as) como tal. Recomendo a leitura do texto de Ribeiro (2006).

Por fim, concluo esta carta reforçando a importância da Educação Popular como instrumento de transformação social. Em tempos de incertezas e desafios, é fundamental que nos apropriemos das lições e práticas da Educação Popular, buscando construir uma sociedade mais justa, democrática e participativa.

Com estima e compromisso pedagógico,
Fernanda Paulo
15/08/2022.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular na escola cidadã**. Vozes, Petrópolis, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. **Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 nov. 2013.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. **A formação dos (as) educadores (as)populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA**. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e Educação Social**: Conceitos em Superfície e Fundo. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006.

TORRES, Alfonso. **La educación popular**. Trayectoria y actualidad. Bogotá: El Búho, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. campinas, SP. Autores Associados: 2013.

STRECK, Danilo. A Educação Popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

Carta Pedagógica 4
REGISTRO E PARTILHA DE LEITURAS DE PAULO FREIRE

Queridos cursistas,

Apresento-lhes uma Carta Pedagógica que redigi acerca do livro "Conscientização" de Paulo Freire. Esta carta foi elaborada para um evento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Considerando o conteúdo da mesma e tendo Paulo Freire como um de nossos principais referenciais, acredito que será de grande valia para este curso.

Após revisar a obra "**Conscientização: Teoria e Prática da Libertação - Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire**" (FREIRE, 1979), decidi compartilhar com vocês a introdução do livro por meio de uma Carta Pedagógica. A obra em questão foi organizada pelo Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (Paris, França). No prólogo do livro, consta que Paulo Freire aceitou ser presidente do instituto em julho de 1970, pois acreditava que a instituição estava comprometida com um projeto de "desenvolvimento verdadeiramente libertador." (EQUIPE INODEP, 1979, p. 9).

Paulo Freire tinha o hábito de **dialogar com o mundo através da escrita,** compartilhando suas experiências e reflexões. Uma das formas que ele utilizou para esses diálogos foi através de Cartas.

Para nós da Educação Popular, a **Carta Pedagógica** é uma forma que explicita uma escrita reflexiva, "de criação e de recriação" (FREIRE, 1992, p. 54). Ela ajuda a estabelecer uma **conexão** entre mim e vocês, que estão do outro lado da tela. Além disso, estabelece uma relação com o conteúdo do livro, a partir da minha experiência de estudo das obras de Paulo Freire.

De acordo com Camini (2012), uma carta pedagógica precisa interagir, comunicar e provocar um **diálogo pedagógico**. Ou seja, as cartas pedagógicas têm um caráter político-pedagógico e expressam nossa leitura de mundo. Elas têm **intenção política** e **conteúdo educativo**.

Escrevi esta carta no dia 11/04/2021, domingo – dia em que reli o livro, sistematizei algumas ideias e acompanhei as conversas registradas no grupo do WhatsApp chamado "Colóquio Paulo Freire da região sul". Neste grupo estão representantes dos Fóruns de EJA do RS, SC e Paraná. Este coletivo foi in-

cansável na organização desta atividade. Graças ao trabalho freiriano deste grupo, pude optar por uma Carta Pedagógica em vez de uma exposição tradicional do livro. Espero que gostem e escrevam uma Carta Pedagógica para mim, contando sobre o nosso encontro de hoje (15/04/2021).

Como mencionei anteriormente, reli o livro hoje (11/04) e, com base nos meus estudos prévios, arriscaria dizer que este livro compõe o segundo momento do pensamento de Paulo Freire. O primeiro ciclo do pensamento de Paulo Freire abrange as produções dos anos de 1950 até 1964 – um contexto histórico marcado pelo desenvolvimentismo, pelo surgimento de Movimentos de Cultura Popular, da Educação Popular, do "Método Paulo Freire", entre outros. Recomendo conferir este período na sua tese (**Educação e atualidade brasileira**), apresentada em 1959 para a cadeira de História e Filosofia da Educação da Universidade de Pernambuco.

No segundo momento, pós abril de 1964 até seu retorno ao Brasil, está o livro que vamos estudar, refletir e problematizar hoje - enfatizando conceitos e experiências do autor. Acredito que vocês leram o livro ou tiveram contato com resumos ou resenhas para se prepararem para este encontro. Portanto, esta carta se torna muito mais pedagógica porque ao ouvirem a leitura dela poderão rememorar seus momentos de estudos e reflexões sobre o livro "*Conscientização*".

O livro é dividido em três partes, cada uma delas apresentando conceitos fundamentais para a compreensão da Pedagogia de Paulo Freire. Entre os conceitos e categorias, podemos destacar: Conscientização, práxis humanas, práxis históricas, práxis coletivas, práxis da libertação, opressão-oprimido, manipulação, alienação, consciência crítica, consciência ingênua, tomada de consciência, educação bancária, ação cultural, revolução cultural, classe popular, classe oprimida, classe dominante, classe dominada, classes pobres, utopia, conhecimento crítico e outros.

Tenho estudado a Educação Popular por mais de 20 anos e neste livro Paulo Freire menciona o trabalho político e educativo do movimento de Educação Popular (MEP). Ele também relata a perseguição de intelectuais durante o Golpe Civil Militar, sendo o movimento considerado uma ameaça – perigoso e transgressor. Além disso, a obra traz a experiência com os Círculos de Cultura do MEP.

No prólogo do livro, escrito por uma equipe do INODEP – Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (Paris, França), encontramos a afirmação: "**A conscientização é um método pedagógico de libertação**"; mais

adiante lemos que uma das linhas de investigação é "estudo das relações entre uma teologia libertadora e uma educação libertadora" (EQUIPE INODEP, 1979, p.8). O título do livro destaca que a **libertação** é um conceito chave na definição de **conscientização**.

Na última parte do livro encontramos o seguinte fragmento: "**não há diferença entre a ação cultural para a libertação e a revolução cultural.**". Este conceito de "**revolução cultural**" merece um estudo mais profundo. No entanto, quero focar no conceito de conscientização que aparece neste livro. Muitos afirmam, erroneamente, que Paulo Freire não citava obras e outros autores. Portanto, quero compartilhar com vocês a influência de **Álvaro Vieira Pinto** na compreensão e revisão do conceito de conscientização por Freire.

Paulo Freire faz referências a centenas de autores em suas obras. Em "Conscientização: Teoria e Prática da Libertação", ele cita dezenas de autores além de Álvaro Vieira Pinto. Rapidamente citarei alguns: Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Caio Prado Júnior, Manuel Nóbrega, Lourenço Filho, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Acredito que vocês estejam curiosos sobre o diálogo de Paulo Freire com outros autores. Se estou certa vou citar 3 autores e o conteúdo referenciado por Freire a partir deles: 1) **Anísio Teixeira** para Educação e Democracia; 2) **Florestan Fernandes** para Brasil como comunidade política; e 3) **Gilberto Freyre** para Colonialismo brasileiro.

Mas o que eu realmente queria escrever e compartilhar é sobre o conceito de **conscientização** de Paulo Freire e a presença de Álvaro Vieira Pinto. Na obra estudada, Freire cita o educador: "Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo 'conscientização' por ser este o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade foi criado por uma equipe de professores do **Instituto Superior de Estudos Brasileiros** por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro..." (1979 p.15). Mas quem foi **Álvaro Vieira Pinto**?

Foi filósofo escritor e um político-intelectual que lutou em defesa da democracia no século XX. Paulo Freire citou duas de suas obras em seus trabalhos: Consciência e Realidade Nacional (1960) e Ciência e Existência (1968).

Em *Educação como prática da liberdade*, Freire o chamou de "Mestre brasileiro" (FREIRE, 1967, p. 67). Paulo Freire citou Álvaro Vieira Pinto em pelo menos 8 livros. É importante destacar que Freire manteve a referência a Álvaro Vieira Pinto ao longo de seus anos de produção, citando-o 5 vezes em Educação e atualidade brasileira, de 1959, e também em seu último livro, *Pedagogia da* au-

tonomia, de 1996.

Freire considerava **Álvaro Vieira Pinto** um amigo e manteve contato com ele antes, durante e após o exílio. Para quem deseja conhecer mais sobre a relação entre os dois, sugiro o livro Por uma pedagogia da pergunta, onde Freire menciona uma conversa que teve com "o grande filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto".

Retomando o contexto das obras de Paulo Freire e o conceito de **conscientização**, é fundamental conhecer não só a influência de Álvaro Vieira Pinto, mas também de outros intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), citados em suas obras. Entre eles está **Guerreiro Ramos**, que trabalhou com os conceitos de consciência ingênua e consciência crítica em seu livro *A redução sociológica* (1958).

Para Freire, não há uma passagem automática de consciência ingênua para consciência crítica. Ele afirma no livro que estamos estudando "Para compreender os níveis de consciência, devemos considerar a realidade histórico-cultural" (FREIRE, 1979, p.33). Esses níveis estão associados ao conceito de t**ransitividad**e (em movimento e processual). Ou seja, a consciência é o lugar de transitividade: é consciência de algo e consciência para alguma coisa.

Poderíamos dizer que Freire dialoga explicitamente com duas vertentes filosóficas ao tratar dos níveis de consciência e da conscientização: **fenomenologia e marxismo**. Da mesma forma, a influência da **teologia da libertação** é visível. Rapidamente vou argumentar sobre o que afirmei:

1. **HEGEL, NA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO**: "consciência de si, há uma outra consciência de si". Podemos aproximar ao que Freire chama de "consciência transitiva ingênua".

2. **TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**: educação libertadora é permanente e não se realiza unicamente em suas consciências; ela se realiza na transformação radical das estruturas, e no processo de mudança as consciências se transformam.

3. **MARXISMO**: "A conscientização, implicando nesta reflexão crítica como algo dando-se e também no anúncio de outra realidade, não pode prescindir da ação transformadora sem a qual não se concretiza o anúncio." (FREIRE, 1981, p. 94). Freire quer dizer que não basta apenas que os oprimidos superem a consciência ingênua, a alienação. É necessário a organização consciente e a luta da classe popular pela transformação radical da realidade. **Então conscientiza-**

ção implica práxis revolucionária.

A obra que apresento foi escrita em 1979, após Paulo Freire ter viajado para vários países e ter sido influenciado pela **Teologia da Libertação** (Helder Câmera foi seu amigo na primeira fase dos escritos) e pelo marxismo, entre outros. Em *Pedagogia do Oprimido*, encontramos referências a autores marxistas.

Freire trabalhou no **Conselho Mundial das Igrejas** (CMI), no **Instituto de Ação Cultural** (IDAC) e em países africanos. Ele revisitou, reformulou e sustentou conceitos a partir das experiências vividas. É importante destacar que a ***Conscientização*** é um conceito central do legado de Paulo Freire, tanto que ele retoma o conceito em *Pedagogia da Autonomia*.

A Conscientização foi uma das palavras consideradas "perigosas" durante o regime civil militar, marcado por violentas repressões.

No atual contexto político brasileiro, Paulo Freire continua sendo perseguido, mesmo após sua morte. Nós, que estudamos Paulo Freire, também somos perseguidos e nos tornamos inimigos do projeto atual de educação. Isso ocorre porque temos um governo de extrema direita, Jair Bolsonaro, que "elegeu" Paulo Freire como "inimigo", instituindo essa inimizade em seu plano de governo.

Estou encerrando minha Carta Pedagógica, registrando que temos aqui hoje militantes de Movimentos Sociais Populares, professores da educação básica e superior, educadores (as) de contexto não escolar, estudantes de graduação e pós-graduação, fóruns de EJAs do Brasil e outros profissionais intersetoriais. Acredito que estamos construindo um ato de **resistência política e pedagógica**, lutando para que a pedagogia crítica de Paulo Freire não seja mandada para um "segundo exílio".

Em sintonia contra qualquer tipo de violência, continuamos lutando por um **mundo humanizado**. A **luta política** é uma categoria presente nos livros de Paulo Freire, que nos diz o tipo de luta que devemos fazer: "desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão" (FREIRE, 1992, p. 32).

Com essa citação direta da *Pedagogia da Esperança*, agradeço pela escuta sensível, sensível, protegida, empática e acolhida. Em nome dos Fóruns de EJA da região Sul, desejo uma noite fecunda de diálogos comprometidos com a libertação/emancipação humana.

Fernanda Paulo
Abril de 2021.

Referências

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas**: Aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. Porto Alegre: ESTEF, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes,1979.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.

Carta Pedagógica 5
REFLEXÕES PEDAGÓGICAS: PAULO FREIRE E A POTÊNCIA DA PEDAGOGIA DAS CARTAS

Boa noite, meus queridos estudantes,

É com muita alegria que compartilho uma síntese das leituras, estudos e pesquisa a partir do livro "**Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar**" de Paulo Freire. Nesta Carta Pedagógica, apresento uma análise reflexiva sobre esse livro. Destaco a relevância dessa obra de Freire para temas centrais, como a **valorização da formação docente, a crítica à precarização do trabalho docente e a importância da formação contínua**.

Nesta Carta Pedagógica, quero compartilhar com vocês um pouco do que aprendi e refleti ao ler esse livro. Espero que esta síntese possa despertar o interesse de vocês pela obra completa e, quem sabe, inspirar a escrita de uma Carta Pedagógica.

O livro foi publicado em 1993 e é o décimo de autoria exclusiva de Paulo Freire, seguindo a *Pedagogia da Esperança* (1992) e precedendo *Política e Educação* (1993). Em um vídeo que assisti no *facebook*, chamado "Documento Histórico - Paulo Freire numa das últimas atividades em SP (1991)", Freire conversa com famílias, crianças e educadores/as. Ele conta que escreveu no ano anterior a Pedagogia da Esperança e que estava trabalhando em Política e Educação. Ele também anuncia que em breve lançaria um novo livro, com o título "*Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar*". (recebeu aplausos quando falou do livro.) Ele explica que o livro é composto por **10 cartas** que abordam temas políticos e pedagógicos, criticando "duramente a ideologia do uso tia/tio.

Eu citei esse vídeo porque ele mostra o contexto em que o livro foi escrito, no qual Freire afirma que escreve o livro como um **dever político** para estimular as professoras e professores a lutarem pelos seus direitos, pela sua formação, entre outras lutas.

No livro, Paulo Freire discute temas importantes para a formação de educadores/as por meio de cartas, destacando a **armadilha ideológica** que se esconde no discurso de chamar professoras de tias ou professores de tios. Ele problematiza esse tratamento, com base em referências críticas e com compromisso ético-político, mostrando preocupação com a comunicação. Ele enfatiza a ne-

cessidade de lutar pela **escola democrática**, pela **formação permanente** na qual o diálogo é essencial, e pela valorização dos professores e professoras. Assim, ele estabelece um diálogo crítico com os leitores e as leitoras, buscando apresentar, em suas cartas, questões da prática docente na escola, além da necessidade de uma formação permanente (crítica e humanizadora) que revele a realidade, debatendo situações educativas e temáticas político-pedagógicas como a falsa neutralidade da educação.

Freire ressalta a questão do medo, da necessidade de **superar o medo e ter coragem de mudar** e aprender a lutar a partir da leitura do texto e do contexto, via práxis. Inclusive, ele fala da **prática de registrar** as nossas **experiências educativas**, como instrumento de observação crítica, de leitura, de avaliação e reflexão da nossa prática. Sobre esse convite, do registro, vocês encontrarão na 9ª Carta.

Neste livro, ele aborda temas relevantes para a formação de educadores/as por meio de 10 cartas, nas quais Freire dialoga com os leitores e as leitoras sobre questões da prática docente na escola, além da necessidade de uma formação permanente (crítica e humanizadora) que desvele a realidade.

Para estimular a leitura do livro, vou contar-lhes que ele tem quase dezenas de referências bibliográficas, de autores/as diversos/as, que ele usa para fundamentar suas reflexões. Entre essas referências, destaco o livro "*Dialética do concreto*", de Karel Kosik, que é citado na 9ª carta e nas últimas palavras. Nesse livro, Kosik trata do contexto concreto, da experiência e da rigorosidade metódica. Esse autor é uma das influências filosóficas de Paulo Freire, que também tem como referências o marxismo e a fenomenologia.

Além deste livro, Kosik é citado em outras obras de Freire, como *Ação cultural para a liberdade*, *Pedagogia do oprimido*, *Cartas a Guiné-Bissau*, *Por uma pedagogia da pergunta*, *Pedagogia da esperança*, *Política e educação* e *À sombra desta mangueira.* Sempre mencionando o livro "*Dialética do Concreto*".

Outro tema que Paulo Freire aborda neste livro é o **ato de estudar**, na primeira carta. Ele diz que "o ato de estudar implica sempre o de ler mesmo que neste não se esgote. De ler o mundo, de ler a palavra e assim ler a leitura do mundo anteriormente feita. Mas ler não é puro entretenimento nem tampouco um exercício de memorização mecânica de certos trechos do texto". Ele também trata da identidade cultural, especialmente na 8ª e 5ª carta. Ele defende que a **identidade cultural** deve fazer parte da formação de professores/as iniciantes, enfatizando que no trabalho com a identidade cultural jamais falta um corte de

classe.

Infelizmente, meus queridos alunos e alunas, o livro "**Professora sim, tia não**" não tem sido muito utilizado nos cursos de formação docente. Eu suspeito que isso se deve à falta de estudos sérios sobre as obras de Paulo Freire, que são pouco reconhecidas na universidade e na escola. Por exemplo, nas linhas de pesquisa sobre políticas educacionais, mesmo Freire tendo trabalhado com temas como financiamento da/na educação, formação, reconhecimento e profissionalização docente, ele não é muito citado. No entanto, encontramos nessas cartas assuntos que são frequentemente discutidos nos seminários da área da educação e políticas públicas, como questões salariais e condições de trabalho do docente, práticas educativas democráticas, entre outros pontos.

E, vale lembrar que hoje há contratos de tutores/as, que realizam trabalhos de professor/a – certamente vocês acompanham esse fenômeno. Isso acontece também com os **educadores sociais** e **educadoras sociais**. Temos que refletir sobre isso.

Quero refletir com vocês sobre a atualidade do pensamento e das obras de Paulo Freire; ele denuncia a tentativa de reduzir a professora à condição de tia, tutora, monitora, voluntária, e ou **técnica de desenvolvimento infantil**, como uma expressão ideológica que tenta "adocicar" a vida da professora, "amaciar" a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais". (FREIRE, 1993 a). **Isso significa que essas formas de tratamento são formas de precarizar as nossas relações de trabalho e formação.**

No livro Freire apresenta a realidade vivida por professoras da **Educação Infantil**. Mas podemos fazer reflexões para outras etapas, modalidades, níveis e contextos da educação.

Com base no trabalho do educador social, público principal do curso permanente e anual da AEPPA, apresento algumas perguntas adaptadas a esses profissionais:

1. Como a obra "Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar" de Paulo Freire pode influenciar a prática do educador social no contexto atual?

2. De que maneira a ideologia do uso de "tia/tio" impacta a percepção da sociedade sobre o papel do educador social?

3. Como a Carta Pedagógica pode ser uma ferramenta eficaz para o educador social se comunicar, registrar e refletir sobre sua prática?

4. De que forma a valorização da formação contínua e a crítica à preca-

rização do trabalho docente se relacionam com os desafios enfrentados pelos educadores sociais?

5. Como o conceito de práxis, presente na obra de Paulo Freire, pode ser aplicado no trabalho do educador social para promover uma transformação social efetiva?

6. De que maneira a identidade cultural, discutida por Freire, se relaciona com o trabalho do educador social em comunidades diversas?

7. Como o educador social pode se inspirar na abordagem de Paulo Freire para promover um diálogo crítico e construtivo com as comunidades com as quais trabalha?

Após essas questões, gostaria de apresentar alguns pontos que me chamaram a atenção nos meus estudos, pesquisas e reflexões sobre este livro, entre eles: 1) A Carta Pedagógica neste livro possui referencial teórico e reflexão da prática docente. O conceito de práxis está presente; 2) A Carta Pedagógica, inspirada na Educação Popular, traz posicionamento ético-político em defesa da humanização; 3) Podemos utilizar Carta Pedagógica nas nossas aulas, fazendo aula com Cartas e pedindo Cartas como trabalho síntese dos estudos; 4) Todas as cartas do livro de Paulo Freire possuem títulos e as referências constam em notas de rodapés.

Convido a todos/as a pensar sobre o uso de Cartas Pedagógicas na universidade, na escola e no campo da educação social, respeitando suas especificidades, com rigorosidade metódica e afetividade – sobre isso visitem as últimas palavras de Paulo Freire neste livro (PALOSCHI; PAULO, 2022). Por tudo isso, continuo acreditando que "é possível utilizar Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas (pesquisar com e a partir de cartas) e como instrumento de avaliação participativa, além de Cartas Pedagógicas como prática de ensino e aprendizagem". (PAULO, 2022, p. 133).

Então, para encerrar minha Carta Pedagógica, escrita no dia de hoje, 19/05/2022 – data que inicia o **XXIII Fórum de Estudos: Leituras Paulo Freire**, que acontece, nesta edição, na UNISC. Nesse fórum, temos a modalidade de participação com a escritura de Cartas Pedagógicas – vale à pena conhecer!

Obrigada e espero Cartas Pedagógicas a partir dos estudos e leituras deste livro.

Abraços,

Fernanda Paulo
Porto Alegre, 19 de maio de 2022.

Referências

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: Registros de uma experiência em processo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra,1981.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não** – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho D'água, 1993a.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez,1993b.

REIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 1ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

FREITAS, Ana Lúcia Souza. Fazer a aula com Cartas Pedagógicas: legado de Paulo Freire e experiência de reinvenção no ensino superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 11, p. 1–20, 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PALOSCHI, Acir Luis; PAULO, Fernanda dos Santos. **Carta Pedagógica**: aprendemos com Paulo Freire a denunciar e anunciar. Conquista de escola de Ensino Médio na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, é fruto de mobilização popular. Brasil de Fato, Porto Alegre, 23 jun. 2022.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de Jovens e Adultos e a Educação Popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

Carta Pedagógica 6
AULA COM CARTA PEDAGÓGICA: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

Olá, meus queridos alunos e alunas,

É com grande entusiasmo que me dirijo a vocês, alunos e alunas da do PPGEd da Unoesc, após receber a Carta Pedagógica que tão carinhosamente me enviaram. Através dela, pude perceber o profundo interesse e comprometimento de vocês com a Educação Popular e a Educação Não Escolar, temas que, assim como para vocês, são de grande paixão e dedicação em minha trajetória acadêmica e profissional.

Ao longo dos anos, tenho me aprofundado em estudos e pesquisas que buscam compreender e valorizar a riqueza e a complexidade da Educação Popular, especialmente no contexto brasileiro. E é justamente sobre essa jornada de descobertas e aprendizados que gostaria de compartilhar com vocês neste momento. Por isso, decidi escrever sobre a minha pesquisa atual sobre Educação Popular, que eu desenvolvo no Pós-Doutorado na Unisinos, uma universidade comunitária localizada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, um lugar lindo!

Eu vivo em Porto Alegre, no bairro Lomba do Pinheiro, onde comecei a trabalhar com Educação Popular através dos movimentos populares e da educação comunitária. A Educação Popular sempre esteve presente nos meus trabalhos acadêmicos: na graduação em pedagogia, na especialização, no mestrado e no doutorado.

Agora, no Pós-Doutorado, eu pesquiso: "A memória e história da Educação Popular a partir do levantamento e catalogação das cartas de Carlos Rodrigues Brandão: contribuições para a pedagogia latino-americana". Desde o mestrado, eu me interessei pelas Cartas Pedagógicas a partir de uma experiência na AEPPA, quando construímos uma Carta de Principios, com dimensão política e pedagógica. No início, eu escolhi as cartas como uma curiosidade metodológica na sua relação com a Educação Popular.

As Cartas Pedagógicas são muito relevantes na história da Educação Popular. Eu vou falar mais sobre esse assunto na próxima aula, pois vi que as Cartas Pedagógicas despertaram o interesse de todos. Eu já preparei alguns ma-

teriais sobre Cartas Pedagógicas (FREITAS, 2020; PAULO, DICKMANN, 2020) para compartilhar com vocês. Eu vou mandar por e-mail.

Quando eu fui fazer o doutorado, eu tive acesso a um acervo de cartas pessoais de Carlos R. Brandão. Algumas delas eu usei na minha tese (PAULO, 2018). Outras eu estudo agora porque recebi de presente o acervo de cartas. Brandão me deu esse presente em janeiro de 2019. Em 2020 ele confirmou que o acervo ficaria comigo.

Atualmente, eu trabalho com 469 cartas inéditas, que são o meu objeto de estudo, e que têm importância no campo histórico e educacional, especialmente para a Educação Popular. Eu considero as cartas como pedagógicas (DICKMANN, 2020) e como documentos educativos. Eu defino as Cartas Pedagógicas de Carlos Rodrigues Brandão como memória pedagógica e como registro de experiências vividas e compartilhadas.

Talvez vocês já conheçam o Brandão. Ele é muito conhecido no Brasil e em outros países da América Latina. Ele tem muitos livros publicados. Eu recomendo "O que é Educação Popular".

As cartas de Brandão mostram ser fontes significativas para a Educação Popular, principalmente no contexto político-cultural atual do Brasil. Hoje em dia, a educação está baseada em políticas conservadoras, sustentadas pelo neoliberalismo (GENTILI, 1994; 1996). A pedagogia da política neoliberal é da exclusão – diferente da pedagogia crítica de Paulo Freire, que vocês já conhecem e terão a oportunidade de aprofundar os conhecimentos nas minhas aulas.

Por fim, com base nas cartas recebidas de vocês, no tema do meu componente curricular e no contexto da Educação Não Escolar, apresento três perguntas para reflexão:

1. Como a Educação Popular pode ser aplicada em contextos de Educação Não Escolar para promover uma formação crítica e transformadora?

2. De que maneira as Cartas Pedagógicas podem servir como ferramentas pedagógicas na Educação Não Escolar, incentivando a reflexão e o compartilhamento de experiências vividas?

3. Considerando o atual cenário político-cultural do Brasil, marcado por políticas conservadoras e sustentadas pelo neoliberalismo, como a Educação Não Escolar pode se inspirar nos princípios da Educação Popular e na pedago-

gia crítica de Paulo Freire para resistir e promover uma educação inclusiva e emancipatória?

Um abração, Fernanda Paulo.
13/11/2020.

Referências

DICKMANN, Ivanio. **As dez características de uma carta pedagógica**. In: PAULO, Fernanda dos Santos; Dickmann, Ivo (org.). Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular. 1. ed. – Chapecó: Livrologia, 2020. p.37-51. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Carta sobre Cartas Pedagógicas**: experiência e reinvenção do legado de Paulo Freire. In: DICKMANN, Ivânio (org.). Diálogo Freiriano. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019, p.55-64.

GENTILI, P. **O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional**. In: GENTILI, P. e SILVA, T T(Eds.), Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação**: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996. p. 9-49.

PAULO, Fernanda Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 2018.268 f. Tese (Doutorado em educação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos; Dickmann, Ivo (org.). **Cartas pedagógicas**: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular. 1. ed. – Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

Carta Pedagógica 7

CARTA PEDAGÓGICA NA COMUNIDADE: LÍDERES COMUNITÁRIOS E O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC)

Nesta noite gelada de inverno, promovemos esta reunião educativa com lideranças comunitárias. Com afeto, elaborei quatro Cartas Pedagógicas sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). A proposta é distribuí-las para estudo em grupos. Os temas são:

1. Estado e Organizações da Sociedade Civil;
2. Estado e Movimento Social;
3. Estado: neoliberalismo e terceira via;
4. Reflexões sobre as parcerias público-privadas em Porto Alegre.

Ao iniciarmos nossa Roda de Conversas, gostaria de ouvir o que sabem sobre a história das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) em Porto Alegre. Após a roda, apresentarei reflexões para este grupo. Esta Carta Pedagógica é meu plano didático e também será usada no curso de formação de educadores (as) sociais.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC's), frequentemente referidas como ONGs, têm assumido um papel cada vez mais proeminente no Brasil, graças à Lei nº 13.019/2014. Estas organizações emergiram no Brasil na década de 1950, e vocês tem o conhecimento de que a primeira vila do nosso bairro a organizar uma associação de moradores foi a Vila São Francisco na Parada 3. Recordo-me de ter lido em um documento que isso aconteceu em 1955. Alguns citam o ano de 1957 ou 1958.

É fundamental que conheçamos nossa história para compreender melhor a história mais abrangente de nossa cidade. **Qual era o objetivo das associações de bairro e de moradores?** Inicialmente, elas se focavam nas necessidades básicas e, em grande parte, estavam associadas à Igreja.

Anotem no caderno de vocês as demandas dos anos de 1960, 1970 e 1980 aqui na Lomba do Pinheiro. Comparem com as atuais demandas.

Lembro-me que na década de 1980 foi fundada a União de Vilas da Lomba do Pinheiro, cujo objetivo era reunir todas as associações da região. Esse

período foi caracterizado por um aumento populacional e o surgimento de muitos movimentos reivindicatórios. Minha mãe sempre falava das demandas por água, luz, transporte coletivo, escola, posto de saúde, abertura de ruas, etc.

Em outra ocasião, podemos organizar uma roda de leituras com base no livro Lomba do Pinheiro, Memória dos Bairros. Nele são contadas as histórias de lutas, mobilizações e demandas comunitárias do nosso bairro.

Em Porto Alegre, desde a década de 1990, a maioria das OSC's faz parte da rede socioassistencial do município, juntamente com a sede Administrativa da FASC e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Elas prestam serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade, com execução própria e Rede Parceira. Eu recupero parte desta história em minha dissertação e em um artigo cujo recorte discuto o contexto de trabalho dos educadores (as) sociais e da Educação Infantil. No último caso, até hoje não são reconhecidas como professoras. (PAULO, 2013; 2019).

O principal ponto que quero trazer é fundamental. Para isso, precisamos nos livrar de pré-conceitos e refletir sobre o que vou apresentar.

Precisamos falar do nosso passado para entender as relações entre o público e o privado hoje. Precisamos discutir Estado e capitalismo.

Precisamos entender as redefinições do papel do Estado a partir das parcerias público-privadas. Eu não entendia nada disso antes de estudar no mestrado na UFRGS. Tive aulas com Vera Peroni e aprendi muito com ela. Fui aprendendo a partir da minha experiência como moradora deste bairro e trabalhadora em várias Organizações da Sociedade Civil (OSC's). Compreendi que, de fato, como ela dizia e escrevia, houve uma mudança no foco da participação da sociedade como movimento comunitário que reivindicava, se mobilizava para tornar-se uma ONG de execução de políticas sociais. Aprendi que essa forma de organização se chama Terceira Via, que significa transferir para o terceiro setor a responsabilidade do Estado em executar os serviços sociais para a sociedade civil. (PERONI, 2003).

Vejamos que o foco da participação da sociedade mudou. Não se reivindica mais, ou pouco se faz, tampouco fazemos o controle social porque agora nos cabe a execução dessas políticas que antes cobrávamos do Estado. Não sei se conseguem entender o que quero anunciar.

Portanto, essa realidade de parceria público-privada não deve ser analisada de maneira abstrata, mas precisa ser interpretada e refletida em nosso contexto político, econômico, cultural e social.

Atualmente, ouço muitos de vocês se autodenominarem comunitários, público não-estatal, quase como se fossem os salvadores da cidade e do bairro. Vamos parar e pensar. Isso só existe porque se criou um imaginário de que o Estado está em crise e que para resolver essa crise era necessário enxugar o Estado. Uma das soluções foi as parcerias público-privadas, também conhecidas como terceiro setor.

Lembro-me das palavras de Vera Peroni (2015), como se ela estivesse aqui entre nós. Ela dizia que tanto o neoliberalismo quanto a terceira via são teorias que diagnosticaram que o Estado está em crise por sua própria culpa. Ou seja, o Estado é responsável pela crise. Com isso, essas duas teorias propõem estratégias para superar essa crise. O neoliberalismo defende o Estado mínimo por meio da privatização. A terceira via propõe a parceria com o terceiro setor. Ambas as teorias concordam que o Estado não deve ser o único responsável pela execução das políticas, cujas estratégias são: o neoliberalismo transfere a responsabilidade das políticas sociais para o mercado. A terceira via transfere essa responsabilidade para a sociedade civil sem fins lucrativos (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009). Vera Peroni (2015) trazia a concepção de democracia neste contexto, ressaltando que para o neoliberalismo, a democracia é um obstáculo ao funcionamento do mercado. Já a terceira via defende o fortalecimento da democracia, tanto que a ideia que Giddens (2001) defendeu foi a de "democratizar a democracia".

A ideia de democratização implica que a sociedade deve assumir as tarefas que antes eram responsabilidade do Estado. O conceito de participação é redefinido para significar responsabilidade na execução de tarefas. Como vocês se veem nessas teorias?

Não é possível discutir o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) sem essas reflexões.

Para muitos, o MROSC é visto como um avanço significativo na relação entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil (OSC's), frequentemente referidas como ONGs. Esta ampla agenda política tem como objetivo criar um ambiente jurídico e institucional mais favorável e transparente para as OSC's, estabelecendo diretrizes claras para sua atuação e parceria com o Estado.

A necessidade de um marco regulatório decorre da crescente importância das OSC's na sociedade contemporânea. Ouvimos e lemos sobre o MROSC, que argumenta que as organizações desempenham um papel crucial na promoção de causas sociais, ambientais e culturais, muitas vezes preenchendo lacunas

deixadas pelo Estado. Pergunto: serão realmente lacunas ou é um projeto de Estado? A Lei nº 13.019/2014, que regulamenta o MROSC, entrou em vigor para a União, Estados e Distrito Federal em janeiro de 2016 e para os municípios em janeiro de 2017.

A legislação estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Essas parcerias visam realizar finalidades de interesse público e recíproco, por meio de atividades ou projetos definidos em planos de trabalho. Essas parcerias podem ser formalizadas por meio de termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação. Os principais Eixos do MROSC são:

1. **Contratação**: Estabelece mecanismos para que o poder público possa contratar OSC's para execução de projetos específicos. A transparência é garantida através de editais públicos, assegurando que todas as OSC's interessadas tenham oportunidades iguais de acesso.

2. **Certificação**: Introduz critérios rigorosos de certificação para as OSC's e seus dirigentes. A "ficha limpa" torna-se um pré-requisito, garantindo que organizações que buscam verbas públicas estejam em conformidade fiscal.

3. **Parcerias**: A Lei nº 13.019/2014, que regulamenta o MROSC, define o regime jurídico para parcerias entre a administração pública e OSC's. Estas parcerias visam a realização de objetivos de interesse mútuo, formalizadas através de diversos instrumentos, como termos de colaboração e fomento.

Embora o MROSC represente um avanço significativo no que se refere a "estabelecer um marco legal para as relações entre as OSCs e o Estado, garantindo a transparência e a prestação de contas nas parcerias estabelecidas"[4], a lei fomenta as parcerias público-privada entre OSCs e o poder público. Eu não cheguei a fazer um estudo comparativo entre a Lei nº 13.019/2014 e a 13.204/2015, mas é visível quais os retrocessos ao texto original devido ao golpe do governo Temer. Vocês me convidaram para dialogar sobre a lei nos contextos das Instituições comunitárias que possuem parceria com a prefeitura de Porto Alegre.

Se nossa conversa for conduzida através de uma leitura contextualizada e crítica da legislação teremos um tipo de compreensão; caso nossa leitura seja

[4] BASTOS, Tatiana. Entenda mais sobre o MROSC. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/terceiro-setor/entenda-mais-sobre-o-mrosc/>.

descontextualizada, teremos outro tipo de visão. Para a nossa roda de conversas final ficam algumas perguntas, a qual terá como mote o diálogo a partir das quatro pequenas cartas pedagógicas escrita para fomentar o diálogo, a curiosidade, a reflexão e provocação. As perguntas são divididas em 4 eixos e cada grupo responderá uma delas. Seguem as questões:

Da Reflexão sobre a História e Atualidade - Considerando a evolução das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) em Porto Alegre, como vocês veem o papel atual dessas organizações em relação às demandas iniciais das associações de bairro e moradores nas décadas de 1960, 1970 e 1980?

Das Parcerias Público-Privadas - Dado o aumento das parcerias público-privadas e a transferência de responsabilidades do Estado para as OSC's, como vocês percebem o equilíbrio entre a execução de políticas sociais e como pode se manter a capacidade de reivindicação e mobilização comunitária?

Conceito de Democracia - Como a ideia de "democratizar a democracia" se reflete nas ações e decisões de sua organização? E como isso impacta a relação entre as OSC's e o Estado?

Do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e **Contexto Local** – O MROSC é frequentemente visto como um avanço na relação entre o Estado e as OSC's. No entanto, considerando as especificidades e necessidades de Porto Alegre, quais são os principais desafios e oportunidades que vocês identificam na implementação deste marco em sua comunidade?

Estas questões, caros companheiros de lutas, não são apenas para serem respondidas hoje, mas para serem levadas, refletidas e discutidas em seus respectivos contextos e organizações. A intenção é que elas sirvam como ponto de partida para uma reflexão contínua sobre o papel, os desafios e as oportunidades das Organizações da Sociedade Civil em Porto Alegre.

Acredito firmemente que o diálogo, a curiosidade e a reflexão crítica são ferramentas necessárias para a transformação social. E é com esse espírito que convido cada um de vocês a mergulhar profundamente nessas questões e a lerem coletivamente, em seus grupos, as Cartas Pedagógicas que escrevi para vocês, cada uma tem uma página.

Que esta reunião educativa seja apenas o início de muitas outras discussões potentes e que, juntos, possamos construir uma cidade mais justa, inclusiva

e democrática.

Agradeço a cada um de vocês pela escuta, convite, participação e compromisso com a causa comunitária. Que as reflexões desta noite gelada de inverno aqueçam nossos corações e mentes, inspirando-nos a continuar a lutar por melhores condições de vida para as pessoas que moram em nosso bairro.

Com estima e gratidão,
Fernanda Paulo
Julho, 2019.

Referências

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Relações público-privado na educação**: políticas de democratização na concepção da Educação Popular? Ciência em Movimento | Educação e Direitos Humanos, v. 21, n. 42, dezembro de 2019.

PAULO, Fernanda dos Santos. **A Formação dos (as) educadores (as) populares a partir da Práxis**: Um estudo de caso da AEPPA. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Estado e terceiro setor**: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação**. 2015. Tese (Professor Titular) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Carta Pedagógica 8
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA

Estimados cursistas,

Escrevo essa Carta Pedagógica com o objetivo de apresentar a presença dos temas **planejamento e avaliação a partir de Paulo Freire**, um dos autores que estudo e que é referência do nosso curso. Vou trazer um dos livros dele, o qual vocês já conhecem: "**Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**".

Essa obra foi escrita por Paulo Freire em 1996, pouco antes de sua morte, em 1997. Ele é considerado o último livro do autor e apresenta uma síntese de seu pensamento pedagógico. A justificativa do livro foi apresentar os conhecimentos necessários à prática educativa de uma pedagogia comprometida com a formação da autonomia do aluno entendida como capacidade de pensar e agir por si mesmo, com responsabilidade e ética. Freire defende uma educação que liberte, interaja e crie uma educação humanizadora, respeitando a diversidade e a singularidade dos sujeitos, promovendo, ao mesmo tempo, a mudança social.

Sempre é bom recordar o contexto em que Freire escreveu esse livro; era um período marcado por mudanças políticas, sociais e educacionais no Brasil e no mundo. No Brasil, após o fim da ditadura militar, iniciou-se um processo de redemocratização e de elaboração de uma nova Constituição Federal, que estabeleceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado – sobre isso vocês estudaram na disciplina de políticas educacionais.

No mundo, ocorreram transformações decorrentes da globalização, da revolução tecnológica, do neoliberalismo e do multiculturalismo - temas que serão abordados durante o curso. Rapidamente vou pontuar alguns apontamentos que Freire fez com relação aos temas citados:

1. **Globalização**: Freire criticou a globalização como um processo de dominação econômica, política e cultural dos países ricos sobre os países pobres, que aumenta as desigualdades e a exclusão social. Para ele, a globalização não era uma fatalidade, mas uma escolha ideológica que poderia ser contestada e transformada por meio da Educação Popular e da conscientização dos oprimi-

dos. Freire defendeu uma **globalização solidária**, democrática e plural, que respeitasse as diferenças e os direitos humanos.

2. **Revolução tecnológica**: Freire reconheceu a importância das novas tecnologias como instrumentos de comunicação, informação e conhecimento, mas alertou para os riscos de sua utilização alienada e manipuladora. Para ele, as tecnologias não eram neutras, mas expressavam os interesses e os valores de quem as produzia e controlava. Freire propôs uma educação crítica e dialógica que usasse as **tecnologias como meios de libertação e não de opressão**.

3. **Neoliberalismo**: Freire foi um dos principais opositores do neoliberalismo, que considerava uma doutrina econômica que favorecia o mercado em detrimento do Estado, reduz os direitos sociais e trabalhistas, privatiza os serviços públicos e submete a educação à lógica do capital. Freire denunciou o neoliberalismo como uma forma de violência e de desumanização, que negava a cidadania e a participação popular. Freire defendeu uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, que promovesse a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

4. **Multiculturalismo**: Freire valorizou o multiculturalismo como uma forma de reconhecer e respeitar a **diversidade cultural** dos povos e das comunidades, mas **criticou o multiculturalismo superficial e folclórico**, que reduzia as culturas a estereótipos e exotismos. Para ele, o multiculturalismo deveria ser crítico e dialético, capaz de problematizar as relações de poder e de conflito entre as culturas dominantes e as culturas dominadas. Freire defendeu uma **educação intercultural**, que estimulasse o diálogo, a solidariedade e a transformação social.

Voltando ao livro *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Freire aborda os princípios éticos, políticos e pedagógicos que devem orientar a prática educativa, enfatizando a importância da autonomia, do diálogo, da reflexão e da participação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Ele também discute o papel do educador como um profissional comprometido com a formação crítica e emancipatória dos educandos, bem como com a transformação social. O livro não tem um capítulo específico sobre planejamento e avaliação, mas esses temas são abordados de forma transversal ao longo dos três capítulos que compõem a obra:

- No primeiro capítulo, intitulado "Não há docência sem discência",

Freire reflete sobre a relação entre ensinar e aprender, defendendo que ambos são atos de conhecimento que exigem rigorosidade, pesquisa, curiosidade e criatividade. Ele também critica as concepções bancária e autoritária da educação, que reduzem o educando a um objeto passivo e reprodutor do saber imposto pelo educador. Ele propõe uma educação problematizadora, dialógica e libertadora, que reconhece o educando como um sujeito ativo e construtor do seu próprio conhecimento.

• No segundo capítulo, intitulado "Ensinar não é transferir conhecimento", Freire analisa os saberes necessários à prática educativa, destacando que o educador deve ter competência profissional, clareza política, humildade epistemológica, tolerância afetiva e disposição para o diálogo. Ele também ressalta que o educador deve ter uma visão crítica da realidade, uma postura ética diante dos educandos e uma consciência de sua incompletude e de sua busca permanente pelo saber.

• No terceiro capítulo, intitulado "Ensinar é uma especificidade humana", Freire aborda os aspectos existenciais e históricos da prática educativa, enfatizando que o educador deve assumir sua identidade como um ser humano que ensina e aprende com os outros. Ele também destaca que o educador deve respeitar a autonomia, a dignidade e a identidade dos educandos, bem como estimular a sua capacidade de pensar criticamente, de expressar seus sentimentos e emoções, de comunicar suas ideias e de agir sobre o mundo.

Para Paulo Freire, de um modo geral, a educação libertadora é uma forma de educação que visa à emancipação dos oprimidos, por meio do desenvolvimento da consciência crítica e da participação ativa na transformação da realidade social. Ele também chamou de Educação Popular.

Freire defende que a educação deve ser um ato político, dialógico e problematizador, que reconhece os educandos como sujeitos históricos e culturais, capazes de construir o seu próprio conhecimento. Sendo assim, planejamento e avaliação escolar não são processos e escolhas neutras. Ele diz que a prática educativa docente deve estar comprometida com a qualidade, a relevância e a equidade da educação, que busca superar as desigualdades e as injustiças sociais. Assim sendo, Freire propõe que a Educação Popular na escola pública seja baseada nos seguintes princípios:

1. A **dialogicidade**: a educação deve ser um espaço de diálogo entre os diferentes saberes, experiências e perspectivas dos educadores (as) e dos (as) edu-

candos (as), que se reconhecem como coautores do processo educativo.

2. A **problematização**: a educação deve ser um espaço de problematização da realidade, que estimula os educadores (as) e os educandos (as) a questionarem, a investigarem e a criarem soluções para os desafios do seu contexto.

3. A **contextualização**: a educação deve ser um espaço de contextualização do conhecimento, que articula os conteúdos curriculares com as demandas, os interesses e as necessidades dos educadores (as) e dos educandos (as).

4. A **interdisciplinaridade**: a educação deve ser um espaço de interdisciplinaridade do conhecimento, que integra as diferentes áreas do saber em uma visão holística e complexa da realidade.

5. A **participação**: a educação deve ser um espaço de participação dos educadores (as) e dos educandos (as) na gestão democrática da escola, que envolve o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas e das práticas educacionais.

Estimados cursistas, ao revisitar a obra e o pensamento de Paulo Freire, somos convidados a refletir sobre as profundezas e vastidões da educação comprometida com a transformação social. Freire, em sua "Pedagogia da Autonomia", nos orienta a ver a educação não como um mero ato de transmitir informações, mas como um compromisso ético, político e pedagógico que, através do diálogo e da problematização, capacita os educandos a se tornarem sujeitos de sua própria história e construtores de um mundo mais justo e solidário.
É evidente que os temas de planejamento e avaliação, sob a ótica freiriana, não podem ser abordados de forma desvinculada das realidades e contextos dos educandos. Precisamos compreender e adotar esses processos como instrumentos para a emancipação, autonomia e construção coletiva do conhecimento, e não apenas como ferramentas técnicas e burocráticas.

A contribuição de Paulo Freire é um convite permanente para que repensemos nossas práticas pedagógicas, nossos compromissos e nosso papel enquanto educadores (as) em uma sociedade em constante transformação. Que possamos, inspirados por sua obra e seu legado, continuar nossa jornada educacional com consciência, paixão e compromisso, sempre em busca de uma educação que liberte e transforme. Porque, como Freire tão sabiamente afirmou, "Educar é um ato de amor".

Um abraço e até mais!
Fernanda Paulo
Porto Alegre, 22 de agosto de 2023.

Carta Pedagógica 9

EDUCADORES SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR INSTITUCIONALIZADA E A EDUCAÇÃO POPULAR

Prezados cursistas,

Para nossa aula de hoje, convido-os para um mergulho reflexivo sobre a síntese de pesquisas e vivências que conduzi ao longo dos últimos 20 anos atuando e investigando os campos da Educação Não Escolar Institucionalizada e da Educação Popular (PAULO, 2018, 2019, 2020, 2022).

A Educação Não Escolar Institucionalizada caracteriza-se por atividades socioeducativas em ambientes formais, empreendidas por exemplo, por educadores (as) sociais, especialmente na política da assistência social, desenvolvendo práticas educativas com diversos públicos: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Estas atividades são distintas das vivenciadas no contexto escolar.

Ao me remeter à Educação Popular, me alinho à concepção crítico-libertadora proposta por Paulo Freire. É essencial compreender que, sob essa ótica, existem variadas concepções com distintos sentidos e significados. Paulo Freire nos deixou legados que indicam a aplicação da Educação Popular, especialmente, na transformação da realidade cotidiana e na promoção da criticidade dos educandos.

Contudo, é fundamental evidenciar que a Educação Popular não é homogênea em todos os contextos de Educação Não Escolar. Ademais, nem todas as práticas do educador social têm como fundamento a Educação Popular crítica. Devemos, então, ter discernimento sobre as diversas concepções pedagógicas que permeiam essa área, sejam elas hegemônicas ou contra-hegemônicas.

A respeito do perfil do educador social, este é um profissional intimamente ligado à área da assistência social, atuando de forma intersetorial e multidisciplinar. Uma das suas tarefas é identificar as necessidades sociais daqueles em situação de vulnerabilidade social, promovendo uma formação cidadã. Dentre as situações mais comuns de vulnerabilidade e risco social, podemos destacar: Pobreza e falta de acesso às políticas públicas; Violência, negligência e abandono; Situação de rua; Afastamento do convívio familiar; Emergência soci-

al. Diante disto, a atuação deste profissional requer uma sólida base teórica e metodológica para a realização de seu trabalho.

Os educadores sociais e educadoras sociais atuam em diversos cenários, muitos dos quais são consolidados por políticas públicas e sistemas institucionais, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). A partir de tais contextos, o educador social é desafiado a lidar com variadas demandas, desde a promoção de vínculos familiares até a atenção a situações de risco pessoal e social.

Reforço, como tenho feito nas outras aulas, a relevância dos documentos orientadores do trabalho do educador social, como a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a fim de oferecer uma atuação mais assertiva e transformadora.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais serve para identificar os serviços específicos de proteção social da Assistência Social, bem como seus objetivos que estão ligados à oferta e garantia do direito socioassistencial. Este documento é orientado por princípios que incluem o reconhecimento da assistência social como uma política pública, a adoção de eixos estruturantes como a matricialidade sociofamiliar e a territorialidade, e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Os serviços socioassistenciais têm como objetivo reduzir e prevenir vulnerabilidades pessoais e sociais, diagnosticar e superar as causas das desigualdades estruturais, socioeconômicas e políticas, além de garantir acolhimento, convivência, desenvolvimento da autonomia, rendimentos e sobrevivência em situações de risco.

É nosso dever enquanto educadores (as) e profissionais do social reconhecer e compreender as situações de risco e vulnerabilidade social, mas, acima de tudo, agir para a transformação dessas realidades. As políticas públicas, neste sentido, são ferramentas essenciais. Estas devem ser desenvolvidas de maneira integrada, a fim de garantir a proteção e promoção dos direitos humanos e sociais.

Um aspecto crucial de nosso trabalho é a salvaguarda das crianças e adolescentes. As políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com programas sociais como o Bolsa Família e o Programa Saúde na Escola, são pilares fundamentais na batalha contra as vulnerabilidades que impactam esses grupos. Essas

políticas representam o compromisso do Estado em proteger e garantir os direitos desses indivíduos.

Nesse panorama, o papel do educador social na Educação Não Escolar Institucionalizada ganha um destaque singular. Ele é o elo que tece, na prática, as conexões entre teorias pedagógicas, políticas sociais e realidades socioeconômicas vivenciadas pelas populações atendidas. Sua atuação é intrínseca a um fazer educativo que transcende as tradicionais salas de aula, alcançando espaços diversos onde a aprendizagem é contínua e profundamente vinculada à vida cotidiana e às demandas sociais. O educador social, portanto, torna-se um agente transformador, que, embasado pela Educação Popular na Educação Não Escolar Institucionalizada, trabalha incansavelmente para fomentar a cidadania, autonomia e o empoderamento de seus educandos. Seu papel deve ser um convite constante à reflexão, à ação e ao compromisso com uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Concluo esta carta pedagógica com um convite à reflexão contínua sobre os desafios e potencialidades da Educação Não Escolar Institucionalizada e da Educação Popular. Em um mundo em constante transformação, é nosso papel enquanto educadores (as) e pesquisadores (as), reimaginar e ressignificar práticas, teorias e métodos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo
2022.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 nov. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS; SNAS, 2014.

PAULO, Fernanda Santos. **Pioneiros e Pioneiras da Educação Popular Freiriana e a Universidade**. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos,

São Leopoldo, 2018.

PAULO, Fernanda Santos. **Memórias e trajetórias, sistematização de experiências de Educação Popular e de movimentos sociais**. 1ª. Ed. São Paulo, Diálogo Freiriano, 2019.

PAULO, Fernanda dos S. **Concepções de educação**: espaços, práticas, metodologias e trabalhadores da educação não escolar. Curitiba: interSaberes, 2020.

PAULO, Fernanda dos Santos; TREVISAN, Elisangela. **Educador Social e Educador Popular**: pautas da formação acadêmica-profissional. Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210 - V. 35 – Jan./Abr. 2022.

Carta Pedagógica 10
PLANEJAMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO DO EDUCADOR SOCIAL

Prezado(a) cursista,

Escrevo esta Carta Pedagógica para refletir sobre a importância e os desafios enfrentados pelo educador social no planejamento de suas ações educativas. Sabemos que cada território e grupo de sujeitos têm especificidades que exigem um planejamento atento e adaptado à realidade socioassistencial onde se inserem.

Recentemente, estudos indicaram uma lacuna no preparo dos educadores (as) sociais e educadoras sociais. Gonçalves e Paulo (2021, p.89) e Paulo (2013; 2019) nos revelaram que muitos educadores, mesmo aqueles com formação superior, não têm uma formação específica sobre o contexto de trabalho do educador social. No entanto, há processos formativos oferecidos por entidades como a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) que se organiza como movimento de Educação Popular. Esse curso é da AEPPA, existe há mais de 10 anos, realiza-se anualmente e nos últimos anos tem sido oferecido de modo virtual com a parceria de instituições de ensino superior pública, como o IFRS (Canoas, Rolante, Restinga e Alvorada) e UFRGS via o professor Paulo Albuquerque. Lutar e defender a formação específica tem sido uma das pautas da AEPPA. Também, esse movimento destaca a necessidade de reconhecimento deste profissional e sua valorização. Ele não atua voluntariamente, é um profissional da educação social (campo de atuação que situa-se na Educação Não Escolar Institucionalizada) e precisa de planejamento sistemático, conhecimento pedagógico e técnico-profissional específico.

Por exemplo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) apresenta uma organização do trabalho educativo orientada por eixos como convivência social, direito de ser e participação. O educador social, então, deve ser capaz de desenvolver ações educativas individuais e coletivas a partir destes eixos norteadores, usando métodos e abordagens como as propostas por Paulo Freire (1987) na Educação Popular. Além disso, planejar o trabalho do educador social requer instrumentos que ajudem na organização.

Penso que o planejamento adequado, baseado nas metodologias da Educação Popular e outros instrumentos pedagógicos, é a chave para proporcionar experiências educativas significativas e transformadoras.

Tendo em mente a Educação Popular, é essencial que os educadores sociais e educadoras sociais se apropriem de metodologias, como Círculos de Cultura, Cartas Pedagógicas, Sistematização de Experiências, Complexo Temático, entre outros. Todos eles têm o potencial de transformar a prática educativa em uma experiência rica e significativa. É fundamental compreendermos que, embora o Tema Gerador seja um excelente ponto de partida, não é a única metodologia disponível. Ela pode ser combinada com outras metodologias para criar uma abordagem interdisciplinar.

É vital que haja investimento contínuo na formação desses profissionais, garantindo que eles estejam equipados para responder aos desafios do território e dos sujeitos com os quais trabalham, e que a sociedade reconheça e valorize o impacto profundo e duradouro que um educador social bem-preparado pode ter na vida dos indivíduos e das comunidades.

Espero que esta Carta Pedagógica sirva como um convite à reflexão e ao aperfeiçoamento contínuo em nossa prática enquanto educadores sociais e educadoras sociais. Que possamos valorizar e integrar as ferramentas e abordagens disponíveis, tendo sempre em mente o melhor interesse de nossos educandos.

Com estima e comprometimento,
Fernanda Paulo
2022

Referências

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014 [Reimpressão 2014].

BRASIL. **Resolução CNAS Nº 13, de 13 de maio de 2014**. Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimen-

to de Vínculos.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013b

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Carta Pedagógica 11
METODOLOGIAS E FERRAMENTAS DO EDUCADOR SOCIAL NA PEDAGOGIA DOS DIREITOS SOCIAIS

Prezado(a) Cursista,

O propósito desta Carta Pedagógica é refletir e esclarecer a profunda relevância das metodologias e ferramentas utilizadas pelo educador social, focando na essência do Tema Gerador e da Pedagogia dos direitos sociais.

Dentro de uma perspectiva educacional, a riqueza metodológica reside na habilidosa combinação de múltiplas ferramentas alinhadas ao processo pedagógico. É fundamental que o educador social tenha sensibilidade para perceber o contexto no qual se insere, as políticas que moldam o ambiente e as individualidades de seus educandos, que abrangem desde crianças até idosos.

A metodologia da Educação Popular, por exemplo, prioriza uma escuta genuinamente comprometida e um cuidado atento ao desenvolvimento integral de cada educando.

Segundo Paulo Freire, o "tema gerador" é a síntese da relação pessoa-mundo. Esta visão nos conduz a uma profunda reflexão sobre as concepções de educação, comunidade, território e sociedade, influenciando diretamente nossa escolha metodológica e curricular. (FREIRE, 1987, 1989, 1993). Sim, o trabalho do educador social está embasado por um currículo não escolar. Na Educação Não Escolar Institucionalizada, também há currículo não escolar, que pode incluir uma variedade de temas e atividades destinadas à formação cidadã.

Alguns temas trabalhados por educadores sociais e educadoras sociais são: direitos das crianças, adolescentes, jovens e idosos; Diversidade cultural; Educação ambiental e territorial; Educação para o trânsito; cidades educadoras; cidadania e direitos humanos; - convivência social e comunitária; participação cidadã; Direitos sociais; Cultura e esporte no bairro; Educação sexual; educação antirracista; Educação financeira; Educação profissional; Comunicação não violenta.

Identifico nesses temas a categoria **Pedagogia dos Direitos Sociais** que caracteriza esse currículo não escolar no campo da educação social, modalidade da Educação Não Escolar Institucionalizada (PAULO, 2020). A Pedagogia do

Direitos Sociais é mediada pela educação cidadã, podendo ter como base teórico-prática a Educação Popular. Essa categoria abrange os temas que visam promover a inclusão social, cultural, ambiental, educacional, econômica e política dos indivíduos, dos coletivos e das comunidades.

A Pedagogia dos direitos sociais busca desenvolver as competências e as habilidades necessárias para a participação cidadã, a convivência comunitária, a valorização da diversidade, a proteção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida.

A Pedagogia dos direitos sociais também estimula a articulação entre os diferentes sujeitos sociais, como as famílias, as escolas, as organizações não governamentais, os movimentos sociais, os poderes públicos e os meios de comunicação. A Pedagogia dos direitos sociais é uma categoria que reconhece a importância da educação não escolar como um espaço de formação permanente e transformadora.

Em minhas investigações sobre o trabalho do educador social na Educação Não Escolar Institucionalizada, identifiquei algumas ferramentas pedagógicas de humanização que se aproxima com a concepção de Educação Popular, das quais destaco:

1. **ACOLHIMENTO**: A pedagogia deve ser permeada por uma genuína sensação de acolhida, solidariedade e humanização, promovendo uma relação harmoniosa entre educador e educando.

2. **ESCUTA ATIVA, QUALIFICADA E COMPROMETIDA**: O educador deve estar aberto a momentos de diálogo, permitindo que a voz do educando seja ouvida, interpretada e respeitada.

3. **COMUNICAÇÃO POPULAR**: A essência da comunicação em uma perspectiva freiriana é o diálogo – uma troca que estimula reflexões críticas.

4. **PESQUISA PARTICIPATIVA SOCIO-ANTROPOLÓGICA**: O conhecimento da realidade dos educandos é crucial, pois ajuda a guiar o planejamento interdisciplinar e intersetorial.

5. **PLANEJAMENTO CONTEXTUALIZADO E CRÍTICO**: Todo processo pedagógico requer um planejamento bem estruturado, alinhado com a missão e os valores da instituição.

Carlos Rodrigues Brandão tem reiterado a importância e necessidade de reconhecimento da Educação Popular no Brasil. Eu tenho indicado a Educa-

ção Popular libertadora como um norte metodológico, pedagógico e político para o trabalho do educador social. Neste contexto, é vital que compreendamos que a Educação Não Escolar institucionalizada é intencional em sua natureza pedagógica. É fundamental que o educador social esteja munido das ferramentas metodológicas, enraizadas em uma concepção pedagógica humanizadora, e comprometida com a promoção e garantia de direitos humanos.

Por fim, convido você, caro (a) leitor (a), a mergulhar na arte e ciência do ser educador social, reconhecendo os desafios e celebrando as inúmeras possibilidades que a Educação Popular e as metodologias participativas oferecem. Que, juntos, possamos construir uma educação verdadeiramente emancipatória.

Cordialmente,
Fernanda Paulo
2022.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

PAULO, Fernanda dos S. **Concepções de educação**: espaços, práticas, metodologias e trabalhadores da educação não escolar. Curitiba: interSaberes, 2020.

Carta Pedagógica 12
A AEPPA E A LUTA POR FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Prezados Educadores Sociais e Educadoras Sociais,

Com um olhar atento às transformações e demandas educacionais em nossa cidade, gostaríamos de apresentar a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e a importância do educador social na formação inicial, continuada e integral, especialmente dentro da perspectiva da Educação Popular.

Desde a década de 1990, observou-se via AEPPA a necessidade de uma formação específica para os educadores que atuavam nas instituições comunitárias de Porto Alegre. Vimos que o educador que trabalhava no extra classe ou no SASE (assim denominado por um bom tempo) desempenhava um papel educativo diferente da escola.

Recordo-me, neste instante, das falas de Luis Pedro da R. Fraga, apontando a demanda por formação do educador do Ação Rua. Em um dos documentos da AEPPA, recuperado de minha dissertação dizia: "Atualmente temos mais de 2.400 educadores populares que estão atuando como educadores em creches comunitárias, serviços de atendimento socioeducativo e acolhimento institucional e no Ação Rua, necessitam ressignificar a sua práxis." (PAULO, 2013, p.198).

Os educadores, que depois foram chamados de educadores sociais, tem como conteúdo de seu trabalho as políticas sociais, focando na formação cidadã de pessoas de todas as idades, vinculadas a programas socioassistenciais. Para garantir a qualidade social e pedagógica do trabalho deste profissional, a AEPPA defendeu, desde os anos de 1990, uma formação adequada e inspirada na pedagogia de Paulo Freire: Formação na Perspectiva da Educação Popular.

Eu faço parte da AEPPA e me constitui educadora com formação superior a partir desse movimento. Nossa associação tem lutado, desde seus primórdios, pela formação de educadores populares, incluem contextos plurais de educação, entre eles o educador social. Muitos já foram chamados de "educadores de rua" ou "oficineiros", entre outros nomes.

No contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica

da Assistência Social e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a AEPPA tem se posicionado firmemente a favor da formação destes educadores. Consideramos essencial que esses profissionais que trabalham em periferias sejam capacitados em cursos de nível médio e superior, com um currículo alinhado às demandas e particularidades do contexto de trabalho e dos territórios destes trabalhadores, cuja perspectiva é a Educação Popular.

Com a inclusão da profissão de educador social na Classificação Brasileira de Ocupações em 2009, a discussão sobre a regulamentação da profissão ganhou força. No âmbito legislativo, projetos como o PL 2941/2019 buscam estabelecer critérios e normativas para essa função. A AEPPA apoia e contribui ativamente para essas iniciativas, visto que a regulamentação é um passo importante para a valorização e reconhecimento do educador social, ainda invisibilizado nas nossas cidades.

Nossa jornada, na AEPPA, tem sido marcada por lutas e conquistas. Cada avanço é fruto do esforço coletivo de educadores comprometidos com a transformação social. Celebramos nossas vitórias, como a parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) para oferecer cursos de Pedagogia focados na Educação Popular, entre outras tantas experiências. Essa foi a primeira conquista de formação em nível superior.

Para consolidar ainda mais nossa trajetória, contamos com o apoio e engajamento de cada um de vocês. Que juntos possamos fortalecer a Educação Popular no Brasil e assegurar que cada educador social receba a formação e reconhecimento que merece. Por isso, convidamos vocês a criarem ou fomentarem a criação de espçaos de organização e formação em suas cidades, como por exemplos os Fóruns Municipais de Educadores Sociais. Eu fui uma das pessoas que criaram o Fórum Municipal de Educadores Sociais em Porto Alegre, junto com a Nara Nachtigall e Santiago Dias.

Em meio a tantas transformações e desafios no cenário educacional, a AEPPA permanece como um farol, guiando e inspirando gerações de educadores sociais em Porto Alegre e além. A luta por uma educação que respeite, valorize e atenda às especificidades de cada comunidade, e que se fundamente na perspectiva da Educação Popular, é um compromisso que nos une e nos impulsiona. O papel dos educadores sociais, uma vez invisibilizado, tem conquistado reconhecimento e espaço, fruto de um trabalho árduo e coletivo.

A história da AEPPA é entrelaçada com as trajetórias de centenas de educadores que já se formaram através das lutas do nosso movimento e de inú-

meros militantes que permanecem conosco. Com a parceria de instituições como a UERGS, o IPA, a PUCRS, o IFRS, a UFRGS, o Brava Gente, entre outros foi possível levar a demanda da formação inicial e continuada de educadores e a bandeira da Educação Popular (PAULO, 2013;2018; 2019).

Agora, mais do que nunca, precisamos unir forças, compartilhar experiências e conhecimento. Esse curso se propõe a isso. Só assim conseguiremos, de forma coletiva, fortalecer e expandir a Educação Popular em nosso país. A AEPPA é um exemplo vivo dessa missão e convida a todos a se juntarem a nós nessa jornada. Que a força, determinação e paixão que marcaram nossa trajetória até aqui continuem a nos guiar, e que, juntos, possamos escrever novos capítulos de sucesso e transformação na educação brasileira. Vamos juntos, pela valorização, reconhecimento e formação de todos os educadores sociais. O futuro da Educação Popular no Brasil depende disso.

Com respeito e esperança,
Fernanda Paulo, 2021

Referências

PAULO, Fernanda Santos. **A formação dos (as) educadores (as) populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA**. UFRGSFACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

PAULO, Fernanda Santos. **Pioneiros e Pioneiras da Educação Popular Freiriana e a Universidade**. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

PAULO, Fernanda Santos. **Memórias e trajetórias, sistematização de experiências de Educação Popular e de movimentos sociais**. 1ª. Ed. São Paulo, Diálogo Freiriano, 2019.

Carta Pedagógica 13
CARTA PEDAGÓGICA: O QUE, PARA QUE E POR QUÊ?

Caros cursistas,

Sejam bem-vindos ao tema "introdução à Carta Pedagógica na prática educativa de educadores sociais e educadoras sociais". Nestes dois encontros virtuais, vamos aprender o que é uma Carta Pedagógica, por que ela é importante, quais são os seus elementos, como elaborá-la e quais são os seus benefícios para os educadores sociais e educadoras sociais. O nosso curso é realizado pela plataforma *meet*, e para trabalhar esse tema vou apresentar aulas expositivas dialogadas, leituras orientadas, atividades práticas individuais e em grupo, de acordo com o cronograma já enviado.

Utilizaremos recursos como textos, vídeos, slides e internet. Vocês serão incentivados a escrever Cartas Pedagógicas sobre as suas experiências ou práticas educativas. Para começar, envio esta Carta Pedagógica como um exemplo.

Segundo Paulo Freire, a Carta Pedagógica "é um instrumento de luta, podendo servir de fundamento para a continuidade da concepção de Educação Popular como humanização e não apenas como educação destinada à classe popular." (PAULO, 2020, p. 31).

De acordo com Paulo (2018, p. 35), a "troca de cartas pedagógicas é uma das formas de registrar as nossas experiências." Ao escrever uma Carta Pedagógica para alguém, compartilhamos uma experiência ou prática educativa e esperamos uma resposta do destinatário, que também deve escrever uma Carta Pedagógica reflexiva sobre o conteúdo que leu. Assim, a nossa experiência ou prática educativa sistematizada em uma Carta Pedagógica se torna um conhecimento construído coletivamente.

É importante destacar que, baseados na Educação Popular freiriana, podemos usar as Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas, como instrumento de avaliação participativa, como prática de ensino e aprendizagem, como documento pedagógico e como forma de socialização e sistematização de experiências e práticas educativas. Os contextos de uso das Cartas Pedagógicas são diversos: escolares e não escolares.

Conforme Paulo e Gaio (2021, p.21), as Cartas Pedagógicas têm princí-

pios políticos, e no caso da pesquisa realizada com Cartas de Carlos Rodrigues Brandão verificou-se "que a Carta Pedagógica foi um instrumento metodológico da Educação Popular, de uma pedagogia de participação e de solidariedade [...]". Portanto, as Cartas Pedagógicas têm como base epistemológica e metodológica o princípio da humanização, da participação e do engajamento político da Educação Popular.

Por isso, quando escrevemos uma Carta Pedagógica devemos nos perguntar: para quem escrevo? para que e por que escrevo sobre essa experiência ou prática educativa? O que escreverei e quais aspectos sobre minha experiência ou prática educativa abordarei?

Com carinho,
Fernanda dos Santos Paulo,
2022.

Referência

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação Popular como humanização**. In.: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (organizadores). Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular. / 1. ed. – Chapecó: Livrologia, 2020.

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação Popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana– Chapecó: Livrologia, 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a Educação Popular**: contribuições para formação docente– Chapecó: Livrologia, 2022.

Carta Pedagógica 14
PAULO FREIRE E AS CARTAS PEDAGÓGICAS

Prezada turma,

Escrevo-lhes impulsionada pelo desejo de compartilhar experiências e saberes, enaltecendo a riqueza das Cartas Pedagógicas e do legado que Paulo Freire nos deixou. Ao evocar a escrita epistolar de Freire, somos convidados a entrar no universo dialógico, político e afetivo que ele tão bem soube cultivar.
Lembro-me do estudo de Jason Mafra em 2007, que destacou Paulo Freire como um educador conectivo, um andarilho do/no mundo. Quanta sabedoria se esconde por trás das linhas de suas cartas! Este legado tem sido explorado por diversos pesquisadores e educadores, que veem nas Cartas Pedagógicas um rico instrumento metodológico.

Nesse sentido, vale ressaltar as múltiplas contribuições ao longo dos anos de 2020 e 2021, nas inúmeras *lives* e discussões sobre a Pedagogia de Paulo Freire. Fernanda, sei que sua trajetória se entrelaça com a de mestrandos e mestrandas que você orientou, utilizando as Cartas Pedagógicas como ferramenta metodológica em pesquisas participativas.

É relevante citar pesquisadoras e educadores como Isabela Camini, Agostinho Rosas, Ana Freitas, Ivânio e Ivo Dickmann e tantos outros que, com suas contribuições, enriquecem nosso entendimento sobre as Cartas Pedagógicas. Recomendo o livro de Isabela Camini, "Cartas Pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam" e o livro que organizei com Ivo Dickmann, que pode ser encontrado online.

Paulo Freire nos presenteou com obras em formato epistolar, como "Cartas à Guiné-Bissau", "Cartas a Cristina" e "Professora Sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar". Estas obras, em sua natureza dialógica e reflexiva, convidam-nos ao diálogo problematizador e à crítica contextualizada.

Destaco, ainda, as correspondências de Paulo Freire antes, durante e após o exílio. Seus diálogos com figuras como Carlos Rodrigues Brandão, Luiza Erundina e Ângela Antunes são preciosos registros de uma época e, acima de tudo, de uma pedagogia viva.

Para fechar esta Carta Pedagógica, gostaria de citar um trecho da correspondência entre Brandão e Freire, datada de 30 de maio de 1992: "Paulo

Freire, querido amigo e sempre presente: [...] No começo de nossa conversa ela me falou em você. Disse dos seus livros que ela tem, do que leu de você e de como procurou aplicar idéias e métodos de trabalho em suas experiências com os "labregos", que é como aqui se chamam os camponeses, homens e mulheres." Esse trecho ilustra o alcance e impacto da pedagogia de Freire, atravessando fronteiras e tocando corações.

Se você quer saber mais sobre a relação de Cartas Pedagógicas e a Educação Popular recomendo o livro que escrevi com Adriana Gaio, intitulado como "Educação Popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão: contribuições para a pedagogia latino-americana", publicado no ano passado (2021).

Espero que esta carta, carregada de reflexões e indicações, inspire você e outros educadores (as) em sua jornada pedagógica. Que a chama de Paulo Freire continue a iluminar nossos caminhos e nos inspire a escrever Cartas Pedagógicas.

Com carinho e entusiasmo,
Fernanda Paulo,
2022.

Referências

CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas**: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DICKMANN, Ivanio. **As dez características de uma carta pedagógica**. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (Orgs.). Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular. Chapecó: Livrologia, 2020.p. 37-53.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau** – registro de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 3. ed. São Paulo: Olho D'Água, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 8. reimp. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. **Andarilhagens de uma educadora pesquisadora**: Cartas Pedagógicas e outros registros de participação no Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire. 1. ed. São Paulo: BT Acadêmica; Porto Alegre: Poiesis & Poiética Casa Publicadora, 2020.

PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (Orgs.). **Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular**. Chapecó: Livrologia, 2020.

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação Popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana– Chapecó: Livrologia, 2021.

ROSAS, Agostinho da Silva. **Carta pedagógica em Educação Popular**: uma reflexão em processo. In: MORETTI, C. Z. et al. (orgs.). Anais do XXIII Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire: Sistema Paulo Freire: da Educação Básica à Educação Superior [recurso eletrônico]. São Leopoldo: Casa Leiria, 2022.

Carta Pedagógica 15
CARTAS E REFLEXÕES: A REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA ATRAVÉS DA ESCRITA

Queridos estudantes do Mestrado em Educação:

Esta Carta Pedagógica tem o objetivo de compartilhar com você algumas reflexões sobre o compromisso de educar e o poder das Cartas Pedagógicas no processo educativo. Revisitar a história das formas de compartilhamento de conhecimentos nos leva a pensadores que escreviam cartas. Essas descobertas contribuem para nossas pesquisas acerca das Cartas Pedagógicas. Isto é, a descoberta da diversidade de formas de escrita de correspondências para compartilhamento de saberes é uma riqueza para a Educação Popular.

A escrita de Cartas Pedagógicas reaparece como uma forma criativa de expressar e comunicar ideias educativas, sentimentos e perspectivas. Este é um exercício cuidadosamente planejado, que possui teoria em diálogo com nossas experiências educativas, apresentando-se, na educação superior, como um formato acadêmico diferente do tradicional. O formato de Carta Pedagógica nos aproxima através da escrita pessoal, afetiva e comprometida.

Isabel Camini e Ivo Dickmann, em vários momentos de conversas, destacam a importância das cartas ao longo da nossa história. Muitas cartas foram escritas por pensadores reconhecidos, como Hannah Arendt, Martin Heidegger, Antonio Gramsci, Jean-Jacques Rousseau, Blaise Pascal, Maria Montessori, Karl Marx, Friedrich Engels, Ludwig Wittgenstein, John Dewey, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Rudolf Steiner, Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Fals Borda, entre outros. Estas cartas nem sempre foram denominadas como pedagógica, na verdade não foram, até o livro póstumo de Paulo Freire "Pedagogia da Indignação". O impacto que estas cartas tiveram em suas respectivas épocas pouco é estudada, em especial no contexto educativo.

A maior parte dos estudos acerca deste tema referem-se a Paulo Freire e ao Carlos R. Brandão que adotaram as Cartas Pedagógicas como estilo de escrita, consolidando-as como uma forma inovadora de comunicar ideias educativas e estabelecer diálogos reflexivos e problematizadores. As Cartas Pedagógicas podem ser informais e mais formais. Eu mesma escrevi muitas, pequenas, Cartas

Pedagógicas para amigos contando sobre alguma experiência educativa; também escrevo Cartas Pedagógicas mais formais, como para as minhas aulas, palestras, para revista, para eventos e pareceres de qualificação e defesa de mestrado e doutorado em educação.

Entendo que no contexto universitário, as Cartas Pedagógicas são inovadoras. Elas desafiam a rigidez das normas e abrem espaço para uma escrita mais dialógica e criativa. Estas cartas promovem diálogos reflexivos, despertam curiosidade e encorajam escritas para registro e partilhas de experiências. Assim, convido-te, caro(a) leitor(a), a mergulhar nesta fascinante forma de expressão e comunicação. Que possamos reconhecer o poder das Cartas Pedagógicas em nossa jornada educativa e que, ao lê-las, sejamos inspirados a pensar, refletir e escrever.

Com carinho e esperança no futuro da educação,
Fernanda Paulo,
abril, 2019.

Carta Pedagógica 16

CARTA PEDAGÓGICA: DIA DO (A) EDUCADOR (A) SOCIAL

Hoje, 19 de setembro, celebramos o aniversário de Paulo Freire, um dos mais influentes pensadores da Educação Popular mundial e um ícone da educação brasileira. Sua filosofia da "educação como prática da liberdade" continua a inspirar educadores (as) populares em todo o Brasil e no mundo. Neste dia especial, também prestamos homenagem aos educadores (as) sociais do Brasil. Esses profissionais desempenham um papel importante na formação cidadã de sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social, trabalhando incansavelmente para promover a inclusão social e a transformação através da educação cidadã e da pedagogia dos direitos sociais em contextos educativos não escolares.

Eu participo da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e lá a gente luta por formação, reconhecimento e valorização de educadores (as) que trabalham em periferias, seja no contexto escolar ou não escolares. Um desses trabalhadores é o educador social. Já tivemos algumas conquistas desde a década de 1990, quando surgiu a AEPPA, desde a formação em nível médio com currículo na perspectiva da Educação Popular até cursos de especialização.

Desde 2010 oferecemos curso livres e de extensão para educadores (as) sociais com base na Educação Popular. Em 2012 a AEPPA enviou uma demanda para a Faculdade de Educação da UFRGS, solicitando a criação de um curso de Pedagogia Social na perspectiva da Educação Popular. Não tivemos êxito.

Em 2022 saiu no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia o curso de graduação em Educação Social. Imediatamente, nós da AEPPA, enviamos ofícios a vários Institutos Federais de Educação do RS. Apenas um nos respondeu ao oficio, o IFRS de Alvorada. Desde lá iniciamos reuniões apresentando uma proposta curricular de curso, também na perspectiva da Educação Popular. Em 2023 aconteceu a audiência pública de extinção e ou de inclusão de novos cursos, segundo edital publicado na página do IFRS de Alvorada. Nós, da AEPPA, enviamos duas propostas: 1) Curso de graduação para educadores (as) sociais e 2) especialização em Educação Popular e políticas sociais.

A especialização aprovada para o PDI de 2024-2028. A graduação

aprovamos como curso de edição especial, o qual vai acontecer pelo IFRS de Alvorada, com a parceria da AEPPA e do Sindicato dos Municipários de Alvorada (SIMA). O curso contemplará componentes curriculares teórico-práticos conforme a pedagogia de Paulo Freire. Teremos um Seminário em outubro com o tema: Educação Popular: saberes necessários a prática educativa do educador social. Esse seminário servirá como reflexão para diálogos sobre a proposta do nosso curso.

A luta pela regulamentação da profissão de educador social é uma questão importante. A regulamentação não só reconhecerá o valor desses profissionais, mas também trará garantias de direitos trabalhistas e estabeleceria questões para a formação e prática profissional. Sobre esse tema sugiro a aula do nosso curso de extensão intitulado como "formação de educadores sociais na perspectiva da Educação Popular", realizado pelo IFRS Alvorada, demandado pela AEPPA e apoiado pelo SIMA: <https://www.youtube.com/watch?v=8tE-Klk5Pf5o>.

Além disso, a luta por cursos de graduação públicos e gratuitos na perspectiva da Educação Popular freiriana é fundamental para garantir que todos tenham acesso à educação de qualidade. A educação superior gratuita é um direito de todos e um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Na acepção da Educação Popular, seguimos o legado de Paulo Freire, que acreditava na educação como uma ferramenta para a transformação social. Que possamos continuar a lutar por uma educação que valorize todos os educadores (as) e promova a igualdade e a justiça social.

Parabéns a todos os educadores (as) sociais do Brasil pelo seu trabalho essencial e inspirador! E feliz aniversário, Paulo Freire! Seu legado continua vivo!

Com carinho, Fernanda Paulo
IFRS - Alvorada,
AEPPA,
2023.

Carta Pedagógica 17

A REDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E AS POLÍTICAS SOCIAIS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO POPULAR

O tema "Rede da Criança e do Adolescente" é um desafio enorme para escrever, ainda mais para um curso de educadores (as) sociais na perspectiva da Educação Popular. Quero contar um pouco da minha experiência com a Rede, que começou quando eu trabalhava na Educação Infantil, depois como educadora social e agente comunitária de saúde, e posteriormente como coordenadora pedagógica de instituições comunitárias da área da educação.

Eu participava da Rede da Criança e do Adolescente, mas, no início, não sabia muito sobre a sua história. Depois, por curiosidade, fui pesquisando e perguntando. Aprendi, na prática, que a Rede da Criança e do Adolescente surgiu a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Foi aí que comecei a estudar mais o ECA e entender a importância de todo educador conhecer esse importante documento.

Compreendi que, para entender a "Rede da Criança e do Adolescente", é essencial conhecer o ECA. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Federal nº 8.069 e promulgado em 13 de julho de 1990, já tem 33 anos de existência.

Este estatuto é uma extensão do artigo 227 da Constituição Federal, estabelecendo crianças e adolescentes como portadores de direitos em uma condição especial de desenvolvimento. Eles requerem uma atenção especial e prioritária de seus familiares, da sociedade e do Estado. Como uma educadora inicialmente sem formação pedagógica, fui percebendo que o surgimento do ECA foi consequência da Constituição Federal de 1988.

Uma noção chave no ECA é a "proteção integral". Este conceito preconiza a cooperação entre entidades públicas e organizações civis para proteger crianças e adolescentes. Além disso, destaca a responsabilização em casos de violação de seus direitos, seja por ação ou omissão, e promove a colaboração entre todos os envolvidos. Mais adiante, reconheci o valor das políticas intersetoriais.

Essas políticas são cruciais para assegurar direitos sociais, uma vez que incentivam a conexão entre diferentes setores e serviços. Elas simbolizam uma inovação considerável no panorama das políticas públicas e sociais, contemplan-

do mecanismos de engajamento da comunidade e fiscalização para aprimorar a qualidade dos serviços prestados. Neste contexto, o ECA se destaca como uma legislação vital, tendo em vista seu propósito de assegurar os direitos e a salvaguarda de crianças e adolescentes no Brasil.

Precisamos conhecer os principais conceitos do ECA, os quais são:

1. Direito à vida, saúde e alimentação: O ECA estabelece a prioridade absoluta à vida, saúde e alimentação das crianças e adolescentes.

2. Educação, lazer e cultura: O ECA garante o direito à educação, lazer e cultura para todas as crianças e adolescentes.

3. Convivência familiar e comunitária: O ECA promove o direito à convivência familiar e comunitária.

4. Proteção contra discriminação, violência, negligência, opressão, exploração e crueldade: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além disso, o ECA também legisla sobre os órgãos e procedimentos protetivos, como o Conselho Tutelar, a adoção e as medidas socioeducativas. Falando nisso, vocês devem estar acompanhando nas redes sociais que este ano tem eleição para o conselho tutelar. Procure o site da prefeitura da sua cidade e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que lá você localizará informações importantes.

Falo da cidade de Porto Alegre (RS) e aqui tenho as seguintes informações, as quais consultei no site do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

As eleições para o Conselho Tutelar de Porto Alegre ocorrerão no dia 1º de outubro de 2023. Todos os cidadãos com título de eleitor e sem pendências com a Justiça Eleitoral estão aptos a votar. Cada conselheiro eleito terá um mandato de quatro anos. O Conselho Tutelar é responsável por zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e atuar em situações que envolvam violação desses direitos, desempenhando um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Os candidatos ao Conselho Tutelar devem atender a vários requisitos, incluindo idoneidade moral, idade mínima de 21 anos, residência na Capital por no mínimo dois anos, Ensino médio completo, histórico de trabalho e engajamento social na defesa

dos direitos da criança e do adolescente por no mínimo 2 anos, participação em 120h de cursos sobre o ECA, pleno gozo de aptidões, não ter sido penalizado com a perda da função de Conselho Tutelar nos últimos 5 anos, e residir ou ter prestado serviço na microrregião que está se habilitando.

Entendo que estas informações são de extrema importância para um educador social. Ainda mais se sua concepção de pedagogia é da Educação Popular. E pedagogia aqui entendida como ciência da Educação. Educação tem seu sentido amplo e não se refere apenas a escola. Eu aprendi muito na Rede da Criança e do Adolescente, em movimentos populares como a AEPPA, em associações de moradores, em espaços de trabalho, com minha família, na universidade, entre outros lugares. Aprendemos também, ao votar, ao conhecer os candidatos ao conselho tutelar e conhecendo os Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Quando a gente faz um mapeamento do nosso território (tem um vídeo no canal sobre esse tema), conhecemos nosso espçaos de moradia e trabalho. É aí, que começamos a entender as políticas intersetoriais e sua relação com o ECA e a Rede da Criança e do Adolescente.

Estes espaços desempenham papéis fundamentais na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Eles trabalham juntos para garantir que todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados e sejam protegidos contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Portanto, a Rede da Criança e do Adolescente tem uma estrutura que envolve diferentes sujeitos e organizações, as quais trabalham a partir de objetivos comuns. Esta rede está prevista no ECA, constituindo uma estratégia indispensável para tirar do papel o conceito de Proteção Integral.

Eu falei do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Procurem esse conselho na sua cidade. Acesse o site, leia as informações. Esse é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, destinado a promover, assegurar e defender os direitos da criança e do adolescente. Ele estabelece diretrizes e normas de proteção integral, propondo ações de políticas públicas municipais que visem o cumprimento ao art. 227 da Constituição Federal de 1988. Percebam que estamos falando de políticas públicas municipais. O CMDCA segue as orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). No site oficial temos a sua origem. Farei uma síntese para a nossa aula, mas oriento cada um de vocês a

acessarem os sites citados aqui,

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) foi criado em 1991 pela Lei nº 8.242. É um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O CONANDA é responsável por definir as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, fiscalizar as ações executadas pelo poder público e gerir o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).

O CONANDA é composto por 28 conselheiros titulares e 28 suplentes, sendo 14 representantes do Poder Executivo e 14 representantes de entidades não-governamentais que atuam na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A Constituição Federal de 1988 e a promulgação do ECA trouxeram um novo olhar sobre a infância e a adolescência, incluindo diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O Brasil é um dos poucos países que prevê legalmente a constituição de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes, assim como a estruturação de conselhos tutelares eleitos pelas próprias comunidades.

Fiz essa síntese a partir do texto no site oficial do Conanda, cuja notícia foi publicada em 31/07/2018 e atualizado em 04/09/2018.

Como vimos a Rede da Criança e do Adolescente está associada as políticas sociais para crianças e adolescentes no Brasil, as quais estão baseadas na proteção integral. Apenas mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam a proteção integral das crianças e adolescentes que teremos a proteção integral, como consta no ECA. O educador social precisa conhecer esses temas e contextos. Este é um dos saberes necessários à prática educativa de educadores (as) sociais, segundo tenho estudado o tema, as assessorias pedagógica, palestras e cursos que tenho ministrado.

Um ponto a ser destacado, é que essas políticas são marcadas pela centralidade do Estado e pelo reconhecimento dos direitos dos sujeitos, e não queremos que as políticas sejam privatizadas, pois já temos exemplos de políticas sociais terceirizadas. Vejamos que em uma Carta Pedagógica, cujo objetivo é fazer aula com este instrumento político, pedagógico e didático, nos leva a vários, outros, assuntos. Agora falamos de políticas estatais e políticas privatizadas.

Em resumo, a privatização é um processo em que as instituições governamentais

transferem completamente sua obrigação para a iniciativa privada. A privatização de políticas sociais é inaceitável, pois elas devem estar centradas no Estado. Aqui no Brasil, temos muitas políticas de terceira via. Para, rapidamente, explicitar as diferenças entre Terceirização, Terceira Via e Privatização, vou apontar cada um destes conceitos.

Terceira Via: Como mencionado acima, é uma abordagem política que busca combinar elementos das ideologias de esquerda e direita.

Terceirização: Refere-se ao processo pelo qual o Estado contrata (pode ser via Parceria público privada) outra empresa ou OSC para realizar certas atividades que não fazem parte de suas atividades principais. Isso é feito para reduzir custos ou para se concentrar em competências essenciais.

Privatização: É o processo de transferir a propriedade ou operação de ativos e empresas do setor público (governo) para o setor privado.

A terceirização de políticas sociais é um processo em que o Estado delega a implementação de determinadas políticas a entidades privadas ou organizações não governamentais. Muitos de nós já trabalhamos em ONGs, hoje chamadas de Organização da Sociedade Civil (OSC). Infelizmente, a terceirização de políticas sociais tem ocorrido em várias áreas, como saúde, educação e assistência social. Outro dia podemos falar como isso nos afeta, como por exemplo contratação precarizada, diferenças de salários para uma mesma ocupação, inexistência, em alguns casos, de plano de carreira.

No entanto, é importante ressaltar que a Constituição Federal do Brasil estabelece o papel central do Estado na garantia dos direitos dos cidadãos. Embora existam exemplos de terceirização de políticas sociais, é crucial lembrar o papel central do Estado na garantia dos direitos dos cidadãos e na implementação de políticas públicas conforme estabelecido pela Constituição Federal e lutar para que ele seja o executor direto.

Por isso, precisamos distinguir os espaços de promoção de garantia dos direitos das Crianças e dos Adolescentes. Para isso, temos que conhecer as políticas sociais, as legislações vigentes e associar tudo isso a nossa realidade. Isso faz parte da Educação Popular. Dar sentido a teoria ou teorizar sobre nossa prática e realidade.

A Educação Popular, conforme conceituada por Paulo Freire (PAULO, 2018), é uma abordagem pedagógica que busca a transformação social por meio de práticas educativas dialógicas e da reflexão crítica sobre a realidade vivida pelas pessoas. Ela não se limita apenas ao ambiente escolar formal, mas se estende

a todos os espaços onde ocorre a educação. Quando destaco a importância de distinguir os espaços de promoção e garantia dos direitos das Crianças e dos Adolescentes, isso implica em uma compreensão profunda das políticas sociais e das legislações vigentes, bem como a capacidade de relacionar esses conhecimentos com a realidade concreta das comunidades. Nesse contexto, a Educação Popular se manifesta como uma ferramenta para dar sentido à teoria e teorizar sobre nossa prática e realidade. Em outras palavras, a Educação Popular é um processo contínuo de reflexão e ação, onde a teoria e a prática estão intrinsecamente ligadas. O objetivo é formar as pessoas para compreenderem e transformarem sua própria realidade, tornando-os sujeitos ativos de sua própria história e não meros receptores passivos de informações.

Assim, a Educação Popular é uma pedagogia da curiosidade, da observação crítica, do questionamento, da problematização e da ação transformadora. Ela valoriza o conhecimento e a experiência das pessoas, promovendo um diálogo horizontal em que todos aprendem e ensinam simultaneamente. Ao associar teoria e prática, a Educação Popular busca a construção coletiva do conhecimento e a transformação social a partir da realidade e das necessidades das comunidades.

Em resumo, a Rede da Criança e do Adolescente, o CMDCA e as políticas sociais formam um sistema integrado para a proteção integral das crianças e adolescentes. E a Educação Popular enquanto abordagem pedagógica teórico-prática busca a transformação social por meio de práticas educativas dialógicas e da reflexão crítica sobre a realidade vivida pelas pessoas a partir da pedagogia dos direitos sociais e dos direitos humanos. A Rede da Criança e do Adolescente, o CMDCA e as políticas sociais devem trabalhar juntos para garantir que todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados e sejam protegidos contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Quanto a trajetória de um educador social, imerso na perspectiva da Educação Popular, é marcada por descobertas, aprendizados e, sobretudo, pela capacidade de conectar teoria e prática. A Rede da Criança e do Adolescente, em sua essência, representa um espaço de articulação e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, e é nesse contexto que o papel do educador social se destaca.

O educador social, ao se deparar com as realidades e desafios da Rede da Criança e do Adolescente, não é apenas um mero espectador, mas um agente

transformador. Ele é aquele que busca compreender as políticas, as legislações e, acima de tudo, as vidas que são impactadas por elas. Através da Educação Popular, o educador social tem a capacidade de dar voz e protagonismo àqueles que, muitas vezes, são silenciados ou marginalizados.

Paulo Freire, em sua abordagem da Educação Popular, enfatiza a importância do diálogo, da reflexão crítica e da ação transformadora. O educador social, ao se apropriar desses princípios, torna-se um mediador desse diálogo, promovendo espaços de troca, aprendizado e empoderamento, cujo currículo não é escolarizado, é um currículo baseado na pedagogia dos direitos sociais, na pedagogia dos direitos humanos e na pedagogia da formação para a cidadania, cuja perspectiva pode ser a Educação Popular, a qual defendemos em nossas aulas e cursos.

Ao refletir sobre a Rede da Criança e do Adolescente, o educador social reconhece a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um marco legal que assegura os direitos das crianças e adolescentes. No entanto, mais do que conhecer a legislação, é fundamental compreender sua aplicação prática, seus desafios e suas potencialidades.

Nesse sentido, o educador social tem a responsabilidade política e ética de promover uma formação para a conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes, incentivando a participação ativa dos sujeitos na defesa e garantia desses direitos. Seja na atuação direta com as crianças e adolescentes, na formação de outros (as) educadores (as) ou na articulação com diferentes setores da sociedade, o educador social é um elo fundamental na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Em conclusão, escrever sobre a "Rede da Criança e do Adolescente" é, sem dúvida, um desafio, mas também uma oportunidade de refletir sobre o papel central do educador social na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Através da Educação Popular, é possível construir pontes, estabelecer diálogos e promover transformações significativas na vida das pessoas e nas comunidades em que atuam. O compromisso com a defesa dos direitos, a paixão pela educação e a crença no poder transformador do conhecimento são os pilares que sustentam a atuação do educador social na perspectiva da Educação Popular.

Um abraço afetuoso,
Fernanda Paulo,
21.09.2023

Referências

ABE, Stephanie Kim. **Conheça a história e a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: https://www.cenpec.org.br/tematicas/conheca-a-historia-e-a-importancia-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens**. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens. Acesso em: 21 set. 2023.

COELHO. Leonardo. **Poder do Estado**. Disponível em: https://www.politize.com.br/poder-do-estado.Acesso em: 21 set. 2023. 20.Constituição de 1988.Disponível em: https://www.todapolitica.com/constituicao-de-1988.Acesso em: 21 set. 2023.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Atendimento integrado e proteção de crianças e adolescentes**: uma agenda do selo UNICEF. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/atendimento-integrado-e-protecao-de-criancas-e-adolescentes-uma-agenda-do-selo-unicef. Acesso em: 21 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MEDEIROS, Eduardo. **O Estado Brasileiro e a Constituição de 1988**. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/47732/o-estado-brasileiro-e-a-constituicao-de-1988. Acesso em: 21 set. 2023.

MOTTI, Antônio José Ângelo; SANTOS, Joseleno Vieira dos. **REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**. Paraná. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

OLIVEIRA, Camila Nunes de. **A REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES**: finalidades e possibilidades. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/a-rede-de-protecao-a-criancas-e-adolescentes-finalidades-e-possibilidades.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

PAULO, Fernanda dos Santos. **A Formação do(as) educadores(as) populares a partir da práxis**: um estudo de caso da AEPPA. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PAULO, Fernanda dos Santos; SPEROTTO, Neila. **Trajetória do curso de formação de Educadores Sociais em Porto Alegre**: Educação Popular e Pedagogia Freiriana. Revista Gestão Universitária (ISNN 1984-3097), 2018. (p. 1-14).

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação Popular no cenário gaúcho**: contribuições para a formação de educadores sociais. Revista Cocar, Belém, v. 13, n. 25, p. 307-324, jan./abr. 2019b.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Concepções de educação**: espaços, práticas, metodologias e trabalhadores da educação não escolar. Curitiba: interSaberes, 2020.

PAULO, Fernanda Santos; TREVISAN, Elisângela. **Educador Social e educador popular**: pautas da formação acadêmica-profissional. Revista Panorâmica online, [S. l.], v. 35, 2022.

SÃO JOSÉ, Fernanda; LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo. **A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-historica-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/835251374. Acesso em: 21 set. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CASCAVEL, Paraná. **REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA**. Paraná. Disponível em: https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/cascavel/rede_protecao/cartilha_rede_cascavel.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas sociais no Brasil**: participação social, conselhos e parcerias. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politicassociais.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

VIDIGAL, Ana Carolina; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. **O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/O%20processo%20de%20terceirizacao%20das%20politicas%20publicas.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

Carta Pedagógica 18

UMA AULA COM CARTA PEDAGÓGICA: SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Essa Carta Pedagógica dirige-se as estudantes dos cursos que trabalho com o tema da criança e do adolescente. Para ser didática, em primeiro lugar, quero que vocês saibam o que é uma Carta Pedagógica, pois ela é um dos instrumentos didáticos que utilizo para produzir as minhas aulas.

A Carta Pedagógica é um instrumento que utilizo para escrever a síntese de conhecimentos construídos na minha formação acadêmica-profissional, para refletir, para narrar e para comunicar minhas experiências, vivências e percepções no contexto educacional. Ela é inspirada na Educação Popular freiriana, fazendo referência ao educador Paulo Freire, e tem como objetivo promover uma reflexão crítica sobre a minha prática pedagógica ao mesmo tempo que construo um texto autoral sobre determinado tema ou experiência. (PAULO; DICKMANN, 2020, PAULO; GAIO, 2021)

A Carta Pedagógica pode ser escrita em diferentes formatos, incluindo narrativas da trajetória escolar ou profissional, reflexões sobre experiências específicas ou mesmo como uma forma de comunicação entre educadores, educandos e a comunidade escolar. (PAULO, 2022).

Nessa aula, me dedico ao tema Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes. Para tanto, preciso dizer-lhes que existe, desde 1991, após o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069/1990), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Ele é um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, criado em 1991, pela Lei nº 8.242. A criação do Conanda estava prevista no artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Conanda é composto por conselheiros titulares e suplentes, sendo alguns destes representantes do Poder Executivo e outros representantes de entidades não-governamentais que possuem atuação em âmbito nacional e atuação na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O Conanda tem como objetivo coordenar as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Ele realiza assembleias presenciais mensais e tem Comissões Temáticas.

Para introduzir o tema do Sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes no Brasil foi preciso fazer essa explicitação. O sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes foi criado em 2006 e é composto pela articulação entre o estado, as famílias e a sociedade civil. O sistema foi criado após a aprovação da resolução nº 113 pelo Conanda. Ele é composto por três eixos principais: defesa, promoção e controle. O primeiro eixo é o de defesa, que visa proteger legalmente as crianças e adolescentes através do acesso à justiça. Órgãos como varas da Infância e Juventude, policial de delegacias especializadas, Conselho Tutelar e Defensoria Pública fazem parte deste eixo. Esse eixo consiste na proteção legal dos direitos de crianças e adolescentes.

O segundo eixo é o de promoção, onde as ações previstas em lei são colocadas em prática. Isso inclui políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social. O "Eixo de Promoção se realizada de modo intersetorial, sendo responsável por transformar o que está previsto na lei em ações práticas." (Tasselli, 2016).

O terceiro eixo é o de controle e efetivação dos direitos. Órgãos como Ministério Público, poderes legislativos e sociedade civil são responsáveis por monitorar e fiscalizar as ações oferecidas pelo Estado. Aqui entram "Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Setoriais nas áreas afins, como Conselhos de Saúde, Educação, Assistência Social, contribuem na formação de políticas públicas, deliberando e veiculando normas técnicas, resoluções, orientações, planos e projetos." (Tasselli, 2016). Destaca-se que o "controle também é exercido por organizações da sociedade civil, Ministério Público, Poder Legislativo, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares, sociedade civil, cidadãos e pelos Fóruns de discussão e controle social." (Tasselli, 2016).

O sistema de garantias é composto por vários órgãos que trabalham para proteger a criança e ao adolescente. Os agentes envolvidos incluem conselheiros tutelares, promotores, juízes da vara da infância, defensores públicos, conselho de direitos da criança e adolescente, educadores(as) sociais, escolas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e delegacias especializadas. Esses agentes desempenham papéis jurídicos, educativos e assistenciais na proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Os Conselheiros tutelares são responsáveis por encaminhar casos à justiça. Os Juízes avaliam os casos e tomam medidas legais para garantir a proteção das crianças.

Educadores sociais (as), professores (as), escolas e CRAS fornecem su-

porte às crianças, adolescentes e famílias facilitando o diálogo entre os órgãos. Estes(as) trabalhadores (as) vinculam-se ao eixo de marcos públicos o qual visa disseminar o ECA para a população em geral, realizando, igualmente, atividades pedagógicas à luz dos Direitos Humanos.

Tudo que escrevi anteriormente, acerca do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente só tem sentido se entendermos que essa é uma política de direitos humanos para crianças e adolescentes, estabelecida a partir do ECA. Antes disso, a política era baseada na assistência ao menor. Melhor explicitando, antes do ECA, a legislação existente no Brasil era o Código de Menores, também conhecido como Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

Como professora do curso de pedagogia e de cursos de formação de educadores (as) sociais, preciso escrever, mesmo que de modo breve, o contexto do Código de Menores. Ele foi produto de uma cultura autoritária e patriarcal, cujo termo utilizado era "menor em situação irregular", referindo-se ao menor de 18 anos que se encontrava em situação de abandono, entre outras situações. A maior crítica a essa lei era que ela não diferenciava o autor de ato infracional daquele que era vítima da pobreza, do abandono, dos maus-tratos e outros fatores.

O ECA, por outro lado, foi uma grande mudança na forma como a legislação brasileira tratava crianças e adolescentes. Ele, instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O ECA define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. Diferentemente do Código de Menores, o ECA propõe medidas socioeducativas com caráter pedagógico, e não meramente punitivo como no Código de Menores.

Tudo que escrevi foi para enfatizar que com o ECA houve uma mudança significativa ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A parrtir dele (ECA) e a Constituição Federal de 1988 tivemos, a criação do sistema de garantia dos direitos como um conjunto articulado de órgãos que trabalham em conjunto para assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Esse sistema envolve a participação ativa da família, da sociedade civil e do Estado. Daí, que a intersetorialidade é fundamental para integrar todas as políticas setoriais relacionadas aos Direitos Humanos.

Espero ter ficado esclarecido que o Conselho Nacional dos Direitos da

Criança e do Adolescente (Conanda) desempenha um papel importante nesse contexto de integração das políticas garantidoras de direitos.

Essa Carta Pedagógica, busca apresentar o tema sobre o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes. Sendo assim, alguns conceitos devo apresentar. Um deles é a intersetorialidade. De modo simples, a intersetorialidade pode ser entendida como a integração e articulação entre todas as políticas sociais que visam garantir os direitos humanos. O trabalho nessa concepção necessita de equipes multidisciplinares e trabalho intersetorial cuja abordagem é integrada. Vejamos que a política de garantia dos direitos da criança e do adolescente deve ser estruturada em conjunto com outras políticas setoriais, como assistência social, educação e saúde, por exemplo.

Essa estrutura de garantia de direitos deve ser integrada e estar presente nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Um dos desafios, a partir da minha experiência, é a superação da divisão entre sociedade civil e Estado na promoção de abordagem integrada das políticas, pois é necessário a colaboração de todos os órgãos e entidades envolvidos no sistema de garantia dos direitos. Em outra aula, vou escrever sobre Cidade Educadora e territórios educadores para a efetivarmos os Direitos Humanos na perspectiva da Educação Popular. Nas minhas experiências, o trabalho em conjunto é essencial para o sucesso das políticas sociais.

Para essa aula, precisamos entender o papel do Sistema Único da Assistência Social, assim como conhecer a política da educação e da saúde. Vou me ater no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que faz conexão direta com o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, como política sustentadora assim como o ECA, principal legislação.

O SUAS é uma das políticas setoriais que sustenta o sistema de garantia dos direitos. Nem todos os profissionais da educação e da saúde são conhecedores do SUAS e do ECA (infelizmente!).

No atual contexto, não é admissível que um professor, um agente de saúde, um gestor, um médico da família e um educador social não conheça o SUAS e o ECA que trabalham em conjunto com outras políticas, como a política de saúde e da educação, para promover a integração e articulação necessárias para a garantia de direitos para crianças e adolescentes. Notemos que o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes necessita de um trabalho em conjunto e colaborativo.

O SUAS desempenha um papel fundamental ao integrar os serviços so-

cioassistenciais com as demais políticas garantidoras de direitos. E com isso, retomamos ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) no sistema de garantia dos direitos. O Conanda é responsável por ser o interlocutor dessas políticas. Em 2006, o Conanda lançou uma resolução detalhando a organização do sistema de garantia dos direitos. Essa resolução estabelece os membros, órgãos e políticas que compõem o sistema. O Conselho de Direitos é considerado o órgão máximo e tem competência para controlar a política da criança e do adolescente. É importante conhecer esses documentos.

Talvez, seja necessário reafirmar que o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes integra o Sistema de Garantia dos Direitos Humanos.

Enquanto educadores (as) (da escola ou fora da escola) devemos nos posicionar contra todo e qualquer tipo de violação ou ameaça aos direitos das crianças e adolescentes. Importante realizarmos atividades pedagógicas que busquem promover, prevenir e lidar com casos de violações dos direitos fundamentais a partir do ECA – documento imprescindível na atuação do educador.

O maior desafio, no meu entendimento, está na formação de educadores (as) no entendimento da importância e necessidade da construção da intersetorialidade no sistema de garantia das crianças e adolescentes. A construção da intersetorialidade requer um entendimento comum e uma força conjunta para garantir os direitos das crianças e adolescentes. Para tanto, é importante a compreensão clara das competências de cada órgão do sistema, assim como a cooperação entre os agentes para superar os limites e fortalecer a intersetorialidade e o trabalho multidisciplinar.

Eu tenho discutido sobre a participação popular em nossas aulas. Recordo que ela é fundamental para fortalecer os conselhos de direitos, pois permite que a sociedade civil se posicione em relação à formulação das políticas e conheça a nossa organização político-social desde a Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, as conferências dos direitos da criança e do adolescente são espaços importantes para zelar pelos direitos das crianças e adolescentes – e todo educador deveria participar destas conferências, no meu entendimento. A participação popular é a chave para fortalecer os conselhos de direitos. Educadores (as) deveriam estimular seus estudantes e familiares a participarem das conferências dos direitos da criança e do adolescente.

Quero explicitar, que a sociedade civil tem a oportunidade de monito-

rar, liberar recursos e se posicionar em relação à formulação das políticas para crianças e adolescentes. Mas para isso, ela precisa conhecer esses espaços. Nós, educadores (as) deveríamos falar sobre esses temas com nossos educandos. Concordam?

Como escrevi antes, as conferências dos direitos da criança é um dos espaços importantes onde a sociedade pode intervir e fazer propostas. Mas também temos os conselhos municipais (educação, assistência social, saúde, da criança e do adolescente) os quais têm um papel crucial na política de garantia dos direitos, pois estão próximos da nossa realidade local e podem criar serviços e políticas mais adequadas às necessidades das crianças e adolescentes.

O diálogo e a participação (Freire, 1987) são as ferramentas mais potentes para uma política pública ser efetivada. Se não participamos da construção das políticas sociais, não conhecemos os trâmites para construir uma política pública e não estaremos contribuindo para que a política seja construída levando em consideração a realidade local na perspectiva da Educação Popular.

Eu já participei de várias conferências no âmbito municipal estadual e nacional. Aprendi muito nesses espaços. Também já fiz parte de conselhos locais de saúde e assistência social. Espaços de aprendizagens! E vocês possuem experiências dessas, quais? Gostaria de conhecê-las....

Com carinho
Fernanda dos Santos Paulo
2023.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. **Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 out.

1991.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda>

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 abr. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (organizadores). **Cartas pedagógicas**: tópicos epistêmico-metodológicos na Educação Popular. 1. ed. – Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação Popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana– Chapecó: Livrologia, 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a Educação Popular**: contribuições para formação docente. – Chapecó: Livrologia, 2022

TASSELLI, Roberta. **Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2016**. Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/como-enfrentar/sgdca/. Acesso em: [10 de setembro de 2023].

Carta Pedagógica 19

PARADIGMAS E EPISTEMOLOGIA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO SOCIAL

Queridos estudantes do curso de Serviço Social,

Esta Carta Pedagógica tem o objetivo de falar sobre educação social e seus paradigmas. Escrevi esta carta para a aula do curso do Serviço Social da Uniasselvi, instituição onde fui docente por 4 anos. A convite da professora de vocês, por indicação de uma aluna que escolheu o tema dos (as) educadores(as) sociais para seu TCC, fui solicitada a falar sobre esse assunto. Agradeço o convite e confiança a mim depositada.

Por muito tempo não entendia a Educação Social como uma nova categoria, por compreender que toda educação é social. Mas ao realizar algumas entrevistas com educadores (as) sociais, identifiquei a Educação Social como um campo de atuação e lendo artigos e estudos sobre o tema, reconheço a emergência da criação de uma nova área de conhecimento. Logo, não sou uma estudiosa do tema, mas conheço ele há bastante tempo. Estudo temas como: Educação Popular, educadores(as) populares, educadores(as) sociais, educação não escolar e políticas públicas. Por decorrência dos cursos que coordeno na AEPPA, destinados a formação de educadores(as) sociais na perspectiva da Educação Popular, tenho sido convidada a falar de temas associados ao educador social. Aceite esse convite porque este é um tema que me provoca curiosidades epistemológicas.

Tenho entendido a Educação Social enquanto um campo de intervenção socioeducativa que visa à promoção da cidadania e da inclusão social, especialmente de grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco ou conflito social. A chamada Educação Social se realiza em espaços não escolares vinculados a políticas sociais, especialmente a assistência social. Atualmente, a Educação Social se caracteriza por ser um espaço de trabalho de educadores(as) sociais e tem se caracterizado com um campo multidisciplinar. A Educação Social, enquanto área de conhecimento, tem uma história recente e complexa, que envolve diferentes influências teóricas, políticas e culturais.

Nesta Carta Pedagógica, pretendo apresentar algumas perspectivas epistemológicas e paradigmáticas que contribuíram para a construção da identidade

e da especificidade da Educação Social, bem como para o enfrentamento dos desafios atuais que se colocam para os (as) educadores(as) sociais.

Inicialmente vou definir epistemologia enquanto teoria do conhecimento. Ela se ocupa de reflexão sobre os problemas, métodos e teorias da ciência na construção do conhecimento. A epistemologia é útil para analisar a consistência e a relevância do conhecimento produzido em uma determinada área do conhecimento. Já por paradigma entendemos como um modelo de referência que orienta as pesquisas científicas em uma determinada área. O paradigma define os pressupostos básicos sobre a natureza da realidade (ontologia), sobre a forma de conhecer essa realidade (epistemologia) e sobre os procedimentos adequados para investigá-la (metodologia). O paradigma também define os conceitos, as categorias e as teorias que compõem o corpo de conhecimento de uma ciência.

Na Educação Social, podemos identificar algumas perspectivas epistemológicas e paradigmáticas que marcam a sua recente trajetória histórica no Brasil. Sem pretender ser exaustiva ou definitiva, destaco algumas:

• PERSPECTIVA POSITIVISTA: Na Educação Social, a perspectiva positivista se manifesta na adoção de modelos teóricos e metodológicos provenientes da psicologia comportamentalista ou da sociologia funcionalista. A Educação Social é vista como uma técnica ou uma tecnologia social, que visa à adaptação dos indivíduos ao sistema social vigente. Neste modelo, a Educação Social como área do conhecimento se preocupa com a mensuração quantitativa dos resultados da intervenção socioeducativa no campo da educação social, utilizando indicadores padronizados e comparáveis. A Educação Social também assume uma postura assistencialista ou compensatória em relação aos grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

• PERSPECTIVA HUMANISTA: Na Educação Social, a perspectiva humanista se manifesta na adoção de modelos teóricos e metodológicos provenientes das ciências humanas ou da filosofia, como a psicologia humanista e a pedagogia libertária. A Educação Social é vista como uma prática que visa ao desenvolvimento integral dos indivíduos e dos grupos, preocupando-se com a compreensão qualitativa dos processos de intervenção socioeducativa.

• PERSPECTIVA CRÍTICA: Na Educação Social, a perspectiva crítica se manifesta na adoção de modelos teóricos e metodológicos provenientes das ciências críticas ou da filosofia, como a sociologia crítica, a pedagogia crítica ou a ética da libertação. A Educação Social é vista como uma prática contra he-

gemônica, que visa à construção de uma sociedade mais justa. A Educação Social se preocupa com a análise crítica dos contextos de intervenção socioeducativa, utilizando metodologias da Educação Popular. Ela também assume uma postura política em relação aos grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Ainda, em 2023, a Educação Social enquanto campo de prática educativa não escolar institucionalizada é pouco estudada e reconhecida na universidade, pois tem uma história recente e complexa, que envolve diferentes perspectivas epistemológicas e paradigmáticas.

Convido vocês a aprofundar esse tema e a refletirem comigo sobre quais espaços assumem a Educação Social como campo e ou área do conhecimento, e quais documentos oficiais apresentam a Educação Social como paradigma do trabalho do educador social.

Fernanda Paulo,
Abril de 2023.

Carta Pedagógica 20

UMA AULA COM CARTA PEDAGÓGICA PARA MESTRANDAS E DOUTORANDAS DO PPGEd DA UNOESC: PESQUISA PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO POPULAR

Para a nossa aula, escolhi dois textos que abordam a relação entre pesquisa participativa e Educação Popular, a partir de uma perspectiva crítica e latino-americana. Um é um artigo de Cheron Zanini Moretti e Telmo Adams, publicado em 2011, com o título "Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul". Nesse artigo, os autores promovem um diálogo entre Educação Popular e pesquisa participativa, considerando ambas ancoradas em epistemologias emergentes do sul. O outro é uma síntese do livro de Alfonso Torres Carrillo, intitulado "Pensar epistémico, educación popular e investigación participativa". Nesse livro, o autor propõe uma reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos desses campos, bem como sobre os seus desafios e possibilidades na atualidade.

Com relação ao primeiro texto de autoria de Cheron Zanini Moretti e Telmo Adams, alguns conceitos-chave e apontamentos que podemos identificar nos textos são:

Pesquisa participativa: É uma forma de produção de conhecimento que envolve a participação ativa, comprometida e crítica dos sujeitos envolvidos na pesquisa, tanto na definição dos problemas, quanto na elaboração, execução e avaliação das ações. A pesquisa participativa busca a produção de conhecimentos relevantes para a transformação social, a partir da articulação entre teoria e prática, entre saberes científicos e populares, entre pesquisadores e pesquisados.

Educação Popular: se baseia no diálogo, na problematização e na ação-reflexão-ação sobre a realidade social. A Educação Popular busca a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Epistemologias do sul: São formas de conhecimento que emergem das experiências históricas, culturais e políticas dos povos do sul global, que foram subalternizados pelo colonialismo, pelo capitalismo e pelo eurocentrismo. As epistemologias do sul buscam romper com as hegemonias epistêmicas do norte

global, valorizando os saberes locais, plurais e emancipatórios dos sujeitos do sul.

Neste momento, vou apresentar alguns apontamentos presentes no artigo de Cheron Zanini Moretti e Telmo Adams

1. **REFERÊNCIAS PRINCIPAIS**: O artigo destaca Paulo Freire, Carlos R. Brandão e Orlando Fals Borda como interlocutores significativos nos processos educativos, políticos e organizativos relacionados à emancipação. Ambos são reconhecidos por suas contribuições à Educação Popular e à pesquisa participativa, particularmente na América Latina.

Paulo Freire: Um pedagogo brasileiro conhecido por sua abordagem à educação crítica e emancipatória. Seu trabalho em "Pedagogia do Oprimido" é frequentemente citado em discussões sobre pesquisa participativa, especialmente em contextos de Educação Popular.

Orlando Fals Borda: Sociólogo colombiano que é uma figura central na pesquisa participativa na América Latina. Ele é conhecido por integrar abordagens acadêmicas e populares em seus estudos.

Carlos Rodrigues Brandão: Foi um antropólogo, educador e escritor brasileiro, que se destacou por seus estudos e práticas de pesquisa participativa e Educação Popular. Ele foi amigo de Paulo Freire e de Orlando Fals Borda, referenciais teóricos da pesquisa participativa no Brasil. Brandão defendia que a pesquisa participativa era uma forma de produzir conhecimentos relevantes para a transformação social, a partir da articulação entre teoria e prática, entre saberes científicos e populares, entre pesquisadores e pesquisados. Ele escreveu diversos livros sobre o tema, como "Pesquisa Participativa" (1981), e Repensando a Pesquisa Participante (1999). Ele faleceu em 2023, deixando um legado de contribuições para a Educação Popular.

2. **(DES)COLONIALIDADE DO CONHECIMENTO**: O artigo problematiza a pesquisa participativa e a Educação Popular no contexto da (des)colonialidade do conhecimento. Este conceito refere-se às formas como o conhecimento tem sido historicamente moldado por processos coloniais e às tentativas contemporâneas de descolonizar o pensamento e a prática.

3. **REINVENÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL**: O texto sugere

que as experiências, métodos e pedagogias baseadas nas ideias de Freire e Fals Borda tornaram-se elementos fundamentais na reinvenção da emancipação social. Em outras palavras, essas abordagens não são apenas teóricas, mas têm implicações práticas reais na busca por justiça social.

4. **PARTICIPAÇÃO ATIVA**: Os sujeitos da pesquisa não são apenas observados ou entrevistados, mas são ativamente envolvidos no processo de pesquisa, contribuindo com suas experiências, perspectivas e conhecimentos.

5. **COCRIAÇÃO DE CONHECIMENTO**: A pesquisa participativa reconhece que todos os envolvidos no processo (incluindo os sujeitos da pesquisa) possuem conhecimentos valiosos que podem ser compartilhados e combinados para criar uma compreensão mais profunda do tema em questão.

6. **TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**: Um dos objetivos principais da pesquisa participativa é gerar mudanças positivas na comunidade ou grupo estudado. A pesquisa é vista não apenas como um meio de obter informações, mas também como uma ferramenta para a ação social.

7. **REFLEXIVIDADE**: Os pesquisadores e participantes são encorajados a refletir sobre suas posições, preconceitos e o impacto de suas ações durante o processo de pesquisa.

8. **DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**: A pesquisa participativa frequentemente enfatiza a importância de desafiar e descolonizar estruturas de poder tradicionais e abordagens eurocêntricas à pesquisa.

O segundo texto é de Alfonso Torres Carrillo, um educador e professor colombiano conhecido por seu trabalho em pesquisa participativa e Educação Popular. O livro que estou usando como referência é "Pensar epistémico, educación popular e investigación participativa", publicado no México em 2019.
Este livro aborda vários tópicos, incluindo Educação Popular, pesquisa participativa, epistemologia latino-americana, pensamento crítico latino-americano e história intelectual na América Latina. Ele também destaca as contribuições de figuras proeminentes como Hugo Zemelman, Orlando Fals Borda (Investigação Ação Participativa) e Paulo Freire.

O livro é dividido em quatro capítulos e começa com uma discussão so-

bre como, durante a década de 1960, alguns pesquisadores sociais começaram a reconhecer as limitações das teorias e metodologias sociais concebidas no norte epistêmico de caráter colonial e imperialista, cuja implementação não está relacionada ao seu impacto social e político na vida real das pessoas.

Com base na minha leitura do livro, vou compartilhar uma síntese da obra. O texto começa com uma introdução que enfatiza a importância da Educação Popular e da construção do conhecimento histórico na América Latina. O primeiro capítulo trata da subjetividade e do pensamento crítico latino-americano. Este capítulo discute os pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos do pensamento crítico latino-americano, com foco nas categorias de subjetividade e assuntos sociais. O capítulo se baseia principalmente nas obras de Hugo Zemelman, um sociólogo e educador chileno conhecido por seus estudos que influenciaram as práticas de pesquisa participativa e Educação Popular. Zemelman é citado várias vezes ao longo do livro, especialmente na discussão sobre a construção do conhecimento, a realidade social e a colocação do sujeito em sua condição histórica. Em resumo, os principais conceitos e ideias apresentados no livro são:

PENSAMENTO EPISTÊMICO, EDUCAÇÃO POPULAR E PESQUISA PARTICIPATIVA: Estes são os temas centrais do livro, que busca explorar a intersecção entre a epistemologia, a Educação Popular e a pesquisa participativa.

COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA EDUCAÇÃO POPULAR: A Educação Popular é vista não apenas como uma metodologia ou abordagem pedagógica, mas também como um compromisso ético e político.

DIÁLOGOS ENTRE O MÉXICO E A COLÔMBIA: O autor destaca a importância dos diálogos e interações entre acadêmicos e ativistas de ambos os países, indicando uma colaboração e intercâmbio significativos. Importância de partilha de experiência de pesquisas participativas na universidade.

PARTICIPAÇÃO: Para que a participação não permaneça apenas uma promessa, é necessário gerar condições e processos de formação de grupos através da apropriação da abordagem metodológica e das estratégias e técnicas adotadas em pesquisas.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: A produção de conhecimento deve assumir uma abordagem metodológica flexível. Em contraste com a pesquisa que prioriza projetos rígidos e técnicas específicas, a perspectiva defendida

é que as metodologias devem ser abordadas de forma crítica e criativa. Isso permite uma constante adaptação e inovação nas pesquisas.

ESPERANÇA E ENCONTRO: O texto enfatiza a importância do encontro, da colaboração e da construção coletiva de conhecimento. A esperança é vista como uma força motriz para a construção de futuros mais justos.

EDUCAÇÃO POPULAR: O texto fala sobre o compromisso político da e na pesquisa. A Educação Popular é mencionada em relação ao surgimento de práticas "senti-pensantes" nas décadas de 1960 e 1970, conceito de Fals Borda. A tradição pedagógica da Educação Popular é mencionada em relação ao conhecimento construído de modo dialógico, dando como exemplo de origem da Educação Popular propostas de alfabetização elaborada por Freire e associada a uma relação à consciência de classe e ao marxismo. O texto também faz referência à subjetividade e à Educação Popular em relação à pesquisa, questionando qual o sentido da pesquisa.

SENTI-PENSANTE é um conceito criado por Orlando Fals Borda, um sociólogo e educador colombiano, que se dedicou ao estudo e à prática da pesquisa participativa e Educação Popular. Ele defendia que a pesquisa participativa era uma forma de produzir conhecimentos relevantes para a transformação social, a partir da articulação entre teoria e prática, entre saberes científicos e populares, entre pesquisadores e pesquisados. Senti-pensante é, portanto, uma forma de integrar razão e emoção, em serviço de aprofundar nossa consciência e sensibilidade cultural, e promover maior entendimento, interconexão e colaboração.

SUBJETIVIDADE: O autor menciona seus próprios trabalhos que discutem subjetividade e ação coletiva. Faz Referências a trabalhos de Hugo Zemelman que abordam a subjetividade. Enfatiza-se que a subjetividade é sempre intersubjetividade; no indivíduo, outras subjetividades estão sendo expressas. Para Freire, a subjetividade e a intersubjetividade são conceitos fundamentais para compreender a educação como um processo de construção da consciência crítica e da emancipação humana.

A subjetividade é a dimensão singular e histórica de cada sujeito, que se constitui a partir das suas experiências, sentimentos, valores, sonhos e projetos. A intersubjetividade é a dimensão relacional e dialógica dos sujeitos, que se estabelece a partir do reconhecimento mútuo, da comunicação, da cooperação e da solidariedade. A subjetividade e a intersubjetividade se articulam na prática educativa, que é vista como um espaço de encontro, de diálogo, de problematização

e de transformação da realidade social. A educação, nessa perspectiva, é uma forma de produzir e compartilhar conhecimentos relevantes para a vida dos sujeitos e dos grupos sociais, bem como para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanizada.

As pesquisas participativas são formas de produção de conhecimento que valorizam a subjetividade e a intersubjetividade dos sujeitos envolvidos na pesquisa. As pesquisas participativas partem do princípio de que os sujeitos da pesquisa são os melhores conhecedores da sua realidade, das suas necessidades, dos seus problemas e das suas potencialidades. Por isso, as pesquisas participativas buscam envolver os sujeitos da pesquisa em todas as etapas do processo, desde a definição dos temas, até a análise, a divulgação e a aplicação dos resultados. As pesquisas participativas também buscam promover o diálogo, a cooperação e a solidariedade entre os sujeitos da pesquisa, reconhecendo as suas diferenças, as suas singularidades e as suas histórias. As pesquisas participativas, portanto, são formas de educação que respeitam e estimulam a subjetividade e a intersubjetividade dos sujeitos da pesquisa, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo, bem como para a transformação social.

Por fim, enfatiza-se que o conhecimento do social não deve depender do uso acrítico das teorias, mas da reconstrução articulada da realidade com base em seus próprios dinamismos e concepções. A abertura epistemológica é discutida como uma atitude epistemológica que é política e deve ser permanente, com base na leitura dos contextos históricos.

Agora vou abordar um tema pouco discutido no uso de pesquisas participativas: "O uso de técnicas em pesquisa social". Alfonso Torres questiona a maneira como as técnicas são concebidas e utilizadas na maioria das pesquisas no campo das ciências sociais. Segundo ele, enquanto muitas decisões sobre abordagem e perspectiva da pesquisa exigem uma profunda reflexão epistemológica e metodológica, a questão das técnicas em pesquisa é frequentemente vista como uma questão prática de segunda ordem.

Para ele, essa visão reducionista das técnicas em pesquisa social tem duas consequências negativas: por um lado, leva a uma subestimação do papel das técnicas na produção do conhecimento científico; por outro lado, leva à reprodução acrítica de modelos teóricos e metodológicos provenientes das ciências naturais ou sociais convencionais. Assim, muitas pesquisas acabam adotando técnicas que não são adequadas aos seus objetivos, contextos ou sujeitos, ou que não levam em conta as implicações éticas, políticas ou culturais do seu uso.

Ele sugere uma perspectiva alternativa das técnicas em pesquisa social, vendo-as como dispositivos epistêmicos e metodológicos que mediam a relação entre os participantes da pesquisa e a realidade investigada. Nesta visão, as técnicas não são apenas ferramentas neutras ou transparentes para coletar informações confiáveis, mas construções históricas, sociais e políticas que expressam certos interesses, valores e visões de mundo. Portanto, as técnicas devem ser objeto de reflexão crítica e escolha consciente por parte dos pesquisadores, considerando seus pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos.

A pesquisa participativa é caracterizada pelo uso de uma variedade de técnicas para coletar, analisar e comunicar informações sobre a realidade social. Essas técnicas podem ser divididas em dois grandes grupos: as técnicas convencionais e as técnicas não convencionais.

As técnicas convencionais são aquelas mais comumente usadas nas pesquisas sociais tradicionais. Incluem entrevistas (individuais ou coletivas), inquéritos (questionários), documentação (análise de documentos) e observação (participante ou não). Essas técnicas têm a vantagem de serem reconhecidas como instrumentos confiáveis.

No entanto, essas técnicas também têm limitações, especialmente quando usadas em pesquisa participativa. Algumas dessas limitações incluem: dificuldade em capturar a complexidade e dinâmica da realidade social dependendo do contexto da pesquisa; tendência a reproduzir as categorias e conceitos dos pesquisadores, sem considerar o conhecimento e a linguagem dos participantes; tendência a adotar uma postura "extrativista" ou "colonialista", onde os pesquisadores coletam informações dos pesquisados sem retribuir; e tendência a ignorar ou minimizar questões éticas, políticas ou culturais envolvidas na relação entre pesquisadores e pesquisados.

As técnicas não convencionais são aquelas menos comuns ou mais inovadoras nas pesquisas sociais tradicionais. Incluem métodos como histórias de vida (narrativas pessoais ou coletivas), grupos focais e grupos de discussão (diálogos entre os sujeitos da pesquisa sobre um tema específico), cartografia social (representação gráfica do espaço social), teatro, cartografia corporal, entre outros. Essas técnicas têm a vantagem de obter dados qualitativos sobre as experiências, sentimentos, opiniões e percepções dos sujeitos da pesquisa; valorizar o conhecimento e a linguagem dos pesquisados, reconhecendo-os como sujeitos ativos e críticos da pesquisa; estabelecer uma relação dialógica, horizontal e solidária entre pesquisadores e pesquisados, favorecendo a troca de conhecimentos

e a transformação social; e levar em conta questões éticas, políticas ou culturais envolvidas na pesquisa.

No entanto, essas técnicas também têm limitações quando usadas em pesquisa participativa. Algumas dessas limitações incluem: dificuldade em trabalhar com as informações (dados da realidade) e dificuldade em convencer que esses instrumentos são tão confiáveis quanto os tradicionais.

Diante da diversidade e complexidade das técnicas em pesquisa participativa, é necessário estabelecer alguns critérios para a escolha e uso adequado das mesmas. Esses critérios devem levar em conta os objetivos, contextos e sujeitos da pesquisa. A seguir estão alguns desses critérios:

• ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA: As técnicas devem ser escolhidas em função dos objetivos específicos da pesquisa, considerando o tipo de dados que se quer obter, o nível de profundidade que se quer alcançar, o grau de participação que se quer promover, entre outros aspectos.

• ADEQUAÇÃO AOS CONTEXTOS DA PESQUISA: As técnicas devem ser escolhidas em função dos contextos específicos da pesquisa, considerando as características sociais, culturais, políticas e econômicas dos espaços onde se realiza a pesquisa, bem como as condições materiais, temporais e logísticas disponíveis para a realização da mesma.

• ADEQUAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA: As técnicas devem ser escolhidas em função dos sujeitos específicos da pesquisa, considerando as características individuais e coletivas dos pesquisadores e dos pesquisados, tais como idade, gênero, etnia, classe social, escolaridade, experiência, interesse, motivação, entre outros aspectos.

O emprego de técnicas em pesquisa participativa é uma questão epistemológica e metodológica que demanda uma reflexão crítica e uma escolha consciente por parte dos pesquisadores. Nesta Carta Pedagógica, abordamos algumas perspectivas epistemológicas e paradigmáticas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa participativa; apresentamos algumas técnicas convencionais e não convencionais empregadas em pesquisa participativa; e sugerimos alguns critérios para a escolha e o uso adequado das técnicas em pesquisa participativa.

A pesquisa participativa é uma metodologia que envolve a participação ativa e crítica dos indivíduos envolvidos na pesquisa, tanto na definição dos problemas quanto na elaboração, execução e avaliação das ações. A pesquisa participativa busca a produção de conhecimentos relevantes para a transformação

social, a partir da articulação entre teoria e prática, entre saberes científicos e populares, entre pesquisadores e pesquisados. Ela se insere no campo das ciências sociais críticas e tem como referências teóricas autores como Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Carlos Rodrigues Brandao entre outros.

Nesta Carta Pedagógica, pretendemos discutir o uso de técnicas em pesquisa participativa, a partir de uma reflexão epistemológica e metodológica. Para isso, partimos das considerações de Alfonso Torres Carrillo, que problematiza a questão das técnicas em pesquisa social, especialmente em contextos acadêmicos. Em seguida, apresentamos algumas técnicas convencionais e não convencionais utilizadas em pesquisa participativa, destacando as suas potencialidades e limitações. Por fim, propomos alguns critérios para a escolha e o uso adequado das técnicas em pesquisa participativa, considerando os objetivos, os contextos e os sujeitos da pesquisa.

Na tradição das metodologias de pesquisa participativa, técnicas mais dialógicas, interativas, expressivas e experienciais foram adotadas. Exemplos incluem sociodrama, técnicas teatrais, rotas territoriais e cartografias corporais. Essas técnicas representam uma ruptura com as técnicas dominantes. Um exemplo significativo é a colaboração entre Salazar, Fals Borda e a Associação Nacional dos Usuários De Camponês (ANUC) na Colômbia. Esta parceria resultou em projetos para reconstruir a história das lutas sociais na região, utilizando técnicas criativas para envolver a comunidade na reconstrução de suas lutas.

Alfonso Torres Carrillo também menciona um Simpósio de cientistas sociais alternativos organizado por Fals Borda em 1977, que foi fundamental para promover a pesquisa crítica e introduzir o conceito de Investigação Ação Participativa. Fals Borda delineou a metodologia emergente.

Inicialmente as pesquisas participativas destacam-se a influência de a teóricos marxistas na Educação Popular e nas pesquisas participativas. Estaca que a tradição marxista colocou ênfase na crítica do positivismo epistemológico e na crítica do capitalismo. Entretanto, dentro do próprio marxismo, existem posições ortodoxas e dogmáticas. Uma observação feita por pesquisadores alternativos.

A recepção do "movimento popular" e pesquisadores da Educação Popular foi acompanhada pela proliferação de ideias e partidos de esquerda e uma maior influência do marxismo tanto na política quanto na academia. Durante as décadas de 1960 a 1980, o marxismo foi considerado a expressão mais refinada do pensamento crítico. Embora o marxismo reflita a formação de muitos pensa-

dores, apareceu a preocupação com seus usos e leituras ortodoxas. Na fase fundamental da Educação Popular, a consciência libertadora foi assimilada à consciência de classe dos manuais marxistas da época.

Paulo Freire enfatizou a apropriação do mundo em todas as suas dimensões humanas, sendo influenciado pelo marxismo, mas também pela fenomenologia. Em minha pesquisa de Mestrado, para compreender a Educação Popular desde Paulo Freire identifiquei as origens filosóficas cristã (teologia da libertação), existencial e personalista (Mounier, Sartre, Gabriel Marciel e Heidegger), além de origem fenomenológica (Merleau-Ponty) e marxista (Marx, Gramsci, Marcuse, Kosik e Fromm). Posicionei estas influencias em 4 dimensões (PAULO, 2013):

4. **Dimensão antropológica**, principalmente inspirada pelo existencialismo cristão, marxismo e pela fenomenologia: concepção de ser humano amparada pelos conceitos de Humanização e intersubjetividade.

5. **Dimensão política** sob a égide do marxismo e fenomenologia: educação conscientizadora e emancipadora, educação politizadora, intencionalidade, práxis, prática educativa contextual e humanizadora.

6. **Dimensão epistemológica** sob a perspectiva existencialista, marxista e fenomenológica: educação dos sentidos, educação dialógica, intencional, diretiva, participativa e libertadora, diálogo de saberes, curiosidade crítica, educação contextualizada/totalidade.

7. **Dimensão metodológica**: Pesquisa como prática emancipatória influenciado pelo Método dialético. Rigorosidade metódica.

Em resumo, destaco a importância do engajamento político de pesquisadores na pesquisa participativa, o conhecimento da Educação Popular para a realização de investigações, autenticamente, transformadoras.

Muito obrigada
Fernanda Paulo.
26.09.2023.

Referências

MORETTI, Cheron Zanini; ADAM, Telmo. **Pesquisa Participativa e Educação Popular**: epistemologias do sul. Educação Real, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011.

PAULO, Fernanda dos Santos. **A Formação do(as) educadores(as) populares a partir da práxis**: um estudo de caso da AEPPA. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **Pensar epistémico, educación popular e investigación participativa**. Ciudad de México: Editora Nómada, IPECAL, 2019.

Carta Pedagógica 21

CURSO SUPERIOR TECNÓLOGO EM EDUCAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Caros Educadores e Educadoras Sociais,

É com imensa satisfação e responsabilidade que me dirijo a vocês para apresentar algumas ideias acerca do Curso Superior Tecnólogo em Educação Social, uma iniciativa pioneira da demanda Associação de Educadores Populares de Porto Alegre para o IFRS no Campus Alvorada. Esta proposta está sendo concretizada a partir de um esforço coletivo, fruto da colaboração entre o IFRS Alvorada, a AEPPA e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada (SIMA), que desde 2022 têm se reunido em prol da demanda específica de formação de educadores(as) sociais.

O Campus Alvorada, desde sua inauguração em 2015, tem se destacado pelo desenvolvimento de cursos com forte cunho cultural, pedagógico e social. E é neste contexto que surge a demanda da AEPPA por um curso de graduação voltado para educadores(as) sociais na perspectiva da Educação Popular. A demanda só será efetivada porque identificamos a inclusão do curso Superior de Tecnologia em Educação Social no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) de 2022.

O curso que propomos não apenas atende à demanda local, mas também está em consonância com a resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, e com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Logo, essa demanda é nacional. Nosso objetivo é formar profissionais capacitados para lidar com os desafios da atualidade, promovendo uma formação científico-tecnológica e humanística sólida, conforme preconizado pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS.

A relevância deste curso é inquestionável. Ele reconhece e valoriza a experiência de vocês, educadores(as) sociais, proporcionando uma formação teórica e prática que contribuirá significativamente para o desenvolvimento profissional e pessoal de cada um. Além disso, o curso se destaca por ser o primeiro de sua área no Brasil, público e gratuito. Terá a duração de dois anos e meio e uma carga horária total de 2.000 horas. Será ofertado presencialmente, no turno da noite nas dependências do SIMA.

Quero ressaltar que a formação que propomos é voltada para a promoção da educação para os Direitos Humanos, fundamentada na Educação Popular, servindo como um instrumento de emancipação social. Acreditamos que, através deste curso, poderemos formar profissionais comprometidos com a transformação da realidade, capazes de realizar práticas socioeducativos que promovam a cidadania e a participação social via a Pedagogia dos Direitos Sociais.

Convido a todos vocês a se juntarem a nós nesta jornada de aprendizado e transformação. Juntos, podemos fazer a diferença na vida de muitas pessoas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com estima e respeito,
Fernanda Paulo.

Carta Pedagógica 22

CARTA PEDAGÓGICA AOS EDUCADORES SOCIAIS: A TRAJETÓRIA DA AEPPA E A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Prezados Educadores e Educadoras Sociais,

É com alegria, profundo respeito e desejo de compartilhar novidades que me dirijo a vocês para contar-lhes sobre a trajetória e os esforços da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) na busca pela valorização e reconhecimento de Educadoras Sociais com base na trajetória teórico-prática da Educação Popular.

Em 2022, a AEPPA encaminhou um ofício ao IFRS Alvorada, reivindicando a criação do curso de Tecnologia em Educação Social, fundamentado na perspectiva da Educação Popular. Esta demanda foi motivada pela inclusão desse curso no CNCST de 2022. Desde então, diversas reuniões foram realizadas, envolvendo não apenas o campus de Alvorada, mas também integrantes do campus Porto Alegre.

Em 2023, a AEPPA, em parceria com o campus, promoveu o curso de extensão "Educadores/as Sociais na Perspectiva da Educação Popular", que contou com a inscrição de mais de 600 pessoas de todo o país. Este curso, que já foi realizado em outros campi do IFRS, como Restinga e Canoas, reflete o compromisso da AEPPA em promover a formação político-pedagógica de educadores(as) sociais.

A cidade de Alvorada, com seus desafios de violência urbana e desigualdades diversas, necessita de profissionais capacitados para atuar na promoção da educação como um direito humano. Lá conheci o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada (SIMA), parceiro do IFRS Alvorada. Na direção do SIMA há educadores(as) sociais.

A escolha pelo IFRS de Alvorara foi porque a direção do campus é comprometida com a Educação Popular e o curso de Tecnologia em Educação Social, portanto, se alinha perfeitamente às demandas locais e regionais, assim como com a concepção de educação da atual gestão.

A AEPPA, iniciou seu movimento nos primeiros anos de 1990 e forma-

lizou-se em 2000, tendo como principal missão a formação inicial e continuada de educadores (as) populares que atuam em contextos escolares e não escolares, especialmente nas periferias de Porto Alegre, hoje ampliou para as cidades brasileiras. Nossa luta é constante e visa garantir que a Educação Popular seja reconhecida e valorizada, proporcionando aos educadores e educadoras as ferramentas necessárias para transformar a realidade das comunidades em que atuam.

Nos últimos anos, a AEPPA tem ampliado seu alcance, atendendo demandas de formação em todo o território brasileiro, especialmente em meio aos desafios trazidos pela COVID-19. Nossa associação se reconhece como um movimento de educadores (as) populares, e nossos objetivos refletem nosso compromisso com a formação, valorização e reconhecimento dos educadores(as) populares.

Por fim, é com grande satisfação que compartilho a conquista do curso superior tecnólogo pelo IFRS-Alvorada, no processo do PDI 2024-2028 enquanto edição especial. Esta é uma vitória significativa, pois representa o primeiro curso superior, público e gratuito para educadores(as) sociais do Brasil.

Nossa parceria com o IFRS-Alvorada tem como objetivo prestar assessoria político-pedagógica, de forma gratuita, para a implementação e execução do curso na perspectiva da Educação Popular.

Convido a todos vocês a nos acompanharem. Conhecer nossa história, lutas, desafios, dificuldades e conquistas. Juntos, podemos fazer a diferença na vida de muitas pessoas e nesse mundo.

Com estima e respeito,
Fernanda Paulo.
2023.

Carta Pedagógica 23

O CAMINHO DA FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS: UMA JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO MEDIADA PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Prezados Educadores e Educadoras Sociais,

Eu venho por meio desta carta compartilhar com vocês a essência da proposta do curso de Tecnologia em Educação Social no IFRS de Alvorada, demanda inicial da AEPPA, uma iniciativa que busca valorizar e fortalecer nosso papel enquanto agentes transformadores na sociedade.

O curso de Tecnologia em Educação Social foi concebido para atender profissionais que atuam na Educação Não Escolar Institucionalizada, também conhecida como Educação Social. Os educadores sociais e educadoras sociais que trabalham em instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, buscando garantir e defender os direitos sociais de todos, mediante práticas educativas não escolares.

Nossa proposta de formação é pautada na Educação Popular, buscando capacitar educadores e educadoras sociais para realizarem projetos e atividades socioeducativas que promovam a formação cidadã, a participação social e a transformação da realidade. Inspirado na Pedagogia da Alternância, o curso vai buscar articular teoria e prática, escola e comunidade, conhecimento científico e popular. Esta abordagem permitirá, se aprovado for, que os estudantes vivenciem três tempos distintos: Tempo IFRS, Tempo Trabalho e Tempo Comunidade, garantindo uma formação holística e conectada com as demandas reais de nossa atuação.

Apresentamos alguns eixos temáticos do curso - Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Sociais – eles foram cuidadosamente escolhidos para fornecer uma compreensão profunda da realidade social e capacitar-nos para uma intervenção crítica e transformadora nos diversos espaços educativos.

Ao longo do curso, propomos Seminários Integradores, os quais terão o papel de vivenciar a práxis pedagógica, relacionado conhecimentos de diferentes áreas e promovendo a articulação entre teoria e prática de modo interdisciplinar. Estes seminários deverão ser momentos de reflexão, pesquisa, comunicação e

criatividade, fortalecendo nossa capacidade de intervenção social.

Quero salientar que o percurso formativo do educador e da educadora social é uma jornada contínua de ensino-aprendizagem. É um processo que nos desafia a desenvolver os saberes necessários para nossa prática educativa, sempre com o olhar voltado para a Educação Popular, o diálogo, a participação e a transformação social.

Convido a todos a abraçarem esta proposta de formação, a se engajarem neste processo de aprendizado e a contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Com estima e esperança,
Fernanda Paulo.

Carta Pedagógica 24
PEDAGOGIA SOCIAL DA ALTERNÂNCIA E EDUCADORES SOCIAIS

Queridos Educadores e Educadoras,

Escrevo-lhes para compartilhar reflexões que tenho feito sobre a Pedagogia Social da Alternância, uma abordagem que ressignifica a tradicional Pedagogia da Alternância, originária da educação do e no campo, e a alinha com os princípios da Educação Popular freiriana.

A Educação Popular, inspirada na pedagogia crítica, é o alicerce de nossa abordagem. Ela nos guia na busca pela transformação social e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Utilizo a pedagogia, enquanto ciência da educação, e o aspecto social desta pedagogia, intrinsecamente ligados aos direitos sociais, às práticas intersetoriais fundamentadas nos Direitos Humanos e às metodologias da Educação Popular.

A alternância, em nossa concepção, é sustentada pela categoria de "práxis autêntica" de Paulo Freire (1987) e se desdobra nos seguintes princípios:

Interdisciplinaridade: Uma integração dos conhecimentos de diversas áreas, culminando em Seminários Integradores e atividades práticas.
Contextualização: O ensino e a aprendizagem são imersos no contexto social, político e cultural dos(as) educadores(as) sociais. A parceria com a AEPPA e SIMA é testemunho dessa imersão.

Participação: Os estudantes são incentivados a se envolverem ativamente em espaços de participação social e profissional, estabelecendo uma relação contínua entre teoria e prática.

Politicidade: Promovemos espaços de formação ético-política, visando formar profissionais com compromisso político-pedagógico.

Dentro da **Pedagogia Social da Alternância**, com base na Educação Popular, destacamos conceitos fundamentais:

Trabalho: Reconhecemos o trabalho como um princípio educativo.

Território: Valorizamos o território como um espaço rico em saberes populares e de ensino-aprendizagem.

Comunidade: A comunidade é vista como um espaço formativo vital.

Intersetorialidade: Buscamos a colaboração entre diferentes setores da sociedade para promover a educação para os Direitos Humanos.

Formação Integral: Nosso objetivo é formar educadores (as) e educandos(as) em todas as suas dimensões, por meio de uma educação participativa e contextualizada.

Convido a todos a se aprofundarem nessa abordagem pedagógica comigo, a refletirem sobre sua prática e a contribuírem para a construção de uma educação verdadeiramente transformadora.

Com estima e compromisso,
Fernanda Paulo

Carta Pedagógica 25

DIÁLOGOS INTERSECCIONAIS: BUSCANDO APRENDER SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR E A ASCENSÃO DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Caros Educadores e Educadoras Sociais,

Escrevo-lhes para compartilhar reflexões sobre a intersecção entre a Educação Popular, os processos de exclusão social e a Educação Social a partir dos comentários no chat pedagógico, uma ferramenta que promove a interação dos participantes do curso por meio de mensagens e provocam reflexões, diálogos e sínteses.

A educação, enquanto direito humano fundamental, tem o dever de lutar contra os plurais formas de perpetuação das desigualdades e exclusões sociais. A exclusão social, um fenômeno complexo e multifacetado, o qual nega a muitos o acesso a bens e serviços essenciais para uma vida digna.

Neste cenário, a Educação Social emerge como uma resposta, buscando promover a inclusão social daqueles que estão vivendo em situações de exclusão. A Educação Social surge como um campo de atuação de educadores(as) sociais. As referências teóricas mais conhecidas acerca da Educação Social são: Antonio Petrus, Jorge Camors, Violeta Nuñez, Maria Estela Graciani, Roberto da Silva, João C. de Souza Neto, Rogério Moura, Jacyara Paiva, Érico R. Machado, Verônica Müller, entre outros. Antonio Petrus, Violeta Nuñez e Jorge Camors são referências reconhecidas no campo da educação social.

De um modo geral, a educação social e pedagogia social, com suas raízes históricas e influências variadas, estão relacionadas para a intervenção socioeducativa em contextos não escolares. Em alguns casos elas apresentam a Educação Popular como abordagem teórico-metodológica advinda do contexto da América Latina.

Educação Popular tem uma forte inspiração na resistência às ditaduras e políticas neoliberais da América Latina. Está corrente político-pedagógica, com Paulo Freire como principal referência, busca a transformação social através do diálogo e da conscientização. Freire, em um diálogo sobre essas concepções nos diria: A educação é um ato político e a Educação Popular é uma forma de educação que reconhece e valoriza os saberes e as experiências dos oprimi-

dos, e que busca a libertação através do diálogo, da reflexão crítica e da ação transformadora. Nos seus livros não trabalha o conceito de educação social. Ele concordaria que devemos trabalhar com práticas educativas de inclusão social mediante as políticas sociais. No entanto, reforçaria que a Educação Popular vai além disso. Ela não se limita a adaptar os indivíduos à sociedade existente, mas busca transformar a sociedade para torná-la mais justa e democrática. Ela reconhece que os oprimidos são sujeitos históricos capazes de pensar, de falar, de agir e de transformar o mundo. Sendo assim, muitos dos conceitos que temos de Educação Social parece ser quase sinônimo de Educação Popular. É importante apresentar as aproximações e distanciamentos. E, acredito que devemos, enquanto latino americanos, e sobretudo brasileiros, reconhecer e valorizar a trajetória histórica e política da Educação Popular.

Em meus estudos verifiquei que existe, em muitos textos sobre pedagogia social e educação social, a presença do conceito de Animação Sociocultural. Este originado na Europa, cujo foco volta-se para o desenvolvimento comunitário, utilizando técnicas lúdicas, artísticas e culturais.

A Educação Social é um tema que está ganhando visibilidade no Brasil. Com isso, emerge uma nova área do conhecimento, haja visto que já existe o reconhecimento, especialmente por educadores(as) sociais, do campo da educação social. Ainda enfrenta desafios como pesquisas sobre o tema no contexto do Brasil para o seu reconhecimento enquanto área de conhecimento. Indico o desafio de esclarecimento quanto as relações, divergências e convergências entre Educação Social e Educação Popular. No entanto, também se apresentam oportunidades, como aconteceu comigo. De rever compreensões a partir da realidade concreta via experiências de formação de educadores(as) sociais. Ao rever o tema, mediante escuta sensível, comprometida e qualificada de educadores(as) sociais, identifiquei a Educação Social como seu campo de atuação.

Em conclusão, não sou pesquisadora da Educação Social. Entrei no tema através da AEPPA. Estudo a Educação Popular, Educação Não Escolar, metodologias participativas e formação de educadores(as) populares. Convido vocês a escreverem Cartas Pedagógicas sobre esse tema, a refletirem comigo e contribuírem com minha formação. Afinal de contas, aprendemos no diálogo com outros educadores, experiências e autores. Muito obrigada,

Com humildade e compromisso,
Fernanda Paulo
2023.

Carta Pedagógica 26

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) E MOVIMENTOS SOCIAIS: RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO SOCIAL

Olá, Educadores e Educadoras Sociais,

Nesta aula, abordaremos a Educação Social como campo de atuação para educadores(as) sociais, focando na promoção da inclusão social por meio da Pedagogia dos Direitos Sociais e dos Direitos Humanos no contexto de atuação de educadores(as) sociais. Além disso, faremos uma análise crítica sobre a distinção entre ONGs e Movimentos Sociais, explorando seus objetivos e impactos na sociedade. Por fim, abordaremos as nuances entre Educação Social e Educação Popular, destacando suas abordagens, práticas e objetivos. Ao final desta aula, desejo que vocês sejam capazes de:

1. Compreender a Educação Social como campo de atuação de educadores(as) sociais e sua relação com a inclusão social.
2. Diferenciar as práticas pedagógicas escolares das práticas pedagógicas não escolares.
3. Entender as principais diferenças entre ONGs e Movimentos Sociais.
4. Analisar as diferenças e semelhanças entre Educação Social e Educação Popular, reconhecendo suas abordagens e práticas específicas.

A Educação Social, como campo de atuação para educadores(as) sociais, tem como objetivo promover a inclusão social através da pedagogia dos Direitos Sociais e dos Direitos Humanos. Este campo engloba espaços governamentais e não governamentais, onde as práticas pedagógicas não escolares são essenciais para a promoção da cidadania. Segundo venho acompanhando práticas e relatos de educadores(as) sociais, nem sempre a Educação Popular é pautada em suas práticas educativas e em suas instituições de trabalho.

As organizações não governamentais (ONGs), que são espaços não escolares, empregam a maioria dos(as) educadores(as) sociais. Estes profissionais reconhecem o seu campo de atuação como Educação Social.

Na Educação Social, as práticas pedagógicas são vitais para a promo-

ção da inclusão social e dos Direitos Humanos. A Educação Social é uma disciplina focada na promoção da inclusão social e no desenvolvimento pessoal e coletivo através da educação, levando em consideração as dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas do indivíduo.

Em espaços não governamentais, a Educação Social é implementada através de políticas públicas parceiras, efetivadas por meio da execução de programas socioassistenciais. Os educadores sociais e as educadoras sociais são contratados para trabalhar nesses espaços. Embora nem sempre tenham uma formação específica, são orientados a realizar práticas educativas de comunicação não violenta, mediação de conflitos, escuta ativa, diálogo multidisciplinar e a conhecer a política do projeto ou programa em que estão inseridos.

Não podemos confundir organizações não governamentais (ONGs) com Movimento social. Existe uma confusão conceitual que necessita ser clarificada.

Os movimentos sociais são manifestações de ação coletiva que buscam defender ou transformar aspectos da sociedade. Eles são a voz das demandas, interesses e valores de diversos grupos sociais que anseiam por ampliar seus direitos e sua presença na esfera pública. Embora possam variar em origem, objetivo e estratégia, esses movimentos geralmente se fundamentam em princípios como democracia, justiça, solidariedade e diversidade.

De um modo geral, os movimentos sociais podem ser considerados como formas de resistência contra as relações de poder que buscam dominar e controlar por meio de ideologias, projeto de sociedade e práticas de exclusões sociais a classe popular.

No entanto, é importante notar que nem todos os teóricos veem os movimentos sociais da mesma maneira. (GOHN, 2009; 2011a, 2011b). Alguns, possuem uma visão que pode minimizar ou até mesmo negar a existência de movimentos sociais na América Latina. Essas perspectivas tendem a desconsiderar ou minimizar as ações coletivas emergentes de setores populares, como indígenas, camponeses, mulheres periféricas, educadoras populares, entre outros.

Por outro lado, pensadores como Enrique Dussel, Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire, Aníbal Quijano e Raúl Zibechi (TORRES, 2016) valorizam e reconhecem os movimentos sociais latino-americanos como expressões genuínas de resistência e busca por alternativas ao sistema dominante. Eles enxergam a riqueza que emerge da diversidade e pluralidade dos povos e culturas da América Latina. Minha perspectiva se alinha a esses pensadores a qual dialo-

ga com a Educação Popular revolucionária, crítica e emancipatória.

A Educação Social e a Educação Popular, embora compartilhem de alguns objetivos semelhantes como de promoção da inclusão e cidadania, possuem nuances distintas em suas abordagens e práticas. Enquanto a Educação Social se concentra na promoção da inclusão através da pedagogia dos Direitos Sociais e Humanos, a Educação Popular, inspirada em pensadores como Paulo Freire, foca na emancipação dos oprimidos, valorizando seus saberes e experiências e disputa projeto de sociedade.

Nessa aula, é fundamental diferenciar ONGs de Movimentos Sociais. As ONGs são organizações estruturadas, muitas vezes com financiamento específico e projetos bem definidos, que atuam em diversas áreas, incluindo a assistencia social e educação. Elas podem ou não ter uma abordagem política explícita. Já os Movimentos Sociais são coletivos orgânicos, na maioria das vezes nascidos da necessidade de resistir e lutar contra as injustiças sociais, educacionais, econômicas e culturais. Eles são, por natureza, políticos e buscam transformações sociais profundas.

Enquanto educadores(as) sociais é importante vocês conhecerem as diferenças entre ONGs e Movimentos Sociais, os papeis desempenhados por cada um, suas estruturas, objetivos e métodos. Enquanto as ONGs podem empregar profissionais, como é o caso de muitos de vocês, os Movimentos Sociais são frequentemente alimentados pela mobilização, projeto político ideológico e pelo compromisso militante de seus membros.

Em suma, é essencial que, como educadores(as) sociais, vocês continuem estudando, perguntando, pesquisando e aprofundando estes temas.

Com estima e compromisso pedagógico,
Fernanda Paulo.
Abril, 2020.

Referências

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. maio-ago. 2011a.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **Educación popular y movimientos sociales en América Latina**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2016.

Carta Pedagógica 27

CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Caro cursista,

Estou escrevendo esta Carta Pedagógica para compartilhar com vocês uma obra que tive a oportunidade de ler este ano: "FUNDAMENTOS E TEMAS EM PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR". Esta publicação, organizada por José Leonardo Rolim de Lima Severo e Elisa Gonsalves Possebon, é uma contribuição para o campo da Pedagogia Social.

A obra é um reflexo da colaboração coletiva de alguns pesquisadores que exploram os temas da Pedagogia Social e Educação Não Escolar. Durante nossas aulas, compartilharei algumas anotações que fiz ao longo da minha leitura, especialmente relacionadas à Pedagogia Social e algumas da Educação Popular. Esta, última, presente no artigo de Érico Ribas Machado e Marli de Fátima Rodrigues, em especial nas relações entre Pedagogia Social, Educação Social e Educação Popular.

Segundo os autores, a Pedagogia Social, entendida como uma disciplina científica da Educação Social e fundamentada nos princípios da Educação Popular, oferece uma alternativa à lógica educacional convencionalmente imposta em âmbito internacional. Além disso, ela pode servir como um ponto de partida importante para renovar as perspectivas dos modelos existentes de Pedagogia Social. (MACHADO; RODRIGUES, 2019).

José Leonardo Rolim de Lima Severo e Elisa Gonsalves Possebon na apresentação da obra anunciam a Pedagogia Social no Brasil enquanto um campo emergente que se concentra em práticas educativas fora do ambiente escolar tradicional. Impulsionada por experiências ligadas a políticas de assistência social, promoção da saúde, programas de socioeducação, organizações não governamentais e movimentos sociais, a Pedagogia Social atua em territórios sociais de exclusão/inclusão social, pobreza e situações de vulnerabilidade. Seu objetivo é promover culturas de aprendizagem que potencializem o desenvolvimento humano e da sociedade.

A Educação Não Escolar, por outro lado, refere-se a todas as formas de educação que ocorrem fora do ambiente escolar formal. Isso pode incluir a edu-

cação em casa, programas de aprendizagem ao longo da vida, educação comunitária, entre outros. A Educação Não Escolar é uma parte importante da Pedagogia Social, pois oferece oportunidades para a aprendizagem e o desenvolvimento em contextos além da sala de aula tradicional.

Esses conceitos são fundamentais para entender como a educação pode ser expandida além das paredes da sala de aula e como ela pode ser usada para enfrentar questões sociais complexas. Eles também destacam a importância da educação para a inclusão social em diferentes contextos educativos não escolares.

Com base na leitura do livro e recorte para as relações entre Pedagogia Social e Educação Não Escolar, convido vocês a refletirem comigo sobre o tema a partir de quatro perguntas, a saber:

1. Como a Pedagogia Social no Brasil se relaciona com a Educação Não Escolar e qual é o impacto da tradição hegemônica da Pedagogia brasileira nesse contexto?
2. De que maneira a Pedagogia Social pode atuar em territórios sociais marcados por exclusão/inclusão, pobreza e vulnerabilidades?
3. Como a colonialidade, fundamentada na filosofia clássica greco-romana, influencia a Pedagogia Social e quais são as alternativas que podem desafiar essa lógica imposta?
4. Quais são os documentos formais de assistência social que incluem as expressões "Educação Social" e "Pedagogia Social"? Se tais documentos existem, quais são os processos educativos estabelecidos por eles e qual é a concepção de currículo no contexto não escolar que eles apresentam?

Para concluir, a Pedagogia Social e a Educação Não Escolar são campos interligados que desempenham um papel crucial na educação contemporânea, especialmente em territórios marcados por pobreza e situações de vulnerabilidade. As reflexões propostas nesta Carta Pedagógica convidam a uma análise mais aprofundada desses temas no livro "Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar". Estou ansiosa para receber suas Cartas Pedagógicas com relatos de leitura dos artigos e suas reflexões.

Um abraço carinhoso,

Fernanda Paulo
Agosto, 2023.

Referências

LIMA, José Leonardo Rolim de; POSSEBON, Elisa Gonsalves (organizadores). **Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

MACHADO, Érico Ribas; RODRIGUES, Marli de Fátima. **Os processos educativos sociais na América Latina**: Reflexões sobre as Políticas Educacionais e as Leis Gerais de Educação. In: LIMA, José Leonardo Rolim de; POSSEBON, Elisa Gonsalves (organizadores). Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

Carta Pedagógica 28

CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA SOCIAL DA INDIGNAÇÃO À EMANCIPAÇÃO

Prezado(a) Cursista,

É com grande prazer que lhe convido a mergulhar nas páginas da obra "Pedagogia Social: da indignação à emancipação", organizada por Arthur Vianna Ferreira. O professor está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Ele possui doutorado e mestrado em Educação. Seus interesses de pesquisa incluem a formação docente e práticas educativas em espaços não escolares.

Arthur Vianna Ferreira tem oferecido Curso de Extensão em Pedagogia Social, através do Grupo de Ensino Pesquisa e Extensão Fora da Sala de Aula. Eu mesma já fiz dois cursos com ele e recomendo.

O livro que sugiro para vocês é uma rica fonte de conhecimento e reflexão sobre a pedagogia social e seu papel transformador na sociedade.

A partir da leitura de sete artigos do livro e a apresentação da obra, sistematizei as principais ideias e as compartilho a seguir:

1. A Pedagogia Social é um campo emergente nas Ciências da Educação que se concentra em práticas educativas diversas e relações socioeducativas no Brasil. Ela representa uma oportunidade para a emancipação face à desigualdade e exclusão das demandas educativas não escolares no país.

2. Geraldo Caliman, um dos principais pensadores do campo, argumenta que a Pedagogia Social não é apenas uma pedagogia aplicada ao contexto da pobreza e não é direcionada apenas aos "pobres". Ele enfatiza a importância de construir uma Pedagogia Social com uma identidade brasileira e destaca que estamos na fase de sistematização da Pedagogia Social no Brasil.

3. A Pedagogia Social, como ciência, é investigativa e produz tecnologias educacionais, métodos e soluções específicas para a Educação Social

4. A Pedagogia Social é descrita como uma ciência voltada para produzir soluções educacionais e tecnologias educacionais adaptadas a cada desafio emergente da realidade.

5. A identidade do educador social em Portugal é definida pelo campo do trabalho social, com a intervenção baseada na Pedagogia Social.

6. A Pedagogia Social e a Educação Social, que antes eram vistas como distintas, são agora consideradas como integradas, associando a formação acadêmica e a associação profissional desempenhando papéis importantes na definição da identidade do educador social.

Com base na obra "Pedagogia Social: da indignação à emancipação" instigo vocês a escreverem uma Carta Pedagógica a partir de três questões problematizadoras, focadas na identidade do educador social no Brasil:

1. Considerando a ênfase de Geraldo Caliman sobre a construção de uma Pedagogia Social com uma identidade brasileira, como você percebe a influência da história da Pedagogia Social na formação e atuação do educador social em nosso país?

2. Dado que a Pedagogia Social e a Educação Social são consideradas integradas para alguns autores, como essa integração influencia a identidade e prática do educador social no Brasil, especialmente em relação à formação acadêmica?

3. A Pedagogia Social é descrita como uma ciência voltada para produzir soluções educacionais adaptadas a desafios emergentes. Na sua visão, quais são os principais desafios enfrentados pelos educadores sociais e educadoras sociais no Brasil atualmente e como a Pedagogia Social pode oferecer ferramentas e métodos para enfrentá-los?

Estas perguntas são projetadas para estimular a reflexão e discussão sobre a identidade do educador social no contexto brasileiro. Acredito que, como educador(a) social, você encontrará valiosas contribuições teóricas para teu processo formativo. A obra nos convida a refletir sobre a importância da pedagogia social como ferramenta de emancipação e transformação social.

Com carinho e admiração,
Fernanda Paulo
Agosto, 2023.

Referências

FERREIRA, Arthur Vianna. (Organizador). **Pedagogia social**: da indignação à emancipação. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.

Carta Pedagógica 29

A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E O PAPEL DOS EDUCADORES SOCIAIS.

Esta Carta Pedagógica destaca a importância da proteção integral de crianças e adolescentes, um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reiteram esse compromisso, estabelecendo diretrizes e mecanismos de proteção. Nesse contexto, a Rede da Criança e do Adolescente e o CMDCA se destacam como defensores dos direitos dessa população. Portanto, o objetivo desta Carta Pedagógica é discutir o papel desses órgãos, sua interação com as políticas sociais, a relevância da Educação Popular e o papel dos educadores sociais na política de assistência social.

A proteção integral à criança e ao adolescente é um direito garantido pela Constituição Federal e pelo ECA. A Rede da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) têm papéis cruciais nesse contexto. É importante entender a interação desses órgãos com as políticas sociais, e convidamos você a explorar a conexão entre a Educação Popular e o papel dos educadores sociais na política de assistência social.

A Rede da Criança e do Adolescente é uma série de ações e serviços destinados à promoção, proteção e defesa dos direitos dessa população. É composta por diferentes atores, incluindo o poder público, organizações civis e a comunidade em geral. Seu objetivo é garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados, promovendo seu desenvolvimento integral.

O CMDCA é um órgão que delibera e controla as ações voltadas para crianças e adolescentes em nível municipal. Ele é responsável por formular e controlar as políticas públicas, garantindo que os direitos dessa população sejam respeitados. Além disso, o CMDCA tem o papel de mobilizar a sociedade para a discussão e implementação dessas políticas.

As políticas sociais são estratégias do Estado para garantir direitos básicos à população. A política de assistência social, em particular, busca proteger famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, a Rede da Criança e o CMDCA são fundamentais para garantir que crianças e adolescen-

tes sejam contemplados por essas políticas, recebendo o apoio necessário para seu desenvolvimento.

A Educação Popular é uma abordagem político-pedagógica que valoriza os conhecimentos das comunidades e promove a transformação social. Os educadores sociais são profissionais que trabalham diretamente com populações em situação de vulnerabilidade, promovendo sua educação para a cidadania, buscando a emancipação humana.

Na política de assistência social, a Educação Popular e os educadores sociais desempenham um papel crucial. Eles trabalham na base, junto às comunidades, garantindo que as políticas públicas sejam implementadas de forma participativa e atendam às reais necessidades da população.

Para concluir a Rede da Criança e do Adolescente e o CMDCA são instrumentos essenciais para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Eles se integram às políticas sociais e contam com a atuação de educadores sociais e a abordagem da Educação Popular para garantir uma assistência social efetiva e transformadora. É fundamental que a sociedade reconheça e valorize o papel desses atores na construção de um país mais justo e igualitário. Para um esquenta aula, elaborei dez perguntas para reflexões:

1. Como vocês, como educadores sociais, podem contribuir para a Rede da Criança e do Adolescente em sua comunidade?

2. Quais são as principais dificuldades que vocês enfrentam ao tentar garantir a proteção integral das crianças e adolescentes com quem trabalham?

3. Como o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) influencia o trabalho de vocês como educadores sociais?

4. De que maneira as políticas sociais e a política de assistência social impactam o trabalho de vocês com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade?

5. Como a abordagem da Educação Popular é aplicada em seu trabalho como educador social? Quais são os benefícios e desafios dessa abordagem?

6. Como vocês garantem que as políticas públicas sejam implementadas de forma participativa e atendam às reais necessidades da população com quem trabalham?

7. Como vocês veem o papel dos educadores sociais na construção de um país mais justo e igualitário? Quais ações concretas podem ser tomadas para

alcançar esse objetivo?

8. Como vocês promovem a educação para a cidadania entre as crianças e adolescentes com quem trabalham?

9. Quais estratégias vocês utilizam para promover a emancipação humana dos indivíduos com quem trabalham?

10. Como vocês veem o papel da sociedade no reconhecimento e valorização do trabalho dos educadores sociais? O que pode ser feito para aumentar esse reconhecimento e valorização?

Encerro esta Carta Pedagógica afirmando que a garantia dos direitos das crianças e adolescentes é uma responsabilidade coletiva que demanda a atuação conjunta de diversos atores sociais. A Rede da Criança e do Adolescente e o CMDCA desempenham papéis cruciais nesse processo, integrando-se às políticas sociais e promovendo ações que visam o desenvolvimento integral dessa população. A Educação Popular como concepção teórico-prática emancipatória para a atuação dos educadores sociais contribui para garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam plenamente respeitados e garantidos.

Fernanda Paulo,
Junho, 2018.
Carta Pedagógica como atividade de leitura não presencial.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda.

PAULO, Fernanda dos S.; NACHTIGALL, Nara R. G.; GÕES, Taís P. **Educação Popular e educação social a partir de Paulo Freire**: conceitos em disputas ou complementares? Revista Pedagógica, Chapecó, v. 21, p. 43-62, 2019a.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas sociais no Brasil**: participação social, conselhos e parcerias. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politicassociais.pdf>.

Carta Pedagógica 30

ESCUTA ATIVA, QUALIFICADA E COMPROMETIDA: A ESSÊNCIA DA COMUNICAÇÃO COMPROMETIDA COM BASE NA EDUCAÇÃO POPULAR

Como vocês sabem o nosso Curso é na perspectiva da Educação Popular. Sendo assim, essa Carta Pedagógica necessita, por coerência ética-política, definir o que entendo por Educação Popular. Sou do grupo que compreende a Educação Popular enquanto uma corrente político-pedagógica, teórico-prática de cunho emancipatório. (Paulo, 2018). Não é por acaso, que em minhas falas, menciono as conexões entre educação e política e a necessidade de explicitarmos a opção política emancipatória nas práticas educativas que desenvolvemos. Diante disso, a Educação Popular tem suas caracteristicas. Citarei algumas. Como temos visto em nossas aulas, uma das características é a leitura crítica, contextualizada, situada e indignada da realidade social-econômica e política em que vivemos. Para que a leitura crítica aconteça precisamos conhecer essa realidade. Para tanto, precisamos de metodologias participativas.

As metodologias de trabalho social necessitam, com base na Educação Popular, estar coerente com a nossa opção política ética emancipatória (Paulo; Gonçalves, 2023). Podemos criar e recriar novos instrumentos metodológicos, como é o caso do uso de Carta Pedagógica. O que importa é que as metodologias participativas contribuam para mudanças conjunturais e estruturais concretas; também que colabore com a possibilidade de construir novas subjetividade (consciência crítica, valores solidários, etc.).

O educador, seja do contexto escolar ou não escolar, precisa incorporar em sua prática pedagógica e metodológica a escuta ativa, qualificada e comprometida para que o diálogo problematizador e reflexivo aconteça.

Paulo Freire em Pedagogia da Autonomia nos apresenta a importância da escuta. Ele nos diz: "Ensinar exige saber escutar" (1996, p. 58), "E ao escutá-lo, aprendo a falar com ele." (p.61), "A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das idéias." (p. 61).

Escolhi essas citações de Paulo Freire para mostrar-lhes que podemos trabalhar com os conceitos de escuta ativa, qualificada e comprometida a partir

desse autor, referência principal do nosso curso.

A escuta é uma habilidade fundamental no processo de comunicação, mas não se trata apenas de ouvir. A escuta ativa, qualificada e comprometida vai além, envolvendo uma série de práticas e atitudes que tornam a comunicação mais eficaz e significativa. (Paulo, s.d.). Uma das atitudes é se colocar como educador comprometido com o diálogo reflexivo e problematizador e se perguntar: por que escuto e o que faço com aquilo que escuto?

A metodologia da escuta ativa, qualificada e comprometida envolve a escuta individual e coletiva, e deve ser qualificada. Para isso, são adotadas algumas práticas como:

1. Combinações prévias: todos devem respeitar o tempo de fala do educando, ter empatia, não fazer julgamentos, prestar atenção na fala do educando e ser dialógico.

2. Observação: o educador deve observar atentamente o comportamento e a linguagem corporal do educando, buscando compreender suas necessidades e demandas.

3. Escuta registrada: o educador deve registrar as informações obtidas durante a escuta, por meio de diários de campo ou outros instrumentos de registro.

4. Partilha de experiências: o educador deve proporcionar momentos de partilha de experiências e de discussões sobre os temas trabalhados, promovendo espaço de reflexão crítica e problematização.

A metodologia da escuta ativa, qualificada e comprometida é uma prática fundamental em diversas áreas, não apenas no contexto de trabalho do educador social. Essa prática envolve a escuta individual e coletiva, e deve ser sensível e "paciente" (FREIRE, 1996, p. 58), com o objetivo de promover um espaço de reflexão crítica e problematização. Para melhor compreensão vou definir cada um destes conceitos para que depois possamos problematizar a escuta ativa, qualificada e comprometida na prática educativa do educador social.

A escuta ativa refere-se ao processo de ouvir atentamente o que o outro está dizendo, sem interrupções ou julgamentos precipitados. Envolve dar total atenção ao interlocutor, captando não apenas as palavras, mas também os sentimentos e emoções transmitidos. É uma escuta que valida o outro, mostrando que sua mensagem é importante e está sendo considerada.

A escuta ativa, na concepção da Educação Popular, é como se sentar em roda, olho no olho, ouvindo com o coração cada palavra, cada sentimento que o outro compartilha. É como acolher o outro em sua totalidade, sem interromper ou julgar. É dar espaço para o outro se expressar, valorizando sua voz e sua experiência. É como dizer ao outro: "Estou aqui, estou te ouvindo, sua mensagem é importante para mim".

Isto é, a escuta ativa é como abrir os ouvidos e o coração para o que o outro tem a dizer, sem interromper ou formar opiniões precipitadas. Significa prestar total atenção à pessoa com quem estamos interagindo, absorvendo não apenas as palavras faladas, mas também os sentimentos e emoções que elas carregam.

A escuta qualificada é aquela que é especializada, ou seja, realizada por profissionais capacitados para entender e interpretar as mensagens transmitidas. (Maynart; Albuquerque; Brêda; Jorge, 2012). Esta escuta é particularmente importante em contextos específicos, como mediações de conflitos ou situações que requerem uma compreensão mais profunda. (Raimundo; cadete, 2012).

A escuta qualificada é uma competência crucial para um educador social. Ela implica em prestar total atenção ao que o outro está comunicando, sem interromper ou formar julgamentos precipitados. Isso envolve focar completamente no interlocutor, capturando não apenas as palavras, mas também os sentimentos e emoções expressos.

Na prática, a escuta qualificada pode envolver várias etapas: a) escuta total, sem distrações e realizando registros (Cruz; Cunha, 2021); b) Tentar entender a perspectiva do falante, colocando-se em seu lugar- ser empático; c) dar resposta reflexiva; d) fazer Perguntas Esclarecedoras, respeitosas e reflexivas; d) reconhecer e valorizar os sentimentos e experiências do falante. A escuta qualificada é mais do que apenas uma técnica de comunicação; é uma abordagem para construir relacionamentos baseados no respeito mútuo e na compreensão. Para um educador social, é uma ferramenta poderosa para o trabalho com indivíduos e comunidades.

Eu escrevi escuta individual e coletiva. É isso mesmo! Podemos realizar um trabalho com uma única pessoa ou com grupos. Ou seja, enquanto a escuta individual foca em uma única pessoa, a escuta coletiva envolve ouvir um grupo. Ambas são essenciais e requerem abordagens diferentes. A escuta coletiva, por exemplo, exige a habilidade de identificar vozes diversas e compreender a dinâmica do grupo.

Por isso, na perspectiva da Educação Popular, a escuta é comprometida. Estar comprometido com a escuta significa estar genuinamente interessado no que o outro tem a dizer. É uma escuta que se preocupa, que busca compreender e que se dedica a responder de forma construtiva.

Por isso, a escuta não se limita apenas ao auditivo e o processo de observação é uma forma de "escuta visual", onde gestos, expressões faciais e linguagem corporal são interpretados. Precisamos aprender a registrar essas observações em um diário de campo ou um Caderno de Registros. Esses registros nos permitirá uma análise posterior, ajudando a compreender contextos e nuances que podem ter sido perdidos inicialmente.

Em alguns casos, é possível construir momentos de partilha e reflexão crítica da metodologia da escuta ativa, qualificada e comprometida. Caso seja possível, esses momentos de partilha de experiências e discussões sobre os temas trabalhados, podem contribuir para aprofundar o entendimento e promover a reflexão crítica. Estes espaços de diálogo permitem a problematização, incentivando os participantes a questionar, analisar e construir novos conhecimentos juntos.

Em suma, a escuta ativa, qualificada e comprometida é uma ferramenta poderosa que facilita a compreensão, promove relações saudáveis e fortalece a comunicação. Ao adotar essas práticas, estamos não apenas ouvindo, mas verdadeiramente conectando-nos com os outros, criando espaços de empatia, respeito e aprendizado mútuo.

Para finalizar apresento algumas perguntas reflexivas para educadores sociais sobre a prática da escuta ativa, qualificada e comprometida, com base na Educação Popular:

1. Como você define a escuta ativa, qualificada e comprometida em seu trabalho diário como educador social?

2. Quais são as principais barreiras que você enfrenta ao tentar praticar a escuta ativa, qualificada e comprometida em seu trabalho?

3. Como a escuta ativa, qualificada e comprometida impacta a maneira como você se comunica com os indivíduos com quem trabalha?

4. Você pode compartilhar um exemplo de uma situação em que a escuta ativa, qualificada e comprometida fez uma diferença significativa em seu trabalho?

5. Como você incorpora os princípios da Educação Popular em sua prá-

tica de escuta ativa, qualificada e comprometida?

6. De que maneira a escuta ativa, qualificada e comprometida contribui para o empoderamento dos indivíduos com quem você trabalha?

7. Como você lida com situações em que é desafiador praticar a escuta ativa, qualificada e comprometida?

8. Quais estratégias você usa para melhorar suas habilidades de escuta ativa, qualificada e comprometida?

9. Como a prática da escuta ativa, qualificada e comprometida influencia sua abordagem geral ao trabalho social?

10. Que conselhos você daria a outros educadores sociais sobre a prática da escuta ativa, qualificada e comprometida?

Essas perguntas têm como objetivo estimular uma reflexão profunda sobre a importância da escuta ativa, qualificada e comprometida na prática do trabalho social e fazer-lhes um convite: Gostaria de que essas perguntas fossem respondidas a partir de uma escrita no formato de Carta Pedagógica.

Um abraço e um até breve!
Fernanda dos Santos Paulo
Porto Alegre, 28 de julho de 2023.

Referências

CRUZ, Amanda Pereira de Carvalho; CUNHA, Marcela Silva da. **Formação em psicologia da saúde**: tensões e potências no campo interdisciplinar. Rev. NUFEN [online]. 2015, vol.7, n.2, pp. 137-151. ISSN 2175-2591.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

MAYNART, Henrique da Costa; ALBUQUERQUE, Maria Cícera dos Santos de; BRÊDA, Mércia Zeviani; JORGE, Jorgina Sales. **A escuta qualificada e o acolhimento na atenção psicossocial**. Acta Paulista de Enfermagem, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 600-605, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/GbQ3nnHqHpPTSzm8JX4Jdqf/>. Acesso em: 27.07.2023.

PAULO, Fernanda Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação Popular e o Educador Social** - Metodologias e Ferramentas Pedagógicas de Humanização. In: TRAJANO-SANTOS, José Alex (org.). Os desafios da alfabetização, leitura e escrita: velhos paradigmas, problemas atuais. São Paulo, [no prelo.], p. 344-359.

PAULO, Fernanda dos Santos; GONÇALVES, Paulina Dos Santos. **Metodologias da Educação Popular**: Paulo Freire e os desafios da interdisciplinaridade na educação não escolar. Diálogo, Canoas, n. 51, p. 01-10, junho 2023.

RAIMUNDO, Jader Sebastião; CADETE, Matilde Meire Miranda. **Escuta qualificada e gestão social entre os profissionais de saúde**. Acta Paulista de Enfermagem, [s.l.], v. 25, n. Número Especial 2, p. 61-67, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/YPLV5KpkxXzdXg5pVTDQ8Pr/>. Acesso em: 27.07.2023.

Carta Pedagógica 31

CONVITE À LEITURA: "CAMINHOS DO EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL"

Caros cursistas,

Desejo que todos estejam bem e prontos para embarcar em nossa emocionante jornada de aprendizado. Quero recomendar a leitura do livro "Caminhos do Educador Social no Brasil". Esta obra, escrita pela professora Jacyara Silva de Paiva, graduada em Pedagogia e com mestrado e doutorado em Educação, é uma fonte de reflexão sobre o papel do educador social em nosso país.

Para aqueles que atuam como educadores sociais de rua, a pesquisa de Jacyara será de grande interesse. Ela aborda aspectos relacionados ao papel do Educador Social, especialmente no contexto do serviço "Ação Rua". O livro traz reflexões sobre o cenário de invisibilidade das crianças em situação de rua. Nesse cenário, o desafio do educador de rua vai além da simples identificação de uma situação de violação de direitos.

O educador deve reconhecer esses indivíduos através da construção de suas histórias de vida, entender sua linguagem e vê-los de forma integral, traduzindo a realidade da rua e se aproximando desse universo. O educador torna-se uma referência para esses indivíduos, mediando o resgate de seus direitos básicos através da inclusão em políticas públicas.

A autora explora o campo da Educação Social no contexto brasileiro, com ênfase nas práticas, teorias e desafios enfrentados pelos educadores sociais. Aqui estão alguns tópicos centrais que ela aborda:

Educação Social: Refere-se a processos educativos que ocorrem fora do sistema educacional formal, focando na intervenção e transformação social. Trata de questões de exclusão, desigualdade e vulnerabilidade social. Estas práticas são frequentemente realizadas por educadores sociais em contextos comunitários, ONGs e outras instituições que atuam com populações em situação de risco.

Pedagogia Social: Concentra-se nas teorias e práticas educativas fora do sistema educacional formal, explorando a educação como ferramenta para justiça social, inclusão e transformação societal. A influência do educador brasi-

leiro Paulo Freire, com suas ideias sobre "educação como prática da liberdade", é evidente na discussão.

Formação de Educadores Sociais: Aborda a preparação de profissionais para atuar fora do ambiente escolar tradicional, equipando-os com habilidades e conhecimentos necessários para lidar com complexidades sociais. A formação envolve métodos pedagógicos adaptados, estudos de caso e compreensão dos contextos sociais e culturais.

Educador Social de Rua: Uma subseção parece focar no papel específico do educador social que trabalha diretamente nas ruas, abordando os desafios e particularidades dessa função.

Adicionalmente, o livro explora diversas perspectivas da pedagogia social em contextos culturais e geográficos distintos, incluindo discussões sobre práticas na Finlândia, Espanha e Angola.

A obra também oferece uma análise detalhada da trajetória, desafios e perspectivas da educação social no Brasil, destacando a importância dos educadores sociais e das abordagens pedagógicas adaptadas para lidar com questões sociais urgentes. O livro reforça a ideia de que a pedagogia social deve ser orientada pela defesa dos Direitos Humanos, e apresenta uma discussão enriquecedora sobre as categorias Freirianas e sua relevância no trabalho do educador social.

Peço que reservem um tempo para a leitura deste livro. Tenho convicção de que encontrarão inúmeras ideias e perspectivas valiosas que irão aprimorar suas experiências como educadores sociais.

Estou à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ou promover discussões que possam surgir durante a leitura. Aguardo ansiosamente para ouvir suas reflexões sobre o livro.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo,
2023.

Referências

PAIVA, Silva de Paiva. **Caminhos do Educador Social no Brasil**. Ed. Jundiaí: Paco, 2015.

Carta Pedagógica 32

CONVITE À LEITURA: "EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA: BASES HISTÓRICAS, POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS”

Caros cursistas,

Encaminho, essa Carta Pedagógica, com a indicação do artigo intitulado "Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas” de Walter Ferreira de Oliveira. Este texto destaca o trabalho de intervenção com crianças nas ruas, prática dos educadores sociais. O texto discute a falta de afeto estável e leal para muitos adolescentes em situações difíceis, ressaltando o valor da “Pedagogia da Presença”. Esta pedagogia desafia o conformismo encontrado nos métodos de “reabilitação social”, propondo uma análise crítica da sociedade.

Walter Ferreira de Oliveira expõem que a educação social de rua é abordada como um sistema pedagógico que surgiu na América Latina no final da década de 1970, em resposta ao aumento da população de rua, especialmente crianças e adolescentes. Coloca que os primeiros educadores sociais de rua foram agentes pastorais na Praça da Sé em São Paulo, um local conhecido por ser um reduto de crianças de rua. Interessante notar, que em seus estudos destaca que os esses educadores, fundamentados na Teologia da Libertação e nas pedagogias de Paulo Freire, Celestine Freinet, Anton Makarenko e Emília Ferreiro, desenvolveram um campo conceitual e participaram ativamente da promulgação da Constituição Federal de 1988. Eles também contribuíram para a elaboração e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém para ele, a educação social de rua sofreu as consequências da descontinuidade programática em trocas sucessivas de governos e atualmente encontra-se latente. Apesar disso, é importante conhecer suas propostas conceituais, pois elas ainda têm relevância no contexto atual.

Além disso, é importante contextualizar outros tópicos abordados em seu texto:

1. O golpe militar de 1964 no Brasil, impulsionado pelo temor da "ameaça comunista" e influenciado pelas forças políticas conservadoras nacionais e estadunidenses, buscou fortalecer a ideologia de mercado e alinhar-se ao capitalismo internacional. Essa era, marcada pelo breve "milagre econômico", resul-

tou em uma significativa concentração de renda e crescente desigualdade, com os ricos enriquecendo mais e os pobres enfrentando maiores adversidades. A crise econômica, claramente evidente nos anos 70, tornou-se amplamente reconhecida nos anos 80, destacando-se as disparidades salariais e as deploráveis condições de vida, especialmente para crianças e adolescentes. Esta deterioração socioeconômica alimentou um contexto político de resistência, dando origem à Educação Social de Rua (ESR) como resposta às necessidades emergentes.

2. As políticas sociais para crianças e adolescentes no Brasil começaram com o Código de Menores de 1927, que via a família como incompetente e propunha a institucionalização de jovens considerados órfãos ou filhos de "pais irresponsáveis". Em 1941, o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) foi criado para atender menores "carentes" e delinquentes, mas ganhou má reputação devido à corrupção, tortura e violência. Para reformar o sistema, o Plano Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) foi instituído em 1964, substituindo o SAM pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs). No entanto, essas novas instituições enfrentaram críticas por sua centralização e falta de envolvimento comunitário, e as FEBEMs foram associadas a abusos e maus tratos. Nos anos 1970, a resistência civil cresceu, levando a uma maior conscientização sobre os abusos nas FEBEMs. Mesmo com essas críticas e demandas por reforma, o sistema continuou a falhar em atender adequadamente às necessidades das crianças e adolescentes, muitas das quais acabavam nas ruas. As políticas públicas no Brasil mostraram-se ineficientes no tratamento de 'menores delinquentes' e 'meninos de rua', com uma tendência a responsabilizar as vítimas – os mais pobres – pelos problemas que enfrentavam. O Plano Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) intensificou, paradoxalmente, a institucionalização e o encarceramento. Estas políticas refletiam o desejo da elite de excluir as classes mais baixas, relegando-as a prisões, manicômios e instituições correcionais. Havia um estigma associado às crianças e adolescentes de classes mais baixas, bem como às suas famílias e comunidades, categorizando-os como potencialmente agressivos e criminosos. A ideia dominante era que os pobres deveriam se resignar aos papéis sociais designados a eles, como mão-de-obra de reserva, aceitando subempregos e salários mínimos. No entanto, havia resistência dentro do sistema, com movimentos buscando melhores condições de vida e cidadania, embora esses esforços frequentemente esbarrassem em barreiras institucionais. O sistema parecia inflexível, criando uma sensação de estagnação.

3. A insatisfação e críticas internas em relação às políticas e práticas das FEBEMs foram intensificadas pela marginalização de técnicos e trabalhadores destas instituições nas decisões. Muitos profissionais, comprometidos com a luta contra a ditadura e por melhores condições, estavam nas FEBEMs não só por necessidade, mas também pela vontade de defender internamente os jovens. Além deles, havia ONGs e entidades religiosas que se opunham à ideologia correcional dominante, buscando transformar o sistema de bem-estar do menor. Esse movimento, composto por uma ampla gama de agentes, era unido pela indignação com as condições desumanas enfrentadas pelas crianças pobres em um contexto nacional de suposto sucesso econômico. Este grupo começou a se organizar e a se inspirar em movimentos sociais e pedagógicos revolucionários, tendo como principais referências a Teologia da Libertação, Paulo Freire, Emília Ferreiro, entre outros pensadores, formando assim uma base teórica robusta para o movimento em defesa das crianças e adolescentes.

4. No início dos anos 1970, a Universidade Católica de Minas Gerais, com o apoio da UNICEF, conduziu um estudo que trouxe uma perspectiva sociológica para a análise dos problemas das crianças e adolescentes "de risco", desafiando a visão tradicional que culpava as famílias por suas condições adversas. Esse novo entendimento apontava para as questões sociais, políticas e econômicas como causas subjacentes da pobreza e, consequentemente, dos problemas enfrentados por esses jovens. Durante este período, o engajamento das universidades na promoção da cidadania impulsionou os movimentos sociais. Em meio ao aumento da pobreza e ao colapso dos sistemas de proteção social, surgiu uma nova sensibilidade social que uniu diferentes grupos em prol dos direitos da cidadania. As crianças e adolescentes de rua tornaram-se um símbolo poderoso desta luta. Ativistas, inspirados em pedagogias libertárias e com apoio da Igreja Católica, rejeitaram modelos tradicionais de serviços e se identificaram profundamente com os oprimidos. No final dos anos 70, em resposta à crescente crise das crianças nas ruas, um grupo de profissionais, apoiados pela Pastoral do Menor, foi às ruas de São Paulo para trabalhar diretamente com esses jovens. Este grupo pioneiro autodenominou-se Educadores Sociais de Rua, marcando o início de um movimento profissional e de solidariedade em defesa dos direitos das crianças e adolescentes marginalizados.

Com relação a Pedagogia da Presença: Principais Ideias, destaco do artigo os seguintes apontamentos:

Origens e Influências: Os primeiros educadores de rua eram, em sua maioria, autodidatas ligados à ideologia cristã. Adotaram encontros semanais como forma de compartilhar experiências e construir conhecimento coletivo. Influenciados por textos proibidos pela ditadura e ideias contrabandeadas do Chile.

Essência da Pedagogia da Presença: Metodologia focada em estar presente na vida dos jovens de rua. Contrapõe-se à ideia tradicional de "reabilitação social" e ao conformismo. Busca reconciliar o jovem consigo mesmo e com a sociedade, ao invés de apenas mudar seu comportamento. Valoriza o indivíduo em seu contexto único e singular, libertando-o de rótulos e categorizações.

Ressocialização: Questiona a definição tradicional de ressocialização, que busca a adaptação comportamental do jovem à sociedade. Defende que a verdadeira ressocialização não é uma aceitação cega da sociedade, mas um desenvolvimento em direção a uma pessoa equilibrada e cidadã completa. Aborda problemas como roubo e uso de drogas em um contexto mais amplo, reconhecendo as necessidades subjacentes dos jovens.

Papel do Educador: O educador é visto como um catalisador de experiências baseadas na solidariedade e no respeito mútuo. O processo de abordagem, chamado de "namoro", envolve a aproximação e a construção de um relacionamento de confiança com a criança. É essencial respeitar a liberdade e o espaço do jovem, evitando invasões e esperando pelo "momento mágico" de conexão.

A Rua como Cenário: A rua é entendida como um ambiente complexo, com sua própria subcultura. O educador precisa conhecer e respeitar esse ambiente para entender e se conectar com os jovens que ali vivem.

Abordagem e Interação Iniciais: Os primeiros educadores sociais de rua focavam na escuta e na abordagem respeitosa. A intenção não era ter um projeto pré-definido, mas construir um projeto com a criança. A ideia central não era "tirar as crianças da rua", mas criar um relacionamento efetivo e discutir a situação delas.

Construção da Confiança: Depois de estabelecer um "namoro" com as crianças, o educador começa a construir confiança. A técnica (como atividades lúdico-pedagógicas), qualidades pessoais e vocação são fundamentais. Amar e respeitar a criança como ela é, ajudando-os a participar de atividades atraentes.

Vínculo e Relacionamento: O principal objetivo pedagógico é a forma-

ção de um vínculo forte e significativo. As atividades educativas são um meio para fortalecer este vínculo. Para ter significância na vida dos jovens, o educador deve ser disponível e oferecer apoio incondicional.

Princípio da Reciprocidade: A interação entre o educador e o jovem deve ser mútua e reveladora, sem colocar em risco a originalidade de cada um. Transformações ocorrem tanto no jovem quanto no educador. Ao aceitar a possibilidade de mútuas transformações, o educador se arrisca existencialmente.

Qualidades e Habilidades do Educador: O educador precisa dominar atividades pedagógicas, conhecer os princípios profissionais e ter uma postura crítica em relação aos valores da sociedade. Deve respeitar as crianças, grupos e subculturas com as quais trabalha.

Transformação e Libertação: A Pedagogia da Presença é transformadora. O educador deve estar aberto a transformar seus pontos de vista, opiniões e relações. A pedagogia é sustentada por sentimentos de compaixão, amor e compromisso com a justiça e com as crianças. A libertação dos jovens, conforme definida por uma pedagogia libertária, é uma demanda essencialmente existencial.

Em suma, neste tópico o autor destaca que a Pedagogia da Presença enfatiza a importância de uma abordagem humanizada e contextualizada para os jovens em situação de rua, reconhecendo suas experiências individuais e buscando transformações tanto pessoais quanto sociais. A Pedagogia da Presença enfatiza uma abordagem humanizada e transformadora, buscando estabelecer relações profundas e significativas com os jovens em situação de rua, promovendo sua libertação e reconhecendo a necessidade de mudança mútua entre educador e educando.

Em se tratando da seção que se refere ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destaco do texto de Walter Ferreira de Oliveira:

Origens e Motivações: Surgiu a partir da necessidade dos primeiros educadores sociais de rua de alianças para concretizar o projeto político. Fundado em 1984 durante o Primeiro Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias para Crianças de Rua, em Brasília.

Princípio Básico: Fortalecimento das práticas libertárias. Consideração dos meninos e meninas de rua como agentes de suas próprias vidas e promoto-

res de uma nova sociedade justa e participativa.

Visão e Missão: Enfatizava a luta pelos direitos das crianças. Busca por alternativas educacionais baseadas nas realidades das crianças. Auxílio na construção de "projetos de vida" e desenvolvimento de consciência crítica para transformação social.

Evitando o assistencialismo: Promovia a organização política das crianças e adolescentes, ao invés de simples assistencialismo.
Militância: Os membros não eram chamados de educadores, mas de "militantes". Estabelecimento do primeiro Centro de Formação em Educação Social de Rua.

Eventos Significativos: Realização do primeiro encontro nacional em 1985. Organização do Primeiro Encontro de Meninos e Meninas de Rua em 1986, com encontros subsequentes a cada três anos.

Participação: As crianças e adolescentes participavam dos processos de decisão em quase todos os níveis.

Ativismo e Defesa: Publicação de relatórios sobre extermínio e violência contra crianças e adolescentes de rua. Avanço da proposta pedagógica da Educação Social de Rua. Politização da organização das crianças e adolescentes. Promoção da autonomia das crianças e adolescentes. Foco na ação pedagógica para a produção de "projetos de vida". Desenvolvimento da formação pedagógica e política de Educadores Sociais. Atuação na defesa das crianças e adolescentes em níveis nacionais e internacionais.

Origens e Contexto do ECA: Resultado da representação da sociedade no movimento constituinte, principalmente por ONGs. Regulamentado pelo artigo 227 e pela Lei 8.069/90.

Características Principais do ECA: Promove a descentralização, transferindo poder do nível federal para os níveis estadual e local. Enfatiza o direito das crianças e adolescentes a serviços sociais, incluindo educação e saúde. Propõe transformações significativas no sistema judiciário infanto-juvenil.

Controvérsias: Alvo de debates e controvérsias desde sua implantação.

Considerado por muitos como liberal demais e não realista, dadas as realidades brasileiras.

Debate sobre Inimputabilidade Penal: Movimento para reduzir a idade de inimputabilidade penal até 18 anos. Discussões sobre a “prisão” de crianças e adolescentes. Disputas sobre o estabelecimento e competência de Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares.

Impacto nos Educadores Sociais de Rua: O ECA se tornou central para o trabalho de muitos educadores sociais de rua. Desencadeou um movimento entre os educadores sociais para se familiarizar com o direito. A Educação Social de Rua (ESR) evoluiu de uma pedagogia social e teológica para uma pedagogia de direitos, influenciada pelo ECA.

Ampliação do foco da ESR: A ESR passou a abordar questões jurídicas, leis e tribunais, ampliando seu escopo de uma pedagogia essencialmente laica e política para uma pedagogia centrada nos direitos.

Em resumo, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua destacou-se por sua abordagem política e libertária, defendendo os direitos e a autonomia das crianças e adolescentes de rua e promovendo a educação e a transformação social. O ECA é um marco legislativo que visa proteger os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Desde sua implantação, tem sido fonte de debates e controvérsias, particularmente em relação à sua aplicabilidade e realismo no contexto brasileiro. O ECA influenciou significativamente a abordagem e o foco dos educadores sociais de rua, levando-os a uma pedagogia mais centrada nos direitos.

Esta é uma síntese do artigo, o qual faz parte da nossa referência para a aula sobre Educadores Sociais de Rua. Um abraço e até a próxima aula.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo
2022.

Referências

OLIVEIRA, Walter Ferreira. **Educação social de rua**: bases históricas, políticas e pedagógicas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007.

Carta Pedagógica 33
CONVITE À LEITURA: "DIÁLOGOS SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO”

Um dos temas solicitados para nossa aula complementar em nosso chat pedagógico foi a socioeducação. A partir deste pedido resolvi escrever-lhes uma Carta Pedagógica indicando o livro "**Diálogos sobre Socioeducação e juventudes: um olhar crítico e emancipatório**" (ver referências). Esta obra apresenta uma compilação de artigos que buscam contribuir de maneira significativa para o campo da Socioeducação, explorando a complexidade dos processos educativos voltados para adolescentes e jovens em conflito.

O objetivo da obra é enriquecer a conversa sobre Socioeducação e juventude, ressaltando o papel da sociedade diante dos desafios contemporâneos. Os estudos dialogam com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA e com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Dada sua importância, decidi compor nesta Carta Pedagógica, alguns apontamentos a partir dos artigos desta obra, fiz um recorte para temas que versam a socioeducação. Segue uma síntese:

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): estabelece normas para medidas socioeducativas, que são ações aplicadas com o objetivo de responsabilizar e educar adolescentes que cometem atos infracionais. Essas medidas visam garantir os direitos fundamentais dos jovens, promover sua reintegração à sociedade e prevenir a reincidência.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): é uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social no Brasil. O SINASE regula a execução de medidas socioeducativas para adolescentes que cometeram atos infracionais. O SINASE é baseado nos princípios de direitos humanos, inclusão social e promoção da cidadania. A prática socioeducativa foi reforçada pela Lei n.º 12.594/2012, que instituiu o SINASE e regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratica ato infracional. Entre essas medidas, destacam-se: advertência, obrigação de reparar danos, prestação de serviços, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade

ou a internação em estabelecimento educacional a serem aplicadas ao jovem transgressor. De acordo com essa legislação, a medida socioeducativa de liberdade assistida impõe condições de vida ao cotidiano do adolescente, visando o redimensionamento de suas atitudes, valores e a convivência familiar e comunitária. Trata-se de uma intervenção em contexto educativo centrada no atendimento personalizado, com vistas à promoção social do adolescente por meio de orientação, manutenção dos vínculos familiares e comunitários, escolarização, inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos. Entende-se que o atendimento em meio aberto pode proporcionar ao adolescente a compreensão dos limites de sua liberdade no convívio social, em direção à conquista da sua cidadania.

Socioeducação: A socioeducação é um campo multifacetado que lida com jovens em conflito com a lei, visando beneficiar os adolescentes e orientar as decisões dos profissionais envolvidos. Identifiquei uma visão detalhada e crítica da socioeducação no contexto brasileiro, abordando as falhas, desafios, e possíveis soluções para melhorar a ressocialização e reintegração de jovens em conflito com a lei. Destaca-se a necessidade de reformas significativas no sistema atual para assegurar os direitos, a educação, e o desenvolvimento integral dos indivíduos envolvidos, focando em medidas que realmente promovam a transformação e reintegração social. Em resumo, a socioeducação é uma abordagem educativa que visa preparar o adolescente para uma convivência social harmoniosa, focada na formação integral do ser humano e em uma abordagem pedagógica reflexiva, crítica e construtiva.

Finalidade da Socioeducação: a) Preparar o adolescente para a convivência social. 2) Formar cidadãos e futuros profissionais. 3) Evitar a reincidência na prática de atos infracionais. 4) Assegurar o respeito aos direitos fundamentais do adolescente e a segurança dos demais cidadãos.

Características Pedagógicas na Socioeducação: Requer uma prática pedagógica com objetivos e critérios metodológicos específicos. Tem uma abordagem reflexiva, crítica e construtiva. Utiliza processos educativos orientados à transformação das circunstâncias que limitam a integração social. Almeja promover uma condição diferenciada de relações interpessoais. Busca uma melhor qualidade de convívio social.

Formação Integral na socioeducação: A socioeducação é baseada na ideia de formação integral do ser humano. Considera todas as dimensões do ser humano. Vai além da simples formação escolar e profissional. Está ligada a uma nova forma de pensar e dialogar com o jovem. A Socioeducação parte do pressuposto de que o desenvolvimento humano deve ser integral. Vai além do ensino escolar e profissional, buscando uma nova forma de atuar e trabalhar com o jovem.

Definição e Objetivo da Socioeducação: Proposta educacional que permite ao indivíduo aprender a se relacionar consigo mesmo e com o mundo. Foca na educação para o coletivo, no coletivo e com o coletivo. Visa implementar projetos sociais compartilhados para fortalecer a identidade pessoal, cultural e social do educando em situação de privação de liberdade.

Natureza das Medidas Socioeducativas: Caráter educacional e pedagógico, com intuito protetivo. Também possui natureza retributiva, de reparos e sanções, com o objetivo de evitar reincidência. As medidas visam reordenar valores e padrões de conduta, possibilitando a ressignificação do modo de socialização do educando.

Importância no âmbito Nacional: Tarefa primordial nos centros de socioeducação para jovens cumprindo medidas socioeducativas. Resposta às premissas legais para garantir o bem-estar e direitos dos jovens, conforme previsto na CF/88 e ECA.

Integridade e Preservação: Modelos socioeducativos devem considerar a integridade da vida e a preservação do patrimônio. Socioeducação busca levar o jovem a compreender a importância da integridade da vida e da preservação do patrimônio.

Educação e Socialização: Educação é essencial para o processo de socialização, impondo regras de convivência coletiva. A ação educativa pode tanto promover valores quanto reproduzir desigualdades.

Relação entre Educação e Sociedade: O processo educativo é parcial e relativo, sem garantias de cumprimento conforme esperado. O adolescente em

situação de privação de liberdade é influenciado por dinâmicas que vão além do processo educativo. É importante considerar a estrutura física, os recursos humanos e as ações desenvolvidas nas instituições de cumprimento de medidas socioeducativas para avaliar a possibilidade de reinserção social.

Problemas e Críticas ao Sistema: O sistema socioeducativo e o sistema penitenciário enfrentam críticas significativas, principalmente devido à sua ineficácia percebida em ressocializar ou reintegrar indivíduos à sociedade, focando mais na punição e encarceramento. As condições precárias, a falta de recursos, e a superlotação são problemas persistentes.

Educação e Ressocialização: A educação é vista como um meio crucial para ressocialização e reintegração, mas é muitas vezes inadequada devido à falta de recursos, infraestrutura e formação profissional adequada. A educação tem o potencial de proporcionar oportunidades para a inserção no mercado de trabalho e convívio social, mas muitas vezes é implementada de maneira deficiente.

Direitos e Segurança: Os direitos básicos dos educandos são frequentemente violados, e a segurança nas unidades é estruturada com base em um rígido controle disciplinar. A educação, muitas vezes, é vista como um privilégio e pode ser usada como objeto de controle, barganha e disciplina.

Reintegração Social: A reintegração social é apresentada como uma alternativa à ressocialização, focando na comunicação e integração entre prisão e sociedade. A reintegração será bem-sucedida quando a sociedade corrigir as condições de exclusão social, reconhecendo e incluindo aqueles que foram marginalizados.

Crítica à Política Punitiva: Discute-se a crítica à tendência da política punitiva atual, onde o encarceramento é priorizado em detrimento da adoção de políticas que realmente proporcionem condições de retorno à convivência em sociedade, diminuam a reincidência e proporcionem novas oportunidades.

Foco na Transformação e Desenvolvimento Humano: A socioeducação é vista como uma prática pedagógica que objetiva a transformação do indivíduo, focando no desenvolvimento humano integral, promovendo a

aprendizagem para o convívio social e o exercício da cidadania, além da formação escolar e profissional.

Desafios e Conflitos: A implementação adequada da educação em unidades prisionais e socioeducativas é um desafio devido aos conflitos entre os direitos à educação e a realidade das prisões, marcada pela superlotação e violações múltiplas de direitos.

Reflexão sobre os Objetivos do Sistema: Questiona-se o objetivo real do sistema, levantando questões sobre se o objetivo é realmente ressocializar e educar ou se é mais sobre punir e proteger a sociedade, mantendo os indivíduos segregados e excluídos.

Ineficácia da Pena de Reclusão: Reflete-se sobre a ineficiência e obsolescência da pena de reclusão como forma de reeducação e reintegração, apontando para a necessidade de repensar e reformar as abordagens atuais para abordar as causas subjacentes da criminalidade e delinquência.

Exclusão e pobreza: Elionaldo Fernandes Julião (2010) destaca um movimento de criminalização da pobreza, ou seja, um processo de criminalização dos indivíduos pobres e marginalizados.

Paulo Freire: Está presente nas referências de alguns dos artigos, especialmente os livros: 1) A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam; 2) Pedagogia do oprimido; e, 3) Extensão ou comunicação.

Educação Popular: Não consta nos textos, apenas nas biografias de dois autores de artigos: Rubia Fernanda Quinelatto e Julio Cesar Francisco.

A Educação Popular, fortemente influenciada pelas ideias de Paulo Freire, é uma abordagem político-pedagógica que prioriza a emancipação e a transformação social por meio do diálogo, da reflexão crítica e da ação participativa. Embora não esteja explicitamente mencionada nos artigos do livro "Diálogos sobre Socioeducação e juventudes", sua presença seria de suma importância. A socioeducação lida com jovens em situação de vulnerabilidade, muitas vezes marginalizados e desprovidos de oportunidades educacionais, cul-

turais e sociais significativas.

A Educação Popular poderia servir como uma ferramenta metodológica e concepção teórico-prática valiosa para reconhecer e valorizar os saberes e experiências desses jovens, proporcionando um ambiente de aprendizado colaborativo e transformador. Além disso, a Educação Popular pode desafiar e subverter as estruturas tradicionais de poder, incentivando os jovens a se tornarem agentes ativos de sua própria educação e de sua reintegração à sociedade. Nesse contexto, a ausência da discussão sobre Educação Popular no livro é uma lacuna que, se preenchida, poderia enriquecer ainda mais o debate sobre práticas pedagógicas eficazes e emancipatórias no campo da socioeducação.

Em conclusão, o livro "Diálogos sobre Socioeducação e juventudes" nos instiga a uma reflexão aprofundada sobre as práticas e políticas atuais, ressaltando a necessidade de uma abordagem que transcenda a punição e que priorize verdadeiramente a educação e o desenvolvimento humano.

A obra enfatiza a importância do engajamento coletivo, da pluralidade de vozes e do compromisso em buscar soluções humanizadas para a transformação social. Portanto, convido vocês a selecionarem artigos de seu interesse para leitura e elaboração de uma Carta Pedagógica contendo as sínteses dos aprendizados.

Um abraço,
Fernanda Paulo
2023.

Referências

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Educação, v.15, n.45, p.529-543, set/dez 2010.

MIRANDA, Kátia Aparecida da Silva Nunes; LOPES, Cloris Violeta Alves; BARROS, Solange Maria de; ALVES, Juliano Claudio (Org.). **Diálogos sobre socioeducação e juventudes**: um olhar crítico e emancipatório. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2023.

Carta Pedagógica 34

CONVITE À LEITURA: A IMPORTÂNCIA DOS EDUCADORES SOCIAIS CONHECEREM AS LEGISLAÇÕES SOBRE DIREITOS

Prezados educadores sociais,

Esta Carta Pedagógica é um convite à leitura, ao estudo e à pesquisa. É de extrema importância e relevância política, pedagógica e ética que estejamos familiarizados com as legislações que protegem os direitos das crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Juventude, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência são exemplos de estatutos que estabelecem um arcabouço legal para esses direitos. Aqui estão alguns pontos gerais:

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Este estatuto é um conjunto de normas que visa proteger os direitos das crianças e adolescentes. Define criança como a pessoa com até 12 anos incompletos, que não se submete a medida socioeducativa, somente a medida de proteção. Adolescente é a pessoa entre 12 e 18 anos, que se submete a medida socioeducativa e a medida de proteção.

Estatuto da Juventude: Este estatuto, instituído em 2013, serve como um guia para políticas públicas para mais de 47 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. Ele reafirma os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

Estatuto do Idoso: Este estatuto é uma lei federal que regula os direitos e garantias assegurados às pessoas idosas. Considera idosa toda pessoa com idade igual ou superior a 60 anos. O estatuto visa tornar o envelhecimento mais seguro e digno para a pessoa.

Estatuto da Pessoa com Deficiência: Também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão, este estatuto é um conjunto de normas destinadas a asse-

gurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Conhecer esses estatutos é fundamental para garantir que esses direitos sejam respeitados e promovidos. Além disso, os educadores sociais frequentemente participam do desenvolvimento e implementação de programas e políticas. O conhecimento desses estatutos é um dever ético. Além disso, contribui para que vocês conheçam os programas que existem na tua cidade e podem avaliar se eles estão alinhados com a legislação existente.

Os educadores sociais têm a responsabilidade pedagógica de educar para cidadania, o que chamo de Pedagogia dos Direitos Sociais. Isso requer um entendimento claro dos estatutos que regem esses direitos. Em relação às políticas sociais, os estatutos fornecem a base legal para muitas dessas políticas. Portanto, entender esses estatutos permite que os educadores sociais trabalhem efetivamente dentro do sistema de políticas sociais, contribuindo para a criação de políticas mais justas e inclusivas.

Lembramos que, estas legislações compõem os saberes necessários a prática educativa de educadores sociais. Convido a leitura destes estatutos e a responderem as seguintes questões:

1. Como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pode orientar o trabalho do educador social com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social?

2. Qual a importância do Estatuto da Juventude para o trabalho do educador social com jovens? Como ele pode contribuir para a implementação de políticas públicas para essa faixa etária?

3. Como o Estatuto do Idoso pode orientar o trabalho do educador social com idosos em situação de vulnerabilidade social? Quais são os direitos assegurados por esse estatuto?

4. Qual a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência para o trabalho do educador social com pessoas com deficiência? Como ele pode contribuir para a inclusão social dessas pessoas?

5. Como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) pode ser utilizado pelo educador social para fortalecer vínculos com crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social?

6. Como a Educação Popular pode ser utilizada pelo educador social no trabalho com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Juventude, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência?

Atenciosamente,
Professora, Fernanda Paulo,
novembro, 2018.

Carta Pedagógica 35

CONVITE À LEITURA: "EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL: NORMATIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO"

Caros estudantes,

É com grande prazer que convido vocês para a leitura do livro "Educador Social no Brasil: Normatização e Profissionalização", de autoria de Régis Alan Bauli e Verônica Regina Müller. Este livro é uma fonte rica de conhecimento e reflexão sobre o papel do educador social no Brasil, abordando aspectos importantes como a normatização e a profissionalização na área. A obra oferece uma visão abrangente e aprofundada sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos educadores sociais em nosso país. A leitura deste livro proporcionará uma compreensão mais profunda dos aspectos legais, éticos e práticos da profissão de educador social. Para estimular a leitura do livro apresento alguns apontamentos que fiz após a leitura do livro:

História e Conceituação da Educação Social: Há um interesse crescente na América Latina em entender e definir a Educação Social. Essa busca é influenciada pelas teorias e práticas da Educação Popular, especialmente as ideias de Paulo Freire.

Influências de Violeta Núñez e Paulo Freire: Ambos são fundamentais para a conceituação da Educação Social. Enquanto Freire enfatiza a importância da conscientização e da transformação social através da educação, Núñez se concentra na promoção cultural dos sujeitos para sua inclusão na sociedade.

Educação Social e Educação Popular: A decisão do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente pela "Educação Social" em vez de "Educação Popular" parece ser influenciada por vários fatores, incluindo o desejo de reconhecimento internacional e a influência de Violeta Núñez, uma teórica que merece ser lida.

Papel do Educador Social: O Educador Social é visto como um agente

de transformação, trabalhando para promover a inclusão social e cultural de indivíduos marginalizados. A ideia é ir além das limitações da educação escolar tradicional e trabalhar na promoção de direitos humanos, justiça social e participação política.

Influências Externas e Evolução da Educação Social: O texto sugere que a Educação Social no Brasil foi influenciada por práticas e conceitos europeus, mas evoluiu para se tornar uma resposta às necessidades e realidades locais.

Desafios e Futuro da Educação Social: O texto destaca a necessidade contínua de redefinir e expandir o campo da Educação Social, dadas as mudanças sociais e culturais em curso.

Diferença entre "Profissão" e "Ocupação": Ocupação refere-se à atividade, serviço ou trabalho que uma pessoa realiza diariamente. Profissão é uma habilitação adquirida por meio de conhecimentos, que possibilita o exercício de uma atividade. Uma pessoa pode ter uma profissão, mas se ocupar de outras atividades.

Profissionalização de Atividades: A profissionalização é um processo social que depende das relações com o Estado e a sociedade. Ela é influenciada por construções mentais, lutas políticas e ideológicas, e também pela imagem social da profissão.

Educador Social: No Brasil, o Educador Social já tem algum reconhecimento e está presente em políticas públicas. A atividade do Educador Social é, de certa forma, organizada, e requer conhecimentos e técnicas específicos.
No entanto, a profissão ainda carece de normatização.

Influências Multidisciplinares: O trabalho do Educador Social é influenciado por várias áreas, como educação, saúde, direito e assistência social.

Formação e Militância: Há um debate sobre a formação do Educador Social: enquanto alguns defendem que a formação deve ser adquirida nas bases dos movimentos sociais, outros argumentam pela necessidade de uma formação

acadêmica em nível superior. A visão do Educador Social como um militante pode levar à desvalorização salarial e à precarização do trabalho.

Questão do Voluntariado: A relação entre a Educação Social e o voluntariado é problemática, pois pode levar à precarização da profissão.

Posição Marginalizada do Educador Social: O Educador Social muitas vezes é visto como um "educador das margens", trabalhando de forma precária e sem formação oficial. Na prática, a remuneração do Educador Social é significativamente menor do que a de outros profissionais em contextos similares, como os Assistentes Sociais.

Educação Não Formal e Educação Social: O texto aborda a natureza e a classificação do Educador Social no Brasil. A Educação Social contrapõe-se à ideia de ser "não formal", a Educação Social é intencional e não estritamente escolar.

Classificação do Educador Social no Brasil: A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), uma sistematização técnica do Ministério do Trabalho, incluiu o Educador Social em 2009. A CBO se baseia na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações e categoriza empregos e situações de trabalho para fins estatísticos e descritivos. A ocupação, na perspectiva da CBO, é uma construção sintética que representa atividades exercidas pelas pessoas. A classificação abrange diversos níveis, desde Grandes Grupos até ocupações individuais, com o Educador Social sendo uma das profissões reconhecidas. O Educador Social no Brasil, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), está categorizado sob o Grande Grupo 5, que aborda os trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio. Dentro desse grupo, ele é especificamente listado sob o código 5153-05 e está associado a atividades que buscam garantir atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de vulnerabilidade social. Sinônimos para a profissão incluem "arte educador" e "educador de rua", entre outros. Embora a CBO não estabeleça requisitos de escolaridade específicos para a posição, o texto sugere que, dada a complexidade das responsabilidades do Educador Social, seria apropriado que o profissional tivesse formação em nível superior.

As Resoluções nº 009/2014 do Conselho Nacional da Assistência So-

cial (CNAS) e nº 187/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA): Elas referenciam a profissão de Educador Social. Uma resolução é um ato de autoridade em âmbito governamental, emanado de um poder público. A Resolução CNAS nº 009/2014 indica que o Educador Social, com escolaridade mínima de ensino médio, é parte das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Educador Social desempenha funções que visam assegurar direitos, promover a integração social, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, entre outras responsabilidades. No entanto, a resolução destaca que o Educador Social deve respeitar e não sobrepor as atividades privativas de profissionais de nível superior. Esta distinção sugere uma hierarquia no desempenho das funções, onde o Educador Social atua em um nível subordinado em relação a profissionais com formação superior.

A Resolução CONANDA n. 187/2017: estabelece orientações para Educadores Sociais que atuam nas ruas com crianças e adolescentes inseridos neste contexto. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é responsável por elaborar normas para a política nacional de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando sua execução e promovendo a defesa desses direitos. A Educação Social de Rua é definida como uma abordagem educativa e política que busca estabelecer vínculos de cuidado com crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. Essa abordagem utiliza ferramentas pedagógicas, sociais e institucionais, visando a inclusão social deste público. A resolução estabelece princípios que orientam a prática do Educador Social de Rua, como o exercício de reflexão crítica, o reconhecimento da cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua, o respeito à diversidade e não discriminação, entre outros. O público-alvo da resolução são crianças e adolescentes em situação de rua, que são caracterizados por sua diversidade e por estarem em situações de vulnerabilidade e risco. A resolução descreve detalhadamente as diretrizes metodológicas e as ações a serem desenvolvidas pelos Educadores Sociais de Rua. Entre as ferramentas sugeridas estão o diagnóstico do território, material informativo, registros fotográficos, atividades de integração, relatórios, visitas domiciliares, entre outras. Em resumo, a Resolução CONANDA n. 187/2017 serve como um guia para os Educadores Sociais que trabalham nas ruas, oferecendo orientações técnicas detalhadas para melhorar a prática e promover os direitos das crianças e adolescentes em situa-

ção de rua.

Da distinção e comparação entre Assistente Social e Educador Social: Assistente Social: Focado em orientar, planejar, coordenar e avaliar. Sua atividade é voltada para a orientação e o planejamento social. Educador Social: Atua abordando, defendendo, assegurando e sensibilizando, envolve-se com o trabalho educativo, desenvolvendo metodologias pedagógicas para mediar na construção do conhecimento.

Jornada de Trabalho: O assistente social tem uma jornada fixada em 30 horas semanais, conforme normatização já estabelecida. O educador social depende do lugar e projeto que atua. Os projetos de normatização em tramitação não especificam uma jornada de trabalho.

Nível de Formação: Assistente Social: Necessário nível superior em Serviço Social. Educador Social: enfrenta debates sobre a exigência do nível de formação, seja médio ou superior. Entretanto, os projetos mais recentes indicam uma tendência para a exigência de nível superior.

O Educador Social no mercado de trabalho nacional: A pesquisa analisou ofertas no Setor Público e também no Setor Privado e terceiro setor. Durante a pesquisa, foram identificadas 49 ofertas de trabalho, 24 do poder público e 25 de instituições não governamentais ou privadas. A maioria das ofertas eram para contratação por tempo indeterminado através de Concursos Públicos, enquanto 33,3% eram para contratação temporária através de Processo Seletivo Simplificado. Os critérios de seleção variam, mas em geral, a demanda por esses profissionais é evidente em diversas regiões do país. A formação exigida para a atividade de Educador Social varia entre o nível médio e superior, com 28% dos concursos exigindo nível superior e 72% aceitando candidatos com nível médio.

A leitura da obra "Educador Social no Brasil: Normatização e Profissionalização" é uma imersão profunda na trajetória, desafios e perspectivas da figura do Educador Social no Brasil. Ao analisar conceitos, influências teóricas, legislações e o panorama do mercado de trabalho, torna-se evidente a relevância deste profissional na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente.

Os apontamentos levantados destacam o papel vital do Educador Social como agente de transformação, pontuando a importância da formação e da normatização para legitimar e valorizar essa profissão. A comparação com o Assistente Social traz à tona as nuances de cada profissional, assim como suas especificidades e complementaridades.

Ao mesmo tempo, os desafios enfrentados, como a precarização do trabalho, a falta de normatização clara e a constante necessidade de redefinição do campo da Educação Social, chamam a atenção para a urgência de políticas públicas e ações que reconheçam e valorizem o Educador Social.

Por fim, o convite à leitura desta obra não é apenas um chamado para o conhecimento teórico, mas também um estímulo à reflexão crítica sobre o papel de cada um na transformação social e na valorização de profissões tão essenciais para o tecido social brasileiro. É um convite à ação, ao debate e ao comprometimento com a construção de uma educação social mais sólida e reconhecida em nosso país.

Atenciosamente,
Professora Fernanda Paulo,
2023.

Referências

BAULI, Régis Alan; MÜLLER, Verônica Regina. **Educador social no Brasil: normatização e profissionalização**. Chapecó: Livrologia, 2020.

Carta Pedagógica 36

CONVITE À LEITURA: "EDUCADOR SOCIAL E EDUCADOR POPULAR: PAUTAS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA-PROFISSIONAL"

Caros cursistas,

Estou aqui, escrevendo esta Carta Pedagógica, para convidá-los para a leitura do artigo "Educador Social e Educador Popular: Pautas da Formação Acadêmica-Profissional". Ele foi escrito por mim, Fernanda dos Santos Paulo, e Elisangela Trevisan, e publicado na Revista Panorâmica online. Neste trabalho, procuramos esclarecer a formação acadêmica e profissional dos educadores sociais e distinguir o conceito de educadores sociais de educadores populares. Exploramos as sutilezas e complexidades desses papéis, fornecendo reflexões que podem enriquecer nossa prática. A seguir, apresentarei um resumo relacionado ao conteúdo do artigo.

O artigo se concentra nas concepções de educador social e educador popular no contexto brasileiro, analisando o debate sobre a formação acadêmico-profissional desses profissionais. A discussão ganha destaque com a emenda do Projeto de Lei 2.941/2019, que visa regulamentar a profissão de educador social.

A pesquisa destaca a Educação Popular e a Pedagogia Social como possíveis caminhos de formação inicial para educadores sociais que atuam no ambiente da Educação Não Escolar Institucionalizada. A necessidade de distinção entre os termos "educador popular" e "educador social" é enfatizada, uma vez que, embora frequentemente usados de forma intercambiável, representam conceitos distintos.

Desde os anos 2000, a formação dos educadores sociais tem sido um tópico de investigação no Brasil. Com a emenda do Projeto de Lei 2941/2019, o debate se intensificou, levantando questões sobre a formação acadêmico-profissional necessária para esses profissionais e sua visibilidade (ou falta dela) no ambiente universitário.

Existem cursos de graduação tecnológica específicos para educadores sociais, e houve a inclusão do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. A discussão tam-

bém aborda o tipo de formação (ensino médio vs. ensino superior) adequada para esses profissionais, com argumentações variadas de diferentes partes interessadas.

O Ministério do Trabalho reconhece a ocupação de educador social, associando-a ao atendimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Há um debate vigoroso sobre a regulamentação da profissão, bem como sobre o nível educacional necessário para exercê-la.

O professor Roberto da Silva, em uma de suas aulas, oferece uma perspectiva distinta, propondo uma concepção mais abrangente do termo "educador social". Contrapondo essa visão, o artigo defende uma formação acadêmico-profissional específica para educadores sociais, considerando a complexidade de suas responsabilidades.

A identidade do educador social é multifacetada, moldada tanto pela experiência prática quanto pela formação acadêmica. A influência de Paulo Freire e da pedagogia crítica é notória, com a Educação Popular sendo frequentemente citada como um modelo educacional que enfatiza uma abordagem problematizadora e libertadora.

A formação e regulamentação do educador social no Brasil é um tema complexo, envolvendo debates sobre identidade profissional, formação acadêmica e a relevância da pedagogia crítica. A necessidade de uma formação específica e o valor da experiência prática na formação do educador social são enfatizados como pontos centrais da discussão.

O artigo discutido foca na temática da formação de educadores sociais e na concepção de Educação Não Escolar, identificando as diferentes nuances e complexidades envolvidas. Aqui estão outros pontos principais:

Diferentes Concepções de Educação Não Escolar: Há várias denominações para a educação fora da escola, incluindo Educação Extraescolar, Educação não formal, Educação Não Escolar Institucional, educação social, educação Sócio-comunitária e educação informal. O termo "Educação não formal" é o mais comum em pesquisas, mas existem nuances e argumentos distintos relacionados a cada termo.

Referências Freirianas: Paulo Freire é frequentemente citado como referência quando se trata de educação não escolar e Educação Popular. Seus conceitos de "saberes de experiência" e educação dialógica são centrais para a

compreensão da formação de educadores sociais.

Identidade do Educador Social: A identidade profissional do educador social é um tema em discussão. Diferencia-se de outros profissionais como professores, médicos ou líderes. A formação específica é vista como essencial para solidificar essa identidade.

Tensionamentos na Formação: Há debates sobre a necessidade de regulamentação da profissão, sobre a distinção entre educação social e pedagogia social, e sobre a relevância da formação acadêmica versus experiência prática.

Educação Popular versus Educação Social: Enquanto a Educação Popular é vista como uma opção política e não necessariamente requer formação acadêmica, a Educação Social, na visão dos autores, necessita de formação específica porque relaciona-se a uma ocupação profissional.

Formação Superior Específica: O artigo argumenta a favor de uma formação superior específica para educadores sociais, possivelmente em um curso tecnológico em Pedagogia Social com uma perspectiva de Educação Popular.

Reconhecimento Profissional: É essencial que os educadores sociais sejam reconhecidos profissionalmente, e isso inclui a inclusão em sistemas oficiais de classificação de ocupações e a definição clara de suas responsabilidades e competências. A formação e reconhecimento dos educadores sociais são vitais para a consolidação da profissão. A Educação Popular, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire, é vista como central para essa formação, proporcionando uma abordagem crítica e transformadora à educação não escolar.

Em resumo, o artigo enfatiza a complexidade e os desafios relacionados à formação de educadores sociais, destacando a necessidade de uma abordagem crítica e dialógica, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire, para enfrentar esses desafios e avançar na profissionalização e reconhecimento dos educadores sociais. Convido todos vocês a se aprofundarem nesta leitura, que certamente expandirá seus horizontes e provocará reflexões profundas. O artigo está disponível para acesso na internet, conforme mencionado nas referências desta Carta Pedagógica.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo,
2023.

Referências

PAULO, Fernanda dos Santos; TREVISAN, Elisangela. **Educador social e educador popular**: pautas da formação acadêmica-profissional. Revista Panorâmica online, [S. l.], v. 35, 2022.

Carta Pedagógica 37

CONVITE À LEITURA: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO POPULAR NOS LIVROS DE PAULO FREIRE

Olá, cursistas!

É com grande prazer que convido todos vocês a conhecerem a pesquisa que realizei sobre Educação Popular nas obras de Paulo Freire.

Na minha tese, intitulada "Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade", eu mergulho nas experiências dos pioneiros da Educação Popular (EP) e discuto dezenas de referências teórico-metodológicas que dialogam sobre a EP e a universidade. Para construir a tese li todos os livros de Paulo Freire. Compartilho aqui um texto síntese dos estudos que fiz acerca da presença da Educação Popular nas obras de Paulo Freire.

A "Educação Popular" é uma expressão-chave que permeia as obras do educador Paulo Freire, revelando uma multiplicidade de abordagens e nuances. Em "Educação e atualidade brasileira" (1959), a referência à Educação Popular traz à tona o histórico descaso com a educação destinada à população em geral, especialmente no contexto da colonização brasileira.

A obra "Educação como prática da liberdade" (1967) aborda o movimento brasileiro de Educação Popular, enfatizando suas implicações sociais e políticas. Na "Pedagogia do Oprimido" (1987), Paulo Freire critica a postura de figuras como Mr. Giddy, representantes da classe opressora, que, historicamente, têm resistido à ideia da Educação Popular. Essas elites, simbolizadas por Mr. Giddy, preferem que as massas não desenvolvam pensamento crítico. Freire argumenta que, ao não poderem pensar junto com as massas, esses opressores preferem que as massas não pensem de forma independente, evidenciando a importância da Educação Popular como ferramenta de libertação.

Em "Por uma pedagogia da pergunta" (1985), destaca-se a formação de mestres populares pelo próprio povo e o papel da Educação Popular na reconstrução nacional. Paulo Freire discute diferentes abordagens para o uso de textos na Educação Popular. Ele destaca quatro caminhos: 1) textos produzidos pelos grupos populares com mínima intervenção dos educadores; 2) textos criados por educadores, mas profundamente conectados à realidade dos educandos; 3) textos elaborados conjuntamente por educadores e grupos populares; e 4) textos es-

critos por qualquer pessoa, mas que são relevantes e interessantes para os grupos populares. Freire enfatiza a importância da contextualização e relevância dos materiais no processo de Educação Popular.

Outras obras, como "Pedagogia: diálogo e conflito" (1985) e "Aprendendo com a própria história", discutem a interdisciplinaridade da Educação Popular e sua relação com contextos políticos e sociais específicos, seja na perspectiva brasileira, argentina ou no cenário latino-americano mais amplo. Em "Universidade e Compromisso Popular" (1987) discute a relação entre a Educação Popular e o ensino superior, abrangendo diferentes níveis de ensino e projetos comunitários.

Em "Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra" (1990), a linguagem e a importância da língua no contexto da Educação Popular são ressaltadas, com uma ênfase especial no português como língua estrangeira em lugares como a Guiné-Bissau.

"Professora sim, tia não" (1993) a "Educação Popular" é ressaltada através do conceito de uma "Escola pública e popular", que deve ser eficaz, democrática e alegre. Paulo Freire enfatiza a importância de professores bem remunerados e constantemente em formação, contrastando a disparidade salarial atual entre educadores e cargos executivos em empresas estatais. A visão apresentada é de uma educação que valorize seus profissionais e que esteja firmemente enraizada nos princípios democráticos.

No livro "Cartas a Cristina" (1994) Freire destaca a essência e a profundidade da "Educação Popular". A educação, vista como um processo histórico, exige responsabilidade e compreensão da complexidade das relações humanas e da realidade. A frequente menção a termos como "cultura" e "popular" reflete a centralidade da cultura popular nas discussões educacionais. Diversos movimentos e iniciativas, como o "Movimento de Cultura Popular" e os "praças de cultura", são exemplos dessa abordagem. Importantes contribuições para a Educação Popular, como cursos sobre a realidade brasileira, foram oferecidos a diferentes grupos. Além disso, Paulo Freire enfatiza a necessidade de coerência entre discurso e prática democrática para educadores progressistas em diferentes contextos educacionais, desde a escola primária até a Educação Popular informal. A menção à participação de entidades e indivíduos no Movimento de Educação de Base (MEB) também ilustra a amplitude e importância da Educação Popular no Brasil.

Em "À sombra desta mangueira" (1995) discute o papel dos especialis-

tas na determinação dos conteúdos ensinados. Da mesma forma, no campo da Educação Popular, os especialistas também seriam responsáveis por escolher os conteúdos necessários.

Na obra "A África ensinando a gente" (2003) destaca a importância de desenvolver uma compreensão crítica da realidade na Educação Popular, enquanto "El grito manso" (2003) e "Pedagogia do compromisso" (2008) abordam temas como a linguagem acadêmica na Educação Popular e as críticas ao pragmatismo neoliberal, respectivamente.

Em suma, a "Educação Popular" nas obras de Paulo Freire engloba uma ampla variedade de ideias, abordagens, sentidos e significados. Apresenta o papel da educação na sociedade e sua capacidade de transformar e ser transformada pelo mundo ao seu redor.

Infelizmente, ouvi e continuo ouvindo pesquisadores afirmarem que Paulo Freire nunca mencionou ou mencionou pouco a Educação Popular em seus livros. Minha pesquisa mostra o contrário. Portanto, é importante estudar seriamente a obra de Paulo Freire.

Espero que esta leitura possa enriquecer nosso entendimento sobre a Educação Popular e inspirar novas ideias e discussões em nosso curso. A tese está disponível na internet.

Boa leitura!
Um abraço, Fernanda Paulo
2021.

Referências

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.

Carta Pedagógica 38

CONVITE À LEITURA: "PAULO FREIRE ESCREVE SOBRE EDUCADORES DE RUA"

Caros Educadores Sociais e populares da AEPPA,

Estou redigindo esta Carta Pedagógica para estender um convite a todos vocês. Gostaria de chamar a atenção para o folheto, popularmente conhecido como livro, intitulado "Educadores de Rua: Uma abordagem crítica". Este é o único material em que Paulo Freire aborda o tema "Educadores de Rua". O folheto discute a importância do trabalho dos educadores que atendem meninos e meninas que vivem e trabalham nas ruas. Este material resulta de um encontro entre Paulo Freire e um grupo de Educadores de Rua em São Paulo, em outubro de 1985. A Coordenação do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua decidiu publicar o material devido à relevância das discussões do encontro.

O texto destaca consensos estabelecidos sobre os papéis, aspirações e objetivos dos meninos de rua e dos educadores que os atendem. Na publicação, há um agradecimento a Paulo Freire pelo seu apoio e incentivo, enfatizando que, apesar dos desafios enfrentados, a colaboração de uma figura tão influente como Freire traz esperança, coragem e convicção ao trabalho dos educadores de rua.

O material discorre sobre as crianças que vivem nas ruas, na maioria entre sete e dezessete anos, que trabalham para se sustentar ou auxiliar suas famílias. Devido à falta de proteção e vulnerabilidade, essas crianças enfrentam exploração e diversos perigos, além de terem acesso limitado a serviços básicos como saúde e educação. Estas crianças possuem características específicas, como uma forte atitude defensiva e habilidades especiais desenvolvidas para sobreviver no ambiente hostil das ruas. Há uma diferenciação marcante entre os meninos e meninas de rua, com as meninas enfrentando desafios adicionais, como a maternidade precoce e a prostituição.

O papel do Educador de Rua é abordado como alguém que deve se aproximar dessas crianças com respeito, paciência e empatia, buscando compreender suas realidades e auxiliá-las em seu desenvolvimento. Organizei alguns apontamentos a partir de uma anotação da leitura deste material, realizada em

2016, quando estava no doutorado na Unisinos.

De maneira geral, o texto explora as complexidades e sutilezas da educação de rua, especialmente quando se trata de crianças e jovens que vivem nas ruas. As principais ideias retiradas do texto incluem:

IMPORTÂNCIA DA COTIDIANEIDADE: O educador precisa entender e se envolver na vida diária dos meninos de rua. No entanto, o objetivo é não ficar preso nessa cotidianidade, mas usar esse entendimento como um ponto de partida para a educação e transformação.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE RUA: Há uma necessidade vital de distinguir entre simplesmente observar a realidade das crianças de rua e compreendê-la profundamente. A educação não deve ser uma invasão cultural, mas sim um processo colaborativo.

A RELAÇÃO EDUCADOR-EDUCANDO: Existe uma diferença fundamental entre o educador e o educando, especialmente no contexto da educação de rua. O educador não deve apenas simpatizar, mas também ajudar o educando a refletir e compreender sua realidade.

O PODER DA PERGUNTA: A capacidade de fazer as perguntas certas é essencial na educação. O educador deve questionar não apenas os educandos, mas também a si mesmo e o ambiente em que está inserido.

CONFRONTANDO A AUTORIDADE E A LIBERDADE: O educador de rua enfrenta desafios únicos ao equilibrar autoridade e liberdade. A relação entre os dois é crucial, e o desafio é encontrar um equilíbrio que promova o aprendizado sem reprimir a individualidade.

LIMITES E DESAFIOS DA PRÁTICA: Todas as práticas educativas possuem limites. Sejam econômicos, ideológicos, sociais ou históricos. O desafio é reconhecer esses limites e trabalhar dentro deles, sempre buscando transformar e melhorar a situação.

HUMANISMO vs. HUMANITARISMO: O texto faz uma distinção clara entre humanismo (uma abordagem genuína para melhorar o mundo) e hu-

manitarismo (gestos superficiais de caridade). A verdadeira transformação requer um enfoque humanista.

PEDAGOGIA E ABORDAGEM: A educação eficaz, especialmente no contexto da educação de rua, rejeita tanto o autoritarismo quanto a licenciosidade. Deve haver um equilíbrio que respeite a liberdade dos educandos enquanto fornece estrutura e direção.

Em suma, o texto ressalta a importância de uma abordagem educacional crítica, empática e humanizada ao lidar com crianças e jovens de rua. O educador deve se esforçar para compreender profundamente a realidade desses jovens, ao mesmo tempo que fornece ferramentas e orientação para ajudá-los a transformar suas vidas. Espero que esta Carta Pedagógica incentive vocês a lerem o material na íntegra e contribua para reflexões sobre, por exemplo, por que Paulo Freire não usou a expressão "educação social" neste texto. Que a leitura possa enriquecer nosso entendimento sobre a Educação Popular e inspirar novas ideias e discussões em nosso movimento. Boa leitura!

Com carinho,
Fernanda Paulo,
Educadora popular,
2021.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua**: Uma abordagem crítica. Bogotá: UNICEF, 1989.

Carta Pedagógica 39

CONVITE À LEITURA: "A EDUCAÇÃO POPULAR NO DICIONÁRIO PAULO FREIRE"

Caros educadores e educadoras da AEPPA,

É com grande prazer que convido todos vocês para conhecerem o "Dicionário Paulo Freire". Esta obra, agora em sua 4ª edição revisada e ampliada, publicada pela Autêntica Editora em 2018, é um recurso inestimável para todos nós que estamos envolvidos na educação e estudamos Paulo Freire. O "Dicionário Paulo Freire" vai além de um simples dicionário. Ele oferece uma análise aprofundada das ideias de Freire.

Eu tive a honra de contribuir para esta edição com alguns verbetes, especificamente: 1) Divisão/Dominação; 2) Educadora Popular/Educador Popular; 3) Intervenção no Mundo; e, 4) Universidade Popular. Dentre eles, gostaria de destacar o verbete "Universidade Popular", que escrevi em colaboração com Carlos Rodrigues Brandão e é um tema de interesse da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA).

Em resumo, nosso verbete discute a visão de Paulo Freire sobre o conceito de "Universidade Popular". Na obra de Freire, as universidades, para serem verdadeiramente democráticas, deveriam estar ligadas aos problemas de suas comunidades locais, conectando-se diretamente com as fábricas e outros setores da sociedade. Freire critica universidades tecnicistas e elogia a experiência pioneira da Universidade de Brasília por buscar um conhecimento autêntico e comprometido.

O educador enfatiza a necessidade de dialogar com o povo sobre suas percepções das universidades e suas expectativas em relação a elas. Freire também destaca a importância da universidade se engajar com as comunidades, emergindo das classes trabalhadoras e trabalhando com elas, e não sobre elas. Ele defende uma universidade que integre o conhecimento científico com o senso comum, questionando a pretensa objetividade da ciência e a neutralidade do cientista.

A ideia de "Universidade Popular" foi discutida por outros educadores da época, como Jarbas Maciel, membro da equipe de Paulo Freire. Eles propuseram um "Sistema Paulo Freire de Educação", que incluía a ideia de uma uni-

versidade popular como parte de um sistema educacional mais amplo.

No entanto, muitas dessas ideias foram suprimidas após a instauração da Ditadura Militar no Brasil em 1964, pois não estavam alinhadas com os interesses das classes dominantes. Mesmo assim, muitos educadores continuaram a promover e preservar a memória e os ideais da Educação Popular de Freire, reinventando-os em diferentes contextos e sempre com foco na luta em favor dos oprimidos

Como meu foco de estudo é a Educação Popular, uma das minhas curiosidades é a presença da Educação Popular em textos sobre Paulo Freire. Portanto, decidi identificar a presença da Educação Popular no dicionário. Descobri que a "Educação Popular" tem uma presença significativa no Dicionário Paulo Freire. Para compartilhar com vocês a minha pesquisa, organizei uma síntese das menções e contextos associados à "Educação Popular" que extrai do dicionário:

Finalidade e Prática: Há referências ao planejamento e prática da Educação Popular, indicando que era um método ativo e prático de ensino.

Histórico: O dicionário menciona eventos e marcos temporais associados à Educação Popular, como "40 anos de Educação Popular" e referências à criação dos primeiros métodos que vieram a ser reconhecidos como Educação Popular.

Eventos e Conferências: Há menções a seminários e encontros dedicados ao tema da Educação Popular, como um realizado em Allende.

Integração com a Escola: O conceito de "Educação Popular" não se limita a ambientes informais, mas também é discutido no contexto da "escola cidadã", indicando uma intersecção entre a educação formal e os princípios da Educação Popular.

Dimensão Transformadora: Há menções à vocação transformadora da Educação Popular, sublinhando o seu objetivo não apenas de ensinar, mas também de capacitar e emancipar os indivíduos.

Espero que esta leitura possa enriquecer o entendimento sobre a Educa-

ção Popular. Esta Carta Pedagógica tem como objetivo incentivá-los a ler alguns dos verbetes e espero que eles possam contribuir para reflexões sobre a presença da Educação Popular e de Paulo Freire em nossa prática profissional e militância. Que a leitura possa inspirar novas ideias e discussões em nosso movimento.

Com afeto,
Fernanda Paulo,
GT formação AEPPA,
2019.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; PAULO, Fernanda dos Santos. **Universidade Popular.** In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Dicionário Paulo Freire. 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Carta Pedagógica 40

CONVITE À LEITURA: " O QUE É EDUCAÇÃO POPULAR" DE CARLOS RODRIGUES BRANDÃO"

Caros educadores (as) populares,

É com grande prazer que compartilho com vocês uma síntese da leitura do livro "O Que é Educação Popular" de Carlos Rodrigues Brandão. Este livro é uma referência reconhecida no tema da Educação Popular na América Latina. Carlos Rodrigues Brandão é um dos educadores populares do Brasil com reconhecimento na América Latina por conta do tema da Educação Popular na América Latina. Seu trabalho tem sido fundamental para o desenvolvimento e a consolidação da Educação Popular, não apenas como um campo de estudo e prática educacional, mas também como uma corrente político-pedagógica do pensamento crítico emancipatório. Em "O Que é Educação Popular", Brandão oferece uma visão abrangente e crítica desta concepção, explorando suas origens, princípios fundamentais, práticas e desafios.

O texto discute a essência da Educação Popular, destacando a "palavra" como uma ferramenta poderosa de comunicação e poder. Na Educação Popular, o aprendizado vai além das paredes da escola, imergindo na vida cotidiana, em rituais e trocas culturais. Esta forma de educação, enraizada no conhecimento coletivo da comunidade, foi ao longo do tempo ofuscada pelo conhecimento "erudito", centralizado e legitimado por instâncias de poder.

No Brasil, a trajetória da Educação Popular foi marcada por lutas pela democratização do conhecimento. Desde as iniciativas dos jesuítas até os movimentos do século XX que pressionaram por uma educação pública e universal, a Educação Popular busca servir às classes marginalizadas, enfrentando, no entanto, desafios contínuos como analfabetismo e desigualdades persistentes.

O livro destaca a importância e os desafios da Educação Popular, uma proposta educacional que vai além do ensino formal e se imerge no cotidiano e na cultura das comunidades. Em uma sociedade desigual, essa forma de educação busca superar barreiras como falta de recursos, trabalho precoce e desnutrição, enfrentadas por crianças e adolescentes de origens sociais menos favorecidas. No Brasil, a trajetória da Educação Popular crítica está centrada nas necessidades das classes populares e é vista como uma ferramenta de mobiliza-

ção política, social e de transformação.

A Educação Popular também é contrastada com a educação de adultos. Enquanto esta última é frequentemente vista como compensatória, a primeira busca a transformação e redefinição do sistema educacional a partir da perspectiva das classes populares. Na América Latina, houve uma evolução notável dessa forma de educação. Inicialmente controlada e subordinada a estruturas de poder, ao longo do tempo buscou fortalecer e autonomizar as classes populares.

A Educação Popular, que tem suas raízes na década de 60 tanto no Brasil quanto na América Latina, surgiu como uma crítica aos sistemas educacionais tradicionais, dando prioridade ao conhecimento e à cultura das classes populares. Em nosso país, essa abordagem surgiu a partir de movimentos da sociedade civil, com o objetivo de transformar o ensino ao conectar a educação com a cultura popular e o trabalho político, como uma ferramenta de conscientização. Na América Latina, a Educação Popular ganhou destaque em contextos revolucionários, como a Nicarágua pós-sandinista, onde se tornou central na reconstrução nacional. A Educação Popular contribui para o fortalecimento de movimentos populares e na construção coletiva de conhecimento.

Carlos Rodrigues Brandão argumenta que a Educação Popular não é apenas um método de ensino, mas uma filosofia de vida que busca a emancipação dos oprimidos através do conhecimento e da ação coletiva. Ele enfatiza a importância do diálogo, da participação e da solidariedade como elementos centrais da educação popular. Além disso, o livro oferece uma análise profunda das complexidades e nuances da Educação Popular, destacando sua relevância e potencial para a transformação social.

Espero que esta Carta Pedagógica incentive vocês a lerem a obra completa. Convido todos vocês a escreverem uma Carta Pedagógica compartilhando suas experiências com a Educação Popular em suas vidas.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 20).

Carta Pedagógica 41

CONVITE À LEITURA: "A PRESENÇA DO EDUCADOR SOCIAL EM MINHA DISSERTAÇÃO"

Queridos colegas, cursistas e amigos (as),

A Educação Popular (EP) no Brasil, influenciada pelas ideias revolucionárias de Paulo Freire, almeja a transformação social por meio de práticas de formação político-pedagógica. Contudo, em minha pesquisa, detectei uma tendência de diversos projetos e programas, em especial aqueles vinculados às políticas de Assistência Social, em se apropriar da teoria freiriana meramente como base metodológica, desconsiderando sua essência de Educação Popular. Assim, optam pelo termo "educação social" em detrimento de "Educação Popular".

Em locais como Porto Alegre, essa preferência pelo termo "educação social" é patente, o que não representa apenas uma escolha semântica, mas simboliza um projeto, que frequentemente não se alinha profundamente com as lutas e aspirações da Educação Popular.

Na dissertação que defendi em 2013, iniciada em 2010, destaquei que a diferenciação entre "educador social" e "educador popular" já suscitava debates. Durante minha pesquisa junto à AEPPA, busquei compreender essa dinâmica. Concluímos que o educador social é associado a uma atuação mais formal e remunerada (profissão), enquanto o educador popular demonstra um comprometimento mais intenso com a transformação e justiça social, estando ligado aos movimentos de Educação Popular (militância). Inicialmente, essa distinção se mostrou desafiadora, pois, antes de 2009, muitos educadores sociais eram reconhecidos por outras denominações, incluindo a de educador popular.

Os educadores populares e as educadoras populares que colaboraram em minha pesquisa (atuantes em Educação Infantil, MOVA, SASE e Ação Rua) manifestaram sua crescente frustração com a falta de reconhecimento e valorização de seu trabalho. Essa insatisfação era acentuada quando comparavam seus salários com os de colegas concursados na mesma função (vale ressaltar que os (as) educadores (as) de minha pesquisa eram contratados(as) por ONGs conveniadas com a SMED e FASC). Diante desse panorama, a identidade e o papel do educador, sobretudo em contextos não escolares, tornaram-se temas recorrentes de debate, enfatizando a imperatividade de uma formação alinhada às

verdadeiras necessidades e embates das comunidades atendidas. Na pesquisa fiz uma dura crítica ao contexto de convênios entre ONG e Estado, chamado parceria público privado. Este contexto precariza as relações de trabalho dos educadores. Sobre essas questões, elenquei desde minha dissertação algumas das principais reflexões, organizadas em tópicos, para compartilhar nesta Carta Pedagógica.

1. RECONHECIMENTO E AGRADECIMENTO: fiz um agradecimento ao Professor Dr. Paulo Albuquerque pelo apoio na luta para construir um curso de Pedagogia Social e Educação Popular na UFRGS-FACED.

2. SUJEITOS DA PESQUISA: educadores (as) populares em Porto Alegre, atuando em associações comunitárias conveniadas com a Prefeitura, nos seguintes serviços: Educação Infantil, do MOVA, do SASE e do Ação Rua e participantes da AEPPA.

3. Alguns temas abordados: 1) Análise do trabalho dos (as) educadores(as) populares em Porto Alegre, atuando em associações comunitárias conveniadas com a Prefeitura e a luta da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) para formação, na perspectiva da Educação Popular de educadores (as) que trabalhavam vinculados as políticas educacionais e sociais executadas por ONGs. 2) Resgate da história de lutas populares em Porto Alegre e relação com Movimentos Sociais Populares e a Educação Popular no Brasil. 3) Os limites e desafios enfrentados pelos educadores e educadoras populares e a necessidade de formação profissional baseada na Educação Popular.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA: Pesquisa qualitativa usando o método de estudo de caso e Pesquisa Participante, sendo eu também participante. Enfoque dialético-dialógico baseado principalmente no referencial de Paulo Freire.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES: 1) Identificação de desvalorização do trabalho dos educadores e educadoras populares e burocratização das políticas públicas. 2) Necessidade identificada de uma Pedagogia Social focada na Educação Popular. 3) Registro de propostas de construção de projetos alternativos para a formação de educadores (as) populares.4) diferença entre educação

social e Educação Popular; 5) caracterização de educador popular e educador social. 6) reconhecimento e valorização profissional exige formação pedagógica e política. 7) A AEPPA enquanto movimento de Educação Popular.

6. MOVIMENTOS E DEMANDAS: 1) Busca pela construção de um curso de Pedagogia Social com ênfase em Educação Popular na UFRGS. 2) Formação de parcerias e entrega de propostas à Faculdade de Educação da UFRGS. 3) Diferenciação entre "educador popular" e "educador social", com destaque para o compromisso e profundidade de envolvimento e necessidade de ampliar esse debate.

7. PERSPECTIVAS E REFLEXÕES SOBRE PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: 1) Discussão sobre a Pedagogia Social no Brasil e a influência da Educação Popular. 2) Necessidade de democratização da universidade e reconhecimento das lutas populares. 3) Proposta de formação interdisciplinar e alternativa para educadores (as) populares, focada na Educação Popular. 4) Contextualização da AEPPA no cenário histórico e sua luta pela formação de educadores (as) populares.

8. CONCLUSÕES PARA O RECORTE DO TEMA PARA ESSA CARTA PEDAGÓGICA: Ênfase na urgência de uma Pedagogia Social fundamentada na Educação Popular, construída em colaboração com educadores, interdisciplinar e adaptada às realidades atuais.

No cenário atual da Educação Popular, torna-se essencial compreendermos a diferença entre "educador social" e "educador popular", bem como as implicações dessa distinção no contexto da regulamentação da profissão de educador social. Minha dissertação, defendida em fevereiro de 2013, é resultado de uma investigação na qual me comprometi, tanto ética quanto politicamente, com o tema da Educação Popular. Busquei dar visibilidade à trajetória e às lutas da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), enfatizando a contínua necessidade de defender e buscar espaços de formação verdadeiramente alinhados com os ideais de justiça e transformação social.

Faço um convite caloroso para que se aprofunde nesta leitura e mergulhe na inspiradora história da AEPPA, um movimento resiliente e profundamente comprometido com a valorização e reconhecimento do papel do

educador, tanto em contextos escolares quanto não escolares, no panorama brasileiro. Seja bem-vindo a essa jornada de descobrimento e reflexão acerca da genuína essência da Educação Popular e seu impacto transformador em nossa sociedade.

Com afeto,
Fernanda Paulo,
2018.

Referências

PAULO, Fernanda dos Santos. **A formação dos(as) educadores(as) populares a partir da práxis**: um estudo de caso da Aeppa. 2013. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Carta Pedagógica 42

CARTA PEDAGÓGICA: A EDUCAÇÃO POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA

Frequentemente menciono a importância da retomada da Educação Popular no espaço escolar, destacando a experiência da Escola Cidadã. Uma surpresa veio quando um educador social me questionou: "mas existe educação popular na escola?".

Entre 1989 e 2004, em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, desenvolveu-se um projeto político cujo objetivo era construir uma escola popular, democrática, participativa, inclusiva, que valorizasse a diversidade cultural e promovesse a cidadania ativa e crítica. A Escola Cidadã surgiu em 1989, durante a gestão do governo do partido dos trabalhadores. Uma figura chave dessa história é José Clóvis de Azevedo. Se ainda não o conhece, sugiro que o faça. Tive a honra de estudar com ele e, posteriormente, trabalhar ao seu lado na SEDUC.

Mas, quem é José Clóvis de Azevedo? Ele é um educador e pesquisador brasileiro com vasta experiência e contribuição significativa para a educação no Rio Grande do Sul. José Clovis de Azevedo é um renomado educador brasileiro com uma carreira distinta na área de educação. Ele é doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (2004) e sua graduação foi em História (1972). Foi docente da graduação e do curso de Mestrado Profissional do Centro Universitário Metodista, IPA. Sua experiência na área de Educação é ampla, com ênfase em Políticas Educacionais. Ele pesquisa, atualmente, o Ensino Médio e processos de democratização da escola e dos sistemas educacionais. José Clovis tem uma longa história de serviço público. Ele foi Secretário Adjunto de Educação do Município de Porto Alegre (1993-1996), Secretário Titular da Educação de Porto Alegre (1997-2000), foi o primeiro Reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul - UERGS (2001-2003), e Secretário de Estado de Educação do Rio Grande do Sul (2011-2014). Além disso, ele atuou na Secretaria de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (1989-1992) e foi Secretário Geral do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS (1986-1989).

Vou falar um pouco do texto de Clóvis e trazer alguns elementos da Educação Popular. Primeiro, quero dizer-lhes que José Clóvis de Azevedo fez

seu doutorado, sob orientação de Moacir Gadotti, reconhecido pelos temas sobre pedagogia freiriana e Educação Popular. Segundo o texto que me guia é intitulado "Escola Cidadã: uma experiência contra-hegemônica", o qual está acessível na internet. Nesta Carta Pedagógica vou dialogar com meu amigo, quem eu chamo carinhosamente de profê Clóvis.

O artigo intitulado "Escola Cidadã: Uma Experiência Contra-Hegemônica" foi publicado em 2020 para a revista Crítica Educativa (Sorocaba/SP). O artigo tem como foco o estudo dos princípios e propostas fundamentais do projeto Escola Cidadã, experiência da rede municipal pública de educação da cidade de Porto Alegre durante as administrações populares no período de 1989 a 2004. Clóvis analisa o projeto de democratização da cidade e seus desdobramentos na democratização da escola. Para tanto, fez uso de documentos básicos sobre a política educacional da época. Alguns dos autores citados como referência teórica da Escola Cidadã foram: Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, Vygotsky, Gramsci e Karl Marx. Pelo referencial utilizado podemos fazer uma afirmação: o projeto Escola Cidadã foi uma experiência contra-hegemônica e de Educação Popular.

Como essa Carta Pedagógica se destina a estudantes da pedagogia e dos cursos para educadores (as) sociais, vou tentar escrever de forma didática, tentando explicitar alguns conceitos. Um deles é contra-hegemonia - um conceito que foi desenvolvido por Raymond Williams para se referir a ideias e práticas que se opõem à hegemonia. (SANTOS; CORDEIRO, 2020). Claro, como sabemos o conceito de hegemonia é de Gramsci. Para Gramsci (um político e cientista italiano), o conceito de hegemonia tem a ver com classe social e ideologia. Para Gramsci, a hegemonia está estritamente ligada à dominação da burguesia sobre o povo oprimido. A hegemonia é uma combinação de coerção e consenso, ou seja, de dominação e direção. É, importante, nesse cenário, dizer que Gramsci não usou conceito de contra-hegemonia. (DORE; SOUZA,2018)

O artigo "Hegemonia e contra-hegemônica" de Theotonio dos Santos, discute a ideia de hegemonia como o domínio de uma classe social sobre as outras, em termos ideológicos. O autor argumenta que a hegemonia está estritamente ligada à dominação da burguesia sobre a massa. Ele acredita que a hegemonia indica um equilíbrio entre o domínio e a liderança. O autor também discute a ideia de contra-hegemonia, que se refere a práticas, ideias e movimentos que desafiam e resistem à hegemonia. Além disso, o autor discute a importância da educação na formação de cidadãos que efetivamente participam e

decidem sobre o destino da escola. Ele argumenta que a educação é uma ferramenta poderosa para promover a contra-hegemonia e desafiar as estruturas de poder existentes. Por fim, Santos discute o papel dos intelectuais na promoção da contra-hegemonia. Ele argumenta que os intelectuais têm um papel crucial na criação e promoção de alternativas aos valores, normas e sistemas dominantes na sociedade.

Uma experiência contra-hegemônica se refere a práticas, ideias e movimentos que desafiam e resistem à hegemonia, ou seja, ao domínio de uma classe, grupo ou ideologia. Essas experiências podem ocorrer em várias esferas da vida social, incluindo a educação, como é o caso da Escola Cidadã. A contra-hegemonia, portanto, envolve a criação e promoção de alternativas aos valores e sistemas dominantes na sociedade.

No meu diálogo com José Clóvis de Azevedo, vou trazer o Paulo Freire para falar da Escola Cidadã como uma experiência contra-hegemônica. Como vocês sabem e me acompanham sou uma estudiosa das obras de Paulo Freire e da Educação Popular. E, em um dos estudos que realizei sobre a vida e obra de Paulo Freire localizei um vídeo em que ele nos proferiu que a sua compreensão por Escola Cidadã é de agente transformador, diferente de uma instituição isolada e distante das demandas da sociedade civil. Para ele, a escola se torna cidadã ao abrigar e promover a cidadania daqueles que frequentam seu espaço. Portanto, a visão transformadora do mundo é fundamental para a construção da escola cidadã. Em suas palavras: "A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. (...). É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia."

Nessa sintonia, o meu amigo, José Clóvis de Azevedo, traz em seu artigo alguns pontos que merecem ser lidos e estudados, eu escolhi compartilhar dois apontamentos, a saber:

1) A natureza do projeto Escola Cidadã: O estudo destaca que a Escola Cidadã foi um projeto contra-hegemônico, fundamentado em valores solidários, cooperativos e coletivos.

2) A contraposição à "Mercoescola": A Escola Cidadã é apresentada como um contraponto à "mercoescola", que é sustentada pelos valores neoliberais do modelo de mercado, tais como competição, individualismo, empreendedorismo e meritocracia.

Para discutir esses dois pontos, ele trabalha com os conceitos de demo-

cracia e mercoescola, assim como apresenta as categorias de Escola cidadã, ciclos de formação e avaliação emancipatória.

Esse estudo de José Clóvis de Azevedo destaca o caráter contra-hegemônico da "Escola Cidadã", enfatizando sua base em valores solidários, cooperativos e coletivos. Esta escola é o oposto da "mercoescola". Como podemos observar a Escola Cidadã busca construir uma escola mais democrática e participativa.

O projeto Escola Cidadã contou com a participação de professores, alunos, famílias e comunidade em geral para a sua constituição. Quero dizer que essa escola envolve a promoção da democracia e a formação para a cidadania. Para tanto, a gestão democrática na educação é imprescindível!

Como eu escrevi anteriormente, pude conhecer melhor o José Clóvis de Azevedo nas práticas de pesquisa quando fui sua bolsista no IPA. Recordo das nossas reuniões, conversas e registros que tenho em minhas anotações. Lembro-me que ele trazia as raízes pedagógicas da Escola Cidadã, cujas referências se baseavam na pedagogia freiriana. Rememoro uma conversa, com a presença de meu amigo Jonas Tarcísio, também bolsista de iniciação a pesquisa, em que falávamos da relação entre a Escola Cidadã e pensamento de Paulo Freire.

No projeto Escola Cidadã de Porto Alegre, muitas vezes recebeu o Carlos Rodrigues Brandão para a realização de processos formativos. Brandão, como vocês sabem, foi meu amigo e coorientador de doutorado, assim como foi banca de avaliação da minha dissertação. Ele é um dos teóricos da Educação Popular no Brasil com reconhecimento em outros países latino-americano.

Carlos Rodrigues Brandão trazia a Educação Popular para dentro do projeto Escola Cidadã. Uma das dimensões da presença da Educação Popular na Escola Cidadã é a metodológica. Para quem conheceu a Escola Cidadã sabe que ela se destacou por sua metodologia participativa e inovadora, que valorizava a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento e na gestão da escola. Alguns exemplos de práticas participativas adotadas pela Escola Cidadã incluem:

As assembleias: espaço que os estudantes se reuniam para discutir e decidir sobre assuntos relacionados à escola, como a organização do espaço físico e a elaboração do calendário escolar.

A pesquisa Socioantropológica: ela era realizada através de trabalhos de campo realizada na comunidade da escola, conhecendo pessoas, espaços e contextos, histórias. Logo, a pesquisa socioantropológica era usada na Escola cida-

dã para aproximar os docentes e demais trabalhadores da escola das problemáticas vivenciadas pela comunidade e das formas de resolução a partir de um currículo significativo. Eu, em um livro sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Popular apresento a pesquisa Socioantropológica como uma das modalidades de pesquisas participativas. Isto é, a pesquisa socioantropológica era a base da organização do currículo escolar. Aqui temos a dimensão curricular ao lado da metodológica.

Rosilene Carvalho Nogueira, em um texto sem registro de data de publicação, nos conta que a organização do currículo se dava através de uma pesquisa realizada na comunidade, onde os professores aproximam-se das problemáticas vivenciadas pela comunidade e das formas de resolução em relação às mesmas, contribuindo efetivamente com esta comunidade, tendo em vista uma perspectiva de inclusão social.

Outra dimensão foi a gestão democrática, a partir da relação escola-comunidade. Uma das formas de participação da comunidade na gestão da escola foi por meio de conselhos escolares e de parcerias com organizações locais.
Retorno ao Carlos Rodrigues Brandão (2002) em que ele traz Educação Popular na escola pública associada a "administração popular", trazendo como exemplo a escola cidadã e a constituinte escolar". Para ele, a tradição pedagógica da Educação Popular renova-se com a chamada Escola Cidadã.

No livro "Escola Cidadã", Moacir Gadotti argumenta que a educação deve ser vista não apenas como um meio de transmissão de conhecimentos, mas também como uma ferramenta para a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade. Ele explora os princípios da pedagogia crítica, destacando a importância de uma educação voltada para a emancipação e para a transformação social. Como disse antes, Moacir Gadotti foi orientador de Doutorado em Educação de José Clóvis de Azevedo, tese defendida em 2004 com o tema "Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã". O que eu ainda não contei é que José Clóvis de Azevedo foi membro da minha banca de doutorado e que eu entrevistei Moacir Gadotti para minha pesquisa de doutorado, o caracterizando como um dos pioneiros da Educação Popular freiriana (PAULO, 2018).

Assim, a Educação Popular na Escola Cidadã se apesenta na sua metodologia que se baseava em princípios como a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, a valorização da diversidade cultural e a promoção da cidadania ativa. Para isso, eram adotadas práticas pedagógicas como: te-

mas geradores, complexo temático, pedagogia de projetos, assembleias participativas, pesquisa socioantropológica, gestão democrática, formação permanente dos trabalhadores da educação, orçamento participativo, etc.

Por fim, eu escrevi tudo isso porque, infelizmente, a experiência da Escola Cidadã em Porto Alegre mesmo avaliada como potente, significativa e importante para a história da Educação Popular ela é pouco conhecida e trabalhada nos cursos de formação de professores (as) e de educadores (as) sociais.

Acerca da importância de docentes conhecerem essa experiência dispenso justificativa, por tudo que escrevi nessa Carta Pedagógica e tenho trabalhado em minhas aulas e cursos. Porém, parece ser necessário justificar a presença desse tema na formação de educadores (as) sociais.

É importante, no meu entendimento, que os (as) educadores (as) sociais conheçam a Escola Cidadã e outras experiências de Educação Popular, mesmo que não sejam docentes ou não trabalhem com ensino escolar, por várias razões que pontuarei abaixo:

1. Compreensão ampla da educação: A educação não se limita ao ambiente escolar. Ela ocorre em todos os aspectos da vida e em todas as interações sociais. Conhecer diferentes abordagens educacionais, como a Escola Cidadã e a Educação Popular, pode ajudar os educadores (as) sociais a entender melhor como é possível construir uma escola inclusiva.

2. Promoção da cidadania: A Escola Cidadã e a Educação Popular têm como objetivo promover a cidadania ativa. Elas incentivam as pessoas a participarem ativamente da sociedade e a tomarem decisões a favor da emancipação humana. Isso é relevante para os (as) educadores (as) sociais, pois eles trabalham para capacitar as pessoas e melhorar suas vidas.

3. Ferramentas metodológicas: A Escola Cidadã e a Educação Popular oferecem ferramentas valiosas para o engajamento comunitário. Elas mostram como envolver as pessoas em processos de aprendizagem significativa e como usar a educação como uma ferramenta para a mudança social.

4. Inclusão social: O direito de aprender a participar plenamente da sociedade e conhecer a pedagogia dos direitos sociais é fundamental para a inclusão social com vistas a emancipação humana. Ou seja, não existe emancipação humana sem inclusão social.

Portanto, mesmo que os (as) educadores (as) sociais não trabalhem dire-

tamente com o ensino escolar, o conhecimento dessas experiências e abordagens pode enriquecer seu trabalho interdisciplinar, juntamente com equipes multidisciplinares e articulando as diferentes políticas sociais. Conhecer a Escola Cidadã o ajudará a fazer uma diferença na realização de seu trabalho na Educação Não Escolar Institucionalizada, o qual requer saberes necessários a prática educativa diferentes do saber escolarizado.

Em resumo, essa Carta Pedagógica visa abordar a Escola Cidadã de Porto Alegre, cujo projeto buscou construir uma escola democrática, participativa e inclusiva com base na Educação Popular de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. O projeto se destacou por sua metodologia inovadora, a qual conhecemos por metodologias participativas. Apresentei alguns autores que escreveram sobre a Escola Cidadã e Educação Popular. E, por fim, recomendo a leitura do artigo de José Clóvis de Azevedo, meu amigo e professor que me ensinou a pesquisar com rigorosidade metodológica.

Espero que esta carta sirva como inspiração e fonte de conhecimento para todos os interessados em Educação Popular. A experiência da Escola Cidadã, embora pouco conhecida, é crucial para entender como podemos construir uma escola e uma sociedade mais justa e participativa.

Com afeto,
Fernanda Paulo,
2023.

Referências

AZEVEDO, Jose Clovis de. Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã. Porto Alegre: Sulina, 2007.

AZEVEDO, Jose Clovis de. **ESCOLA CIDADÃ**: UMA EXPERIÊNCIA CONTRA-HEGEMÔNICA. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 6, p. 01-17, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert Glauco de. **GRAMSCI NUNCA MEN-**

CIONOU O CONCEITO DE CONTRA-HEGEMONIA. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 25, n. 3, p. 243–260, 2018.

FREIRE, Paulo. **A Escola Cidadã**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZC1ruqUnX7I>. Acesso em: 23 de agosto. (entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro no ano de 1997).

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. ed. São Paulo: Cortez, 2006, (Coleção Questões da Nossa Época, v. 24).

NOGUEIRA, Rosilene Carvalho. **Pesquisa Socioantropológica**: O Currículo a Serviço da Comunidade. Disponível em: <https://lasalle.edu.br/public/uploads/publications/sapucaia/6f395b182a46b8a68f96ee20e6862ed5.pdf>.

SANTOS, Monaliza Holanda dos; CORDEIRO, Eugênia de Paula Benício. **Contra Hegemonia e Pluralidade de Saberes na Educação à Luz da Sociopoética**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

SANTOS, Theotonio dos. **Hegemonia e contra-hegemonia**. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_livros2.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2023.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

Carta Pedagógica 43
BALDUÍNO ANTONIO ANDREOLA: EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE

Queridos (as) amigos (as) da Educação Popular,

Com profundo respeito e admiração, apresento a trajetória de Balduíno Antonio Andreola, carinhosamente conhecido como Baldô, um percurso marcado pelo amor à educação e pela busca incansável por um mundo mais justo e humano.

Balduíno Andreola, um dos pioneiros da Educação Popular no Brasil, nasceu em uma família de imigrantes italianos na serra gaúcha do Rio Grande do Sul. Ele valoriza profundamente os laços familiares e a ressignificação da memória e amorosidade.

Sua formação acadêmica começou com estudos de Filosofia no Seminário Central de São Leopoldo nos primeiros anos de 1950, seguidos por estudos de Teologia na Itália, culminando em sua ordenação como sacerdote em 1959. Posteriormente, ele defendeu a necessidade de uma formação acadêmica mais ampla para membros de congregações religiosas e optou por um doutorado em "Ciências da Educação" na Bélgica. Sua tese fez uma aproximação crítica entre as obras de Paulo Freire e Emmanuel Mounier.

A trajetória de Andreola é marcada por um compromisso com uma educação libertadora, alinhada à ética e estética defendidas por Paulo Freire. Ele é reconhecido por sua humildade, recusando-se a ser o centro das atenções e enfatizando a importância da construção coletiva e do esforço conjunto.

Andreola foi um dos criadores do Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, um evento anual que promove o encontro entre estudiosos da obra de Paulo Freire. O fórum ocorre de forma itinerante, em diferentes lugares e instituições do Rio Grande do Sul (RS). Em 2024 será na UFRGS. Em 2022, foi a Universidade de Santa Cruz do Sul que acolheu o Fórum em sua XXIII edição. Este ano (2023), o XXIV Fórum foi realizado na Universidade Federal do Pampa - Bagé no estado Rio Grande do Sul. Balduino esteve presente em todas as edições.

Andreola está diretamente relacionado às vindas de Paulo Freire ao Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre. Freire visitou o estado 21 vezes

para discutir temas como Educação Popular, círculos de cultura e alfabetização de jovens e adultos.

Presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul		
Década de 1960	**Década de 1980**	**Década de 1990**
Porto Alegre, 1963. Porto Alegre, março de 1964.	Porto Alegre, 1984. Caxias do Sul, 1984. Passo Fundo, 1984. Pelotas, entre 1983 e 1987. Porto Alegre, 1985. Porto Alegre, 1986. Porto Alegre, 1986. Porto Alegre, 1986 ou 1987. Pelotas, 1987. Santa Maria, 1987. Porto Alegre, 1987.	Hulha Negra, 1991. Porto Alegre, 1992. Porto Alegre, 1992 (segunda visita nesse ano) Porto Alegre, 1994. Porto Alegre, maio de 1995. Porto Alegre, 1995 (segunda visita nesse ano.) Lajeado, 1995. Porto Alegre, dezembro de 1995. (terceira visita nesse ano.)
Fonte: Andreola e Paulo (2018).		

Destaco a vinda dele em 1995, para uma atividade coordenada pelo Baldô na UFRGS, cuja vinda de Paulo Freire contou com uma grande participação de alunos, professores, lideranças e pesquisadores. Ele relatou pra mim que o salão de Atos da universidade estava repleto de educadores de todo estado.

Paulo Freire exerceu uma influência significativa no campo da educação, especialmente no Brasil. Suas frequentes visitas ao Rio Grande do Sul (RS) ao longo das décadas de 1960, 1980 e 1990 evidenciam a estreita relação entre sua proposta epistemológica-política e os educadores e algumas instituições de educação do estado. Balduíno Andreola, carinhosamente conhecido como Baldô, foi um dos pioneiros da Educação Popular freiriana. Ele sempre enfatizou a necessidade de uma pedagogia política de libertação em um mundo onde a opressão é uma realidade dura.

Diante da ameaça de destruição da vida no nosso planeta, Baldô reitera que as pedagogias de Paulo Freire são mais relevantes do que nunca. Ele destaca que Freire propôs um projeto político-pedagógico de Esperança, um chamado

para não renunciar à luta pela preservação do nosso lar comum, o Planeta. Portanto, mais do que nunca, precisamos de uma pedagogia política de libertação para combater a opressão e a dominação. Precisamos de um projeto de esperança que coloque a preservação do planeta no centro de nossos esforços.

Inspirado pelo legado de Paulo Freire, suas palavras e sua militância na Educação Popular, Baldô se tornou um farol para todos nós que acreditamos na educação como ferramenta de transformação. Seu compromisso com uma educação libertadora, que busca a coerência ética e estética, é um exemplo vivo de como podemos fazer docência universitária na perspectiva da Educação Popular.

Por fim, a humildade e o reconhecimento do esforço coletivo das pessoas são lições para todos nós. Em um mundo muitas vezes dominado pelo individualismo, Baldô nos mostra o valor da fraternidade na construção coletiva de um mundo humanizado.

Com carinho,
Fernanda Paulo,
Agosto de 2023.

Referências

ANDREOLA, Balduino A.; PAULO, Fernanda dos Santos. **Cronologia: Presença de Paulo Freire no Rio Grande do Sul**. In: MORETTI, Cheron Zanini; STRECK, Danilo Romeu; PITANO, Sandro de Castro. (Orgs.). Paulo Freire no Rio Grande do Sul: legado e reinvenção. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.

Carta Pedagógica 44

CARTA DE NOTIFICAÇÃO E HOMENAGEM AO EDUCADOR CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

Aos amigos e colegas,

É com profundo pesar que lhes comunico a perda de um dos maiores educadores populares que nossa geração já conheceu: **Carlos Rodrigues Brandão**. Ele faleceu nesta terça-feira, 11 de julho de 2023, aos 83 anos, deixando um legado inestimável à **Educação Popular** e à antropologia rural.

Carlos, que foi um querido amigo de Paulo Freire, nasceu em 1940 no Rio de Janeiro e dedicou sua vida à educação e à pesquisa. Seu compromisso com a Educação Popular foi imenso, e ele tocou muitas vidas com seu trabalho e paixão.

Ao longo de sua carreira, Carlos publicou mais de 70 livros nas áreas de antropologia, educação e literatura, e sua influência se estendeu além das salas de aula e dos seminários acadêmicos para os movimentos sociais e as comunidades que ele serviu.

No Rio Grande do Sul, ele teve uma profunda influência, colaborando com prefeituras de governos populares, ajudando na construção do Movimento de Alfabetização de jovens e adultos: MOVA-RS e MOVA-POA, e contribuindo para a formação da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA).

Eu, Fernanda Paulo, tive a honra e o privilégio de conhecer Carlos pessoalmente. Desde nosso primeiro encontro nas ruas e vilas da Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre, iniciamos uma amizade rica e produtiva. Carlos foi um dos avaliadores da minha banca de mestrado e doutorado, e juntos exploramos suas correspondências, as "Cartas de Carlos Rodrigues Brandão", que iluminaram a presença da Educação Popular em vários contextos.

Carlos foi, sem dúvida, um apaixonado pela vida e um militante incansável da Educação Popular. Ele acreditava em um mundo melhor e lutou por ele todos os dias. Embora tenha nos deixado fisicamente, seu espírito e legado continuam vivos em todos nós, e em todas as vidas que ele tocou com sua paixão e dedicação à educação.

Como um tributo ao grande educador que ele foi, e em nome de todos

os educadores e educadoras populares do Rio Grande do Sul, gostaria de agradecer e homenagear Carlos Rodrigues Brandão por sua inestimável contribuição à educação e à sociedade.

Com carinho e coração partido,
Fernanda Paulo,
11 de julho de 2023.

Carta Pedagógica 45

CARTA PEDAGÓGICA PARA EDUCADORES SOCIAIS: REGULAMENTAÇÃO DE UMA PROFISSÃO

Prezados Cursistas,

Reitero que a formação de educadores e educadoras sociais é um caminho repleto de desafios, aprendizados e oportunidades. Esta jornada é fundamental para garantir a qualidade da atuação profissional em contextos que demandam sensibilidade, conhecimento e comprometimento. Com a recente discussão sobre a regulamentação da profissão, é importante que todos estejam cientes dos aspectos envolvidos nesse processo e de seu impacto na prática profissional. Por isso teremos uma aula com nosso companheiro José Fabiano das Chagas Chaves (SIMA). Outro dia, junto com ele tivemos uma bonita conversa sobre a identidade do educador social em que Michelle da Silva Neves (SIMA) trouxe importantes contribuições, cuja síntese encaminhei por e-mail.

A regulamentação de uma profissão não é apenas um conjunto de normas legais, mas sim uma construção coletiva que visa estabelecer diretrizes claras para o exercício da atividade, garantindo direitos, deveres e, sobretudo, a valorização do profissional. Ao longo deste curso, discutiremos alguns pontos de cada etapa desse processo, desde a mobilização da categoria (importantíssimo!) até a normatização e fiscalização do exercício profissional.

Recentemente, observamos alterações significativas no projeto de lei de origem do Senado em relação à regulamentação da profissão de educador social. Estas mudanças refletem uma busca por elevar o padrão de formação dos educadores e educadoras sociais, enquanto também oferecem oportunidades de progressão para aqueles que já estão na carreira. Como vocês sabem, nós da AEPPA, somos defensoras da formação em nível superior, com base na Educação Popular.

Mas em respeito a história da luta por regulamentação, considero honesto e importante destacar o Projeto de Lei Nº 5.346, de 2009, de autoria Deputado Chico Lopes. Em seu projeto era estabelecido o nível médio como o nível mínimo de escolarização para o exercício profissional. Esse debate foi crucial para o tema se expandir em nível nacional. Conheço grupos que permanecem defendendo este nível de escolarização.

Eveline Mendes, educadora do Ceará, comenta, por exemplo, que um grupo de Educadores Sociais iniciaram uma mobilização em outubro de 2009. A AEPPA não se mobilizou para a regulamentação, focou na formação, reconhecimento e valorização. José Puci relata que em Curitiba, no Paraná a mobilização iniciou-se em 2014 e que em outubro de 2016 criaram o Fórum Paranaense de Educadores Sociais e Populares. No mesmo ano criamos o Fórum Municipal de Educadores e Educadoras Sociais em Porto Alegre - RS. Como resultado da mobilização de educadores do Fórum Paranaense de Educadores Sociais e Populares conseguiram criar o primeiro Curso Superior Tecnólogo de Educador(a) Social na UNINTER, do Paraná. Em outubro de 2017, torna-se o primeiro curso do Brasil realizado em uma instituição privada.

A mobilização se expandiu para vários estados brasileiros e levou à formação do Fórum Nacional dos Educadores Sociais, o qual também faço parte. Em 2 de outubro de 2021, Dia Internacional do Educador(a) Social, data de fundação do Fórum Nacional dos Educadores e Educadoras Sociais. O objetivo era regulamentar a profissão de Educador(a) Social em nível superior e conquistar o Curso Superior de Educação Social nas universidades públicas brasileiras, luta que a AEPPA tem destaque, pois busca processos formativos desde a década de 1990.

A mobilização continuou que neste ano (2023), quando o Fórum Nacional dos Educadores e Educadoras Sociais colaborou conosco da AEPPA que tem o apoio incondicional e importantíssimo do SIMA para criar o primeiro Curso Superior de Tecnólogo em Educação Social com Base na Educação Popular no IFRS - Alvorada. Primeiro curso público e gratuito. A previsão é que o curso comece no segundo semestre de 2024 ou no primeiro semestre de 2025. Parte da recuperação da história foi contada por José Pucci Neto, que é meu amigo e um educador social militante do Fórum Nacional dos Educadores e Educadoras Sociais.

É importante que vocês, como educadores (as) sociais, compreendam a fundo a história da regulamentação da profissão, as alterações que ocorreram nos projetas e que estejam preparados para atuar em conformidade com as novas diretrizes. A formação continuada, o compromisso ético e a busca constante por atualização são aspectos centrais da profissão. Nosso curso irá abordar, entre outros temas: 1) O processo de regulamentação profissional e sua importância; 2) A formação de educadores (as) sociais; e, 3) As competências e habilidades exigidas para o exercício da profissão de educador social.

Convidamos a todos para uma jornada de aprendizado e reflexão. Que este seja um espaço de troca, construção e fortalecimento do compromisso de cada um com a profissão de educador social. Desejamos a todos uma aula produtiva e enriquecedora.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo,
Equipe da Coordenação do Curso de Educadores (as) Sociais AEPPA e IFRS
Alvorada.

Carta Pedagógica 46

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Prezados Alunos (as) do Curso de Educadores (as) Sociais,

Estou escrevendo para compartilhar informações valiosas sobre o **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, um serviço essencial na estrutura da **proteção social básica da Política de Assistência Social**. Nossa aula tratará deste tema, o que requer que conheçam a T**ipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (2009b).

O SCFV se organiza em grupos, priorizando a convivência entre as distintas culturas e vivências dos usuários, aqui chamaremos de educandos no sentido mais aberto, não vinculando-se a escola. A composição desses grupos leva em consideração as especificidades e necessidades de cada participante, com especial atenção à faixa etária. Hoje, o nosso foco é o SCFV para idosos. Para tanto, urge discutirmos o **Estatuto da Pessoa Idosa** (Lei Nº 14.423). É necessário conhece-lo. Dele farei alguns apontamentos (BRASIL, 2022):

1. O **Estatuto da Pessoa Idosa dedica-se aos direitos de pessoas com 60 anos ou mais**. A pessoa idosa tem todos os direitos fundamentais de uma pessoa humana, com garantias adicionais para sua saúde física e mental, bem-estar moral, intelectual, espiritual e social. A Família, comunidade, sociedade e poder público têm a responsabilidade de garantir direitos básicos à pessoa idosa, como vida, saúde, alimentação, educação, cultura, entre outros. Uma ênfase é dada à prioridade para pessoas com mais de 80 anos.

2. **Proteção contra Negligência e Violência**: Há uma proibição expressa de negligenciar, discriminar, ser violento ou cruel com uma pessoa idosa.

3. **Conselhos da Pessoa Idosa**: Estes conselhos, em diferentes níveis (nacional, estadual, municipal), são responsáveis por garantir os direitos da pessoa idosa.

4. **Obrigação do Estado**: O Estado deve garantir liberdade, respeito e dignidade à pessoa idosa, e assegurar que sejam tratadas com humanidade.

5. **Saúde**: A pessoa idosa tem direito a atenção integral à saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo tratamentos e medicamentos gra-

tuitos. Há proibição de discriminação em planos de saúde com base na idade.

6. **Educação e Cultura**: A pessoa idosa tem direito à educação, cultura, esporte e lazer. O poder público deve criar oportunidades educacionais específicas para as pessoas idosas e incluir conteúdos sobre o envelhecimento nos currículos escolares.

7. **Trabalho**: A pessoa idosa tem direito ao exercício de atividade profissional e é proibida a discriminação na admissão ao trabalho com base na idade.

8. **Violação de Direitos**: Casos de suspeita ou confirmação de violência contra a pessoa idosa devem ser notificados pelas instituições de saúde.

9. **Participação Cultural e de Lazer**: É garantido às pessoas idosas descontos em ingressos para eventos e acesso preferencial.

10. **Assistência Social**: A assistência social para pessoas idosas deve ser fornecida de maneira articulada, conforme diretrizes de outras políticas e leis relevantes (Art. 33).

11. **Benefício de Subsistência**: Pessoas idosas acima de 65 anos que não têm meios de sustento garantidos por si ou pela família têm direito a um benefício mensal equivalente a um salário mínimo (Art. 34).

12. **Acolhimento em Instituições Filantrópicas**: Instituições podem cobrar da pessoa idosa até 70% de qualquer benefício que ela receba para custeio (Art. 35).

13. **Direito à Moradia**: A pessoa idosa tem direito a uma moradia digna, seja na família ou em instituições. As instituições que abrigam idosos devem atender a padrões de habitação e cuidado (Art. 37). As pessoas idosas têm prioridade em programas habitacionais públicos, com reserva de unidades e condições adequadas para acessibilidade (Art. 38).

14. **Transporte Coletivo Gratuito**: Pessoas idosas têm direito à gratuidade no transporte coletivo e assentos reservados (Art. 39 e 40).

15. **Medidas de Proteção**: Estas são garantidas sempre que os direitos da pessoa idosa forem ameaçados ou violados (Art. 43-45).

16. **Política de Atendimento**: Descreve a política de atendimento à pessoa idosa como um conjunto de ações governamentais e não governamentais, detalhando serviços específicos como identificação de parentes e defesa de direitos (Art. 46-47).

Em resumo, esta lei enfatiza a importância de tratar a pessoa idosa com dignidade, respeito e cuidado. Em conformidade com o documento "Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social, do Ministério do De-

senvolvimento Social e Combate à Fome": "*Um bom exemplo dessa premissa é a realização de uma ação preventiva de negligência e maus-tratos a idosos: promover atividades informativas e de sensibilização sobre os direitos somente dirigidos aos idosos é fundamental para o reconhecimento e acesso a direitos. Todavia, se os cuidadores, filhas (os) e netas (os) dos idosos também não forem contemplados por essa ação preventiva, dificilmente esta terá o êxito esperado.*" (BRASIL, 2009a).

Em se tratando do SCFV destinado aos grupos de pessoas idosas, precisamos conhecer estes documentos orientadores. Dada a relevância deste segmento, é crucial que, como educadores (as) sociais, compreendamos a profundidade e importância desse serviço. Dentro da **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS), a **Proteção Social Básica** destina-se a auxiliar aqueles em vulnerabilidade social. O objetivo é prevenir situações de risco, combater desigualdades, defender a vida e promover o desenvolvimento humano. E é aqui que o SCFV se destaca como um instrumento vital, uma vez que os grupos formados são a manifestação prática desse serviço.

A vivência familiar segura, assim como a segurança no convívio, é fundamental. Por isso, apresentei o Estatuto da Pessoa Idosa. Para garantir que os direitos sejam garantidos, é essencial que evitemos situações que rompam relações, seja por discriminação, intolerância ou outros obstáculos no campo humano. O trabalho social e do educador social busca fortalecer vínculos e realizar um trabalho educativo humanizador e crítico. Por essa razão, Paulo Freire é tão importante. Em ***Pedagogia do Oprimido*** ele nos escreve que o diálogo é uma necessidade existencial que solidifica a reflexão e a ação voltado para a transformação e humanização do mundo. (FREIRE, 1987). Esse diálogo e importante para que possamos conhecer cada um dos educandos (idosos), seus anseios, desejos e histórias de vida.

O envelhecimento é um processo natural e, com ele, surgem desafios específicos. O SCFV para idosos busca desenvolver atividades educativas que fortaleçam vínculos familiares, incentivem a convivência comunitária, previnam situações de risco e estimulem a autonomia e sociabilidade dos idosos. (MEDEIROS, 2020).

Os idosos atendidos pelo SCFV são aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, incluindo beneficiários do **Benefício de Prestação Continuada** (BPC), famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda, entre outros. (MEDEIROS, 2020). Nesta descrição já localizo outros saberes à pratica educativa de educadores (as) sociais. Na aula virtual vamos con-

versar sobre o BPC.

Normalmente, os grupos do SCFV são formados com até 30 usuários, e seus encontros podem variar entre diários, semanais ou quinzenais, sempre visando fortalecer os vínculos e incentivar a socialização. De acordo com a **NOB-RH**, a equipe do SCFV deve ser **multidisciplinar**, envolvendo profissionais como assistentes sociais, psicólogos e **educadores (as) sociais**, todos trabalhando em conjunto para oferecer o melhor atendimento possível.

Como educadores (as) sociais, é importante que conheçam estratégias de intervenção, como escuta qualificada, processo de valorização e reconhecimento, experiência do diálogo, entre outras, que nos auxiliarão no trabalho educativo com os idosos.

O SCFV é um desafio, mas também uma oportunidade incrível de fazer a diferença na vida de muitas pessoas, especialmente os idosos. Valorizar suas experiências e proporcionar um espaço de convivência e proteção é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

Espero que esta carta pedagógica possa servir como um guia e inspiração para todos vocês em sua jornada como educadores (as) sociais.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo,
Agosto de 2022.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/SUAS: ANOTADA E COMENTADA**. Brasília, DF, 2011.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MEDEIROS, Juliana. **SCFV para idosos**. Gestão do SUAS, 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/scfv-para-idosos/>. Acesso em: <03.08.2022>.

Carta Pedagógica 47

O EDUCADOR SOCIAL DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES – 14 a 17 anos

Caros cursistas,

Espero que esta Carta Pedagógica os encontre bem e animados para a jornada de aprendizado que teremos pela frente. É com grande prazer que apresento o projeto "Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Adolescentes – 14 a 17 anos", de autoria da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA).
Recebi esse projeto proposto neste ano, 2023, e resolvi ler ele, identificando quatro temas: papel do educador social, planejamento, conteúdo e presença da educação social no documento.

Antes de trazer essas dimensões analisadas, farei uma apresentação geral do projeto, cujo objetivo principal é fortalecer os vínculos familiares e sociais dos adolescentes entre 14 e 17 anos, através da promoção da convivência e do desenvolvimento de competências pessoais, buscamos proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para os adolescentes.

No documento localizamos um breve contexto de Porto Alegre na política com adolescentes na Assistência Social. As informações afirmam que a capital gaúcha tem uma longa história de trabalhar com jovens em situação de vulnerabilidade. O Trabalho Educativo para Adolescentes, por exemplo, começou em 1996 e foi reformulado ao longo dos anos. O Projovem Adolescente foi introduzido em 2010, reforçando o foco na proteção integral dos adolescentes.
Caro educador social, vou a seguir apresentar o papel do educador social, planejamento, conteúdo e presença da educação social no documento. Nas primeiras páginas localizo três eixos estruturantes, a saber:

• **Eixo Político**: Envolve a consideração das políticas e legislações que protegem os direitos dos jovens, bem como a promoção da cidadania ativa.

• **Eixo Pedagógico**: Envolve a implementação de metodologias que garantam a inclusão, o desenvolvimento e a participação efetiva dos adolescentes

nas atividades, apresenta conteúdos voltados a formação cidadã.

• **Eixo Social**: Este eixo enfatiza a importância de considerar as diversidades e singularidades dos grupos no desenvolvimento das ações. Destaca a necessidade de atender adequadamente esses grupos, incluindo aqueles com deficiências, e de fortalecer os vínculos familiares e sociais dos adolescentes.

Esses três eixos estão interligados e se reforçam mutuamente para garantir a proteção integral dos adolescentes. Com relação ao papel do educador social, encontrei a seguinte informação:

1. Realizar ações de acolhimento.
2. Participar do planejamento, execução e avaliação do serviço.
3. Construir e executar o Plano de Atividades.
4. Garantir a qualidade das atividades planejadas.
5. Monitorar e relatar a frequência dos adolescentes.
6. Participar de ações domiciliares e capacitações.
7. Integrar diversas dimensões (como intelectual, recreativa, cultural) nas atividades diárias.
8. Acompanhar o desempenho escolar dos adolescentes.
9. Participar de atividades intergeracionais.
10. Usar as orientações técnicas do serviço como referência para planejamento e execução.

Vou classificar estas 10 funções em competências e habilidades. No primeiro caso trata-se de combinações de conhecimentos, habilidades e atitudes que são aplicados em contextos de atuação. Já as habilidades referem-se à capacidade do educador social em realizar determinadas atividades adquiridas por meio de processo formativo, da prática profissional ou de outras experiências. Vou apresentar as competências do educador social a partir do projeto analisado.

1.Conhecimento técnico e teórico para participar do planejamento, execução e avaliação do serviço.

2. Gestão e organização para construir e executar o Plano de Atividades.

3. Garantir padrões de qualidade ao planejar e realizar atividades.

4. Habilidade analítica para monitorar e relatar a frequência dos adolescentes.

5. Capacidade de integração e interação ao participar de ações domiciliares e capacitações.

6. Visão holística ao integrar diversas dimensões nas atividades diárias.

7. Conhecimento pedagógico ao acompanhar o desempenho escolar dos adolescentes.

8. Habilidade de relacionamento intergeracional ao participar de atividades intergeracionais.

9. Domínio das orientações técnicas do serviço para planejamento e execução.

10.- Empatia e sensibilidade para realizar ações de acolhimento.

Agora, apresento as habilidades profissionais exigidas:

1. Escuta ativa ao realizar ações de acolhimento.
2. Planejamento e organização nas etapas do serviço.
3. Execução do Plano de Atividades.
4. Avaliação e feedback para garantir a qualidade das atividades.
5. Monitoramento e reporte da frequência dos adolescentes.
6. Colaboração e trabalho em equipe nas ações domiciliares e capacitações.
7. Adaptabilidade ao integrar diversas dimensões nas atividades.
8. Acompanhamento do desempenho escolar.
9. Comunicação intergeracional.
10. Aplicação prática das orientações técnicas do serviço.

Apresento, a seguir a organização das orientações do educador social a partir dos três eixos orientadores:

1. **Convivência Social**:

• Realizar ações de acolhimento, promovendo um ambiente seguro e inclusivo.

• Integrar diversas dimensões (intelectual, recreativa, cultural) nas atividades diárias.

• Participar de atividades intergeracionais, promovendo a interação entre diferentes faixas etárias.

2. **Participação Cidadã**:

• Participar ativamente do planejamento, execução e avaliação do serviço, valorizando a participação dos adolescentes.

• Garantir a qualidade das atividades planejadas, assegurando a inclusão e voz dos jovens.

• Usar as orientações técnicas do serviço como referência, garantindo a aplicação dos direitos e deveres dos cidadãos.

3. **Mundo do Trabalho**:

• Construir e executar o Plano de Atividades, preparando os adolescentes para o mundo do trabalho.

• Monitorar e relatar a frequência dos adolescentes, garantindo sua participação ativa e comprometimento.

• Acompanhar o desempenho escolar dos adolescentes, integrando a educação escolar com as habilidades e competências necessárias para o mundo do trabalho.

No âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Educador Social desempenha papéis cruciais alinhados a três eixos orientadores. No eixo "Convivência Social", o foco é criar um ambiente acolhedor e seguro, valorizando a integração de múltiplas dimensões na rotina diária e incentivando a interação intergeracional. No eixo "Participação Cidadã", a ênfase recai sobre a ativa participação no planejamento e execução do serviço, garantindo a representatividade dos adolescentes e aplicando rigorosamente as orientações técnicas para reforçar os direitos e deveres cívicos. Já no "Mundo do Trabalho", a preparação dos jovens para as demandas profissionais é priorizada, assegurando seu envolvimento contínuo e alinhando a formação educacional formal com as competências necessárias para o mercado de trabalho. Vejamos a importância da exigência de discutirmos a formação especifica de educadores (as) sociais. Neste projeto localizamos uma série de saberes necessários à prática educativa destes profissionais.

A metodologia proposta para o SCFV visa garantir a inclusão, o desenvolvimento e a participação efetiva destes adolescentes nas atividades educati-

vas. É pautado a importância de uma avaliação detalhada no ingresso dos adolescentes, especialmente em se tratando de adolescente com deficiência. Outro saber necessário à prática educativa de educadores (as) sociais é a inclusão, além da avaliação.

O projeto afirma que o planejamento meticuloso e a avaliação são fundamentais para o sucesso do SCFV. Logo, apresenta os três eixos orientadores do SCFV: "Convivência Social", "Participação Cidadã" e "Mundo do Trabalho". Explica que os eixos estão articulados com temas transversais, que visam fortalecer os vínculos e promover o desenvolvimento integral. Dos temas transversais apontados são:

1. ADOLESCÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS: Focado em identidade, direitos civis, democracia, entre outros.
2. ADOLESCÊNCIAS E CULTURA: Discussão sobre o que é cultura, identidade cultural, cultura digital, entre outros.
3. ADOLESCÊNCIAS E ESPORTE E LAZER: Aborda cultura corporal, esporte na sociedade, lazer, entre outros.
4. ADOLESCÊNCIAS E MEIO AMBIENTE: Discussões sobre preservação, meio ambiente local, cuidados com o ambiente, entre outros.
5. ADOLESCÊNCIAS E SAÚDE: Tópicos como adolescência e saúde, sexualidade, uso de drogas, entre outros.
6. ADOLESCÊNCIAS, EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: Aborda a importância da educação, relação entre escola e trabalho, mundo do trabalho, entre outros.

Diante dos três eixos orientadores do SCFV: "Convivência Social", "Participação Cidadã" e "Mundo do Trabalho" e temas transversais justifico a tese de que educadores (as) sociais trabalham com a **Pedagogia dos Direitos Sociais** fundamentada pelos **Direitos Humanos**.

Os temas apresentados, desde direitos humanos e socioassistenciais até saúde e trabalho, indicam a necessidade de reconhecer os adolescentes como sujeitos de direitos. Isso significa que eles devem ter acesso a informações, formação ético-política, recursos culturais e pedagógicos e oportunidades que garantam sua integridade, dignidade e desenvolvimento pleno.

No contexto de direitos humanos, por exemplo, o educador social deve trabalhar temas como identidade e democracia para fortalecer a cidadania ativa

dos adolescentes. Isso também se estende a áreas como cultura, meio ambiente e saúde, onde os direitos dos jovens devem ser continuamente reforçados e protegidos. Vejamos que estamos falando da **intersetorialidade**.

Os educadores e as educadoras sociais para trabalharem com os direitos sociais dos adolescentes buscam o diálogo, junto com sua equipe de trabalho, várias áreas e setores da sociedade (saúde, educação, assistência social, entre outros). Para um desenvolvimento integral, é essencial que esses setores trabalhem juntos. Por exemplo, enquanto o educador social pode abordar a importância da saúde, a colaboração com profissionais de saúde pode proporcionar acesso a serviços e informações vitais. Aqui temos uma abordagem intersetorial, multidisciplinar e interdisciplinar.

Os desafios e realidades enfrentados pelos adolescentes não se limitam a uma única disciplina ou área do conhecimento. Uma abordagem interdisciplinar permite combinar várias áreas do conhecimento para criar soluções mais holísticas (formação integral). No tópico "Adolescências, educação e mundo do trabalho", por exemplo, a interseção da educação com o mundo laboral pode ser explorada combinando pedagogia, sociologia e economia.

Em suma, a diversidade e complexidade dos temas apresentados para a prática do educador social demonstram claramente a necessidade de uma pedagogia que seja tanto focada nos direitos sociais quanto colaborativa e integrada em suas abordagens. Essa combinação assegura que os adolescentes recebam um suporte qualificado robusto e holístico, preparando-os para enfrentar os desafios da vida com qualidade social.

A Educação Social não é mencionada no projeto. Paulo Freire é referenciado, a partir do livro "Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa." Portanto buscarei fazer uma articulação com o conteúdo do projeto, referente ao trabalho do educador social com a Educação Popular e Paulo Freire.

A abordagem holística e multidimensional do educador social, conforme delineada no projeto, está em sintonia com a pedagogia de Paulo Freire e a Educação Popular. Freire defendia uma prática educativa que vai além da mera instrução, enfatizando a importância do diálogo, da consciência crítica e da emancipação dos alunos (FREIRE, 2002).

Os eixos estruturantes que destacam a necessidade de uma prática educativa que promova a cidadania ativa, reconheça a singularidade dos grupos e garanta sua participação efetiva tem aproximações com Paulo Freire, que valori-

zava a cultura e as experiências dos educandos, defendendo a educação como um meio de transformação social.

As temáticas transversais apresentadas no projeto - direitos humanos, cultura, meio ambiente, saúde, educação e trabalho – também estão alinhadas com a abordagem de Freire e da Educação Popular (PAULO; GAIO, 2022). Freire concebia a educação como um meio de conscientização sobre questões sociais e políticas, o que é evidente na ênfase do projeto nos direitos sociais.

Em resumo, o papel do educador social, conforme delineado no projeto, reflete muitos dos princípios da Educação Popular e da pedagogia de Paulo Freire. A complexidade e diversidade dos desafios enfrentados pelos adolescentes demandam uma prática educativa que seja inclusiva, colaborativa e profundamente enraizada nos princípios da Pedagogia dos direitos sociais com base na Educação Popular freiriana.

Por fim, espero que esta Carta Pedagógica seja um convite para continuarmos o diálogo sobre o Educador Social.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo,
Porto Alegre, 2023.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação Popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana– Chapecó: Livrologia, 2021.

PMPA - FASC: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA. **Projeto: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Adolescentes – 14 a 17 anos**. Porto Alegre, junho de 2023.

Carta Pedagógica 48
A EDUCAÇÃO POPULAR DOS ANOS DE 1960

Nesta Carta Pedagógica o meu objetivo é aprofundar conhecimentos e debater questões e experiências brasileiras relacionadas à Educação Popular dos anos de 1960. Escrevo essa Carta Pedagógica para o componente curricular "Educação Popular", ministrado por mim e Caroline de Castro Pires no curso de Pedagogia do IFRS Alvorada.

Em outros momentos já mencionei a presença do Professor Carlos Rodrigues Brandão, um pesquisador e educador popular, em minha trajetória pessoal e profissional. É, portanto, com muita alegria e compromisso ético-político que escrevo sobre Educação Popular, utilizando-me de duas importantes referências: Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão.

Não sei se vocês já leram os livros de Brandão, se não leram eu recomendo. Em seus escritos ele sempre recorda de Paulo Freire e sua equipe no Nordeste do Brasil na década de 1960. Ele escreve: "Estamos nos primeiros anos da "década dos sessenta". Em Angicos Paulo Freire e sua equipe de Pernambuco iniciam no sertão do Rio Grande do Norte uma primeira inovadora experiência de alfabetização que traria fundamentos de teoria e prática ao que anos mais tarde veio a se chamar educação popular. Por esta mesma uma nova proposta a respeito de ações sociais através da cultura e, de maneira especial, da cultura popular surge no Brasil e se difunde por toda a América Latina."

Brandão, no mesmo texto, também nos diz que "No começo dos anos 60, no Brasil e, mais tarde, em vários outros países da América Latina, os movimentos de cultura popular" buscavam teorias que vislumbrassem a mudança social. Em seus estudos, a partir dos documentos dos Movimentos de Cultura Popular dos anos 1960, enuncia que fazia-se uma crítica a cultura dominante, cuja proposta pretendia "ir mais além de uma simples democratização da cultura ou de programas especiais de educação ou de "cultura para o povo". A proposta era de trabalho de cultura popular a partir da Educação Popular. Para tanto, "eles deveriam participar de um esforço comum, junto com outros grupos comprometidos e com os movimentos populares, dos processos de conscientização e mobilização" dos oprimidos. Até aqui temos duas experiências de Educação Popular: 1) Alfabetização de adultos em Angicos no sertão do Rio Grande do Norte – experiência de Paulo Freire. E, 2) Os Movimentos de Cultura Popu-

lar (MCPs). Mais adiante mencionarei outras experiências.

A Educação Popular, conforme esse contexto, é um movimento que surgiu nos anos 1960 no Brasil, liderado por Paulo Freire e sua equipe, com uma experiência inovadora de alfabetização em Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte. Este movimento se espalhou por toda a América Latina e trouxe fundamentos teóricos e práticos para o que mais tarde ficou conhecido como Educação Popular. Os movimentos de cultura popular buscavam teorias que vislumbrassem a mudança social, para isso defendiam processos de conscientização e mobilização da classe popular.

Assim, a Educação Popular é caracterizada por uma crítica à cultura dominante e vai além de uma simples democratização da cultura ou da educação, pois ela é uma proposta político-pedagógica que visa a formação crítica, reflexiva com vista a conscientização. Portanto, a Educação Popular é um movimento político-pedagógico que busca empoderar os oprimidos através da educação crítica, problematizadora e reflexiva, promovendo a conscientização e a mobilização para a transformação social.

Recordo que conscientização em Paulo Freire é o processo de nos tornar consciente de alguma coisa, cujo conscientizar-se deve provocar, na Educação Popular, a ação. Nesse momento, devo esclarecer algumas questões sobre esse conceito, tendo em vista que fazer aulas com Cartas Pedagógicas requer rigorosidade metódica, reflexão teórica e definições conceituais referenciadas. Desta forma faço o uso das palavras de Paulo Freire ao abordar o conceito de conscientização:

> *Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo "conscientização" por ser este o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade.* (1979, p. 15).

Paulo Freire (1979) afirma que o Movimento de Educação Popular constituía uma ameaça real para o projeto de governo antipopular, o qual se opõem um projeto de formação para conscientização. As origens da Educação

Popular dessa década, traz experiências que precisamos recordar para situar as diversas concepções de Educação Popular no Brasil e no mundo (PAULO, 2018).

Recordo-me que Brandão referia-se aos anos de 1960 como a década de grandes iniciativas tais como: movimento de cultura popular, teatro popular, poesia popular, música popular, cinema popular e pesquisas participativas. (Paulo; Gaio, 2021). À vista disso, a Educação Popular não surgiu isoladamente, mas em diálogo com outras áreas, por isso a caracterizamos de Educação Popular intersetorial (Paulo; Gaio, 2021).

É interessante rememorar outras experiências de Educação Popular dos anos de 1960. Tivemos a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), realizada em Paraíba entre 1962 e 1964, a qual assumiu a expressão Educação Popular. Em seu estatuto falava-se que um dos objetivos era "difundir novos métodos e técnicas de educação popular. Vejamos que o CEPLAR apontava que na Educação Popular havia metodologias diferenciadas.

Sobre a presença da Educação Popular nas experiências, livros e documentos, Brandão, vai afirmar que "Educação Popular irá nomear documentos, inclusive livros de autoria e livros de coletânea de artigos, apenas entre o final dos anos 60 e os anos 70. Aqui, ele se referia a Educação Popular crítica, porque antes da década de 1960 havia produções, como é o caso do educador Antônio Carneiro Leão que escreveu em 1917 o livro: O Brasil e a Educação Popular. (Paulo, 2018).

Voltando as experiências da década de 1960, cito a Campanha "De pé no chão também se aprende a ler", criada em Natal no ano de 1961. O Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil em 1961. Também, o Centro Popular de Cultura (CPC) criado em 1961. As experiências de alfabetização e conscientização de Paulo Freire, em 1962, realizadas no Movimento de Cultura Popular. (Paulo, 2022).

Assim, a Educação Popular crítica teve suas primeiras sementes lançadas na década de 1960. Paulo Freire e sua equipe começaram a trabalhar com educação popular nessa época. Ao longo dos anos, surgiram diversas expressões e teorias relacionadas à educação, mas a Educação Popular manteve-se presente no Brasil e em vários países da América Latina. Em todas essas experiências a Educação Popular estava associada a práticas comprometidas com o povo.

Em uma das entrevistas que fiz com Carlos Rodrigues Brandão ele abordava a diferença entre a Educação Popular e outras abordagens educacio-

nais, colocando que existem diferenças fundamentais. A Educação Popular, por exemplo, foi praticada por pessoas que foram presas, torturadas, exiladas e até mesmo mortas durante períodos de ditadura em diversos países. Foi considerada uma educação subversiva. O professor Carlos Rodrigues Brandão declarava que a Educação Popular não apenas se dirige às pessoas do povo, mas se coloca junto a elas, buscando superar desigualdades e criar um mundo mais humano, solidário e inclusivo.

E em se tratando da Educação Popular e experiência pessoal de Carlos Rodrigues Brandão lembro que ele compartilhou sua experiência pessoal com a Educação Popular ao longo dos anos, mas para essa Carta Pedagógica vou trazer algumas. Ele me disse que teve contato direto com a Educação Popular através de seu trabalho no movimento de educação de base. Recordou que havia livros considerados subversivos e proibidos sobre Educação Popular e processo de conscientização.

Em todas as entrevistas realizadas com Carlos Rodrigues Brandão ele fez reflexões sobre a importância da Educação Popular em diferentes contextos históricos. Eu, em uma das entrevistas, trouxe os vários sentidos da Educação Popular ao longo da história (Paulo, 2018) e ele me disse que "sim, a educação popular possui múltiplos significados". Conversávamos sobre a pesquisa que havia realizado e que havia me surpreendido em localizar a Educação Popular com sentido assistencialista e burguês (Paulo, 2018). A minha pesquisa também mostrou que a Educação Popular havia sido utilizada em instituições formais de ensino, em movimentos populares, associações e em políticas educacionais. Nesse diálogo, Brandão, afirmou: a educação popular não pode ser definida de uma única maneira. Então, eu me perguntava, na conversa com ele: o que é mesmo Educação Popular?

Nesse caminho de investigação, optei pela expressão Educação Popular freiriana (Paulo, 2018), a qual contempla a pedagogia crítica, espaços, contextos e sujeitos que estiveram realizando práticas e teorização de Educação Popular com o referencial de Paulo Freire.

Na minha graduação eu já havia compreendido que a Educação Popular é uma forma de educação que busca representar e servir à base da sociedade, a classe trabalhadora, que é marginalizada e excluída. Me questionava sobre a opressão, as desigualdades sociais e o projeto de sociedade, pois mesmo em países com constituições avançadas, permanecia as desigualdades sociais.

No Brasil, por exemplo, os direitos são aplicados de forma desigual pa-

ra diferentes grupos sociais, como negros, mulheres e imigrantes. Logo, eu entendi que a Educação Popular não podia se eximir da discussão e análise dos projetos de sociedades em voga.

Na minha especialização em Educação Popular e Movimentos Sociais fiz a relação entre os sujeitos da Educação Popular e o Estado. Aprendi, estudando a história da Educação Popular, que Paulo Freire foi um importante defensor da Educação Popular, sendo preso e exilado por suas ideias pedagógicas revolucionárias.

Ainda, em 2023, temos a realidade da educação bancária em nossa educação, a qual serve aos interesses do poder estabelecido e do neoliberalismo. Observo que a Educação Popular, ainda é pouco presente no sistema educacional e nos processos de formação docente. Ela que busca formar as pessoas para serem críticas em relação ao mundo em que vivem e transformá-lo, cujo objetivo é permitir que as pessoas construam conhecimento significativo tem pouca visibilidade no sistema educacional. Para isso, é tão importante promover espaços de estudos sobre a Educação Popular em nosso curso.

No Brasil, a maior presença da Educação Popular tem sido em coletivos de resistência as pedagogias tradicionais e nos movimentos sociais populares. Desta forma, a Educação Popular, quando presente em cursos de pedagogia, como no IFRS Alvorada, é resultado de lutas político-pedagógicas de intelectuais engajados, os quais participam de algum tipo de movimento popular ou de coletivos educacionais de resistência a educação bancária. Então, podemos enunciar que a Educação Popular é baseada por práticas educativas humanizadoras, teorizadas pela pedagogia crítica, estando presente em diferentes contextos educativos e fomentada por intelectuais engajados.

Portanto, a Educação Popular não pode ser compreendida isoladamente, mas deve ser vista em sua totalidade. Para exemplificar citarei Paulo Freire. Ele começou a desenvolver suas ideias sobre Educação Popular em Recife na década de 1960. Mas também trabalhou com a Educação Popular no Chile, antes de ser exilado para Genebra. Seu trabalho principal foi realizado nas colônias portuguesas em São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Ao retornar ao Brasil, ele continuou sua luta com o apoio de movimentos sociais e sindicatos. Os sujeitos, os contextos e as instituições pelas quais Paulo Freire passou fazem parte da concepção de Educação Popular freiriana. Sobre esse conceito indico o artigo "Paulo Freire e a gestão democrática como política educacional: oposições ao neoliberalismo". (Costa; Paulo, 2021).

Por fim, finalizo essa Carta Pedagógica perguntando-lhes sobre as aprendizagens construídas mediante a minha escrita, as curiosidades e perguntas que emergiram do tema Educação Popular dos anos de 1960.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo,
Porto Alegre, 2023.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História da Educação Popular**: construção e papel da Cultura Popular. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: www.apartilhavida.com.br

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Quando a Pedagogia se tornou "do oprimido" - Quando a Educação se tornou "popular"**: um ensaio de memórias escrito a várias mentes e mãos. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <www.apartilhavida.com.br>.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR — (CEPLAR). ESTATUTO. Diário Oficial, 11 de abril de 1962.

COSTA, Daianny Madalena.; PAULO, Fernanda. P**aulo Freire e a Gestão Democrática como política educacional**: oposições ao neoliberalismo. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 716–735, 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação Popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana. Chapecó: Livrologia, 2021.

Carta Pedagógica 49

CARTAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA PARTICIPATIVA

Prezados estudantes do PPGEd Unoesc,

Espero que receba, esta Carta Pedagógica com entusiasmo e curiosidade epistemológica. Inspirados pelo contínuo compromisso com a Educação Popular e uso de Cartas Pedagógicas como instrumento de pesquisa participativa convido vocês a criar e recriar instrumentos metodológicos como eu fiz na minha tese de doutorado.

Venho por meio desta compartilhar algumas reflexões sobre um instrumento metodológico que considero de grande valor: a Carta Pedagógica. Ao longo de minha jornada acadêmica e profissional, percebi a relevância da Carta Pedagógica como uma ferramenta inovadora e transgressora de pesquisa, sistematização e reflexão sobre práticas pedagógicas.

A Carta Pedagógica é mais do que um registro; é uma forma de analisar, interpretar e compreender experiências centradas em temas ou perguntas específicas. Cada Carta Pedagógica possui eixos temáticos que guiam sua narrativa, ajudando a reconstruir práticas e experiências de maneira organizada.

Ao se aventurar na construção de uma Carta Pedagógica, convido-os a refletir sobre as questões que consideram fundamentais para a organização do documento. Perguntem-se: Quais são os problemas ou temáticas que foram essenciais para a experiência que desejo compartilhar? Como analiso uma Carta Pedagógica?

A análise da Carta Pedagógica não é uma tarefa simples. Ela exige sensibilidade para identificar conceitos, categorias e questões emergentes. No entanto, os benefícios dessa análise são inúmeros. Ao examinar a Carta Pedagógica, somos capazes de identificar processos, marcos significativos e relações com as questões que orientam nossa pesquisa ou prática.

A Carta Pedagógica também é um espaço de múltiplas vozes. Ela pode incorporar diferentes perspectivas, depoimentos orais, excertos de documentos, referências e muito mais. É essencial reconhecer e valorizar essa diversidade de vozes ao analisar e interpretar a Carta Pedagógica.

Um aspecto crucial da análise é a construção de categorias, que são fundamentais para agrupar informações e facilitar a compreensão dos dados. Essas categorias podem ser derivadas das questões de pesquisa ou emergir da leitura recorrente das informações contidas na Carta Pedagógica.

Finalmente, a interpretação da Carta Pedagógica é um processo dinâmico, uma jornada de busca por significado. Ao interpretar a Carta Pedagógica, buscamos compreender a realidade, as práticas e os significados que emergem da experiência registrada.

Encorajo a todos a explorarem Cartas Pedagógicas como uma ferramenta valiosa a ser utilizada como instrumento metodológico. Logo sairá um artigo, já aprovado, na Revista Internacional de Educação Superior, com o título: "Cartas Pedagógicas como Instrumento Metodológico de Pesquisas Participativas". Lá vocês encontrarão uma discussão acerca das contribuições teórico-práticas para reflexões metodológicas sobre pesquisas participativas em educação, com foco no uso de Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico. Compartilho algumas experiências de pesquisas acadêmicas que empregam esse instrumento, juntamente com a Sistematização de Experiências baseada na Educação Popular emancipadora e revisão de literatura. Apresento os princípios da Educação Popular, tipos de metodologias participativas e o uso de Cartas Pedagógicas em pesquisas qualitativas em educação.

Agradeço pela atenção e estou à disposição para qualquer esclarecimento, diálogos e reflexões sobre esse tema.

Com carinho,
Fernanda Paulo,
2022.

Referências

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.

Carta Pedagógica 50

CARTA PEDAGÓGICA DIÁLOGOS FECUNDOS: CHAT PEDAGÓGICO E O SCFV

Queridos cursistas,

Em nossa aula do dia 29/09/2023, muitas questões foram deixadas no chat pedagógico, o que revela o quanto o tema é importante e provocante. Utilizamos chat pedagógico em decorrência das aulas síncronas em que o diálogo pode ocorrer de várias formas, uma delas é via a escrita mediante questões problematizadoras, reflexões advindas do tema trabalhado em aula e partilha de experiências educativas.

Realizamos uma sistematização das questões e as dividimos em blocos: a) 1. FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA DO SCFV; b) INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO SCFV; c) QUESTÕES RELIGIOSAS E CULTURAIS; d) VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS; e, e) OUTROS QUESTIONAMENTOS.

Nesta Carta Pedagógica vamos trabalhar apenas com o Bloco 1. Então, com referência ao 1° Bloco de perguntas vamos trazer algumas reflexões buscando respondê-los (as):

O pedagogo deve trabalhar com uma perspectiva pedagógica, planejando e intervindo no grupo de estudantes para desenvolver seu pensamento crítico, autonomia e empoderamento, sem esquecer seus direitos e deveres. O pedagogo desempenha um papel crucial no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ao planejar ações para o SCFV com crianças e adolescentes, por exemplo, o pedagogo precisa pensar na convivência social, no direito de ser e na participação, e planejar sua ação pedagógica a partir das legislações que tratam dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Obviamente, em uma perspectiva da Educação Popular, seu planejamento articula teoria e prática. Por exemplo, a partir da observação das necessidades e possibilidades do grupo, é necessário pensar em estratégias que trabalhem de forma prazerosa e significativa para que os "usuários" (preferimos usar expressão educandos) e educadores (as) possam construir novas possibilida-

des e estratégias. Chamamos essa perspectiva pedagógica de Educação Popular, cujo planejamento e intervenção é dialógico, crítico e reflexivo. Pois as atividades com grupo de educandos buscam desenvolver seu pensamento crítico, autonomia e empoderamento, sem esquecer seus direitos e deveres. Isto é, o pedagogo, ao observar as necessidades educativas das crianças e adolescentes, desenvolve projetos, junto com os educadores e educadoras sociais, que visam trabalhar suas potencialidades e a formação cidadã. A família também precisa ser incluída neste processo.

O pedagogo desempenha um papel importante na assistência social. Ele trabalha com uma perspectiva pedagógica, planejando e intervindo no grupo de usuários do SCFV, caso específico da pergunta do chat pedagógico. Mas, igualmente, a busca de diálogos com a área da Educação Escolar, buscando garantir que seu processo de escolarização não seja negligenciado e ameaçado. Nesse contexto, em muitos casos, o pedagogo fornece atendimento pedagógico individual, acompanhando o caso junto a sua equipe multidisciplinar e quando necessário o caso é discutido na Rede da Criança e do Adolescente.

Sobre a questão dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da rede municipal própria e das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Eles devem seguir as mesmas normas e regras. A diferença está no valor repassado às Osc para manter a qualidade do atendimento. Em Porto Alegre se dá na seguinte maneira: a parceria entre a OSC e a Prefeitura é feita através do CORAS, provavelmente por conta do Marco Regulatório das OSCs logo, a prefeitura normatizara estas parcerias mediante edital específico como já ocorre na questão da Educação Infantil.

Para fortalecer a relação entre o Conselho Municipal da Assistência Social foram criadas as Comissões Regionais de Assistência Social (CORAS) – estão presentes nas diversas regiões da cidade, realizando reuniões com a comunidade; quanto as instituições (as OSCs) que tem parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) é exigida a participação nesses encontros da CORAS para manter suas parcerias. Recapitulando, as OSCs apresentam sua demanda ao CORAS, que por sua vez a leva ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Em seguida, uma visita é feita à OSC para encaminhar a parceria. No passado, em Porto Alegre, as demandas eram feitas no Orçamento Participativo.

Para que uma criança seja admitida no SCFV, o técnico deve identificar a necessidade de garantir os direitos da criança que, segundo sua avaliação, um

dos critérios trata da identificação da situação de vulnerabilidade social. Quando não há uma equipe em seu bairro, existe um CRAS Central na cidade que atende à demanda do município. É preciso levar a demanda para o CRAS.

Para os educadores e educadoras sociais realizarem seu planejamento (planejar ações) no SCFV com crianças e adolescentes, é preciso pensar na convivência social, no direito de ser e na participação. A partir da observação das necessidades e possibilidades do grupo, é necessário pensar em estratégias que trabalhem de forma prazerosa para que os atendidos e educadores (as) possam construir novas possibilidades e estratégias. Vamos colocar aqui algumas observações que devem ser feitas. Chamaremos de exigências pedagógicas e vamos organiza-las em 3 blocos.

Pedagogia dos Direitos Sociais e formação cidadã	
Desenvolvimento socioeducacional	- Respeito às necessidades e interesses da faixa etária; - Enriquecimento do universo de informação cultural e lúdica dos adolescentes através de atividades; - Oportunizar o desenvolvimento pessoal e social do adolescente;
Participação e Integração:	- Atividade educativa participativa contemplando adolescentes, famílias, comunidade e educadores; - Construir e avaliar periodicamente regras de convivência, realização de atividades de socialização e integração entre adolescentes e equipe de trabalho;
Articulação com a Rede e Comunidade:	- Conhecer a rede de atendimento da região; - Realizar atividades externas com adolescentes (culturais, recreativas ou referente ao conteúdo do Módulo Específico); - Realizar visitas domiciliares, de acordo com as necessidades e planejamento institucional e multidisciplinar;
Acompanhamento Escolar:	Acompanhar o desenvolvendo das crianças e adolescente na escola de forma sistemática, com vistas ao apoio e incentivo para o ingresso, reingresso e permanência dos adolescentes na escola; o educador social não trabalha na escola, mas trabalha com a escola.
Pesquisas do GT de pesquisa da AEPPA: Educação Popular e Paulo Freire	

Este bloco de saberes necessários a prática educativa de educadores (as) sociais foi organizada a partir de duas fontes: a) leitura de documentos acerca do SCFV; a, b) Relatos e acompanhamento de educadores (as) sociais que atuam no SDCFV. Tudo isso, está marcado por uma função primeira do educador social a de acolher e dialogar, o que ajudará na inserção de quem está em situação de vulnerabilidade social.

O **trabalho com idosos no SCFV parte dos mesmos eixos**: convivência social, direito de ser e participação. O que difere são as atividades e temas, pois as necessidades e vivências são diferentes e precisam ser respeitadas de acordo

com a idade. É preciso trabalhar com diálogo, momentos de amizade, amor, **construção de novos objetivos e sonhos**.

As **atividades intergeracionais** são necessárias para trabalhar a questão da educação com crianças e adolescentes. Podemos trabalhar com literatura, artes (teatro, dança, encenações, dramatizações.), debates etc. O método deve ser lúdico, dialógico, participativo e reflexivo. Essas atividades devem proporcionar vivências que contemplem o maior número possível de direitos de todos, articulados a **Pedagogia Dos Direitos Sociais** e os **Direitos Humanos**.

A busca por outros espaços da comunidade ou cidade é importante, como por exemplo a escola onde pode-se fazer um planejamento e participar de momentos de trocas entre estes espaços. O Educador Social não pode realizar seu trabalho educativo sem levar em consideração a interdisciplinaridade de suas ações, o trabalho multidisciplinar de sua equipe e a intersetorialidade.

Diante de toda a exposição feita por nós, a partir do diálogo com vocês, mediante perguntas no chat pedagógico, precisamos fazer uma relação entre o tema, as perguntas e a Educação Popular, base do nosso curso.

A Educação Popular, uma abordagem pedagógica mediada pela práxis, que valoriza o diálogo, a crítica e a reflexão. Essa corrente político-pedagógica é fundamental para o trabalho do pedagogo. Este profissional se esforça para cultivar o pensamento crítico, a autonomia e o empoderamento dos alunos, respeitando sempre seus direitos e deveres.

A importância do planejamento e da ação pedagógica no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ressaltando para a necessidade de considerar a convivência social, o direito de ser e a participação, está alinhada com os princípios da Educação Popular.

A importância do acolhimento e do diálogo na inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como a necessidade de respeitar as diferenças culturais, sociais e educacionais, sublinha-se a importância das atividades intergeracionais e da busca por outros espaços da comunidade ou cidade para o trabalho educativo. Tudo isso reflete os princípios da Educação Popular.

Um abraço afetuoso, de Tamar de Oliveira e Fernanda Paulo,
AEPPA e IFRS Alvorada,
Setembro de 2023.

Carta Pedagógica 51
CHAT PEDAGÓGICO: COMPARTILHAMOS ALGUMAS REFLEXÕES

Prezados (as) Cursistas,

Reunimos as perguntas no ***chat pedagógico*** e compartilhamos algumas reflexões e retorno.

O SCFV proporciona atendimentos em grupo, promovendo atividades que englobam as artes, cultura, lazer, esporte e outras, alinhadas à faixa etária dos participantes. O objetivo é **consolidar laços comunitários e familiares**, realizar trabalho educativo com ênfase no **desenvolvimento da autonomia, criticidade e protagonismo, impulsionados pela interação, diálogo, respeito e compartilhamento de vivências.**

Como educador social, sua função é vital. Você é encarregado de desenvolver atividades formativas que cultivem a cidadania dos participantes. Apontamos alguns conhecimentos necessários à prática educativa de educadores (as) sociais:

1. Experiência Prática: Familiaridade com programas e projetos socioassistenciais, conselhos de direitos e dinâmicas de movimentos sociais.

2. Bases Teóricas: Entendimento da Política Nacional de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente e conceitos sobre direitos socioassistenciais.

3. Empatia Social: Sensibilidade a temas sociais e fases da vida.

4. Conhecimento Territorial: Compreensão da realidade local.

5. Habilidades Interpessoais: Capacidade de comunicação e relacionamento.

6. Competências Técnicas: Planejamento, registro e, idealmente, informática básica.

7. Trabalho Coletivo: Aptidão para trabalho em grupo em contextos educativos.

8. Metodologias: Escuta ativa, acolhimento, círculos dialógicos, temas geradores, sistematização de experiências, pesquisa participante, acompanhamento de trajetórias e construção de relações por meio de visitas guiadas na co-

munidade.

Esses são pilares para uma atuação transformadora com crianças, adolescentes, idosos e suas famílias. Planejar as ações do SCFV é essencial para garantir intervenções educativas de qualidade. **É fundamental entender a política, o SCFV, os grupos, eixos, subeixos e temas transversais**.

O **tempo de permanência** do educando no SCFV é variável, conforme a necessidade do usuário. Por exemplo, para idosos, o SCFV visa garantir espaços de interação, promovendo convivência e envelhecimento ativo.

A **diversidade** é um aspecto-chave do SCFV, buscando criar um ambiente integrador que valorize a singularidade, incluindo atenção especial a indivíduos com Transtorno do Espectro Autista.

O **respeito à diversidade e inclusão** é vital. Isso envolve adaptar espaços, promover diálogos sobre diversidade e investir em formação contínua. **Questões religiosas e culturais** devem ser tratadas com respeito. Diversas atividades são oferecidas pelo SCFV, incluindo oficinas, discussões, teatros, roda de conversa e outras.

Para reforçar laços familiares, é crucial compreender a dinâmica de cada família. **Estratégias** podem incluir diálogos, oficinas e atividades envolvendo toda a família. Para lidar com **famílias em conflito** (não usamos a expressão família desestruturada), é vital adotar uma postura empática. O **envolvimento dessas famílias** em atividades do SCFV pode ser transformador.

O acesso ao SCFV pode ser por encaminhamentos ou busca direta. Dependendo da região, podem existir materiais específicos, como cadernos sobre temas femininos. Não tem um documento especifico orientador de âmbito nacional, pelo menos desconhecemos em se tratando do SCFV.

O SCFV tem como pilar fortalecem vínculos e promover práticas educativas destinada a cidadania. Um desafio é a falta de entendimento sobre o SCFV e falta de formação de educadores (as) sociais.

No aspecto das parcerias público-privadas, é relevante mencionar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Algumas críticas apontam para a terceirização dos serviços sociais, com possíveis consequências negativas.

Espero que essas informações sejam úteis em sua trajetória como educador social no SCFV. **Na próxima aula trataremos de outras questões, emergidas do chat e questões que vocês registraram**. Em anexo um livro com um texto meu que apresento:

1. O artigo é baseado nas minhas pesquisas e experiências em contextos de educação em vários espaços, com foco na Educação Não Escolar Institucionalizada e na perspectiva da Educação Popular.

2. O objetivo é apresentar possíveis metodologias e ferramentas pedagógicas de humanização que podem ser usadas pelo educador social nas políticas de assistência social.

3. O artigo discute o currículo não escolar, planejamento e metodologias a partir da concepção da Educação Popular libertadora. Ele também apresenta documentos relacionados ao contexto de trabalho do educador social, que faz parte de uma equipe multidisciplinar.

4. O trabalho do educador social é vinculado a um trabalho político-pedagógico intersetorial e interseccional baseado nos Direitos Humanos.

5. Concluo apontando que o trabalho do educador social é essencial para a humanização da educação.

Esperamos que gostem do capítulo do livro e desta Carta escrita coletivamente.

Com carinho,
Fernanda Paulo,
29.09.2023.

Referência

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação popular e o educador social: metodologias e ferramentas pedagógicas de humanização**. In: TRAJANO-SANTOS, José Alex (org.). Os desafios da educação, alfabetização, leitura e escrita: velhos paradigmas, problemas atuais. Mauá, SP: Sarerê Editora e Educação Tecnologia, 2023. p. 430-449.

Carta Pedagógica 52

AS 10 CARACTERISTICAS DO CHAT PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO METODOLÓGICO E DIDÁTICO DA E NA EDUCAÇÃO POPULAR

Paulo Freire foi um dos educadores populares mais influentes do século XX, com sua abordagem crítica e transformadora da educação. Ele acreditava que a educação deveria ser um meio de libertação, permitindo que as pessoas se tornassem críticas, conscientes e capazes de transformar sua realidade. Destacou o diálogo como caminho para a educação humanizadora.

Dessa forma, a perspectiva de Freire sobre a educação pode oferecer reflexões valiosas sobre o conceito de "chat pedagógico". Primeiro devo rememorar o surgimento deste conceito. Em uma aula do curso sobre Cartas pedagógicas promovido pelo Vívere, em que fui professora juntamente com Isabela Camini, um amigo nosso, pesquisador e carinhoso professor, Celso Augusto Nunes, ao dialogarmos com o chat com relação ao tema Cartas Pedagógicas, ele disse: podemos chamar essas conversas como Chat pedagógico. E desde então, convencida de que ali tinhamos criado um novo conceito (Chat pedagógico) o utilizei como instrumento metodológico e didático da e na Educação Popular.

Um "chat pedagógico" refere-se a uma plataforma ou sistema de comunicação digital que tem como objetivo principal promover diálogos que possibilitem partilha de saberes e reflexão acerca de temas educativos trabalhados em aula, promovendo uma nova possibilidade de construção de novos conhecimentos mediante aprendizagem compartilhadas. Esse conceito pode abranger vários contextos e formas, mas em geral, um chat pedagógico destina-se a facilitar a comunicação entre educadores (as) e alunos (as), ou entre os próprios discentes, com foco na participação e promoção das aprendizagens colaborativas. Destaco algumas características do chat pedagógico:

1. **Finalidade Educativa**: Ao contrário dos chats comuns e tradicional, o chat pedagógico tem um objetivo educacional definido, ou seja, tem intencionalidade e diretividade.

2. **Interatividade amorosa**: Permite que alunos e professores interajam em tempo real, promovendo discussões, esclarecendo dúvidas e trocando ideias.

Escrita afetiva, comprometida e reflexiva.

3. **Flexibilidade comprometida**: Já experimentei provocar diálogos com plataforma assíncrona, e observei que o chat pedagógico ofereceu a oportunidade para aprendizados reflexivos na educação a distância, cuja participação se estendeu por uma semana a partir de um tema gerador. Todos cursistas participaram da atividade elogiando a flexibilidade do e no uso do chat pedagógico.

4. **Compromisso com a acessibilidade**: Torna o aprendizado acessível a estudantes que talvez não possam estar fisicamente presentes em uma sala de aula, seja devido às limitações geográficas, de saúde, econômica ou outras. Também a possibilidade de um diálogo coletivo e acessível a todos porque cabe ao educador salvar o chat pedagógico e encaminhar a turma, preferencialmente com uma síntese das discussões realizadas no chat pedagógico. Chamamos de sistematização da experiência vivida dialogicamente através do chat pedagógico e ou sistematização dos conhecimentos construídos.

5. **Integração com Recursos Pedagógicos**: Muitos chats pedagógicos são integrados com a incorporação de recursos como materiais de leitura, vídeos, entre outros. Eu respondo os Chat Pedagógico com Cartas Pedagógicas, indico leituras e gravo aulas complementares a partir das dúvidas ou sugestões de temas que emergiram da aula e que constaram no chat pedagógico.

6. **Produção interativa e colaborativa**: Facilita o trabalho em grupo, permitindo que os alunos colaborem em projetos ou discussões. Em muitos casos, os próprios alunos salvaram o chat pedagógico e escreveram cartas Pedagógicas a partir dos diálogos estabelecidos por essa ferramenta pedagógica. Essas relações devem ser amorosas e construtoras de vínculos.

7. ***Feedback* Imediato e relação horizontal**: Professores podem fornecer *feedback* em tempo real aos alunos, e vice-versa, o que pode nos pareceu ser valioso para o processo de ensino-aprendizagem significativo, interativo, problematizador, reflexivo e dialógico. Freire enfatizava a importância de uma relação horizontal entre educador e educando, onde ambos aprendem juntos. O chat pedagógico pode diminuir as barreiras hierárquicas tradicionais, permitindo uma interação mais igualitária e colaborativa entre alunos e professores. Aqui surge a possibilidade de criação de redes de dialogantes.

8. **A necessidade de uma resposta**: O chat pedagógico requer interação e *feedback* pedagógico. Recomendamos que as questões sejam organizadas em blocos para serem respondidas posteriormente, quando houver muitas perguntas. Alternativamente, você pode respondê-las durante a aula, mencionando o

autor da pergunta. Outra opção é responder individualmente por *e-mail*, organizando as perguntas e suas respectivas respostas em um quadro temático, identificando os autores das perguntas. Eu já utilizei todas essas formas e minha experiência foi positiva, pedagogicamente falando.

9. **Perspectiva Crítica e Dialogicidade**: Para Freire, o diálogo é uma ferramenta fundamental no processo educativo. Ele criticava a "educação bancária", onde o professor apenas deposita informações nos alunos, e defendia uma abordagem mais interativa e dialógica. Nesse contexto, o **chat pedagógico** pode ser visto como uma extensão digital da sala de aula dialógica de Freire, onde alunos (as) e educadores (as) participam ativamente, trocando ideias, questionando e construindo conhecimento juntos.

10. **Conscientização**: Um dos principais objetivos da pedagogia de Freire era a "conscientização", um processo pelo qual as pessoas se tornam cientes de sua realidade social, política e econômica e são incentivadas a agir para transformá-la. Um chat pedagógico pode ser uma ferramenta poderosa nesse processo, proporcionando um espaço onde os alunos podem discutir questões sociais, compartilhar experiências e desenvolver uma consciência crítica.

Com a crescente popularidade de possibilidades de ferramentas pedagógicas para aulas e atividades educativas online e a distância, os **chats pedagógicos** tornaram-se, na minha experiência, ferramentas essenciais para a coerência com a Educação Popular, permitindo uma comunicação horizontal e promovendo uma experiência educativa e pedagógica interativa e reflexiva.

Em suma, a pedagogia de Paulo Freire e seus princípios da Educação Popular, recorrentemente mencionados por mim em nossas aulas, podem ser vistos como fundamento epistemológico e metodológico do conceito de chat pedagógico. Ao incorporar a visão de Freire, os *chats pedagógicos* podem tornar-se espaços de diálogo genuíno, conscientização e transformação, alinhados com uma visão mais democrática, crítica e emancipatória da educação.

Convido vocês a refletirem sobre essa carta, acompanhados do texto de Ivanio Dickmann, "As dez características de uma carta pedagógica'. Ele vai contribuir para uma reflexão conjunta acerca das 10 características do chat pedagógico.

Com afeto,
Fernanda Paulo,
30.09.2023.

Carta Pedagógica 53
CARTAS COMO AÇÃO TRANSGRESSORA

Prezados amigos e amigas do Curso Cartas Pedagógicas,

Boa noite, amigos e amigas!

Hoje teremos nossa aula, nosso oitavo encontro, uma ocasião em que eu aprendo mais do que ensino. Sou muito grato a todos vocês. Senti um forte impulso de discutir 'Cartas como ação transgressora' em nosso encontro de hoje. Certamente, vocês já ouviram falar de Florestan Fernandes, um sociólogo e defensor da educação democrática no Brasil, um crítico da ditadura militar e do caráter elitista da educação.

Sei que muitos de vocês se interessaram pelo curso por causa da conexão entre Cartas Pedagógicas e Paulo Freire. Portanto, quero compartilhar com vocês que Freire citou Florestam Fernandes em sua tese de 1959, intitulada 'Educação e atualidade brasileira', e no livro 'Educação Como Prática da Liberdade'. Em ambos os casos, ele discutiu democracia e educação como uma maneira de superar a ingenuidade.

Mas voltemos a Florestam Fernandes e ao tema das Cartas. Antes de entendermos as cartas como ação transgressora, é importante lembrar que tanto Freire quanto o Florestam citaram vários marxistas em suas obras. Eles não apenas fizeram referências abstratas, mas concordaram e lutaram pelo socialismo. Um dos autores citados foi Antonio Gramsci.

Florestan e Freire eram educadores engajados que buscavam romper com a tradição de neutralidade nas ciências humanas e defendiam uma ciência comprometida com a mudança e transformação social. E as Cartas? Bem, as cartas foram um dos instrumentos usados para fazer anúncios e denúncias.
Vocês já sabem que Paulo Freire escreveu muitas cartas que traziam anúncios e denúncias. Basta olharmos para seus livros:

1. Sobre os 'militares golpistas' e a perseguição aos movimentos populares (FREIRE, 1994),

2. Político e pedagógico: 'Se algo que fizemos no Brasil repetimos tal qual no Chile, foi exatamente não separar, de um lado, o ato de ensinar do de

aprender' (FREIRE, 1978);

3. 'A escola democrática, progressistamente pós-moderna e não a pós-modernamente tradicional e reacionária, tem um grande papel a cumprir no Brasil atual'. (FREIRE, 1997).

4. 'Se alguém, ao ler este texto, me perguntar, com irônico sorriso, se acho que para mudar o Brasil basta que nos entreguemos ao cansaço de constantemente afirmar que mudar é possível e que os seres humanos não são puros espectadores, mas atores também da história, direi que não. Mas direi também que mudar implica saber que fazê-lo é possível.' (FREIRE, 2000).

Após o golpe militar de 1964, Florestan Fernandes enviou uma carta à polícia protestando contra o tratamento desumano dado aos seus colegas presos. E o resultado? Florestan Fernandes também foi preso.

No livro 'Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa', a palavra 'transgressão' aparece 10 vezes. Aqui vou compartilhar um dos usos que se alinha com o que quero discutir:

> "Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a probabilidade de transgredir a ética, **jamais poderia aceitar a transgressão como direito, mas como uma possibilidade. Possibilidade contra que devemos lutar e não diante da qual cruzar os braços**." (grifos meus).

Agora, vamos retomar a Carta de Florestan Fernandes aos policiais, que reflete exatamente o que Freire nos ensina: não devemos ficar de braços cruzados diante das injustiças sociais.

Portanto, na nossa história da Educação Popular (PAULO, 2018; PAULO; GAIO, 2021), as Cartas Pedagógicas foram escritas como uma forma de anunciar e denunciar questões concretas que ocorriam no contexto brasileiro e em outros países da América Latina. Assim, uma das características de uma Carta Pedagógica é a dimensão da **ação transgressora**. Convido vocês, a partir desta carta Pedagógica de aquecimento para o nosso encontro formativo, a refletir sobre o que escrevi para vocês, meus queridos amigos e amigas de uma jornada de escritas transgressoras.

Para aprofundamento faço referencias de livros e artigos que sugiro vo-

cês lerem,

Um forte abraço da amiga Fernanda Paulo.

Referências

FERNANDES, Florestan. **Dados biográficos**. In: O saber militante (ensaios sobre Florestan Fernandes) organização Maria Angela D'Incao. RJ: Paz e Terra; SP: UNESP, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Recife: Edição do autor, 1959.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d´Água, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PALOSCHI, Acir Luis; PAULO, Fernanda dos Santos. **Carta Pedagógica**: O que aprendemos com o legado de Paulo Freire? In.: Jornal Brasil de Fato. 08/11/2021. disponível em: <https://www.brasildefators.com.br/2021/11/08/artigo-carta-pedagogica-o-que-aprendemos-com-o-legado-de-paulo-freire>.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana– Chapecó: Livrologia, 2021.

Carta Pedagógica 54

FAZENDO AULA COM CARTA PEDAGÓGICA: PAULO FREIRE, EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Boa noite, amiga Cheron Moretti, e aos novos amigos e amigas da disciplina "Docências e Espaços Não Escolarizados". Primeiramente, agradeço ao convite da Cheron para participar desta aula de encerramento da disciplina e a vocês por me ouvirem. Gostaria de começar dizendo que sou educadora popular e me formei em Movimentos de Educação Popular e movimentos comunitários, situados no bairro Lomba do Pinheiro, onde nasci e ainda resido.

Em minha trajetória profissional, atuei em contextos escolares e não escolares. No âmbito escolar, trabalhei em todas as etapas da Educação Básica, na modalidade EJA e no ensino superior. Vocês devem recordar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que legisla sobre a educação escolar, apresenta a composição dos Níveis Escolares: educação básica e ensino superior. Nessa modalidade, trabalhei na docência e na gestão escolar.

No contexto da Educação Não Escolar, atuei em projetos sociais, como o "Mulheres da Paz". Fui educadora social do antigo SASE, atualmente denominado Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e assessora de trabalhos educativos em Educação em Direitos Humanos, entre outras experiências.

Conheci o pensamento de Paulo Freire no Movimento Popular. Minhas leituras iniciais ocorreram na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, espaço em que atuo como educadora popular militante. O primeiro livro que li foi "Pedagogia do Oprimido". Confesso que o achei desafiador, mas me encantou, pois representava o que discutíamos e defendíamos nos Movimentos Populares. Recordo-me do livro "Lutar com a Palavra" de Carlos Rodrigues Brandão, no qual o lavrador Antônio Cícero de Sousa relata que a educação recebida nos espaços escolares não atendeu às suas necessidades (BRANDÃO, 1982). Por que menciono Antônio Cícero de Sousa e Carlos Rodrigues Brandão? Pois me questiono: por que não estudamos Paulo Freire, exilado devido ao golpe civil-militar, na Educação Básica? Ele é parte da história do Brasil. E o que dizer de Paulo Freire nos cursos de graduação voltados à formação docente?

Frequentemente, encontramos textos associando Paulo Freire apenas à

alfabetização de jovens e adultos. No entanto, Paulo Freire nos propõe uma concepção de educação ligada a um projeto de sociedade. Muitas vezes, a Educação Popular não é abordada nos cursos universitários. E, quando ouvimos falar em "Educação Popular", muitas vezes é como sinônimo de educação para jovens e adultos ou como educação não formal. Quero ressaltar que existe um vasto arcabouço conceitual e histórico sobre o tema.

Também gostaria de destacar que a história da Educação Popular não começou na década de 1960, como alguns estudos sugerem. Ela é bem anterior. Tenho certeza de que vocês estão cientes disso, visto as referências da disciplina. Há diversos sentidos e significados para a Educação Popular. Pessoalmente, utilizo os termos "Educação Popular freiriana", "Educação Popular crítica", "Educação Popular emancipatória" e "Educação Popular transgressora".

No caso do Brasil, podemos destacar dois sentidos para a Educação Popular: 1) A educação direcionada às classes populares, buscando a inclusão daqueles à margem da sociedade; e 2) A educação construída com as classes populares, visando a transformação social, enfrentando o sistema opressor e buscando superar as desigualdades sociais em prol de uma igualdade de condições — sob uma perspectiva socialista. Essas tendências têm origem no surgimento da Educação Popular em nosso país.

Atualmente, ainda é comum usar a expressão "Educação Popular" como sinônimo de alfabetização de adultos, educação infantil em creches comunitárias, educação para crianças pobres em defasagem de idade, projetos educativos em escolas, educação comunitária, educação permanente, educação não escolar, educação de base, educação de classe, educação básica, extensão universitária e políticas sociais (BRANDÃO, 2006; FREIRE, 1997; PAULO, 2013). Essas definições são amplas e nem sempre se alinham à visão libertadora de Paulo Freire sobre a Educação Popular.

Portanto, é fundamental definir o que entendo por essa concepção a partir dos meus estudos. Nesta aula, compartilho reflexões do livro "Pedagogia do Oprimido". Embora a obra não apresente explicitamente o conceito de Educação Popular, identifico a presença do termo no capítulo intitulado "A teoria da ação antidialógica". Como citado:

"No fundo, o que o tal Mr. Giddy, citado por Niebuhr, queria, assim como os de hoje que não se expressam tão abertamente contra a educação popular, é que as massas não pensassem. Os 'Mr. Giddy' de todas as épocas, enquanto

classe opressora, ao não poderem pensar com as massas oprimidas, não poderiam permitir que elas pensassem." (p. 74, grifo nosso).

Podemos inferir que, através desse trecho, Freire indica que a Educação Popular possui uma base crítica, sendo por isso rejeitada pela elite. Uma maneira interessante de explorar a concepção de Paulo Freire é ler a "Pedagogia do Oprimido" e buscar os autores que ele menciona. Por exemplo, ele dialoga com Rosa Luxemburgo (Diálogo com o povo), George Lukács (Consciência de classe), entre outros.

Para quem deseja aprofundar seus estudos em Paulo Freire, recomendo o "**Dicionário Paulo Freire**" e o livro "**Paulo Freire: uma arqueologia bibliográfica**".

Retomando a Educação Popular, é importante revisitar a história do Brasil, especialmente desde o início da República. Rapidamente, situo a Educação Popular nesse contexto. Nomes como Carneiro Leão, Manoel Bonfim e Mendes Pimentel surgem antes de Paulo Freire e marcam a história da Educação Popular brasileira. Desses, Mendes Pimentel faz uma distinção de classe ao compreender a Educação Popular, aproximando-se da visão libertadora de Paulo Freire. Quem tiver interesse em conhecer essa história pode consultar minha tese, defendida em 2018.

Outra referência importante para quem deseja estudar Paulo Freire e Educação Popular é o livro de Carlos Rodrigues Brandão, "A questão política da educação popular".

Obrigada pela possibilidade de diálogos fecundos, reflexivos e afetuosos.

Um afetuoso abraço,
Fernanda dos Santos Paulo,
Porto Alegre, 11 de outubro de 2022.

Carta Pedagógica 55
CARTA PEDAGÓGICA REFLEXIVA

Ontem, em nosso oitavo encontro, não conseguimos tempo para ampliar nossos diálogos acerca das **Cartas Pedagógicas como Instrumentos Metodológicos de pesquisas participativas**. Fiquei com vontade de horas a mais para um diálogo amoroso, crítico e reflexivo. Sendo assim, resolvi continuar o nosso diálogo mediante a escrita de uma Carta Pedagógica (CP).

O objetivo desta Carta Pedagógica é dar continuidade ao tema de ontem (09/06/2022), mas não como respostas as questões; todavia, como possibilidades de, após apresentar algumas contribuições teórico-práticas para reflexões metodológicas acerca de pesquisas participativas em educação, alicerçadas no uso de Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico, desabrochar novas perguntas.

Em meu caso, sem combinar previamente com a Juliana Vieira, apresentamos o trabalho com **Carta Pedagógica** como pesquisa-formação e ambas, em contextos diferentes, trabalhamos com autores da Educação Popular e da pedagogia decolonial. Observei que nós duas tomamos as Cartas Pedagógicas como produção de "Conhecimento **prudente para uma vida decente**", como escreveu Boaventura de Sousa Santos.

Também Paulo Freire que na obra "A importância do ato de ler", retoma com clareza sua compreensão da palavra: "A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da leitura daquele" (1982, p. 9). Exatamente o que colocamos ontem sobre Carta Pedagógica como **memória**, **lembrança** e **sistematização de experiências vividas individual e coletivas**. Acentuei que um dos objetivos de uma Carta Pedagógica em pesquisas é registrar ações educativas enquanto práxis transformadoras. (PAULO; GAIO, 2021).

Em meu caso, busco diálogos orientadores a partir das metodologias participativas (BRANDÃO, 2006), fazendo uso de Sistematização de Experiências, de Oscar Jara (1994; 2012) e de Alfonso Torres Carrillo (1999), na perspectiva da Educação Popular freiriana (PAULO, 2018). No caso das Cartas Pedagógicas (VIEIRA, 2008; CAMINI, 2012; PAULO; DICKMANN, 2020) temos muitos referenciais, todos vem contribuindo para reflexões e fortalecimento do uso de CP e dos grupos que fazem esta escolha política e pedagógica.

Quando falo de **Pesquisas Participativas e de recuperação coletiva de experiências, de histórias e de memórias via as Cartas Pedagógicas**, falo de várias modalidades de Pesquisas Participativas. Eu venho utilizando a **Sistematização de Experiências** – uma proposta de tradição latino-americana de produção de conhecimento a partir da **Educação Popular crítica** (PAULO, 2018).

Ontem, falamos que o trabalho com Cartas Pedagógicas compartilha com uma série de pressupostos epistemológicos e metodológicos que são antagônicos (ação transgressora) as formas predominantes de pesquisa acadêmica tradicional, constituídas pela ciência centrada no eurocentrismo, no colonialismo e no elitismo.

Na **Educação Popular crítica/libertadora/emancipadora nos posicionamos a favor** de pesquisas comprometidas. E é diante deste posicionamento, que venho apresentando experiências de pesquisas acadêmicas com o uso de Cartas Pedagógicas como instrumentos metodológicos acompanhado de Sistematização de Experiências com base no referencial da Educação Popular emancipadora. Ou seja, tenho usado Cartas Pedagógicas em pesquisas qualitativas em educação como modo de sistematização de experiências e saberes populares.

Como temos acompanhado as Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico são novas no contexto de pesquisas acadêmicas, e vem sendo de interesse de pesquisadores comprometidos com pesquisas participativas e com a **Educação popular freiriana**, via radicalização dos **movimentos de usos de Cartas Pedagógicas**. Quero reafirmar o que tenho dito acerca das Cartas Pedagógicas: "Expressa o compromisso ético-político do pesquisador no movimento educativo de pesquisas participativas como ruptura dos processos de colonização do saber, subordinado ao sistema capitalista, educação elitista e sociedade colonial".

Mas ficou uma questão sobre o que caracteriza uma Carta Pedagógica? Como identifica-la como Carta Pedagógica? Não pretendo, de modo algum, apresentar um modelo – mas vou compartilhar como venho trabalhando com Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas. Primeiro, a escolha pela **Pesquisa Participativa** decorre de um lugar, de um contexto, de uma experiência da qual quem escolhe essa metodologia de investigação crítica faz parte. É aqui que precisamos fazer escolhas, o que quero pesquisar a partir de uma experiência? (preciso delimitar o objeto de investigação). Prefiro perguntar: o que queremos pesquisar a partir desta experiência? Qual o

objetivo? Por que quero/queremos sistematizar esta experiência? Quais aspectos centrais nos interessam? Quais as fontes de informações temos para a sistematização? **As Cartas Pedagógicas podem ser um dos instrumentos metodológicos**?

Se nossa pesquisa é participativa, todo processo de investigação e teorização e compartilhado com os sujeitos que estão conosco /que fazem parte da pesquisa. Então, precisamos recordar que **Cartas Pedagógicas** é uma prática pouco conhecida e trabalhada em pesquisas acadêmicas. Tampouco utilizada como instrumento metodológicos. Tenho orientado que o pesquisador/a pesquisadora converse com os sujeitos participantes da pesquisa sobre a proposta de investigação, incluindo a apresentação da proposta do uso de **Cartas Pedagógicas**. Quando fazemos isso, em minha experiência, os participantes dizem que não sabem o que é uma Carta Pedagógica, que nunca escreveram, entre outros apontamentos em torno desta proposta.

Se é verdade que tomamos as nossas pesquisas como processos de pesquisa-formação, podemos propor uma oficina de escrita de **Cartas Pedagógicas**. Podemos propor um círculo dialógico de apresentação de trabalhos que já existem com **Cartas Pedagógicas**, fazendo leituras e estudos sobre a proposta já utilizada por grupos, pesquisadores, etc. Tudo vai depender do nosso contexto.

Não podemos esquecer do papel social, pedagógico e político de quem investiga e sua relação com os sujeitos que participam da pesquisa. Temos uma pesquisa, um tempo para desenvolve-la, um tempo para estudos, um tempo para pesquisa na práxis. Isto tudo, se inscreve na nossa proposta de sistematização e deve constar no relatório de pesquisa. Talvez no corpo da dissertação/da tese, ou em Cartas Pedagógicas nos apêndices como processo de sistematização da prática de pesquisa (só este material, no apêndice, já serve como material de nova pesquisa).

O pesquisador e a pesquisadora se envolvem ativamente com o grupo de pesquisa e sabemos que esse envolvimento extrapola a entrega final da dissertação ou da tese. Na perspectiva crítica da Educação Popular, pesquisadores/as e grupos participantes da pesquisa são formados e transformados no processo de investigação.

Mas o que caracteriza uma Carta Pedagógica? Como identifica-la como Carta Pedagógica? A caracterização, no uso nas pesquisas participativas, dá-se desde o tema escolhido, a questão/questões suleadoras. As Cartas Pedagógicas como Instrumentos Metodológicos de pesquisas participativas partem de um te-

ma, de uma direção que se propõe a recuperação de experiências, análise crítica e dialógica delas e compartilhamento das experiências. Temos algumas questões que nos ajudam a clarear:

1) Por que queremos sistematizar experiências, mediante uma questão central, a partir de Cartas Pedagógicas?

2) Qual o objetivo desta Carta Pedagógica para além da descrição de experiências?

3) O que da experiência pesquisada queremos conhecer a partir de uma Carta Pedagógica? Que aspectos mais nos interessam? (aqui poderá surgir os aspectos que interessam a quem escreve a CP – isto já é um dado de pesquisa)

4) Como vou analisar as Cartas Pedagógicas?

5) Como validarei a análise das informações compartilhadas pelas Cartas Pedagógicas? (vou analisar com os participantes? Vou sistematizar dados, analisar e depois discuti-las com os participantes e se necessários reformular com o grupo?)

São questões que emergiram da minha prática de educadora popular e pesquisadora, na condição de ser a praticante da pesquisa, a participante da pesquisa e orientadora de pesquisas. O que aprendi com as pesquisas com Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas? Identificamos que a Investigação interpretativa, via Cartas Pedagógicas, é carregada de partilhas de conhecimentos que produzem sentidos para quem participou da experiencia sistematizada; encontrei um diálogo fecundo entre objetividade e subjetividades. E, vajamos que diante do dogmatismo rígido da universidade, outro aspecto que nos deparamos foi as formas de escritas de Cartas Pedagógicas. Encontramos Cartas Pedagógicas que traz um poema ou uma letra de música que faz recordar de uma prática educativa. Temos aqui a dimensão da criatividade e da imaginação presentes em Cartas Pedagógicas. São formas plurais de produção de uma Cartas Pedagógicas – os quais estão carregados de categorias objetivas em diálogos com os sujeitos e suas subjetividades – tudo isso, junto e misturado, possibilita a construção do conhecimento transformador. A proposta epistêmica de análise vai partir destes princípios, que pode ser operacionalizada por correntes filosóficas críticas diversas e até plurais – por exemplo, Paulo Freire fez um diálogo crítico e possível entre o marxismo e a fenomenologia (PAULO, 2019).

Quero dizer que a subjetividade é constitutiva das experiências (de quem as escreve e de quem as analisa) e sistematiza. No entanto, a categoria subjetividade em nosso caso, não pode ser interpretada como subjetivismo, como algo irreal que conta apenas em nosso imaginário ou como experiência centrada em um olhar individual. No livro "**Ação cultural para a liberdade – e outros escritos**" Freire afirma que a palavra é "**palavra-ação**'. Nessa perspectiva, coloca a "unidade dialética entre a teoria e a prática, ação e reflexão, subjetividade e objetividade, [...]".

Nosso Grupo de Estudos e Pesquisa (GEP): **Paulo Freire e Educação Popular** construiu, em 2018, um roteiro para análise de Cartas Pedagógicas, devido as nossas aprendizagens coletivas de uso de Cartas Pedagógicas como instrumento metodológico de pesquisas participativas. O roteiro tem nos ajudado a analisar Cartas Pedagógicas com as pessoas que participam do processo de investigação. Em alguns casos, levamos uma primeira sistematização e análise para o Círculo dialógico, e dialogamos sobre esse primeiro movimento de análise e sistematização.

Quadro 1. Roteiro para análise de Cartas Pedagógicas (CP)

1. Quem escreveu a Carta Pedagógica (CP)?
2. A Escrita da CP se dirige a quem?
3. Quando foi escrita a CP?
4. Como foi produzida a CP? (escrita à mão, digitada, tipo de papel, tempo de escrita, etc.).
5. Em que condições a CP foi escrita? (descrever. Ex.: Escrita para pesquisa, de modo presencial)
6. Em que período histórico a CP foi escrita? (contextualizar a CP)
7. A CP reporta-se a que contexto: local, regional, nacional, internacional? Qual?
8. Qual o nível de abrangência ou especificidade da CP? (Grupos específicos, geral, etc.?)
9. Como a CP está estruturada?
10. A CP está fundamentada teoricamente? Como?
11. Quais os objetivos da CP?
12. A CP tem anúncios? Quais?
13. A CP tem denúncias? Quais?
14. A CP parte de alguma "leitura da realidade" a que pretende dar resposta?
15. Quais conteúdos são apresentados na CP (explícitos e implícitos)?
16. Como os conteúdos são dispostos na CP?
17. Qual abordagem metodológica da CP?

Fonte: Dados de pesquisas realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisa "Paulo Freire e Educação Popular" e do grupo de orientação, 2018.

Observamos que pesquisas com estas práticas exigem tempo de dedicação para os processos que sua característica principal, a participação, exige. Por isso, temos muitas possibilidades de trabalhar com Cartas Pedagógicas em nos-

sas pesquisas e cabe reinventarmos sem perdermos o foco nos seus princípios metodológicos: 1) Práxis: escrever para transformar; Ético: compromisso político humanizador; 2) Diálogo crítico pois no contexto da partilha de Cartas (escrevo, recebo resposta e ou ela me faz refletir = característica do diálogo crítico provocador); 3) Antropológico: Relação sujeito de pesquisa - sujeitos populares. Ser mais para humanização; 4) Social: Reconhecer conhecimentos plurais, sentimentos e pensamentos antidogmatismo. Partilha de experiências individuais e coletivas; 5) pesquisa e formação: Autoformação e formação dialógica; 6) Empoderamento: autoinvestigação, autoria, reflexão e aprender a trabalhar coletivamente.

Uma Carta Pedagógica, como instrumento metodológico de pesquisas participativas, tem um direcionamento, parte de um lugar, de um tema, de questões problematizadoras. Quero enfatizar a relação entre pesquisador-participante da pesquisa, os sujeitos participantes, a experiência analisada, o contexto e o tempo delimitado para a recuperação das práticas educativas (recordo que o conceito de educação é amplo, para além da escolarização), etc.

A construção de categorias de análise e a interpretação leva em consideração o método e metodologias escolhidas, o referencial teórico em diálogo com as experiências analisadas e a pluralidade de sujeitos envolvidos no processo de construção da pesquisa. Precisamos criar condições para a participação e diálogos acerca do processo de construção da pesquisa.

As Cartas Pedagógicas tem a dimensão do teórico, do afetivo, do ético, do estético, enfim.... façamos pesquisas com Cartas Pedagógicas como forma de "*Hacer historia desde Abajo y desde el Sur.*" (TORRES, 2017).

Certamente não respondi as perguntas, mas desejaria que a minha Carta Pedagógica sirva para o disparador de novas perguntas e reflexões. Muito obrigada pela noite de ontem e pelo dia de hoje.

Abraços fraterno,
Fernanda Paulo,
Porto Alegre,
10 de junho de 2022.

Referências

CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas**: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. Porto Alegre: ESTEF, 2012

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade** – e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez/Ass., 1982.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiencias**. San José, Alforja, 1994.

JARA, Oscar Holliday, **A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos**. [tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pinevro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach.] 1. ed. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

PAULO, Fernanda dos Santos; PILETTI, Terezinha Conte. F**ormação Continuada de professores do Ensino Médio**: Sistematização de Experiências e Cartas Pedagógicas, HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM) - ISSN: 1809-1628. vol. 35- Nº 2- ago./ out. 2022, p.116-131.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2018

PAULO, Fernanda dos Santos. **Memórias e trajetórias, sistematização de experiências de educação popular e de movimentos sociais**. 1.ed. São Paulo: Diálogo Freiriano, 2019.

PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo (organizadores). **Cartas pedagógicas**: tópicos epistêmico-metodológicos na educação popular. / 1. ed. – Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2.

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação popular nas cartas**

do educador Carlos Rodrigues Brandão: contribuições para a pedagogia latino-americana– Chapecó: Livrologia, 2021.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. – Chapecó: Livrologia, 2022

TORRES, Alfonso Carrillo. **La sistematización de experiencias educativas**: Reflexiones sobre una práctica reciente. In: Pedagogía y Saberes. N.º 13. Universidad Pedagógica Nacional, 1999.

TORRES Carrillo, Alfonso. **Hacer historia desde Abajo y desde el Sur**. Bogotá: Planeta Paz Ediciones desde abajo, 2017.

VIEIRA, Adriano. **Cartas Pedagógicas**. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). Dicionário Paulo Freire. 4. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 75-76.

Carta Pedagógica 56

CARTA CONVITE À REFLEXÃO: COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA, PRÁTICAS RESTAURATIVAS E EDUCAÇÃO POPULAR

Queridas estudantes do curso de Pedagogia do IFRS Alvorada,

Escrevo para compartilhar algumas reflexões sobre três abordagens pedagógicas que considero fundamentais para a promoção de relações humanizadoras em nossa sociedade: a Comunicação Não Violenta (CNV), as Práticas Restaurativas e a Educação Popular.

A Comunicação Não Violenta (CNV) é uma forma de expressão que prioriza o fortalecimento de laços e a instauração de saudáveis relacionamentos. Desenvolvida pelo psicólogo Marshall Rosenberg (2019), a CNV propõe uma nova maneira de expressar nossos desejos e necessidades, optando por um caminho conciliador e pacífico. Para o autor, tratar do tema da CNV foi necessário entender a natureza humana, suas tendências à violência e à compaixão. Sua curiosidade foi despertada por experiências traumáticas de racismo durante sua infância em Detroit (maior cidade do estado do Michigan, na região centro-oeste) e agressões decorrentes de seu sobrenome. A dualidade da natureza humana também foi evidenciada pelo comportamento amoroso de seu tio, que cuidava compassivamente de sua avó paraplégica. Determinado a entender essas discrepâncias, o autor optou por estudar psicologia clínica, embora não tenha encontrado respostas completas durante sua formação formal.

Em sua jornada, ele explorou diversas religiões e estudou pessoas que exibiam compaixão natural, buscando descobrir o que os diferenciava. O resultado de seus estudos é a Comunicação Não Violenta (CNV), um processo que combina pensamento e linguagem para fomentar conexões humanas compassivas. A CNV é entendida como uma manifestação da espiritualidade humana que se concentra no serviço à vida, na conexão com os outros e na contribuição para o bem-estar comum. Para o autor, a CNV visa ajudar as pessoas a se comunicarem de maneiras que enriqueçam a vida e promovam o entendimento mútuo. Apresento as principais ideias sobre a Comunicação Não Violenta (CNV), segundo Rosenberg (2019):

1. **Eficácia e Alcance**: A CNV é uma ferramenta transformadora que está mudando vidas diariamente, desde ambientes domésticos até zonas de guerra. Ela é ensinada globalmente em diferentes ambientes, como empresas, escolas e prisões.

2. **Raízes da Violência**: A CNV identifica e aborda as necessidades não atendidas por trás das ações e palavras das pessoas, ajudando a reduzir hostilidades e curar traumas.

3. **Fortalecimento de Relações**: Este método potencializa relacionamentos, tanto profissionais quanto pessoais, reduzindo mal-entendidos e fortalecendo laços.

4. **Mudança Cultural**: Instituições, corporações e governos estão adotando a CNV em suas estratégias e lideranças, promovendo transformações culturais significativas.

5. **Educação e Comunicação Ineficaz**: A maioria das pessoas foi educada para competir, julgar e diagnosticar, levando a padrões de comunicação baseados em "certo" e "errado". Esses padrões frequentemente resultam em frustrações, raiva e até violência.

6. **Necessidades Humanas**: A CNV foca na identificação e entendimento das necessidades humanas subjacentes por trás das ações e palavras.

7. **Vocabulário de Sentimentos**: Através da CNV, as pessoas aprendem a expressar seus sentimentos e necessidades de maneira mais clara, melhorando a comunicação e compreensão mútua.

8. **Relacionamentos mais Satisfatórios**: Ao reconhecer e compreender as próprias necessidades e as dos outros, é possível estabelecer bases para relacionamentos mais profundos e gratificantes.

9. **Adoção Global**: Muitas pessoas ao redor do mundo já melhoraram seus relacionamentos e vidas através da CNV, tornando-a uma abordagem revolucionária para a comunicação.

Já as P**ráticas Restaurativas**, por outro lado, oferecem uma abordagem alternativa para a resolução de conflitos. São métodos sociais de resolução de conflitos que transcendem a justiça judicial, buscando a satisfação de todos os envolvidos através da responsabilização ativa e do equilíbrio de poder entre vítima e ofensor. Utilizando diversas técnicas, como **círculos restaurativos** e conferências, essas práticas promovem o **diálogo** entre todas as partes afetadas, criando espaços onde os envolvidos têm a **oportunidade de falar e serem ouvi-**

dos.

Sobre Justiça Restaurativa tema, sugiro a leitura do livro organizado por Nei Salles e Virgínia Salles (2018). No livro vocês encontrarão sugestões de meios consensuais de solução de conflitos como ferramentas para acessar a justiça de forma justa e efetiva, envolvendo diretamente as pessoas ligadas no conflito. É mencionado legislações, tais como: Resoluções 125 (2010) e 225 (2016) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que instituíram políticas nacionais para tratar conflitos de interesses, incentivando métodos como conciliação, mediação e justiça restaurativa. Estas abordagens se alinham ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas.

Os autores do livro, contextualizam a temática, trazendo que historicamente, os conflitos eram resolvidos pela força, favorecendo os mais fortes. Para tanto, os autores apresentam os métodos consensuais, que incluem a conciliação, a mediação e a justiça restaurativa, são fundamentados no princípio de valorizar a participação ativa dos indivíduos na resolução de conflitos. É essa inclusão no processo decisório que possibilita a reflexão e a responsabilização necessárias para restaurar as relações que foram rompidas. Além disso, esses métodos também permitem o acolhimento das necessidades das partes envolvidas e da comunidade como um todo.

Por fim, a Educação Popular é uma abordagem político-pedagógica comprometida com conhecimento participativo, dialógico, crítico, orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo, associado a um projeto de sociedade humanizadora, contribui para o tema da nossa aula. Não esqueça, de que uma das suas principais características é utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para a construção problematizadora, crítica e reflexiva do conhecimento, aprendendo a partir do conhecimento do sujeito e ensinando a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele.

Embora essas três abordagens sejam distintas em seus métodos e focos, todas compartilham uma visão comum de promover relações mais saudáveis, empáticas e justas. Elas reconhecem a importância da empatia, do respeito mútuo e da compreensão nas interações humanas. Além disso, todas valorizam a participação ativa dos indivíduos envolvidos, seja na comunicação de suas necessidades e sentimentos (CNV), na resolução de conflitos (Práticas Restaurativas), ou na construção do conhecimento (Educação Popular).

Para nossa aula sugiro um artigo de um amigo, o pesquisador que trabalha este tema na perspectiva de Paulo Freire. Neste caso, Justiça Restaurativa

(JR) e a metodologia freiriana. Em suas palavras:

> Os Círculos de Diálogo que vou referir aqui derivam da metodologia denominada por Círculos de Construção de Paz (CCPs), utilizada, por sua vez, para a transformação de conflitos desde o campo da Justiça Restaurativa (JR) há algumas décadas. Infiro que se aproxima muito dos Círculos de Cultura Popular desenvolvidos por Paulo Freire, no sentido em que mobilizam o diálogo autêntico, não hierárquico, com um protagonismo compartilhado e engajado em transformações da realidade almejadas pelas comunidades envolvidas nessas práticas, permitindo a problematização do conteúdo pela vida e a vida pelo conteúdo no componente curricular de Mundo do Trabalho e Direitos Humanos (MTDH). (LOUSADA, 2021, p. 231).

No texto, o professor Vinícius Lima Lousada explora a Justiça Restaurativa (JR) e os Círculos de Construção de Paz (CCPs). Ele busca familiarizar o leitor com a origem deste movimento, seus conceitos e perspectivas teóricas. Posteriormente, no artigo, ele detalha os aspectos metodológicos dos Círculos de Diálogos implementados em sala de aula, com o objetivo de explicar como essa prática circular ocorre, que é o foco principal deste artigo. (LOUSADA, 2021). Recomendo a leitura!

A Educação Popular, concebida por Paulo Freire, traz uma visão crítica e transformadora da educação. Ela defende que o conhecimento deve ser construído coletivamente, a partir das experiências e realidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo. No contexto da Justiça Restaurativa e da Comunicação Não Violenta, a pedagogia freiriana reforça a importância do **diálogo autêntico** (FREIRE, 1987) e **participativo**, valorizando a voz e a perspectiva de cada sujeito. Os "Círculos de Cultura Popular" de Freire, por exemplo, encontram paralelos com os "Círculos de Construção de Paz", ambos focados em estabelecer espaços de diálogo não hierárquico e na transformação das realidades sociais. Assim, a **Educação Popular** freiriana contribui significativamente para a promoção de relações mais justas, empáticas e humanizadas na educação e na sociedade como um todo.

Em resumo, nossa aula, mediante esta Carta Pedagógica, versou acerca dos temas “Comunicação Não Violenta, as Práticas Restaurativas e a Educação Popular”. Estes temas possuem abordagens pedagógicas distintas, porém, com-

plementares, que visam promover relações mais humanas, empáticas e justas em nossa sociedade. Em uma época em que os conflitos se intensificam e a polarização se aprofunda, a integração dessas metodologias torna-se imperativa para a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, respeitosos e humanizadores. A essência dessas abordagens reside na promoção do **diálogo**, na valorização da **empatia** e na **participação ativa** de todos os envolvidos, sejam eles educadores, alunos ou comunidade.

Espero que essas reflexões contribuam para a formação de vocês e, especialmente, para o seu trabalho educativo diário.

Com carinho,
Fernnada Paulo.

Referências

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LOUSADA, Vinícius Lima. **EDUCACÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCACÃO DE JOVENS E ADULTOS EPT**: círculos de diálogo no IFRS Campus Alvorada. In. FERREIRA, Liliana Soares; ANDRIGHETT, Marcos José.
MARASCHIN, Mariglei Severo; CALHEIROS Vicente Cabrera. (organizadores), **Trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica em diferentes contextos**: desafios e reflexões - volume 2 - Curitiba: CRV. 2021.p. 223-24

ROSENBERG, Marshall B. **A linguagem da paz em um mundo de conflitos: sua próxima fala mudará seu mundo**. Prefácios Dorothy J. Maver e David Hart; tradução Grace Patricia Close Deckers. São Paulo: Palas Athena, 2019.

SALLES FILHO, Nei Alberto; SALLES, Virgínia Ostroski (Org.). **Cultura da paz, direitos humanos e sustentabilidade**: olhares interdisciplinares. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2018.

Carta Pedagógica 57

CARTA RESPOSTA AO AMIGO AGOSTINHO ROSAS: "CARTA PEDAGÓGICA EM QUESTÃO: METODOLOGIA, QUÊ??".

Querido amigo,

Li tua inspiradora "Carta pedagógica em questão: metodologia, quê??". Sem dúvida, é uma das maiores contribuições sobre o uso de "Cartas Pedagógicas como Instrumentos Metodológicos de Pesquisas Participativas" inspiradas pela Educação Popular emancipadora. Durante minha tese, encontrei em "Pedagogia do Oprimido" uma possibilidade de análise de dados da realidade, utilizando a descodificação e codificação. Busquei uma interação entre esses dois conceitos, com base na ideia de codificação apresentada em "Pedagogia do Oprimido" e relacionada ao tema gerador.

A codificação ilustra as partes do problema de estudo e suas relações com o todo. Assim, dialoguei com Paulo Freire, adotando uma abordagem de análise das Cartas Pedagógicas através dos estudos da pedagogia de Paulo Freire, considerando-as como ferramentas de Sistematização de Experiência e documentos. Essa ideia de análise a partir de Paulo Freire foi sugerida por meu orientador, Danilo Streck. Ele me propôs o desafio de criar um instrumento de análise baseado em Paulo Freire.

Levei algum tempo para entender a proposta de Danilo Streck. Entretanto, ao reler "Pedagogia do Oprimido", interagi com o texto e comecei a esboçar a obra. Ao ler sobre codificação, percebi que ali encontraria pistas metodológicas na Educação Popular que me inspirariam.

Ao analisar minha primeira Carta Pedagógica, escrita por Brandão, percebi que ela continha múltiplas **experiências-mundo**. Notei que a carta **não tinha um núcleo temático único**, mas sim um universo temático expresso pelas experiências compartilhadas. Assim, pude analisar esse universo temático (experiências-mundo) através da decodificação, buscando entender os elementos existenciais apresentados na codificação.

Para a decodificação, adotei dimensões analíticas (políticas, epistemológicas, sociais, estéticas, antropológicas e metodológicas) da Educação Popular freiriana. A decodificação foi uma etapa crucial da minha pesquisa, pois me per-

mitiu estabelecer relações entre as partes e o todo, conforme proposto por Freire em "Pedagogia do Oprimido". Dessa forma, consegui documentar parte das experiências compartilhadas pelos pioneiros da Educação Popular.

Agostinho, tua Carta Pedagógica mexeu comigo. Quando um tema de estudo é também nossa opção de vida, a pesquisa se torna uma extensão de nós mesmos. Sentimentos como emoção, prazer, amorosidade e alegria permeiam a prática de pesquisa em Educação Popular. Agradeço pelo presente.

Mencionaste um desenho e esquemas que fizeste. Aprendi que esquemas metodológicos em Educação Popular são essenciais. Nós, que optamos pela Educação Popular, valorizamos a criatividade. Tentarei enviar uma foto do desenho que está na minha tese para te mostrar.

Um forte abraço da amiga,
Fernanda Paulo,
Porto Alegre, 06 de junho de 2022.

Carta Pedagógica 58

UM CONVITE À LEITURA: PRIMEIRA PALAVRAS DE PAULO FREIRE NA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Caro(a) educador (a) do Grupo de estudos Paulo Freire e Educação Popular da AEPPA,

Escrevo-lhe inspirada pelas palavras do educador popular Paulo Freire, que em "Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem", traça pensamentos profundos sobre a educação e a libertação do ser humano. Frase que consta no **Pedagogia do Oprimido**. Convido a fazermos a leitura do livro por partes. Vamos iniciar pelas primeiras palavras

Freire nos lembra que muitos de nós, ao longo da vida, nos descobrimos oprimidos, esfarrapados, mas, mais importante do que a descoberta, é **a luta constante para superar tais condições**. Ele relata suas **observações** ao longo de cinco anos de exílio, combinadas com suas experiências no Brasil, onde exerceu diversas atividades educativas.

Uma das reflexões mais impactantes de Freire é sobre o "medo da liberdade". Ele nos mostra que, ao tentarmos alcançar uma educação verdadeiramente libertadora, muitas vezes nos deparamos com o receio do que a liberdade realmente significa. Há quem veja a conscientização como um perigo, temendo que uma consciência crítica possa levar à anarquia ou à desordem. No entanto, Freire argumenta que é precisamente a conscientização que permite ao indivíduo inserir-se no processo histórico, evitando fanatismos e buscando afirmação.

Neste contexto, Freire critica ambas as perspectivas sectárias, tanto da direita quanto da esquerda, por suas visões distorcidas da realidade. Ele argumenta que o verdadeiro radical é aquele que se compromete com a libertação dos homens, que não teme enfrentar, ouvir e dialogar com o povo. É aquele que busca constantemente conhecer e transformar a realidade.

O “Pedagogia do Oprimido" de Paulo Freire, é uma obra seminal sobre educação e pedagogia crítica. Vou tentar resumir as principais ideias, a partir das “Primeiras palavras”:

Dedicação aos Oprimidos: Freire dedica seu trabalho aos "esfarrapados do mundo", ou seja, aos oprimidos, marginalizados e àqueles que reconhe-

cem sua opressão e lutam contra ela.

Origem das Observações: As reflexões são baseadas em observações feitas durante cinco anos de exílio de Freire e também em suas experiências educativas no Brasil.

Medo da Liberdade: Freire identifica um "medo da liberdade" entre algumas pessoas, que veem a conscientização como potencialmente perigosa ou anárquica. Ele destaca a diferença entre conscientização (que é libertadora) e fanatismo (que é destrutivo).

Descoberta da Consciência Crítica: Há uma discussão sobre a transformação de um indivíduo de uma mentalidade ingênua para uma mentalidade crítica. A conscientização pode levar a sentimentos de desestabilização, mas é essencial para a transformação social.

Conscientização e Libertação: Freire enfatiza que a conscientização não leva ao fanatismo, mas sim à inserção do indivíduo no processo histórico como sujeito ativo. O verdadeiro problema é o medo da liberdade, que leva à passividade e à aceitação da opressão.

Sectarismo x Radicalização: Freire faz uma distinção entre sectarização (fechamento em uma única verdade e rejeição do diálogo) e radicalização (compromisso profundo com a transformação social). A sectarização é reacionária e alienante, enquanto a radicalização é libertadora e crítica.

Papel do Radical: O radical é comprometido com a libertação, está enraizado na realidade e busca transformá-la. Ele não teme o diálogo e se compromete com o povo na luta pela transformação.

Na conclusão de sua introdução, Freire expressa sua gratidão a todos que contribuíram para sua jornada, especialmente a **Elza**, sua primeira leitora e constante fonte de estímulo. Suas palavras nos lembram da importância da crítica construtiva, da reflexão contínua e da humildade no processo educativo. Paulo Freire estabelece as bases para sua "Pedagogia do Oprimido", destacando a importância da conscientização, criticando o medo da liberdade e a sectarização, e enfatizando o papel do educador radical na luta pela libertação. Espero que esta carta, inspirada no profundo pensamento de Paulo Freire, sirva como um convite à reflexão e ao diálogo. Que possamos juntos buscar uma educação que seja verdadeiramente humanizadora.

Com estima e esperança de um futuro mais justo e igualitário, Fernanda Paulo.

Referências

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Carta Pedagógica 59

A EDUCAÇÃO POPULAR CLANDESTINA E DA RESTISTÊNCIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DOS ANOS DE 1970

Escrevo esta Carta Pedagógica para alunas e alunos do sétimo semestre do curso de pedagogia do IFRS Alvorada, componente curricular "Educação Popular", o qual ministro com a professora Carol, docência compartilhada. Me comprometi escrever Cartas Pedagógicas acerca da história da Educação Popular.

Nesta Carta Pedagógica me proponho a mapear as experiências de Educação Popular na década de 1970, que no Brasil estavamos em pleno regime civil militar.

Em meus estudos, desde o mestrado até o pós-doutorado, tenho buscado conhecer, descrever, analisar e interpretar a história da Educação Popular. No meu mestrado em 2013 (Paulo, 2019), localizei dezenas de referências acerca do tema, neste estudo relacionado aos anos de 1970, identifiquei as seguintes ideias, experiências e sujeitos:

Quadro 1- Citação referente a década de 1970	p.
"à grande parte de pesquisas e produções teóricas sobre os Movimentos Sociais se deram a partir da década de 1970, sendo que grande parte delas, são análises de experiências fundamentadas pelo paradigma marxista (GONH, 1995; SADER, 1988)"	123
"a luta dos movimentos populares urbanos por educação desde a década de 1970, resgatando historicamente a expansão do ensino público no referido estado durante os anos de 1950."	124
"no tocante às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) da igreja católica, elas eclodiram no início dos anos de 1970, as quais, de acordo com Gohn (2011) estavam ligadas ao Movimento do Custo de Vida e Movimento das Pastorais de Periferia Urbana, assim como pelas organizações populares, Ação Popular (AP) e Juventude Universitária Católica (JUC). Estas criticavam o capitalismo defendendo o socialismo como caminho para a construção de uma sociedade justa, democrática e libertadora."	224
"se faz importante resgatarmos que a partir da década de 1970 as ações comunitárias passaram a ter parceria da igreja católica, entrelaçadas pela corrente progressista, via Teologia da Libertação."	231
"A Educação Popular passou por diversos momentos (...). A defesa da escola pública popular comunitária, nos anos 70 e 80."	108
"No final dos anos 70, havia nos movimentos comunitários uma identidade construída em torno do trabalho de base, (...)"	226
Referência: PAULO, Fernanda dos Santos. **Memórias e trajetórias: sistematização de experiências de educação popular e de movimentos sociais.** São Paulo: Diálogo Freiriano, 2019.	

Com base no quadro 1 apresentado, podemos identificar os seguintes eixos analíticos:

1. **Pesquisas e Produções Teóricas**: A maioria das pesquisas e produções teóricas sobre os Movimentos Sociais ocorreram a partir da década de 1970, muitas das quais são análises de experiências fundamentadas pelo paradigma marxista.

2. **Luta por Educação**: A luta dos movimentos populares urbanos pela educação destaca-se na década de 1970.

3. **Comunidades Eclesiais de Base (CEB)**: As CEBs da igreja católica, que surgiram no início dos anos de 1970, estavam ligadas ao Movimento do Custo de Vida e Movimento das Pastorais de Periferia Urbana, bem como às organizações populares, Ação Popular (AP) e Juventude Universitária Católica (JUC). Estas criticavam o capitalismo defendendo o socialismo como caminho para a construção de uma sociedade justa, democrática e libertadora.

4. **Ações Comunitárias**: A partir da década de 1970, as ações comunitárias passaram a ter parceria da igreja católica, entrelaçadas pela corrente progressista, via Teologia da Libertação.

5. **Escola pública**: A Educação Popular passou por diversos momentos. A defesa da escola pública popular comunitária se destacou, especialmente no final dos anos 70.

6. **Identidade dos Movimentos Comunitários**: No final dos anos 70, havia nos movimentos comunitários uma identidade construída em torno do trabalho de base. Estes utilizavam a Educação Popular como referência ou vivenciavam metodologias da Educação Popular.

Quadro 2 - Citação referente a década de 1970	p.
Iniciativas da teologia da libertação e pesquisas participativas.	46
Gadotti estuda com Paulo Freire na Suíça.	73
O processo de refundamentação da Educação Popular	110
Muitos textos foram publicados na década de 1970, relacionado a Educação Popular.	182
Influência do catolicismo popular na Educação Popular.	113
No final da década de 1970 a Educação Popular é tema na pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba.	123
Educação Popular como corrente pedagógica e um movimento sociocultural na América Latina.	135
Educação Popular compreendida como trabalho político da prática pedagógica.	184
Paulo Freire escreve Pedagogia do Oprimido com bastante influência marxista.	262
Referência: PAULO, Fernanda dos Santos. Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.	

Com base no quadro 2, identifiquei os seguintes eixos analíticos:

1. **Teologia da Libertação e Pesquisas Participativas**: Iniciativas que envolvem a participação ativa dos indivíduos na construção do conhecimento e na tomada de decisões.

2. **Influência de Paulo Freire**: educadores, como Gadotti, estudaram com Paulo Freire na Suíça, o que pode ter influenciado suas ideias e práticas pedagógicas.

3. **Refundamentação da Educação Popular**: O processo de revisão e reformulação dos princípios e práticas da Educação Popular.

5. **Publicações sobre Educação Popular**: Muitos textos foram publicados na década de 1970, relacionados à Educação Popular.

5. **Influência do Catolicismo Popular**: A influência das práticas e crenças do catolicismo popular na Educação Popular.

6. **Educação Popular na Pós-Graduação**: No final da década de 1970, a Educação Popular tornou-se tema de estudo na pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba.

7. **Educação Popular como Corrente Pedagógica**: A concepção da Educação Popular como uma corrente pedagógica e um movimento sociocultural na América Latina.

8. **Trabalho Político da Prática Pedagógica**: A compreensão da Educação Popular como um trabalho político inserido na prática pedagógica.

9. **Influência Marxista em Paulo Freire**: A obra "Pedagogia do Oprimido" de Paulo Freire foi fortemente influenciada pelo marxismo.

Quadro 3- Citação referente a década de 1970	p.
Movimento de Educação Popular, Movimentos Populares e Comunidades Eclesiais de Base.	55
Na década de 1970, o trabalho realizado pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), ligado à igreja católica, tinha como bandeira de luta os processos de libertação via trabalho popular, mediados por militantes, associações de bairro e comunidades, clube de mães, intelectuais - estes em oposição ao militarismo.	69
Nas décadas de 1970 e 1980, vimos presente, através das cartas, a educação indígena e o negro como tema central de discussão, sobretudo a partir de projetos populares de Educação Popular.	71
Brandão atuando no Movimento de Cultura Popular e como professor universitário, tendo a Cultura e Educação Popular como temas de pesquisa.	72
Das 56 cartas na década de 1970: já encontramos A Educação Popular, mesmo timidamente. Contudo, em 21 destas cartas, verificamos a presença de ideias e temas da Educação Popular. Um exemplo pontual é, novamente, a Educação de Adultos com sentido de Educação Popular. Em uma carta de 7 de setembro de 1976, para Jether (não tem o nome do destinatário), falando da tradução para o português do livro de Júlio Barreiro, "Educación popular y proceso de conscientização" (1979), está explícito o compromisso social, a luta pela mudança e transformação (PAULO, 2018). Sobre Júlio Barreiro e a relação com Brandão, indicamos o verbete de Souza, Ribeiro e Pereira (2021). Lá, encontramos a contextualização da obra referida. Em síntese, —o pseudônimo Júlio Barreiro nasceu de uma escolha coletiva[...], o pseudônimo é uma expressão de resistência subversiva à ditadura militar, operante na época em nossa América Latina. (SOUZA; RIBEIRO; PEREIRA, 2021, p. 112). Décadas de 1970 aparece publicações sobre Educação Popular no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).	97
TRABALHO, EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE: temas trabalhados, como exemplo, projeto Meio Grito em que Brandão participou.	105
Livro: Educação Popular e conscientização‖, escrito nos primeiros anos de 1970.	107
Seguindo a década de 1970, os temas dos anos de 1960 permanecem, e outros surgem, como Educação Popular abrangendo literatura popular, Poema popular e político, arte popular, religião popular, música popular, cultura popular, catolicismo popular, saúde popular, saberes populares, entre outros temas, como Mudança Social, Conscientização	109
Educação de classe, Educação do sistema, identidade étnica, negro no Brasil, lutas, limites Políticos da Educação, entre outros. Esses temas estão mediados pela Educação Libertadora, que pressupõe palavração (FREIRE,1987). Na Pedagogia do oprimido (FREIRE, 1987), Freire diz que é pelo diálogo que as pessoas se organizarão para a conquista de sua libertação. Esse diálogo é crítico e problematizador.	109 - 110
Nas cartas, o MEB compõe a trajetória de Brandão e a influência das ideias do catolicismo popular. Segundo Beatriz Costa ([entre 1970 e 1980], p. 3), —a pastoral popular expressa hoje, por parte de muitos agentes de pastoral, uma opção de unir-se aos setores populares para reforçar o processo de transformação social.	130
Referência: PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. Educação Popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão: contribuições para a pedagogia latino-americana– Chapecó: Livrologia, 2021.	

Com base no quadro apresentado, pude identificar os seguintes eixos analíticos:

- Movimento de Educação Popular: A luta pela educação como um direito fundamental, especialmente nas comunidades mais pobres e marginalizadas.
- Movimentos Populares e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): O papel das CEBs na luta por direitos sociais e políticos, especialmente durante a ditadura militar.
- Educação Indígena e Afro-Brasileira: A presença desses temas nas discussões sobre educação popular nas décadas de 1970 e 1980.
- Cultura e Educação Popular: A atuação de Brandão no Movimento de Cultura Popular e como professor universitário, tendo a Cultura e Educação Popular como temas de pesquisa.
- Educação Popular nas Publicações: A presença da Educação Popular nas publicações do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) na década de 1970.
- Trabalho, Educação Popular e Saúde: A interseção desses temas em projetos como o Meio Grito, em que Brandão participou.
- Influência Marxista na Educação Popular: A influência do marxismo na Educação Popular, como evidenciado no livro "Educação Popular e Conscientização" escrito nos primeiros anos de 1970.
- Educação Libertadora: A presença da pedagogia libertadora de Paulo Freire nas discussões sobre educação popular, com ênfase no diálogo crítico e problematizador como meio de organização para a conquista da libertação.
- Influência do Catolicismo Popular: A influência das ideias do catolicismo popular na trajetória de Brandão e na educação popular.
- Luta por Educação: A luta por uma educação de qualidade, especialmente em comunidades urbanas populares, ganhou destaque. Isso demonstra a centralidade da educação nas demandas dos movimentos sociais da época.

Para qualificar a sistematização, vou fazer o cruzamento dos dados dos três quadros. Com base nas citações, os principais eixos analíticos da presença da educação popular na década de 1970 são:

1. **Pesquisas e Produções Teóricas**: Na década de 1970, houve um aumento significativo nas pesquisas e produções teóricas relacionadas à Educação Popular, muitas das quais foram fundamentadas pelo paradigma marxista.

2. **Luta por Educação ea Defesa da Escola Pública**: A luta por uma educação de qualidade, especialmente em comunidades urbanas populares, ganhou destaque. Observou-se a centralidade da educação nas demandas dos movimentos sociais da época. O foco na escola pública popular e comunitária indica a ênfase na democratização do acesso à educação.

3. **Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e Influência Católica**: As CEBs e outras organizações religiosas, como a Ação Popular (AP) e a Juventude Universitária Católica (JUC), tiveram um papel fundamental na promoção da Educação Popular. Elas também criticaram o capitalismo e defendiam o socialismo como um caminho para uma sociedade mais justa e equitativa.

4. **Educação Popular e Ações Comunitárias**: A parceria da igreja católica com ações comunitárias, especialmente via Teologia da Libertação, destaca a intersecção entre religião e educação popular na promoção de transformações sociais.

5. **Identidade dos Movimentos Comunitários**: A formação de uma identidade em torno do trabalho de base nos movimentos comunitários, com a Educação Popular como referencial, mostra a centralidade da educação nas estratégias de mobilização e organização desses movimentos.

6. **Influência de Paulo Freire**: A figura de Paulo Freire, um dos maiores expoentes da Educação Popular, teve grande influência na década de 1970, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Sua abordagem pedagógica, centrada no diálogo e na problematização, foi fundamental para a concepção da Educação Popular.

7. **Refundamentação da Educação Popular**: Este eixo destaca a revisão e reformulação dos princípios e práticas da Educação Popular, indicando um processo de reflexão e evolução da abordagem.

8. **Educação Popular como Corrente Pedagógica**: A concepção da Educação Popular não apenas como uma estratégia de mobilização, mas como uma corrente pedagógica própria, indica sua relevância e consolidação no campo educacional.

9. **Trabalho Político da Prática Pedagógica**: Este eixo ressalta a compreensão da educação não apenas como um processo de transmissão de conhecimento, mas como um trabalho político, com implicações para a transformação

social.

10. **Cultura e Educação Popular**: A relação entre cultura e educação popular, especialmente através da figura de Brandão, destaca a importância de considerar os aspectos culturais na prática pedagógica.

Ao analisar esses eixos, fica evidenciado que a década de 1970 foi um período de efervescência e consolidação da Educação Popular no Brasil, marcada pela interação entre teoria e prática, pela influência de figuras como Paulo Freire, e pela busca de uma educação que fosse relevante, crítica e transformadora. Dentre as experiências destaco a Pesquisa Participante. Ela é uma metodologia que se consolidou na América Latina nas décadas de 1970 e 1980, marcada por uma forte preocupação em unir teoria e prática, tendo como objetivo a transformação social.

Os eixos analíticos podem ser considerados para entender sua essência e impacto da Educação Popular.

Eixo Político:	O cerne da Pesquisa Participante reside em permitir que setores populares e 'oprimidos' compreendam e se apropriem de sua realidade, visando transformá-la. O lema "conhecer para transformar" encapsula essa missão ético-política, evidenciando o caráter político dessa metodologia. Durante as décadas de 1970 e 1980, a historiografia latino-americana foi fortemente influenciada pelo marxismo. Esse contexto ideológico refletiu na Pesquisa Participante, que adotou uma perspectiva crítica ao capitalismo e buscou compreender e confrontar estruturas de poder e opressão.
Eixo Educacional:	A Pesquisa Participante adotou uma abordagem que rejeita o distanciamento entre o sujeito e o objeto de estudo, argumentando que a realidade deve ser estudada de forma integrada e colaborativa. Essa metodologia foi aplicada em diversas áreas, como educação, saúde e comunicação. Recuperando o conceito marxista de práxis, a Pesquisa Participante vê o estudo da realidade como um processo cíclico, que combina ação e reflexão. Isso reforça a ideia de que o conhecimento não é apenas teórico, mas deve ser colocado em prática para promover mudanças.
Eixo Histórico:	Na América Latina da década de 1970 pesquisas foram realizadas cujo foco estava em compreender os contextos sociais, educacionais e culturais dos países latino-americanos. A **Pesquisa Participante**, nesse contexto, emergiu como uma contraposição a abordagens tradicionais, buscando dar voz e protagonismo a esses grupos. Aqui temos a intersecção com os eixos educacional e político.
Fonte: Fernanda Paulo	

Vou tentar fazer a triangulação de dados utilizando as múltiplas experiências de Educação Popular. Ao adotar uma perspectiva marxista, desde Paulo Freire, que tem como núcleo a análise crítica das relações de poder e de classe na sociedade, pude explorar os temas apresentados para melhor compreender a

natureza e a dinâmica da Educação Popular na América Latina, especialmente na década de 1970.

Apresento, na sequência, uma interpretação marxista sob o uso de Paulo Freire, desde as ideias, experiências e sujeitos, organizando-as em três eixos, a saber:

EIXO POLÍTICO:

• **Movimento de Educação Popular e CEBs**: Ambos representam uma resistência contra as estruturas dominantes, buscando uma transformação social. Sob uma ótica marxista, eles podem ser vistos como movimentos de contraposição à hegemonia das classes dominantes, buscando empoderar os oprimidos.

• **Influência Marxista na Educação Popular**: A presença do marxismo na Educação Popular indica um comprometimento com a análise das relações de classe e poder na sociedade, bem como uma aspiração por uma transformação revolucionária.

• **Educação Libertadora**: A ênfase no diálogo crítico, inspirado em Paulo Freire, demonstra uma tentativa de conscientizar os oprimidos sobre suas condições e motivá-los a agir contra as estruturas de poder.

EIXO EDUCACIONAL:

• **Educação Indígena e Afro-Brasileira**: A inclusão desses grupos nas discussões destaca que a Educação Popular decolonial e multicultural crítica estava presente na década de 1970. A partir de uma perspectiva marxista, isso pode ser interpretado como uma tentativa de desafiar as narrativas dominantes e incluir vozes marginalizadas e invisibilizadas no discurso e nas práticas educativas.

• **Cultura e Educação Popular**: A relação entre cultura e Educação Popular, especialmente na atuação de Brandão, sugere uma tentativa de integrar práticas culturais locais na pedagogia, desafiando assim os modelos educacionais eurocêntricos dominantes.

• **Trabalho, Educação Popular e Saúde**: A intersecção destes temas sugere uma abordagem holística da educação, que não apenas se concentra na transmissão de conhecimento, mas também na promoção da dignidade humana. Chamei de Educação Popular intersetorial, ao fazer um estudo das décadas de

60 a 80.

• **Pesquisa Participante**: uma proposta educativa e pedagógica enquanto manifestação da interseção entre política e história na América Latina das décadas de 1970 e 1980. Suas características e métodos refletem uma busca por justiça social, empoderamento das comunidades e transformação da realidade através da ação participativa e reflexão integradas.

EIXO HISTÓRICO:

• **Contexto Histórico**: A década de 1970 foi marcada por regimes autoritários na América Latina, e a presença de movimentos como o de Educação Popular e as CEBs indica uma resistência contra essa opressão. A partir de uma perspectiva marxista, isso pode ser visto como uma luta contra a superestrutura dominante imposta por esses regimes.

• **Educação Popular nas Publicações**: A presença da Educação Popular em publicações como as do CEDI reflete uma tentativa de documentar, disseminar e fortalecer a Educação Popular, servindo como uma contra narrativa às perspectivas educacionais dominantes.

O Movimento de Educação Popular e CEBs, podem ser destacados como experiências de resistência ao regime ditatorial. A educação realizada nestes movimentos tornou-se uma ferramenta de resistência. As CEBs, com forte influência da Teologia da Libertação, atuaram em áreas urbanas e rurais, promovendo educação para conscientização e a organização popular. Essa estratégia de atuação em espaços mais "invisíveis" para o regime permitiu uma resistência contínua, mesmo em tempos de intensa repressão. Chamo a este contexto de Educação Popular de transgressora e da resistência.

Ao triangular esses eixos, fica evidente que a Educação Popular, nas décadas de 1970 e 1início dos anos de 1980, foi mais do que uma mera corrente pedagógica; foi uma resistência, um movimento político e uma reivindicação de direitos. Sob uma ótica marxista, representou uma luta contra a hegemonia das classes dominantes e uma busca por empoderar os oprimidos para transformar a sociedade.

É preciso recordar que a Educação Popular na década de 1970, no Brasil, é marcado por um contexto político pela ditadura civil-militar (1964-1985). Esse foi um período marcado por intensa repressão política, censura, tortura e

perseguição a opositores. No entanto, mesmo sob esse regime opressor, emergiram movimentos de resistência e luta por direitos, entre os quais se destaca a Educação Popular. Identifico que muitas das práticas de Educação Popular neste período realizavam-se como resistência ao regime político e da instauração da educação tecnicista. Para rememorar esse período, vou copiar um e-mail de Carlos Rodrigues para mim:

> *Fernanda Paulo,*
> *Estou enviando pra você uma nova versão do prefácio de nosso livro.*
> *E tenho uma boa razão para isto.*
> *Veja o que está escrito em letra azul no anexo.*
> *Imagine que estive na Rosa dos Ventos. Abri o arquivo e as pastas de cartas.*
> *Peguei uma carta ao acaso. Uma cópia de carta em papel carbono, e numa pequena e fina folha de papel.*
> *E era uma carta que eu nunca lembrava que havia escrito. Uma carta em que acusava o recebimento de uma carta do Paulo Freire.*
> *Uma carta enviada por ele em 1966. E em que ele estaria acusando o recebimento do pequeno artigo sobre o seu método de alfabetização*
> *que eu escrevi no México e que foi publicado mimeografado pelo CREFAL.*
> *Procurei e não encontrei a carta do Paulo mandada do Chile. Temo que tenha sido uma das muitas "cartas queimadas".*
> *Eu a coloquei no Prefácio. Veja se ela já era conhecida sua Se está no livro já. Se não, valeria a pena deixar o prefácio novo no lugar do anterior.*
> *Para mim esta pequena carta é uma preciosidade.*
> *Veja o anexo e decida.*
> *Carlos*
> *10 de dez. de 2021*

Vejamos com atenção: 1) "Temo que tenha sido uma das muitas "cartas queimadas". 2) atividades realizadas, como ler livros de Paulo Freire com outra capa para não identificar a obra e autor (relato de Balduino Andreola para mim). 3) reuniões em porões e casas de militantes da Educação Popular (Relato de Celso Beisiegel para mim). Estes três argumentos reforçam a minha tese de que neste período de ditadura civil militar, podemos caracterizar a **Educação Popular como clandestina e de resistência política e pedagógica**.

Por fim, a década de 1970 no Brasil foi marcada por intensos movimen-

tos sociais e pedagógicos que buscavam se contrapor e resistir à opressão imposta pela ditadura civil-militar. A Educação Popular emergiu como uma poderosa ferramenta de conscientização, mobilização e resistência. Através de seus diversos eixos - político, educacional e histórico - é possível identificar as nuances e profundidades dessa corrente político-pedagógica.

Em conclusão, a Educação Popular e a Pesquisa Participante, em sua essência, representam mais do que simples metodologias pedagógicas; elas são um chamado à ação, um convite à resistência e à transformação. Eles servem como lembretes poderosos de que a educação, quando enraizada na realidade e nas necessidades das pessoas, pode ser uma ferramenta político-pedagógica poderosa para a transformação social.

Um forte abraço,
Fernanda dos Santos Paulo,
27 de setembro de 2023.

Carta Pedagógica 60
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO BRASIL

Essa aula é para o curso de Educadores (as) Sociais. Escrevo esta Carta Pedagógica porque a afirmação que eu li no chat pedagógico acerca da "Educação Popular ser informal e associada apenas aos movimentos sociais, talvez por isso não contemplaria a concepção de educação dos educadores sociais.' Estávamos falando da concepção de educação social e Educação Popular.

Essa afirmação me provocou a escrever uma Carta Pedagógica sobre as cartas de Carlos Rodrigues Brandão. Ao final vou sugerir o artigo que publiquei este ano.

A intersecção entre saúde e educação no Brasil é historicamente rica e diversificada, com múltiplas práticas educativas que se entrelaçam nos dois campos. As iniciativas, como os Agentes Comunitários de Saúde (mais recente, inclusive eu fui agente comunitária de Saúde no bairro Lomba do Pinheiro- PSF Panorama) e mais antigo, os agentes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estes últimos que operam sob a Teologia da Libertação, são exemplos dessa integração entre Educação Popular e Saúde.

Simultaneamente, nas escolas, programas específicos abordam temas de saúde, como feminismo, drogadição e sexualidade, e postos de saúde oferecem grupos para diversos segmentos da população. No entanto, nem todas essas iniciativas são alinhadas à Educação Popular em Saúde.

A Educação Popular em Saúde no Brasil emergiu entre os anos de 1950 e 1970. Durante esse período, houve um aumento das experiências educativas de medicina comunitária, que promoviam o diálogo entre diferentes saberes. (VASCONCELOS; VASCONCELOS; SILVA, 2015.)

Movimentos sociais, particularmente o Movimento de Educação de Base (MEB) e as CEBs, desempenharam um papel vital nesse desenvolvimento. No início do século XX, o foco estava em campanhas educativas de curta duração, como a promoção da água potável e vacinação, que dependiam principalmente da transmissão unidirecional de informações. (MAUÉS, 2010; PAULO, 2018).

Vasconcelos (1998), uma figura proeminente no campo da Educação Popular em Saúde, aponta que, durante os séculos XIX e XX, as iniciativas de Educação Popular e Saúde eram percebidas pelos governantes como ferramentas para prevenir problemas e doenças, muitas vezes moldadas pelas demandas

econômicas do país. Durante a Primeira República, houve um crescimento das ações educativas e de saúde, impulsionadas por ideias positivistas.

A década de 1960 trouxe planos políticos voltados à Medicina Preventiva. No entanto, foi apenas com a Constituição de 1988 que o verdadeiro ethos da Educação Popular, que enfatiza o diálogo e a participação, foi incorporado nas políticas de saúde pública. Nesse contexto, apesar do modelo dominante, surgiram propostas alternativas de movimentos populares e partidos de esquerda, culminando na emergência da Educação Popular. Dom Hélder Câmara, associado ao MEB, foi uma figura central desse movimento, defendendo a Educação Popular como um meio de conscientização política. (VASCONCELOS, 1988, 2004, 2010, 2012).

A abordagem da Educação Popular, que ganhou destaque na década de 1960, desafiou os métodos educacionais tradicionais, adotando uma perspectiva crítica, humanizadora e subversiva. Embora o termo "Educação Popular" tenha origens mais antigas, seu significado foi se transformando ao longo do tempo.

Fávero e Motta (2016), junto com outros pesquisadores, tem trabalhado para resgatar a memória da Educação Popular no Brasil. Eles argumentam que, apesar da vasta tradição de práticas educativas populares no país, muitas dessas experiências não são suficientemente reconhecidas no meio acadêmico. As publicações, como os **Cadernos do CEDI e os Cadernos de Educação Popular do Nova**, são testemunhos dessas práticas, documentando diversas experiências relacionadas à Educação Popular, incluindo sua intersecção com a saúde.

Outros educadores, como Carlos Rodrigues Brandão, também deixaram marcas significativas no campo. Seu trabalho, juntamente com as contribuições de Paulo Freire, destaca a relação intrínseca entre saúde e educação. A pesquisa documental, especialmente por meio dos Cadernos do CEDI e do NOVA, fornece dados importantes sobre a intersecção da saúde e Educação Popular no Brasil. Escrevi um artigo sobre isso "A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS CARTAS DE CARLOS RODRIGUES BRANDÃO'

Nesse sentido, esta Carta Pedagógica, argumenta que as experiências de Educação Popular e Saúde no Brasil, particularmente aquelas documentadas nas Cartas de Carlos Rodrigues Brandão e nas revistas mencionadas, têm sido centrais na formação do campo da Educação Popular em saúde. Essas fontes são cruciais para entender a trajetória e a evolução da Educação Popular no contexto brasileiro, demonstrando sua relevância e potencial para a transformação social e política.

A Educação Popular, fundamentada na valorização dos saberes locais, no diálogo e na participação ativa das comunidades, se consolida como uma ferramenta essencial para os **educadores e educadoras sociais e agentes comunitários de saúde**. Estes profissionais, atuando na linha de frente das comunidades, são chamados a reconhecer e valorizar os saberes e práticas locais, promovendo a conscientização e a transformação social. **Ao adotar a Educação Popular como concepção de trabalho**, eles não apenas honram a rica tapeçaria cultural e histórica das comunidades com as quais trabalham, mas também promovem uma abordagem mais inclusiva, democrática e transformadora do campo da educação social e da saúde. Esta concepção permite que os educadores e educadoras sociais e agentes de saúde se conectem de forma mais profunda com as comunidades, incentivando a cocriarão de soluções intervenção educativa, trabalho com metodologias participativas e fortalecimento dos vínculos entre comunidades e políticas sociais nas comunidades.

Referências

BRASIL. Portaria nº 1.256, de 17 de junho de 2009. **Institui o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. **Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - PNEP-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Portaria nº 11, de 23 de maio de 2014. **Institui o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História da Educação Popular no Brasil**. Entrevista concedida a Fernanda dos Santos Paulo. Tese de Doutoramento. Janeiro, 2017.

FÁVERO, Osmar; MOTTA, Elisa. **Educação popular e educação de jovens e adultos**: memória e história. Memória e Acervos Documentais: o arquivo como espaço produtor de conhecimento. VIII Encontro Nacional do Centro de Me-

mória - Unicamp. 26 a 28 de julho de 2016.Unicamp - Campinas: SP. (p. 1-15).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MAUÉS, Raymundo Heraldo**. Comunidades "no sentido social da evangelização"**: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. Relig. soc. vol.30 no.2 Rio de Janeiro 2010.

PAULO, Fernanda dos Santos. **CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (1940)**. In.: PITANO, Sandro de Castro; STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. (org.). Paulo Freire: uma arqueologia bibliográfica. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

PAULO, Fernanda dos Santos; SANTOS, Márcia Selau. **Cartas de Carlos Rodrigues Brandão e a Educação Não Escolar**. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo. (organizadores). Cartas pedagógicas: tópicos epistêmico-metodológicos na educação popular. 1. ed. – Chapecó: Livrologia, 2020. (Coleção Paulo Freire; v. 2).

PAULO, Fernanda dos Santos; TESSARO, Monica. **A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO POPULAR NAS CARTAS DE CARLOS RODRIGUES BRANDÃO**. Linguagens, Educação e Sociedade, [S. l.], v. 27, n. 53, p. 327-352, 2023.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular nos serviços de saúde.** São Paulo: Hucitec, 1988.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular**: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-84, 2004.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação popular em saúde**: constituição e transformação de um campo de estudos e práticas na Saúde Coletiva. In: PELICIONI, M. C.; MIALHE, F. L. **Educação e promoção da saúde**: teoria e prá-

tica. São Paulo: Santos, 2012. p. 313-48.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; VASCONCELOS, Marcos Oliveira Dias; SILVA, Marísia Oliveira da. **A contribuição da Educação Popular para a reorientação das práticas e da política de saúde no Brasil**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 24, n. 43, p. 89-106, jan./jun. 2015.

Carta Pedagógica 61

CARTA PEDAGÓGICA SOBRE O MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Caros educadores, gestores e lideranças

Escrevo esta Carta Pedagógica com o propósito de elucidar, inspirar e orientar a prática educativa da Pedagogia Dos Direitos Sociais no Brasil, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, publicado em 2014. Ano que vem fará 10 anos e nosso desafio, no atual governo, é institucionalizar esse documento, mas em uma versão atualizada. Antes de detalhar o documento, vou apresentar em oito pontos o conteúdo trabalhado no Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, a saber:

1. **A NECESSIDADE DE UMA ORIENTAÇÃO COERENTE**: Compreende-se que a Educação Popular é um caminho para humanização e emancipação do nosso povo. Ela se propõe a otimizar ações educativas, adaptando-as às diversas realidades, e valorizando saberes populares.

2. **RESGATANDO NOSSA HISTÓRIA**: A Educação Popular, em nosso país, tem raízes profundas. Destaca-se a influência indelével de Paulo Freire, cuja pedagogia transformadora emergiu de suas experiências em Angicos-RN e se consolidou em sua gestão em São Paulo.

3. **A ESSÊNCIA TRANSFORMADORA DA EDUCAÇÃO POPULAR**: Enfatiza-se que a Educação Popular não é meramente um método, mas sim uma prática que combina teoria e ação, visando o protagonismo e transformação das classes populares.

4. **INTEGRAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**: É desejo do Governo (Estado) que a Educação Popular seja a base orientadora de políticas sociais. Que gestores e líderes comunitários possam beber de suas fontes epistemológicas e históricas para criar políticas públicas emancipatórias.

5. **REFORÇANDO NOSSOS PASSOS**: Celebra-se as iniciativas recentes que fortaleceram institucionalmente a Educação Popular. Cada passo dado é considerado um avanço em direção a uma sociedade mais justa e equit

6. **COMPREENDENDO NOSSAS RAÍZES**: Reconhece-se que a trajetória da Educação Popular no Brasil é marcada por desafios e resiliência. Seu renascimento após a redemocratização e a influência de movimentos sociais são testemunhos de sua relevância e poder.

7. **ABRAÇANDO A CONCEPÇÃO FREIRIANA**: Paulo Freire nos deixou um legado precioso: o diálogo, amorosidade, conscientização e a busca pela transformação. Estes conceitos estão presentes no documento, acompanhados por um convite: Que possamos, como educadores, abraçar esses princípios e integrá-los em nossa prática cotidiana.

8. **A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO**: A sistematização é uma ferramenta política e pedagógica que nos permite refletir criticamente sobre nossas experiências, aprendendo e adaptando-nos de forma contínua.

Encorajo todos vocês a se inspirarem desde estes oito pontos apresentados nesta carta e a lerem na integração "Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas'. Que cada um de nós, em nossas respectivas funções e contextos, possamos contribuir para uma educação verdadeiramente transformadora, centrada na perspectiva da Educação Popular. Em anexo a esta Carta Pedagógica encaminho uma síntese do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Ela será nosso ponto de partida para a aula. Leiam, por favor.

Com estima e comprometimento,
Fernanda Paulo,
Abril de 2023.

Referências

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília, DF, 2014.

ANEXO PARA AULA COM EDUCADORES SOCIAIS, EDUCADORES DAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCADORES POPULARES

SÍNTESE DO MARCO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Encaminho uma síntese que fiz para nossa aula. Oriento que leiam e tragam anotações para a aula. Recordando que o nosso curso se destina a educadoras da Educação Infantil Comunitárias, mas temos educadores sociais, coordenadores pedagógicos, dirigentes, gestores, lideranças comunitarias e militantes da Educação Popular em nosso curso. Portanto nossa aula terá como tema: *A Educação Popular e políticas públicas*.

O **Marco de Referência de Educação Popular** visa estabelecer orientações, reflexões, conceitos, alinhado à metodologia da Educação Popular, para programas e políticas públicas. Ele busca auxiliar os setores do Governo a otimizar suas ações educativas, adaptando-se, intencionalmente, às diversas realidades, valorizando os saberes populares e promovendo a humanização e emancipação da população por meio das **políticas públicas**.

A Educação Popular no Brasil é marcada por uma rica trajetória de práticas e experiências que emergiram das classes populares, sindicatos, universidades, áreas urbanas e rurais, entre outros espaços. U**m marco significativo foi a experiência de alfabetização em 1963 conduzida por Paulo Freire em Angicos-RN. Freire também coordenou o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) durante o Governo João Goulart**, com o objetivo ambicioso de alfabetizar cinco milhões de adultos. Além disso, **sua gestão como secretário municipal de educação em São Paulo fortaleceu o reconhecimento da Educação Popular**.

O "**Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**" busca valorizar práticas de Educação Popular, incentivando políticas emancipatórias e sua integração nas políticas públicas. O documento também celebra **Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira**, enfatizando o **papel vital da Educação Popular** na formação do povo brasileiro e sua influência no desenvolvimento nacional.

A **Educação Popular** combina uma concepção prático-teórica com uma metodologia que prioriza o **diálogo** e o **protagonismo** das classes populares nas transformações sociais. Originada nas lutas populares do Brasil, esta abordagem tem sido uma chave para várias conquistas na história brasileira. Um estudo realizado pelo Departamento de Educação Popular e Mobilização Social/SNAS/SG identificou mais de 100 ações formativas de Educação Popular.

O "**Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**" surge deste mapeamento e visa orientar a prática de políticas sociais com origem na ação pública, enfatizando a participação e emancipação. Este documento não é um tratado exaustivo sobre Educação Popular, mas sim um guia para a Política Nacional da Educação Popular. **Ele reconhece o potencial político e pedagógico de cada política pública e é destinado a gestores públicos e setores organizados da sociedade, abordando as bases históricas e epistemológicas da Educação Popular e fornecendo princípios e diretrizes para políticas públicas emancipatórias**.

Nos últimos anos, houve um movimento para consolidar o Marco de Referência da Educação Popular, reconhecendo e dando visibilidade a práticas e experiências tanto da sociedade quanto do governo. Destacam-se os seguintes momentos:

1. Rede de Educação Cidadã (Recid):

• Fundada em 2003, a Recid é uma colaboração entre o governo e a sociedade, envolvendo várias entidades, movimentos sociais e educadores.

• Desde 2006, com seu Projeto Político Pedagógico, a Recid defende a Educação Popular como política pública.

• Em eventos como o Fórum Social Mundial e o Fórum Social das Américas, a Recid defendeu a Educação Popular como política pública. A construção da Política Nacional de Educação Popular (PNEP) tornou-se uma prioridade para a Recid, resultando em várias atividades e participações em conferências nacionais.

2. Interação com Universidades e Organizações:

• Em 2012, foi organizado um mapeamento de instituições educacionais voltadas para a Educação Popular no Brasil.

• Seminários e oficinas foram realizados com universidades, centros de Educação Popular e ministérios para discutir a relevância da Educação Popular

no Brasil.

• Em eventos como o Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação (Anped), a proposta da Política Nacional de Educação Popular foi debatida.

Essas iniciativas refletem um esforço contínuo para reconhecer e fortalecer a Educação Popular no Brasil, buscando integrá-la nas políticas públicas. Ao longo dos anos, foram tomadas várias medidas para fortalecer institucionalmente a Educação Popular:

1. Em 2007, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi aprovado, com foco na educação não formal e na Educação Popular em Direitos Humanos.
2. A I Conferência Nacional de Educação, em 2010, ressaltou a importância de conectar a educação formal com experiências de educação não formal.
3. Em 2011, foi criado o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã.
4. Entre 2011 e 2012, o referido departamento realizou mapeamentos e seminários para promover a Educação Popular.
5. Em 2012, foi construída a Recomendação nº 08, focada em Diretrizes Políticas Metodológicas para a Educação em Economia Solidária, tendo a Educação Popular como referência.
6. Em 2012, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.
7. Entre 2011 e 2012, foram estabelecidos diálogos entre diferentes entidades governamentais e de Educação Popular.
8. Desde 2011, a Secretaria Geral da Presidência da República tem priorizado a formulação da Política Nacional de Educação Popular.
9. De 1941 a 2013, 138 conferências nacionais foram realizadas, muitas delas abordando a educação, e várias resoluções assumiram a Educação Popular.

Essas iniciativas sublinham os esforços para integrar e fortalecer a Educação Popular no âmbito das políticas públicas brasileiras.

A Educação Popular no Brasil apresenta uma trajetória complexa, marcada por desafios conceituais e políticos. Historicamente, o conceito de Educa-

ção Popular variou, abrangendo desde o direito universal à escola até a visão emancipatória de transformação da sociedade. **Durante o século XX, a Educação Popular foi influenciada por diversos movimentos sociais, como os anarquistas da década de 1920, movimentos sindicais, organizações ligadas à Igreja Católica e movimentos estudantis**.

A **ditadura militar (1964-1984)** reprimiu e alterou significativamente a trajetória da Educação Popular, promovendo uma visão mais alinhada ao mercado e ao desenvolvimento econômico. Contudo, a redemocratização do Brasil na década de 1980 trouxe o ressurgimento da Educação Popular, especialmente em movimentos sociais e em iniciativas municipais, como as de São Paulo sob a gestão de Paulo Freire.

Os anos 1990 foram marcados pela hegemonia neoliberal, exigindo uma **refundamentação da Educação Popular**. No entanto, os anos 2000 trouxeram um cenário mais otimista, especialmente na América Latina, com governos mais alinhados às causas populares. Neste contexto, o desafio da Educação Popular tem sido se reinventar, adaptando-se às novas tecnologias e formas de mobilização, mas mantendo seu caráter transformador e emancipatório.

A Educação Popular tem sido historicamente alinhada com os principais debates de sua época, desde a educação de jovens e adultos até a luta pelo direito universal à educação pública, gratuita e de qualidade. Atualmente, com a Política Nacional de Educação Popular, discute-se a possibilidade de essa abordagem servir não apenas como um método, mas também como um meio de construir políticas públicas que sejam democráticas, participativas e atendam às necessidades das classes subalternas, que compõem a maioria da população brasileira.

O texto destaca a influência do pensamento de Paulo Freire na concepção da Educação Popular. Abaixo, apresento um resumo dos principais pontos abordados:

1. **Ideário Freiriano**: Paulo Freire vê o Estado como um espaço sociocultural em constante disputa. Esta disputa ocorre tanto em termos de políticas práticas quanto no plano da cultura, envolvendo a construção e confronto de significados sobre o papel social do Estado.

2. **Dialogicidade**: O diálogo é central na pedagogia de Freire, que vê nele o alicerce para uma educação transformadora. A dialogicidade pressupõe

relações horizontais e reconhece diferentes saberes.

3. **Amorosidade**: O amor é uma dimensão fundamental na obra de Freire. Ele considera o diálogo como um ato de amor, que é fundamental para a transformação e emancipação.

4. **Conscientização**: Trata-se do processo de desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização envolve a compreensão e apropriação da realidade, visando a transformação da mesma.

5. **Transformação da Realidade e do Mund**o: A educação, se dialógica e conscientizadora, deve buscar a transformação da realidade, construindo novas relações sociais baseadas em princípios de igualdade, fraternidade e justiça.

6. **Partir da Realidade Concreta**: A Educação Popular deve começar pela realidade vivida pelos educandos, integrando os saberes populares com o conhecimento científico.

7. **Construção do Conhecimento e Pesquisa Participante**: A Educação Popular combina pesquisa em educação com processos de participação popular. A pesquisa é vista como um instrumento que, através do diálogo, permite aprofundar o conhecimento sobre um tema e produzir novos saberes.

8. **Sistematização de Experiências e do Conhecimento na Educação Popular**: A sistematização é uma forma participativa de criar conhecimentos teórico-práticos, focada na transformação e capacitação do povo como protagonista. Sistematizar é interpretar criticamente experiências, ordenando e reconstruindo-as para descobrir a lógica do processo vivido, os fatores envolvidos e suas inter-relações. Oscar Jara é a referência neste documento.

No geral, o texto destaca a importância do diálogo, da conscientização e da ação transformadora na Educação Popular, e como esses conceitos, inspirados pelo pensamento de Paulo Freire, podem ser aplicados para promover uma educação mais democrática, inclusiva e emancipadora. Um conceito central é a compreensão de que nossa a vida é inacabada e só os humanos estão cientes dessa incompletude. A educação é vista como um meio reflexivo e cultural para

avançar em direção ao "ser mais" para a humanização, mediante a construção de sujeitos políticos, críticos e solidários. Acredita na superação de situações desumanizantes e na necessidade de recriar e aprofundar a concepção da Educação Popular em diferentes contextos. Para tanto, busca-se por justiça, solidariedade, relações democráticas, autonomia e democracia de base, com base na Educação Popular. Assim, os princípios para ações de Educação Popular nas políticas públicas, são:

1. Emancipação e poder popular.
2. Participação popular nos espaços públicos.
3. Equidade nas políticas públicas baseada em solidariedade e amorosidade.
4. Conhecimento crítico e transformação da realidade.
5. Avaliação e sistematização de saberes e práticas.
6. Justiça política, econômica e socioambiental.

Juntamente com os princípios é apresentado as diretrizes para ações de Educação Popular nas Políticas Públicas:

1. Partir de diferentes realidades e contextos.
2. Fortalecer e interagir com a cultura e história popular.
3. Estimular o diálogo com organizações populares.
4. Contribuir com a organização popular e surgimento de novas lideranças.
5. Fortalecer o processo educativo na perspectiva da economia popular solidária.
6. Promover participação popular na formulação e implementação de políticas públicas.
7. Assegurar a relação entre realidade concreta e análise macro da realidade.
8. Promover estudo histórico, político e sociocultural da formação do povo brasileiro.
9. Promover os direitos fundamentais da pessoa humana.
10. Comprometer-se com a autonomia dos setores populares na relação com o Estado.
11. Assumir o conflito como elemento fundamental da Educação Po-

pular crítica.

12. Consolidar a criação de indicadores para avaliação e monitoramento de políticas públicas.

13. Considerar diversidades na formulação e implementação de políticas públicas.

14. Cultivar relações de amorosidade, escuta e diálogo.

15. Desenvolver mecanismos para fortalecer diferentes sujeitos na participação das políticas públicas.

16. Garantir que os fundamentos da Educação Popular sejam utilizados nas formações de servidores públicos.

17. Comprometer-se com as diferenças e combater as desigualdades.

Como síntese, a Educação Popular é vista como um meio de transformação e formação, onde se busca a emancipação do povo e a promoção de justiça e solidariedade. Ela enfatiza a participação popular, o diálogo, e a reflexão crítica sobre as experiências para construir conhecimentos que levem à transformação social. Outro desta que é a Educação Popular e sua Essência Político-Pedagógica.

A Educação Popular é apresentada como fundamental para promover a consciência crítica das classes populares, capacitando-as para exercer poder. Isso requer:

1. Um processo de educação intencional e planejado.
2. Construção coletiva a partir da realidade dos indivíduos.
3. Fomentar a mobilização e organização para transformação social.
4. A luta popular é central para a aplicabilidade da Educação Popular.

Deste modo, a concepção da formação na Educação Popular requer:

1. Coerência epistemológica.
2. Construção coletiva.
3. Respeito a diferentes saberes.

Relacionado, ao percurso metodológico na Educação Popular, Paulo Freire sugere reinventar a Educação Popular, especialmente quando interseccio-na com políticas públicas. O percurso metodológico proposto é:

1. Cenário (Sonho e Realidade): Integra sonhos e realidade, promovendo esperança e baseando-se na história coletiva dos sujeitos e comunidades.

2. Espaço de Encontro: Enfatiza a importância do diálogo entre governo, sociedade civil, e movimentos sociais. Busca horizontalizar as relações de poder.

3. Espaço de Problematização: Define os objetos de ação, reflete sobre as causas dos problemas, e amplia a compreensão da situação.

4. Ação e Reflexão: Amplia o diálogo com todos os sujeitos que produzem saberes e ação política.

5. Aprendizagem Criativa: Enfatiza a construção coletiva e reforça a filiação, pertença, e coesão entre os membros da sociedade civil e governos.

6. Reinvenção: Avalia os resultados alcançados e propõe novas estratégias para alcançar autonomia e protagonismo.

Nesta seção, a Educação Popular é situada como um processo dinâmico e contínuo que busca capacitar as classes populares para exercer poder. Isso é feito através de um percurso metodológico que enfatiza a construção coletiva, o diálogo, a reflexão, e a ação. A reinvenção é essencial para garantir que o processo permaneça relevante e eficaz.

Concernente, a Educação Popular e sua prática, ela é apresentada como um método coletivo de construção do conhecimento que capacita os educadores a ler e transformar a realidade criticamente. Ela permite uma compreensão crítica dos fenômenos sociais, promovendo uma visão mais clara da luta de classes e combatendo formas de alienação.

O principal campo de atuação da Educação Popular é o **trabalho de base**, que ocorre em diversos espaços, seja no campo ou na cidade, periferias ou centros. Este trabalho de base é simultaneamente o sustento e o resultado da proposta pedagógica da Educação Popular. A Educação Popular atua junto a:

1. Comunidades empobrecidas.

2. Beneficiários de políticas sociais e de transferência de renda.

3. Grupos organizados, como associações, cooperativas, grupos de mulheres, juventude, populações tradicionais, e agentes de saúde.

4. Espaços de democracia participativa, como conselhos de políticas públicas.

Além disso, a Educação Popular também se estende **a espaços formais de educação, abrangendo todos os estágios da vida e diversos ambientes, desde escolas e universidades até hospitais e outras entidades que recebem apoio público.** A chave para sua efetivação concreta é a promoção do diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

Há, presente no documento, explicitamente, a necessidade de formação política para a consolidação do "**Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**".

Espero que esta Síntese contribua para reflexões e compreensão do motivo pelo qual eu e a AEPPA apostamos que a perspectiva da Educação Popular é a mais coerente para o contexto de atuação com políticas públicas, em especial as políticas sociais.

Organizei algumas questões orientadoras para as reflexões a partir da minha Carta Pedagógica e a Sintese que elaborei a partir do "**Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**". Baseado no conteúdo apresentado, na AEPPA e em nosso curso, apresento algumas questões problematizadoras que podem ser usadas para aprofundar a discussão sobre o Marco de Referência da Educação Popular e políticas públicas em nossa aula:

1. Políticas da Assistência Social:

• Como a Educação Popular pode ser incorporada às estratégias de assistência social para o trabalho de inclusão social?

• Como os princípios da Educação Popular podem auxiliar na construção de políticas de assistência social e para o trabalho dos educadores sociais?

2. Educação:

•Como a Educação Popular pode ser integrada aos currículos escolares formais para promover uma educação mais holística e centrada no aluno?

• De que maneira a experiência de Paulo Freire influencia as abordagens educacionais atuais no Brasil?

3. Cultura:

• Como a Educação Popular pode ser usada para valorizar e preservar as culturas e tradições locais?

• De que forma os saberes populares podem ser incorporados nas políticas culturais para garantir uma representação mais ampla e diversa da sociedade brasileira?

4. Saúde:

• Como a Educação Popular pode influenciar a formulação de políticas de saúde pública para torná-las mais acessíveis e relevantes para a população?

• Qual é a relevância da Política Nacional de Educação Popular em Saúde e como ela se alinha com a visão global da Educação Popular?

5. Segurança Pública:

• De que maneira a Educação Popular pode ser utilizada para promover um diálogo mais efetivo entre a polícia e as comunidades que servem?

• Como os princípios da Educação Popular podem contribuir para a construção de estratégias de segurança pública mais inclusivas e centradas na comunidade?

• De que maneira a Educação Popular pode ser utilizada para espaços de formação de policiais na perspectiva do trabalho humanizado nas comunidades?

6. Cidade Educadora:

• Como a Educação Popular pode ajudar na construção de políticas públicas mais democráticas e participativas?

• De que forma a trajetória da Educação Popular no Brasil e em outros países latino-americanos podem contribuir para a construção de um projeto de cidade que educa e humaniza?

• Quais são os desafios associados à integração da Educação Popular nas políticas públicas no contexto brasileiro atual?

• Quais são os desafios associados à integração da Educação Popular nas políticas públicas no contexto brasileiro atual?

Carta Pedagógica 62

UM PRESENTE REVELADOR DE ALFONSO TORRES: CARTAS PEDAGÓGICAS NA DÉCADA DE 1920

Querido amigo e namorado, Alfonso Torres,

Hoje, ao abrir minhas mensagens recebi um lindo presente. Como todas as manhãs recebo mensagens tuas, carinhosas e que me trazem boas energias.

Então, abri as páginas do livro "Cartas Pedagógicas" de Sara Perrin, que você tão gentilmente me enviou em decorrência dos meus estudos e livro que estou escrevendo. Fui lendo. Passei parte da manhã do dia de hoje com esta atividade.

Senti uma alegria profunda porque a primeira descoberta impactante foi constatar que antes de Paulo Freire já havia sido discutido "Cartas Pedagógicas". Perceba comigo, o livro de Sara Perrin, que você me deu já é uma segunda edição de 1928, publicado em Santiago, Chile. Então o tema é mais antigo do que imaginávamos.

Ao ler o livro, senti uma conexão com as palavras expressas pela autora, em especial na forma carinhosa de escrever, bastante poética.

Sara Perrin, com sua paixão ardente e ternura inesgotável pela infância, apresenta uma nova perspectiva sobre a educação (década de 20), criticando a escola e educação tradicional. Para ela, a verdadeira essência da educação reside em colocar a criança no centro do processo de aprendizagem, respeitando sua individualidade e promovendo seu desenvolvimento holístico. Nas palavras de Sara Perrin: "O professor que vai à sala de aula, com a voz áspera, pela desilusão espiritual, perdida a fé e a esperança, transforma o apostolado em um ofício que suporta com a amargura do galeote para ganhar a vida: é um rotineiro" (1928, p. 10). É uma defensora do sorriso (alegria) na escola, pois ele pode impactar positivamente os alunos. Afirma nas Cartas que uma atitude positiva pode influenciar a aprendizagem dos alunos.

Então, querido Alfonso, afirmo, mediante a análise do livro, que as primeiras Cartas Pedagógicas utilizadas como ensino e aprendizagem constam nesta obra de Sara Perrin. Isso me parece inédito para todas nós que pesquisamos Cartas Pedagógicas.

Quero aproveitar esse material inédito para compartilhar minha síntese dos aprendizados a partir da leitura do livro de Sara Perrin. Quero, tambem, dizer que vou incluir esta Carta Pedagógica no livro que você, tão gentilmente fez o prefácio. Dos principais eixos de discussões pedagógicas e políticas identificadas, na minha análise preliminar nas "Cartas Pedagógicas" de Sara Perrin:

Da essência da Escola Nova:

1. A educação é vista como um direito da criança a frequentar um ambiente que promova alegria e prevenção contra adversidades.

2. O ambiente escolar deve ser um lugar que promova o verdadeiro sentido de felicidade, baseado no desenvolvimento individual e no respeito à personalidade humana.

3. A autora critica o ensino tradicional focado exclusivamente em livros e promove a importância de desenvolver as emoções e vontades das crianças.

Do papel do professor:

1. O professor é visto não apenas como um transmissor de conhecimento, mas como um higienista e psicólogo prático.

2. É vital que o educador inspire alegria e otimismo em suas aulas.

3. O educador deve ser um facilitador no processo de aprendizagem.

4. A alma da escola é refletida na alma do professor.

Da Conexão com a realidade:

1. A escola ativa pede uma ligação real com a vida cotidiana.

2. A criança deve ter experiências práticas, interagir com o mundo ao seu redor, e aprender através da observação e da experiência.

Disciplina e Escola Nova:

1. A autora defende que a educação ativa não leva à indisciplina. Pelo contrário, promove uma disciplina interna onde as crianças são motivadas por sua curiosidade e desejo de aprender.

2. A escola ativa se concentra na atividade espiritual, permitindo que as crianças aprendam e descubram por si mesmas.

Cooperação na Escola:

1. A cooperação é vista como a essência da Escola Moderna.

2. A ideia é que todos trabalhem juntos para o benefício comum, promovendo um ambiente de ajuda mútua.

3. A cooperação ensina as crianças a valorizar seu papel na comunidade e a apreciar o esforço coletivo.

Desafios e críticas à modernidade:

1. A autora reconhece os desafios de implementar as ideias da Escola Nova, especialmente diante das críticas e mal-entendidos.

2. A renovação pedagógica exige professores renovados, dispostos a deixar de lado métodos antigos e abraçar novas abordagens.

A importância da alegria e otimismo:

1. A alegria é vista como um elemento vital na educação.

2. Um ambiente alegre e otimista pode ter um impacto positivo no aprendizado e bem-estar dos alunos.

Autoeducação e Responsabilidade:

1. A autora enfatiza a importância da autoeducação e da responsabilidade pessoal. A autora sugere que cada criança deve ser responsável por seu próprio desenvolvimento e aprendizado. Isso significa assumir responsabilidade por suas ações, decisões e também por seu próprio processo de aprendizado.

2. As crianças devem ser encorajadas a refletir sobre suas ações e sentimentos diariamente.

3. A autora destaca que a educação não deve ser apenas algo que é "imposto" de fora para dentro, mas algo que o indivíduo busca e constrói por si mesmo. A autoeducação implica que os alunos sejam ativos em seu próprio processo de aprendizado, buscando conhecimento e compreensão por conta própria.

Da Reflexão Diária e Encorajamento à Introspecção:

1. A autora propõe que as crianças sejam incentivadas a fazer uma espécie de "exame de consciência" diário. Isso envolve refletir sobre suas ações, decisões e sentimentos, avaliando o que fizeram bem, onde podem melhorar e como podem ser mais responsáveis em suas ações futuras.

2. Através deste processo de reflexão diária, as crianças são incentivadas a olhar para dentro de si mesmas, a entender seus sentimentos e ações, e a

buscar maneiras de crescer e melhorar.

Estes são os principais eixos de discussão apresentados no texto "Cartas Pedagógicas". Sinto-me provocada a escrever sobre minha análise interpretativa acerca do conteúdo das Cartas Pedagógicas. Vou trazer alguns pontos em forma de tópicos, para ficar mais didático.

Essência da Escola Nova: Paulo Freire teria concordado com a ideia de que a educação deve promover alegria, inclusive traz essa discussão em Pedagogia da Autonomia: "Ensinar exige alegria e esperança'. No entanto, ele argumentaria que a educação deve ser libertadora, contribuindo para que os alunos aprendam a reconhecer e superar as opressões da sociedade. Pontuaria com ênfase a necessidade de uma educação que conscientize os alunos sobre as estruturas de poder e os prepare para resistir a elas.

Papel do Professor: Paulo Freire vê o professor não como um mero depositário de conhecimento, mas como alguém que deve aprender e crescer junto com seus alunos em um processo de "educação problematizadora". A ideia de que o professor deve ser um higienista e psicólogo prático ressoa uma visão de um educador que compreende e atende apenas às necessidades holísticas de seus alunos e com um cunho assistencialista. A alma da escola refletindo a alma do professor é uma ideia poderosa que Freire provavelmente endossaria, mas com um olhar crítico e destacando a profissionalização humanizadora do professor.

Conexão com a Realidade: Tanto Freire quanto os marxistas enfatizam a importância da conexão com a realidade. A educação não deve ser uma fuga, mas um meio de compreender e transformar a realidade. A ideia da Escola Nova de aprendizado prático e experiencial se aproxima com a pedagogia freiriana.

Disciplina e Escola Nova: A abordagem da Escola Nova à disciplina, focada na motivação interna, está em sintonia com a visão de Freire de uma educação que trata os alunos como coparticipantes críticos, e não como receptores passivos. Para Freire a "disciplina é um caminho para o aprendizado, uma vez que o processo de aprender demanda estudo, esforço e determinação, "ainda que o ato de ensinar e aprender seja um processo prazeroso". Para (FREIRE 2011, p. 108).

Cooperação na Escola: A ênfase na cooperação e trabalho em equipe é algo que Paulo Freire valorizaria, visto que ele acreditava no diálogo e na colaboração como meios fundamentais de aprendizado. Em uma visão crítica, a cooperação alinhada em um contexto que promova a solidariedade de classe.

Desafios e Críticas à Modernidade: A conscientização de Paulo Freire envolve reconhecer e desafiar as estruturas opressoras da sociedade moderna. Ele provavelmente concordaria com a necessidade de renovar as abordagens pedagógicas e preparar os educadores para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Alegria e Otimismo: Enquanto Freire enfatiza a importância da esperança, ele também reconhece a necessidade de uma abordagem crítica à educação. Ou seja, a alegria e o otimismo devem ser acompanhados de uma compreensão crítica do mundo.

Autoeducação e Responsabilidade: Paulo Freire acreditava no empoderamento dos alunos, permitindo-lhes assumir a responsabilidade por seu próprio aprendizado. A ideia de autoeducação se alinha com sua visão de educação, mas não libertária, pois apresenta uma pedagogia libertadora em que o professor e´ mediador do processo ensino aprendizagem, diferente da concepção de Sara Perrin (professor facilitador).

Reflexão Diária e Encorajamento à Introspecção: Freire valorizava a reflexão e a autocrítica como partes essenciais do processo educacional. Ele acreditava que os alunos deveriam ser encorajados a refletir sobre sua posição no mundo e a agir com base nessa reflexão.

Por fim ao mergulhar nas páginas de "Cartas Pedagógicas", presente tão generosamente oferecido por ti, pude aprender, refletir e escrever. Trazer a Sara Perrin para esse livro, como uma educadora que escrevia Cartas pedagógicas como defesa imperativa de reinventar a educação na década de 1920 é muito interessante e contribuirá com outros amigos e colegas que estudam este tema.

Ao confrontar essas ideias com as perspectivas críticas de Paulo Freire, tornou-se evidente a complexidade e profundidade do campo pedagógico. Freire, com sua ênfase na educação como ferramenta de libertação, certamente

aplaudiria muitos dos princípios de Sara Perrin. No entanto, ele também nos lembraria da importância de estar consciente das estruturas de poder e das nuances que a educação, como prática libertadora, envolve.

Este livro, querido Alfonso, será uma referência importante para pesquisadores sobre Cartas Pedagógicas. Ao fechar a última página desta carta, senti uma profunda gratidão, não apenas à autora, mas principalmente a ti, por me apresentar a uma obra tão provocante e enriquecedora. Espero que, juntos, possamos continuar essa jornada de aprendizado e descobertas.

Com amor e gratidão,
Fernanda Paulo,
28.09.2023.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

PERRIN, Sara. **Cartas Pedagógicas**. 2. ed. Santiago de Chile: El Globo, 1928.

Carta Pedagógica 63

CONVITE À LEITURA: LIVRO CARTA PEDAGÓGICA DE 1928

Caro Educador,

Escrevo-lhe com a intenção de compartilhar uma obra que considero de valor inestimável para quem estuda e escreve Cartas Pedagógicas. Trata-se do livro "Cartas Pedagógicas", uma joia literária escrita por Sara Perrin, cujas credenciais – "Normalista", "Professora de Estado" e "Professora de Jardim Infantil" – já antecipam a profundidade de seu compromisso com a educação.

Publicado em 1928 pela "Imprenta El Globo" em Santiago, Chile, este livro não é apenas um conjunto de reflexões pedagógicas, mas apresenta igualmente a conhecermos suas ideias centrais desde a "Escuela Nueva", um movimento que preconiza uma educação centrada na criança.

O que mais me tocou em sua abordagem é o fervor com que ela defende a reimaginação da educação. Ela nos convoca, apaixonadamente, a enxergar a educação sob uma nova perspectiva, onde a felicidade é o núcleo do processo de aprendizagem.

Longe de promover uma educação mecânica e egoísta, Sara Perrin nos convida a uma jornada espiritual. Influenciada pela espiritualidade seu texto traz expressões como: "Dedico esta pequena primícia espiritual aos professores que sonham com um mundo melhor forjado pela educação do povo", importância da "cooperação espiritual", 'vitalidade física e espiritual", "uma ânsia de unir-me a vocês espiritualmente', "Disposição Espiritual para o Magistério", "Aquele que aceitou o magistério para satisfazer sua sede espiritual". Suas palavras, repletas de menções à espiritualidade e ao profundo compromisso com a educação, são um testemunho de sua crença na transformação através do ensino.

Concluo esta carta pedagógica, destacando o **ineditismo** deste trabalho. **Acredito que "Cartas Pedagógicas" seja, provavelmente, o primeiro livro a trazer tal denominação em seu título**. Isso demonstra não apenas a vanguarda de Sara Perrin em sua época, mas também o valor histórico e pioneiro deste material.

Concluo esta Carta Pedagógica, caro colega, com um convite: leia essa

obra, identifique as potencialidades deste material. Por fim, que "Cartas Pedagógicas" seja uma fonte de inspiração em sua trajetória de educador-pesquisador, assim como tem sido para mim.

Com estima e respeito,
Fernanda Paulo,
Maio de 2023.

Referências

PERRIN, Sara. **Cartas Pedagógicas**. 2. ed. Santiago de Chile: El Globo, 1928.

POEMA PEDAGÓGICO SÍNTESE

Carta Pedagógica e a Educação Popular de mãos dadas

Nas linhas destas cartas, a esperança se acende,
Educação Popular, onde a transformação se entende.
Educadores populares, cuja paixão nunca se rende,
Movimentos sociais, onde a luta se estende.

Pesquisa participativa, um diálogo permanente,
Onde cada voz conta, e todas as histórias têm valor.
Educadores populares, com coragem até o fim,
Plantando sementes de mudança, no jardim da cidade, da rua e da praça.

Carta Pedagógica, uma novidade da Educação Popular,
Onde o conhecimento se constrói com emoção.
Educação Popular, uma chama a arder,
Iluminando o caminho para o amanhã que vamos ver.

Movimentos sociais, como ondas no mar,
Lutando pela justiça, com coragem de enfrentar.
Educadores sociais, prontos para educar,
Com cartas pedagógicas, a história a desvendar.

Então aqui estamos, nesta dança sem fim,
Com a Educação Popular, o futuro a definir.
Com pesquisa participativa e amor sem fim,
Nesta carta pedagógica, a esperança a redefinir.

Com carinho,
Fernanda Paulo
28.09.2023.

Queridos leitores e queridas leitoras:

Esperamos que esse livro tenha sido útil para você
e seu campo de leitura, interesse, estudo e pesquisa

Se ficou alguma dúvida ou tem alguma sugestão para nós,
Por favor, compartilhe conosco pelo e-mail:
livrologia@livrologia.com.br

PUBLIQUE CONOSCO VOCÊ TAMBÉM
www.livrologia.com.br

Trabalhos de Conclusão de Curso
Dissertações de Mestrado
Teses de Doutorado
Grupos de Estudo e Pesquisa
Coletâneas de Artigos

EDITORA LIVROLOGIA
Rua São Lucas, 98 E
Bairro Centro - Chapecó-SC
CEP: 89.814-237
livrologia@livrologia.com.br

Editora Livrologia
www.livrologia.com.br

Título:	Aulas com cartas pedagógicas: educação popular e educadores sociais
Autora:	Fernanda dos Santos Paulo
Assistente Editorial:	Elisângela Pinheiro Iuri Mailo Parisotto
Bibliotecária:	Karina Ramos
Projeto Gráfico:	Ivo Dickmann
Capa:	Ivanio Dickmann
Diagramação::	Cassiano Mignoni
Formato:	16 cm x 23 cm
Tipologia::	Calisto MT, entre 8 e 14 pontos
Número de Páginas:	296
Publicação:	2023
:	

O livro "Aulas com Cartas Pedagógicas: Educação Popular e Educadores Sociais" explora a pedagogia da Educação Popular por meio de Cartas Pedagógicas escritas pela autora.

Estas cartas, inspiradas pelas ideias de Paulo Freire, são usadas como ferramentas didáticas e metodológicas em cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

O livro contém 63 correspondências que discutem temas desde a essência das Cartas Pedagógicas até a relação entre Educação Popular e Educadores Sociais, com ênfase nas contribuições de Paulo Freire.

Além disso, a obra enfatiza a formação e prática dos educadores sociais no Brasil, abordando temas como "conscientização", "direitos humanos", "emancipação", “Pedagogia dos Direitos Sociais”, “intersetorialidade” e "metodologia".

Igualmente, encontrará convites à leitura de artigos e livros sobre o tema central desta obra. A intenção é promover reflexão, diálogo e reinvenção pedagógica.

WWW.
LIVROLOGIA
.COM.BR

ISBN 978.658032951.9
9 786580 329519